A Superintendencia Regional de Meio Ambiente – URA Jequitinhonha

Assunto: Relatório de Comunicação e Realização da Audiência Pública
Processo SLA nº 2198/2022.

A empresa **ONIX CÉU ABERTO MINERAÇÃO**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o número 41.099.058/0001-11, com sede na Fazenda Céu Aberto, s/n, Zona Rural, Município de Serro/Minas Gerais, vem por meio do presente instrumento apresentar o Relatório de Comunicação e Realização Audiência Pública que ocorreu no dia 14/08/2024 referente ao Processo de Licenciamento Ambiental SLA nº 2198/2022 para a obtenção da Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação para o Projeto Céu Aberto.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Serro, 03 de setembro de 2024

Laiane Kele Ferreira Alvim - Analista Ambiental
ONIX CÉU ABERTO MINERAÇÃO S/A
CNPJ 41.099.058/0001-11

RELATÓRIO DE COMUNICAÇÃO E REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SLA 2198/2022
PROJETO CÉU ABERTO

14.08.2024

Serro/MG, 02 de setembro de 2024

À UNIDADE REGIONAL DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL JEQUITINHONHA – URA JEQ

Aos cuidados da Sra. Carla Fernanda de Araújo,

A ÔNIX CÉU ABERTO MINERAÇÃO S/A, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 41.099.058/0001-11, com endereço de correspondência situado à Rua Dener Cunha Peixoto, Nº 11- Sala 810, Buritis, Belo Horizonte/MG, Cep: 30575-817, na qualidade de requerente do processo administrativo SLA nº 2198/2022 – Projeto Céu Aberto, vem através do presente instrumento apresentar o **RELATÓRIO FINAL REFERENTE A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA** realizada no Município de Serro/MG em **14/08/2024 a partir das 19:00 horas.**

Como consta do Estudo de Impacto Ambiental ("EIA") e do Relatório de Impacto Ambiental ("RIMA"), a Área Diretamente Afetada (ADA) do empreendimento está situada exclusivamente no município de Serro, onde se localizará a sede da atividade e se concentram os potenciais impactos ambientais de maior relevância.

Nos termos do artigo 16, §1º e §2º da Deliberação Normativa COPAM Nº 225/2018 solicita que:

> *"Artigo 16. Todos os artigos os documentos apresentados à Mesa Diretora serão protocolados e anexados ao processo de licenciamento ambiental em análise, devendo ser obrigatoriamente considerados na elaboração do relatório-síntese e na construção das decisões administrativas relativas ao licenciamento.*
>
> *§ 1º Uma cópia da mídia eletrônica contendo a gravação da Audiência Pública deverá ser anexada ao processo de licenciamento ambiental.*
>
> *§ 2º A lista de presença, o relatório-síntese da Audiência Pública, o áudio, bem como sua transcrição deverão ser protocolados na unidade administrativa da SEMAD responsável pela análise do processo, na forma*

impressa e digital, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após a realização da audiência, devendo ser anexado ao processo administrativo de licenciamento, e considerando na avaliação pertinente ao pedido de licença...”

Com base na data de realização da Audiência Pública, em 14 de agosto de 2024, os anexos a seguir apresentarão as evidências comprovativas das ações realizadas durante a referida audiência, de acordo com o prazo estabelecido na norma, através do Relatório Final de Realização da Audiência Pública do Empreendimento Ônix Céu Aberto Mineração.

Pede deferimento.

Laiane Alvim – Analista Ambiental

ÔNIX CÉU ABERTO MINERAÇÃO S/A

RELATÓRIO FINAL REFERENTE A AUDIÊNCIA PÚBLICA DA CÉU ABERTO MINERAÇÃO

Processo Administrativo SLA 2198/2022 – Projeto Céu Aberto - Serro/Minas Gerais

Dia: 14/08/2024 às 19:00 horas

Local: Ginásio Poliesportivo Oswaldo França Júnior

Endereço: Rua Deputado Augusto Clementino, sem número, Bairro Machadinho, Serro/Minas Gerais

Site: https://ceuabertomineracao.com.br/audiencia-publica/

Condução da audiência pública:

Empreendedor

SUMÁRIO

SUMÁRIO **1**

LISTA DE FIGURAS **1**

LISTA DE QUADROS **1**

1. APRESENTAÇÃO **1**

2. ABRANGÊNCIA **1**

3. PÚBLICO DE INTERESSE **1**

4. METODOLOGIA DE ATUAÇÃO **1**

4.1 COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO 1

4.2. PLANEJAMENTO DE MÍDIAS DA AUDIÊNCIA PÚBLICA 1

4.2.1. DOE 1

4.2.2. Jornal Regional/Estadual 1

4.2.3. Cartazes 2

4.2.4. Faixas 2

4.2.5. CONVITES ENTIDADES – ELETÔNICOS E FÍSICOS 3

4.2.6. CONVITES – MALA DIRETA 3

4.2.7. CARRO DE SOM 1

4.2.8. DISTRIBUIÇÃO DE FLYER 1

4.2.9 RÁDIOS 1

4.2.10 SITE 2

4.2.11 OFÍCIOS 1

4.2.12 MAPA DA MÍDIA 1

4.2.13 PROTOCOLO DO EIA/RIMA 3

4.2.14 TRANSPORTE PARA A COMUNIDADE 3

5. ESTRUTURA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA 4

5.1 DISPONIBILIZAÇÃO DE BOMBEIRO CIVIL PARA REPASSAR ORIENTAÇÕES DE SAÚDE E SEGURANÇA PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO 4

5.2 DISPONIBILIZAÇÃO DE TRANSPORTE PÚBLICO PARA AUDIÊNCIA 4

5.3 DISPONIBILIZAÇÃO DE BANHEIRO E BEBEDOURO PARA OS PARTICIPANTES 6

5.4 DISPONIBILIZAÇÃO DE LANCHE PARA OS PARTICIPANTES 7

5.5 PARTICIPAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR PARA CONTRIBUIR COM A SEGURANÇA DO EVENTO 7

5.6 AMBULÂNCIA PARA ATENDIMENTO EM CASO DE EMERGÊNCIA 7

5.7 DISPONIBILIZAÇÃO DE GERADOR DE ENERGIA EM CASO DE PROBLEMAS DE ENERGIA NO ESPAÇO DO EVENTO 7

5.8 DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAL DE LIBRAS PARA CONTRIBUIR COM A ACESSIBILIDADE DE SURDOS E MUDOS NO EVENTO 7

5.9 ACESSIBILIDADE DO LOCAL DO EVENTO (RAMPAS DE ACESSO) 8

5.10 DISPONIBILIZAÇÃO DE EXTINTORES EM CASO DE EMERGÊNCIA 8

6. REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA 9

6.1 LISTA DE PRESENÇA 9

6.2 QUESTIONAMENTOS 9

6.3 DOCUMENTOS APRESENTADOS E PROTOCOLADOS DURANTE A AUDIÊNCIA E APÓS A AUDIÊNCIA 10

6.4 APRESENTAÇÃO 10

6.5 RELATÓRIO TÉCNICO DO PROBLEMA DA TRANSMISSÃO 10

6.6 REGISTROS FOTOGRÁFICOS 11

6.7 TRANSCRIÇÃO 11

6.8 REGISTRO AUDIOVISUAL 11
6.9 EQUIPE TÉCNICA 11
ANEXO I - EDITAL DE CONVOCAÇÃO 14
ANEXO II - PUBLICAÇÃO EM JORNAIS 16
ANEXO III - REGISTRO DE CARTAZES 20
ANEXO V - CONVITES 27
ANEXO VI - ENVIO DE MALA DIRETA 35
ANEXO VII – CARRO DE SOM 37
ANEXO VIII - PANFLETAGEM DE FLYER 42
ANEXO IX - INSERÇÃO DE RÁDIOS 46
ANEXO X - HOME PAGE E DISPONIBILIZAÇÃO DE EIA/RIMA 49
ANEXO XI – OFÍCIOS 55
ANEXO XII - CONVITES COMUNIDADES 63
ANEXO XIII – CONVITES ELETRÔNICOS/PROTOCOLOS 67
ANEXO XIV - MENSAGEM DE WHATSAPP 76
ANEXO XV - PROTOCOLO DE EIA/RIMA 79
ANEXO XVI - AUTO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS 81
ANEXO XVII - ORIENTAÇÕES DE SAÚDE E SEGURANÇA 83
ANEXO XVIII - DISPONIBILIZAÇÃO DE TRANSPORTE PÚBLICO 86
ANEXO XIX - BANHEIRO E BEBEDOUROS 98
ANEXO XX - KIT LANCHE 101
ANEXO XXI - POLICIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS 103
ANEXO XXII - AMBULÂNCIA 105
ANEXO XXIII - GERADOR DE ENEGIA 107

ANEXO XXIV - PROFISSIONAL DE LIBRAS.....109

ANEXO XXV - ACESSIBILIDADE DO LOCAL.....112

ANEXO XXVI - EXTINTORES DE COMBATE A INCÊNDIO.....114

ANEXO XXVII - LISTA DE PRESENÇA.....116

ANEXO XXVIII - LISTA DE INSCRITOS - QUESTIONAMANETOS.....117

ANEXO XXIX- DOCUMENTOS RECEBIDOS E PROTOCOLADOS NA AUDIÊNCIA...130

ANEXO XXX- RESPOSTA AOS QUESTIONAMENTOS.....134

ANEXO XXXI - APRESENTAÇÃO DOS SLIDES.....138

ANEXO XXXII - REGISTRO FOTOGRÁFICO.....139

ANEXO XXXIII – TRANSCRIÇÃO.....140

ANEXO XXXIV - REGISTRO AUDIOVISUAL YOUTUBE.....215

ANEXO XXXV - RELATÓRIO TÉCNICO DA TRANSMISSÃO.....217

ANEXO XXXVI – APRESENTAÇÃO - Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM 218

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS 219

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do município de Serro em Minas Gerais. Fonte: Geoline Engenharia Ltda., 2024.....1

Figura 2: Jornal com a publicação da Audiência da Ônix Céu Aberto Mineração. Fonte: Ônix Céu Aberto Mineração., 2024.....2

Figura 3: Exemplo das faixas de divulgação. Fonte: Ônix Céu Aberto Mineração., 2024. ..3

Figura 4: Divulgação das rotas dos ônibus para Audiência Pública (Parte 1). Fonte: Céu Aberto Mineração., 2024.....5

Figura 5: Divulgação das rotas dos ônibus para Audiência Pública (Parte 2). Fonte: Céu Aberto Mineração., 2024.....6

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Mapa da mídia de divulgação. 2

Quadro 2: Programa de Protocolo do EIA/RIMA 3

Quadro 3: Transportes disponibilizados pela empresa para atender a população para comparecimento na audiência pública da Ônix Céu Aberto Mineração.....4

Quadro 4: Lista dos documentos recebidos durante e após a Audiência Pública da Ônix Céu Aberto Mineração. 10

Quadro 5: Ônix Céu Aberto Mineração. 11

Quadro 6: Geoline Engenharia Ltda. 12

Quadro 7: Bem Ti Vi 12

Quadro 8: Consultorias 13

1. APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o Relatório Final referente a Audiência Pública da Céu Aberto Mineração, empreendimento previsto para ser instalado no município de Serro no estado de Minas Gerais. O licenciamento ambiental está sendo conduzido pela **Unidade Regional de Regularização Ambiental Jequitinhonha – URA – JEQ.**

A audiência pública foi realizada no **dia 14 de agosto de 2024 às 19:00 horas no Ginásio Poliesportivo Oswaldo França Junior**, nos termos da Resolução da SEMAD nº 3.018 de 09 de novembro de 2020 e Deliberação Normativa COPAM nº 225 de 25 de julho de 2018.

O Plano de Comunicação foi formalizado em 27 de junho de 2024 via Processo SEI nº Processo no 1370.01.0053379/2022-66 (protocolo eletrônico nº - 91283252). O presente relatório informa as ações do Plano de Comunicação que foram executadas pela Céu Aberto Mineração em parceria com a consultoria Geoline Engenharia. O detalhamento das ações de comunicação necessárias à realização da referida Audiência Pública é apresentado a seguir.

2. ABRANGÊNCIA

Este relatório tem como área de abrangência **1 (um) município no Estado de Minas Gerais**, impactado pelo empreendimento, a saber:

- **Serro – Minas Gerais**

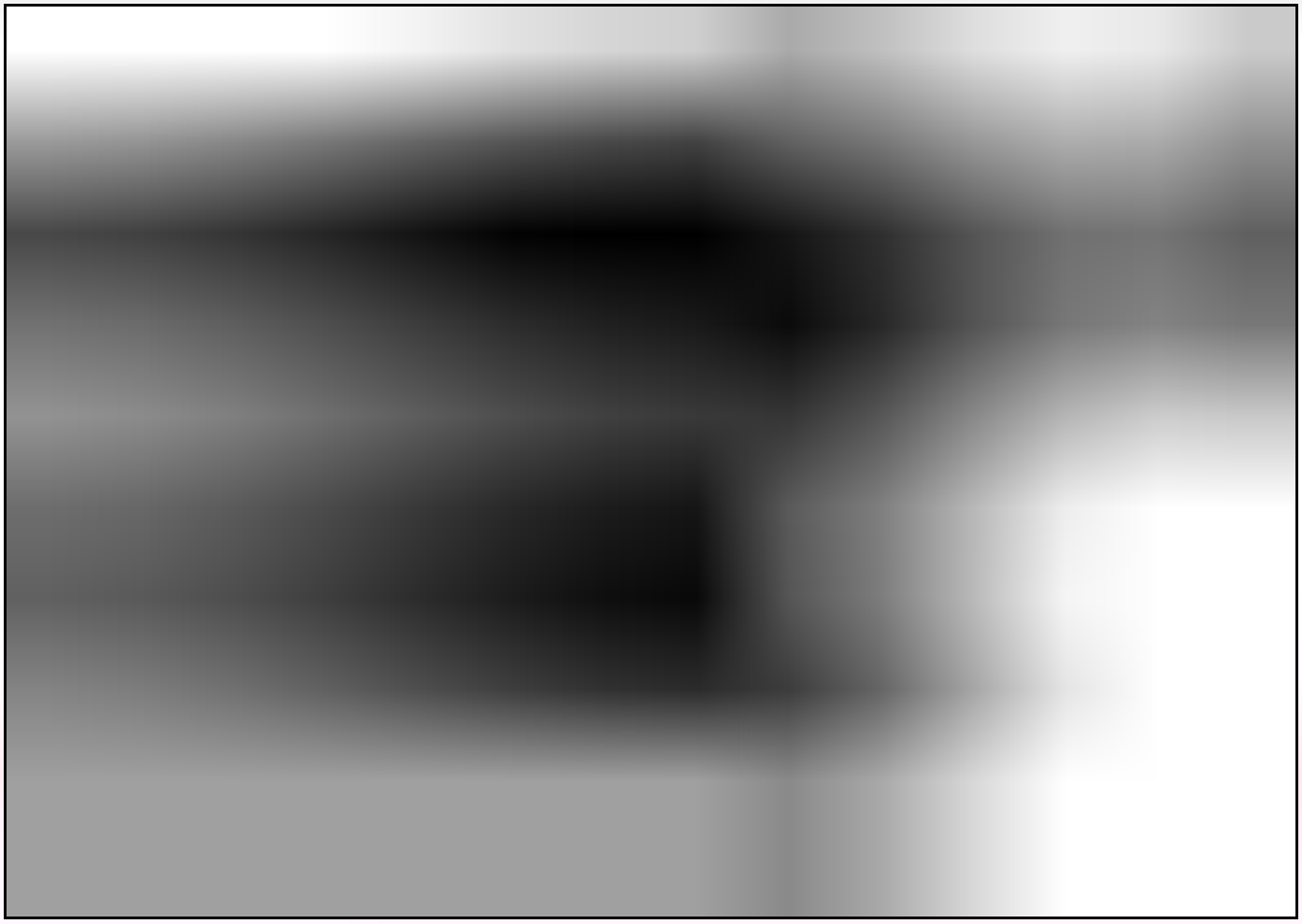


Figura 1: Localização do município de Serro em Minas Gerais. Fonte: Geoline Engenharia Ltda., 2024.

3. PÚBLICO DE INTERESSE

Constituem como público de interesse, especialmente para as ações de divulgação da Audiência Pública, os seguintes grupos:

- População em geral;
- Associações da Sociedade Civil organizada e organizações não governamentais
- Representações de órgãos públicos Municipais, estaduais e federais;
- Representantes dos órgãos intervenientes do licenciamento ambiental;
- Requisitantes da audiência pública;
- Comunidade das áreas diretamente afetada;
- Demais interessados.

4. METODOLOGIA DE ATUAÇÃO

Para atender os objetivos do Plano de Comunicação para a realização da audiência pública da Céu Aberto Mineração, foram executadas estratégias de divulgação e estruturação do evento com intuito de dar transparência as informações e o acesso ao debate para a população.

4.1 COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Foram utilizados diversos meios de comunicação, tais como: faixas em lugares públicos e de grande visibilidade, divulgação via sistema de radiodifusão, carros de som, anúncios em jornal regionais (online e impresso) de grande circulação municipal e estadual, cartazes e distribuição de panfletos em zona rural e urbana.

4.2. PLANEJAMENTO DE MÍDIAS DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O planejamento de mídia realizado para a divulgação da audiência pública utilizou os seguintes meios e veículos, conforme descrição a seguir:

4.2.1. DOE

O edital de convocação para realização da Audiência Pública foi publicado no DOE do Estado de Minas Gerais, página 10 no dia **19 de julho de 2024** pela **Unidade Regional de Regularização Ambiental Jequitinhonha – URA JEQ (ANEXO I).**

4.2.2. Jornal Regional/Estadual

Os anúncios/informes sobre a execução da Audiência Pública foram publicados no **Jornal Vila do Príncipe no** dia **19/07/2024** e no **Jornal Estado de Minas** no dia **22/07/2024 (ANEXO II).**

Figura 2: Jornal com a publicação da Audiência da Ônix Céu Aberto Mineração. Fonte: Ônix Céu Aberto Mineração., 2024.

4.2.3. Cartazes

Foram fixados **50 (cinquenta) cartazes** nos principais pontos do município no período de **31/07/2024 a 02/08/2024.** O modelo de cartaz assim como os registros fotográficos estão no **ANEXO III.**

4.2.4. Faixas

Fixação de 09 (nove) faixas de rua, nos principais pontos conforme autorização da prefeitura. As faixas foram colocadas durante o período de **29/07/2024 a 02/08/2024**. As autorizações, assim como os registros fotográficos estão no **ANEXO IV.**

Figura 3: Exemplo das faixas de divulgação. Fonte: Ônix Céu Aberto Mineração., 2024.

4.2.5. CONVITES ENTIDADES – ELETÔNICOS E FÍSICOS

Os convites foram enviados via e-mail no dia **22/07/2024 a 26/07/2024** e também protocolados em mãos durante o período de **29/07/2024 até 01/08/2024**, conforme comprovação no **ANEXO V.**

Os convites foram enviados para diversas instituições, dentre elas: IPHAN, IBAMA, MPMG, INCRA, N´GOLO, Instituto Guaicuy, Associação Margarida Alves, Fundação Cultural do Palmares, Prefeitos, vereadores, representantes do Conselho do Meio Ambiente e do patrimônio cultural e demais membros envolvidos no processo de licenciamento ambiental, conforme dispõe o artigo 11 da Deliberação Normativa.

4.2.6. CONVITES – MALA DIRETA

Nos dias **25/07/2024 até 26/07/2024** foram entregues pelo Correio **2.000 (dois mil convites)** convites para Audiência Pública do Projeto Céu Aberto nos seguintes bairros:

- Arraial de Baixo
- Rosário
- Novo Rosário

- Machadinho
- Morro de Areia
- Santa Luzia
- Morro do Vento
- Bota Vira
- Cidade Nova
- Centro
- Gambá
- Bicentenário
- Morro da Páscoa
- Vigário
- Nossa Senhora Aparecida
- Praia
- São Antônio
- São Geraldo
- Lazareno.

As evidências encontram-se no ANEXO VI.

4.2.7. CARRO DE SOM

Os trabalhos de divulgação, através do carro de som começou no dia 29/07/2024 e tem como objetivo convidar a população para Audiência Pública. A divulgação foi realizada até a data da audiência, sendo um total de 50 horas de divulgação, distribuídas nas áreas urbanas e rurais do município de Serro. As evidências estão no **ANEXO VII.**

Texto spot carro de som:

A Ônix Céu Aberto Mineração convida você para a Audiência Pública para a apresentação do Estudo de Impacto Ambiental do Projeto Céu Aberto no dia 14 de agosto de 2024, às 19 horas no Ginásio Poliesportivo Oswaldo França Júnior, localizado no endereço Rua Deputado Augusto Clementino, s/n - Bairro Machadinho, Serro/MG. Haverá também transmissão ao vivo pelo youtube, http://ceuabertomineracao.com.br/audiencia-publica/. Sua participação é muito importante!

4.2.8. DISTRIBUIÇÃO DE FLYER

Foram entregues **1.500 (um mil e quinhentos) flyers** no formato A5 em caixas de correios residenciais, comércios e para a população circulante na cidade de Serro, distribuídos em locais de grande circulação próximos ao Projeto Céu Aberto, considerando as comunidades de Queimadas, Meirelles, Floriano, Condado, Mombaça e Córrego da Gameleira nos seguintes períodos: **07/08/2024 a 09/08/2024** e outra que no dia **12/08/2024 e 13/08/2024**, as entregas aconteceram até a data da audiência **(ANEXO VIII).**

4.2.9 RÁDIOS

A divulgação em rádios municipais foi realizada com anúncios de até 30 segundos nos seguintes veículos:

- Rádio Canarinho

- Rádio Mania - Associação Comunitária Serrana de Radiodifusão

Os anúncios na **Rádio Canarinho** foram veiculados com 5 inserções por dia de 30 segundos no período de **23/07/2024 até a data da audiência**. As evidências estão no **ANEXO IX.**

Os anúncios na **Rádio Mania – Associação Comunitária Serrana** de Radiofusão foram veiculadas 05 inserções por dia de 30 segundos no período **(horários 08:30 / 10:30 / 12:30 / 14:30 / 16:00)** totalizando 100 inserções de **23/07/2024 até a data da audiência**.

As evidências estão no **ANEXO IX.**

Anúncio nas rádios:

A Ônix Céu Aberto Mineração convida você para a Audiência Pública para a apresentação do Estudo de Impacto Ambiental do Projeto Céu Aberto no dia 14 de agosto de 2024, às 19 horas no Ginásio Poliesportivo Oswaldo França Júnior, localizado no endereço Rua Deputado Augusto Clementino, s/n - Bairro Machadinho, Serro/MG. Haverá também transmissão ao vivo pelo youtube,

http://ceuabertomineracao.com.br/audiencia-publica/. Sua participação é muito importante!

4.2.10 SITE

Todos os meios de comunicação além de terem informado sobre data e horário de realização da Audiência Pública, direcionou também os interessados a entrar no site do empreendimento https://ceuabertomineracao.com.br/audiencia-publica/ por onde foi possível obter informações sobre o projeto **(ANEXO X).**

4.2.11 OFÍCIOS

Os ofícios foram protocolados na Prefeitura Municipal de Serro, para autorização de fixação de faixas no município, e para Secretaria de Saúde e Batalhão da Polícia Militar para suporte no dia da audiência pública **(ANEXO XI).**

4.2.12 MAPA DA MÍDIA

A divulgação nos veículos de comunicação foram distribuídas da seguinte forma no município.

Quadro 1: Mapa da mídia de divulgação.

Município	Jornal e DOE	Rádios (impactos)	Carro de som	Cartazes	Flyers	Convites	Faixas	Mensagem por WhatsApp	Convites Comunidades	Mala Direta
Serro/MG	01 DOE e 01 Jornal Vila do Principe	100 (cem) inserções de 30 segundos em cada emissoras de rádio	Spot de 30 segundos totalizando 50 (cinquenta)horas de divulgação	50 un	1.500 un	200 entidades	09 un	1.800 (hum mil e oitocentos) convites via WhatsApp nos telefones celulares dos moradores de Serro	1.000 (hum mil) convites da Audiência Pública da Comunidade de Queimadas, Meirelles, Floriano, Condado, Mombaça e Córrego da Gameleira	Envio de 2.000 convites para a Audiência Pública nos Bairros Arraial de Baixo, Rosário, Novo Rosário, Machadinho, Morro de Areia, Santa Luzia, Morro do Vento, Bota Vira, Cidade Nova, Centro, Gambá, Bicentenário, Morro da Páscoa, Vigário, Nossa Senhora Aparecida, Praia, São Antônio, São Geraldo e Lazareno.

A entrega dos convites podem ser visualizadas nos seguintes Anexos:

ANEXO XII (Convites Comunidades),

ANEXO XIII (Convites Eletrônicos e Protocolos) e

ANEXO XIV (Mensagem de WhatsApp).

4.2.13 PROTOCOLO DO EIA/RIMA

Foi realizado protocolo do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA nos seguintes locais **(ANEXO XV).**

Quadro 2: Programa de Protocolo do EIA/RIMA

Prefeitura Municipal do Serro/Minas Gerais (Praça João Pinheiro, número 154, Centro, Serro/MG)
Câmara Municipal do Serro (Praça João Pinheiro, número 154, Centro, Serro/MG)
URA – JEQ (Avenida da Saudade, número 335, Centro, Diamantina/MG)
IEF (Rua Luiz Advincula Reis, número 164 – A, Centro, Serro/MG)
Associação Comercial do Serro (Rua Nagib Bahamed, número 120 – B, Centro, Serro/MG)
Associação de Queimadas (Zona Rural – Serro/MG)

No dia do evento os estudos ficaram disponíveis no Ginásio Poliesportivo Oswaldo França Júnior, localizado na Rua Deputado Clementino, sem número, bairro Machadinho, Cep. 35.150-000.

4.2.14 TRANSPORTE PARA A COMUNIDADE

Foi contratado o serviço de transporte para atender as regiões, conforme apresentado no Quadro 3 e previamente informado no Plano de Comunicação.

5. ESTRUTURA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

5.1 DISPONIBILIZAÇÃO DE BOMBEIRO CIVIL PARA REPASSAR ORIENTAÇÕES DE SAÚDE E SEGURANÇA PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO

Para realização da Audiência Pública foi emitido pelo Corpo de Bombeiros o Auto de Vistoria - AVCB do local da audiência pública, o mesmo pode ser observado no ANEXO XVI.

A Ônix Céu Aberto Mineração disponibilizou bombeiro civil para repassar todas as informações de segurança, localização de saídas de emergências e orientou os procedimentos a serem adotados na ocorrência de alguma possível emergência que pudesse ocorrer. Dentre elas, incêndio e risco de quedas no local, está apresentado no ANEXO XVII.

5.2 DISPONIBILIZAÇÃO DE TRANSPORTE PÚBLICO PARA AUDIÊNCIA

A empresa disponibilizou transporte para os interessados em participar da Audiência Pública presencialmente, saindo dos locais apresentados a seguir, a partir das 17:00 horas conforme especificado.

Quadro 3: Transportes disponibilizados pela empresa para atender a população para comparecimento na audiência pública da Ônix Céu Aberto Mineração.

Ônibus 1: Córrego do Baú, Lajeado, Córrego das Poças, Botafogo, Peróbas - Canavial, Taborna Cavalcante - Córrego Criminoso, Retirinho, Cabeceira da Mumbuca - São José das Maravilhas.
Ônibus 2: Mumbaça, Córrego da Gameleira, Floriano e Condado.
Ônibus 3: Ouro Fino, Mumbuca, Córrego o Jacaré, Córrego da Prata, Pasto Padilha, Bairro Lazareto, Bairro Arraial de Baixo.
Ônibus 4: Comunidade Baú, Pedro Lessa, Pérobas, Motoso, Morro Paiol.
Ônibus 5: Rancho Novo, Rocinha, Mato Grosso, Ribeirão, Várzea de Baixo, Várzea de Cima
Ônibus 6: Santa Cruz, Vau, São Gonçalo (Comunidade Vila Nova), Barra da Cega, Milho Verde, Ausente de Baixo, Ausente de Cima, Três Barras.

Van: Comunidade Meireles
Micro-Ônibus 1: Serra da Bicha, Capivari, Bairro Morro do Vento, Bairro Morro de Areia, Bairro Cidade Nova, Bairro Gambá e Bairro Santa Luzia
Micro-Ônibus 2: Bairro Praia, Bairro Morro Centenário, Bairro Centro, Bairro Botavira, Bairro Arraial de Baixo, Bairro Rosário, Bairro Novo Rosário, Bairro Leiteiro

Abaixo encontra-se a imagem que mostra as informações sobre os horários e locais de disponibilidade dos transportes gratuitos para a Audiência Pública, divulgadas no site oficial do empreendimento. O registro também se encontra no ANEXO XVIII.

Figura 4: Divulgação das rotas dos ônibus para Audiência Pública (Parte 1). Fonte: Céu Aberto Mineração., 2024.

Figura 5: Divulgação das rotas dos ônibus para Audiência Pública (Parte 2). Fonte: Céu Aberto Mineração., 2024.

5.3 DISPONIBILIZAÇÃO DE BANHEIRO E BEBEDOURO PARA OS PARTICIPANTES

Banheiros feminino, masculino e acessível para cadeirante foram disponibilizados para os participantes da audiência, bem como bebedouro e fornecimento de água mineral, os registros estão apresentados no ANEXO XIX.

5.4 DISPONIBILIZAÇÃO DE LANCHE PARA OS PARTICIPANTES

Kits de lanches foram disponibilizados para todos que participaram da Audiência, sendo entregue um kit lanche individual, industrializado, visando a segurança alimentar dos participantes. Os registros seguem no ANEXO XX.

5.5 PARTICIPAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR PARA CONTRIBUIR COM A SEGURANÇA DO EVENTO

No ANEXO XXI é possível visualizar a presença da Polícia Militar de Minas Gerais do Município de Serro/Minas Gerais, a fim de contribuir com a segurança durante o evento.

5.6 AMBULÂNCIA PARA ATENDIMENTO EM CASO DE EMERGÊNCIA

Houve a presença de uma ambulância, caso fosse necessário, a fim de contribuir com quaisquer emergências durante o evento, conforme apresentado no ANEXO XXII.

5.7 DISPONIBILIZAÇÃO DE GERADOR DE ENERGIA EM CASO DE PROBLEMAS DE ENERGIA NO ESPAÇO DO EVENTO

A empresa contratada para realização do evento, disponibilizou um gerador de energia em caso de falta de energia no local de realização da Audiência. Os registros do gerador estão no ANEXO XXIII.

5.8 DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAL DE LIBRAS PARA CONTRIBUIR COM A ACESSIBILIDADE DE SURDOS E MUDOS NO EVENTO

A Céu Aberto Mineração disponibilizou dois profissionais de libras a todo momento do evento para maior acessibilidade de todos os participantes, os registros estão no ANEXO XXIV.

5.9 ACESSIBILIDADE DO LOCAL DO EVENTO (RAMPAS DE ACESSO)

O local da realização da Audiência possuía rampas de acesso para população com dificuldade de locomoção, os registros estão no ANEXO XXV.

5.10 DISPONIBILIZAÇÃO DE EXTINTORES EM CASO DE EMERGÊNCIA

O local da realização da Audiência, contou com extintores, caso houvesse alguma ocorrência. Além disso, o local possui o Auto de Vistoria de Corpo de Bombeiros (AVCB), prezando pela segurança dos participantes, os registros estão no ANEXO XXVI.

6. REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Audiência foi realizada de forma presencial e iniciou a transmissão pelo YouTube. Contudo, o áudio do equipamento deu problema e foi necessário parar de transmitir a audiência. A audiência foi gravada e disponibilizada através do link de divulgação da audiência: https://ceuabertomineracao.com.br/audiencia-publica/

6.1 LISTA DE PRESENÇA

Sobre a lista de presença, foram registradas 299 pessoas na audiência pública. Conforme pode ser observado no ANEXO XXVII, algumas linhas da lista de presença foram deixadas em branco, porém sem ônus a contagem de pessoas presentes na audiência.

6.2 QUESTIONAMENTOS

O número de 34 (trinta e quatro) cadastros de questionamentos ocorreram durante a Audiência, sendo todos respondidos durante o evento. É importante destacar que algumas pessoas foram embora e não se manifestaram. No ANEXO XXVIII é possível ver a lista de cadastro.

6.3 DOCUMENTOS APRESENTADOS E PROTOCOLADOS DURANTE A AUDIÊNCIA E APÓS A AUDIÊNCIA

Durante a audiência e após foram apresentados os seguintes documentos:

Quadro 4: Lista dos documentos recebidos durante e após a Audiência Pública da Ônix Céu Aberto Mineração.

Instituição	Documento
Representante da Prefeitura Municipal de Serro/MG	Ofício GP nº 212/2024 – Apresentação das medidas compensatórias propostas pelo Município de Serro/MG em face do Licenciamento Ambiental SLA nº 2198/2022 em análise do Empreendimento Ônix Céu Aberto Mineração
Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais / MG	Nota técnica sobre o EIA – RIMA do Projeto Céu Aberto – Ônix Mineração S/A
Procuradora Geral da Prefeitura Municipal de Serro/MG	Errata do oficio GP nº 212/2024 – Apresentação das medidas compensatórias propostas pelo Município de Serro/MG em face do Licenciamento Ambiental SLA nº 2198/2022 em análise do Empreendimento Ônix Céu Aberto Mineração
Instituto Guaicuy	QUESTIONAMENTOS referentes ao PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL SLA No 2108/2022 - PROJETO ÔNIX CÉU ABERTO MINERAÇÃO

As respostas a esses documentos encontram-se no ANEXO XXX.

6.4 APRESENTAÇÃO

A apresentação da Audiência Pública pode ser conferida na íntegra no ANEXO XXXI.

6.5 RELATÓRIO TÉCNICO DO PROBLEMA DA TRANSMISSÃO

Como relatado durante a transmissão ocorreu um problema técnico na transmissão. Diante disso, foi elaborado um relatório técnico reportando o que ocorreu e que impossibilitou a transmissão (ANEXO XXXV).

6.6 REGISTROS FOTOGRÁFICOS

O registro fotográfico das participações presenciais na Audiência pode ser visualizado no ANEXO XXXII.

6.7 TRANSCRIÇÃO

As transcrições ipsis litteris pós-evento contendo todos os relatos da Audiência podem ser acessadas no ANEXO XXXIII.

6.8 REGISTRO AUDIOVISUAL

O registro audiovisual em vídeo da audiência pode ser acessado no ANEXO XXXIV.

6.9 EQUIPE TÉCNICA

Os quadros abaixo apresentam os profissionais envolvidos na produção da Audiência Pública, sendo o Quadro 5, os profissionais da Ônix Céu Aberto Mineração; o Quadro 6, os profissionais da Geoline Engenharia, o Quadro 7, os profissionais da Bem Ti Vi e os Quadro 8 as consultorias envolvidas na elaboração dos estudos ambientais.

Quadro 5: Ônix Céu Aberto Mineração.

Nome	**Função**
Gabriel Thadeu Baya Andrade	Empreendedor – Ônix Céu Aberto Mineração
Noelton Freitas	Empreendedor - Ônix Céu Aberto Mineração
Renato de Assis Pinheiro	Advogado
Laiane Alvim	Analista Ambiental
Rafael Nogueira Brandão	Engenheiro de Minas
Marcelo de Morais Costa	Gerente

Quadro 6: Geoline Engenharia Ltda.

Nome	Função
Charles Alessandro Mendes de Castro	Advogado
Marina Aparecida Pimenta da Cruz Correa	Advogada
Jefferson	Comunicação
Bruno Vieira Pereira	Engenheiro Ambiental
Luanna do Carmo Neves	Engenheira de Aquicultura
Camila Cássia de Assis	Engenheira Ambiental

Quadro 7: Bem Ti Vi

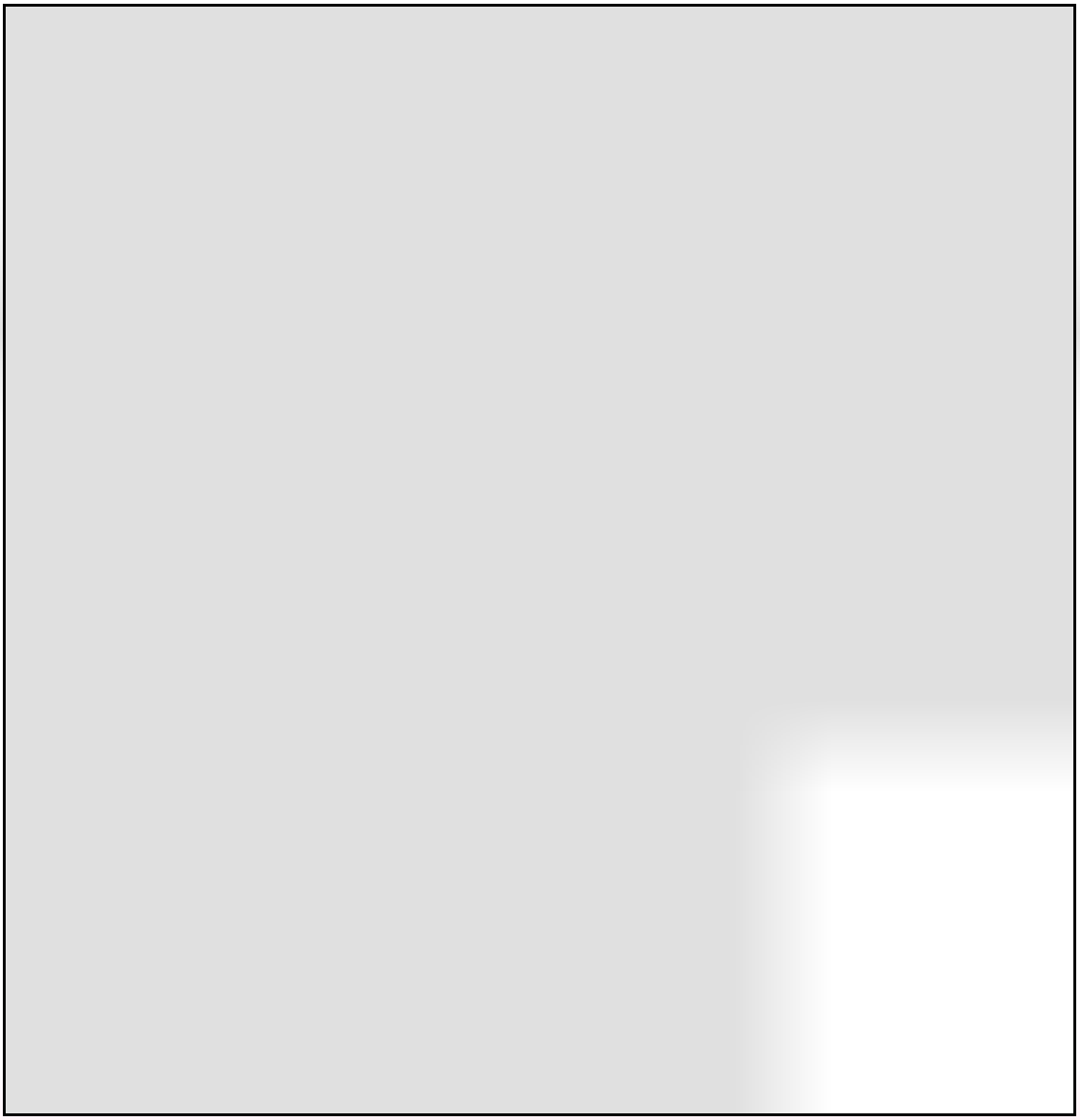
Nome	Função
Vinicius	Coordenação Geral
Bruna, Silvinha, Vanderleia e Maria.	Produção de kits lanches
Ariane	Gerente de produção do evento
Paloma e Mariana	Recepcionistas
Rubens.	Auxiliar de produção
Bruno	Garçom
João Bosco Barroso Vander Lúcia Rodrigues de Carvalho	Brigadistas:
Daniel, Reginaldo, Uanderson José Aparecido, Amanda Tiago Fernando, José Antônio Leandro Jucine	Seguranças
Anderson Alves	Câmera Man
Anderson Santos	Técnico de programação de câmeras
Bruno Reis	Técnico de Câmera
Ione Reis	Auxiliar de produção

Vinícius Miranda	Técnico de Som
Douglas	Técnico de painel
Badu	Montagem de Painel
Edilom	Técnico de internet
Igor	Operador de Gerador e eletricista
Paola Gabriela	Operadora de cronômetro
Rogério Feliciano Lucas Azevedo Hugo Campos Josemar dos Santos	Montagem de Som e estruturas
Ana Lívia e Maria	Auxiliares de limpeza:

Quadro 8: Consultorias

Instituto Gestão Verde
Versus Arqueologia e Patrimônio
Cultivar Meio Ambiente
GeoHorizonte
JSRBio Serviços Ambientais
SEMPAR
Geoengis

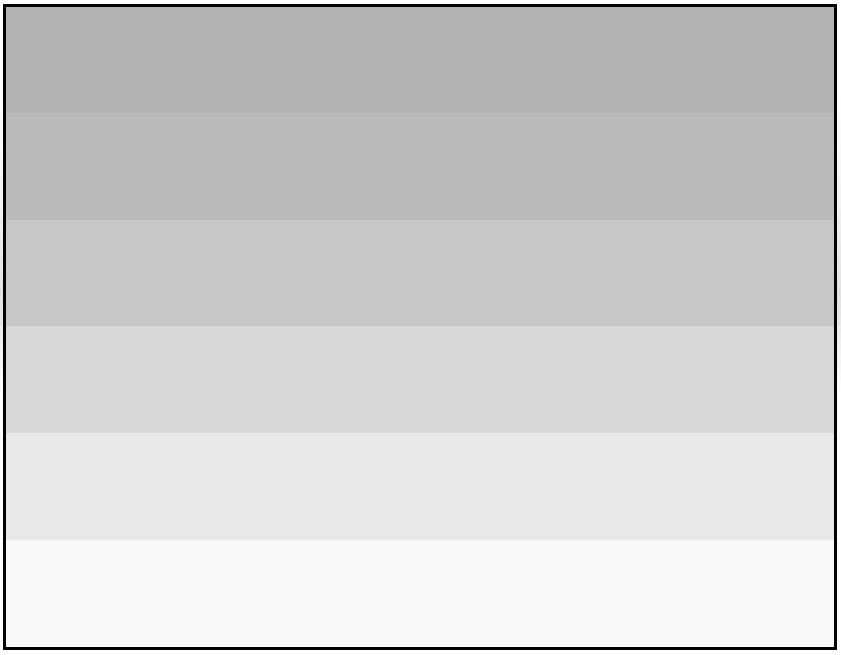
ANEXO I - EDITAL DE CONVOCAÇÃO



ANEXO II - PUBLICAÇÃO EM JORNAIS

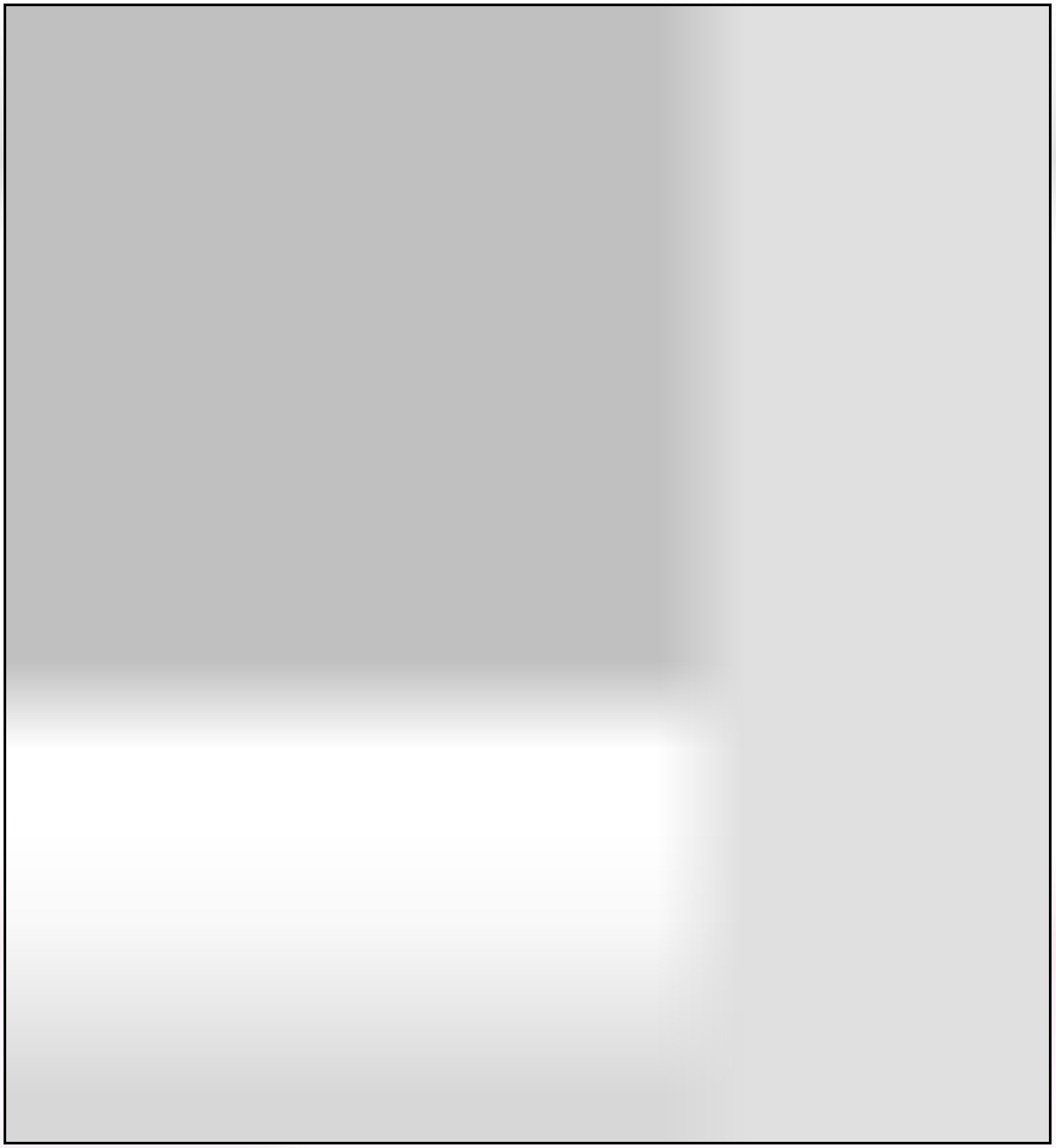
Jornal Estado de MG

Caderno Gerais página 36



Publicação Jornal Regional

Vila do Príncipe



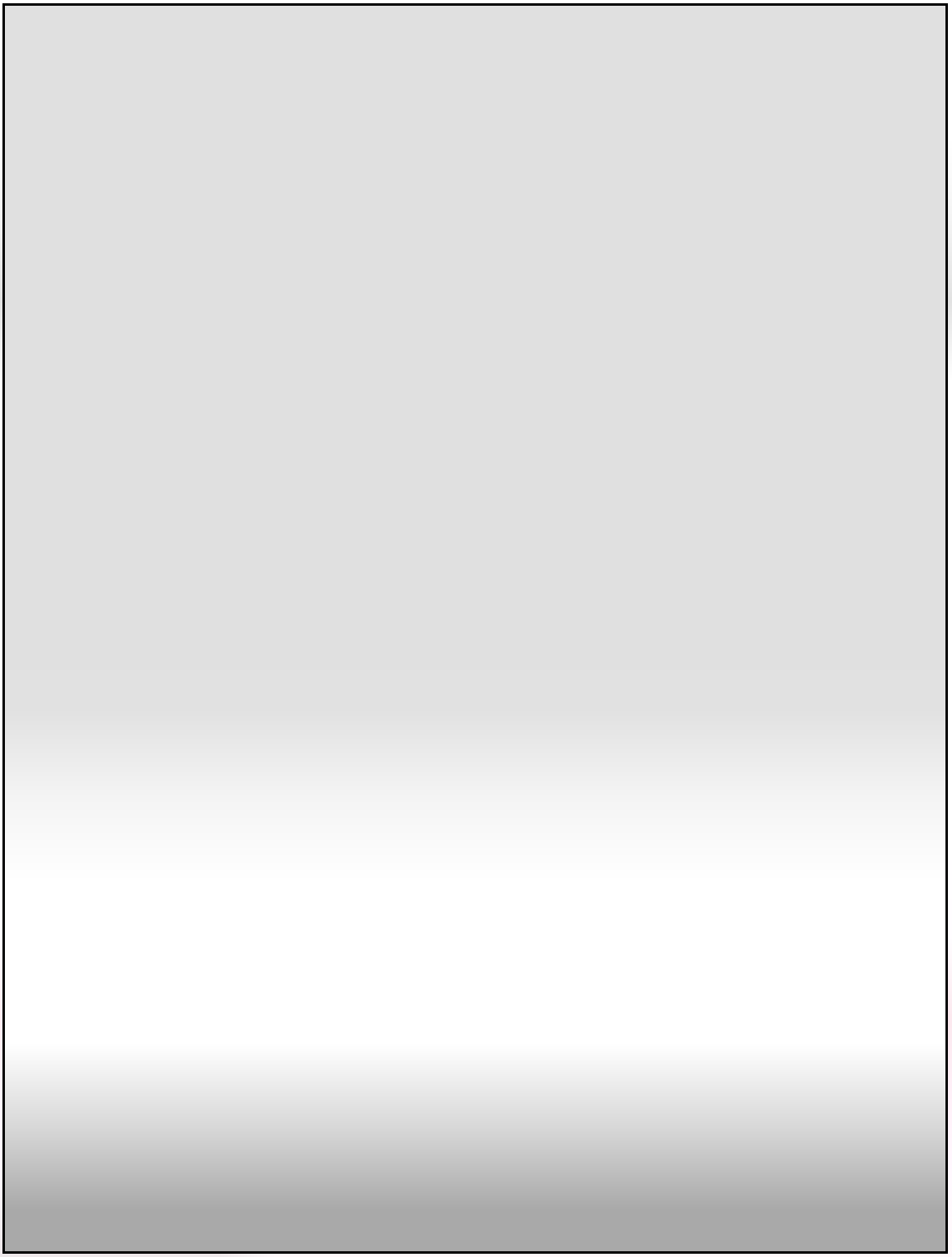
ANEXO III - REGISTRO DE CARTAZES

ANEXO IV - REGISTRO DE FAIXAS

ANEXO V - CONVITES

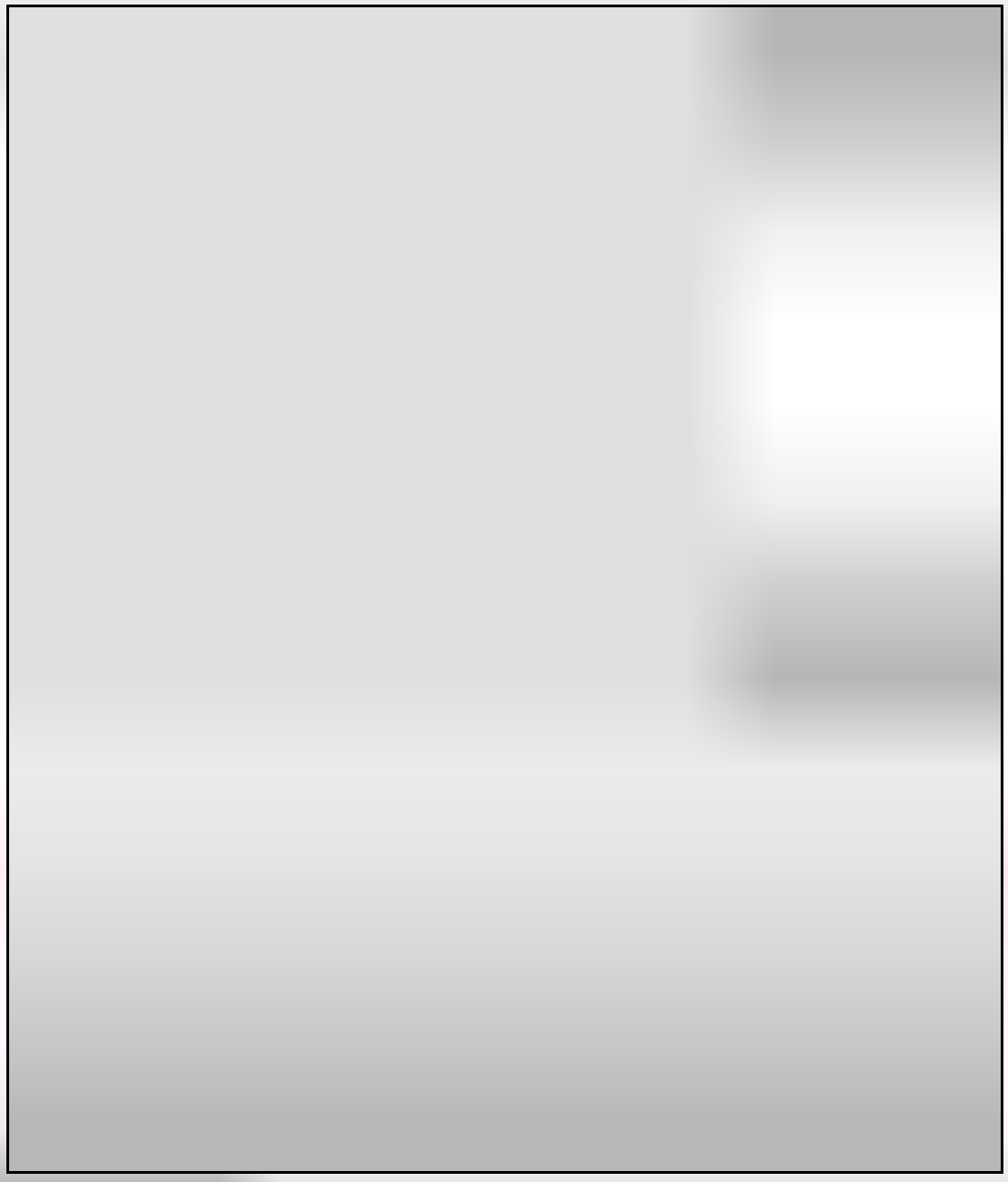
Convite – Solicitante

Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de MG



Convite – Solicitante

Instituto Guaicuy

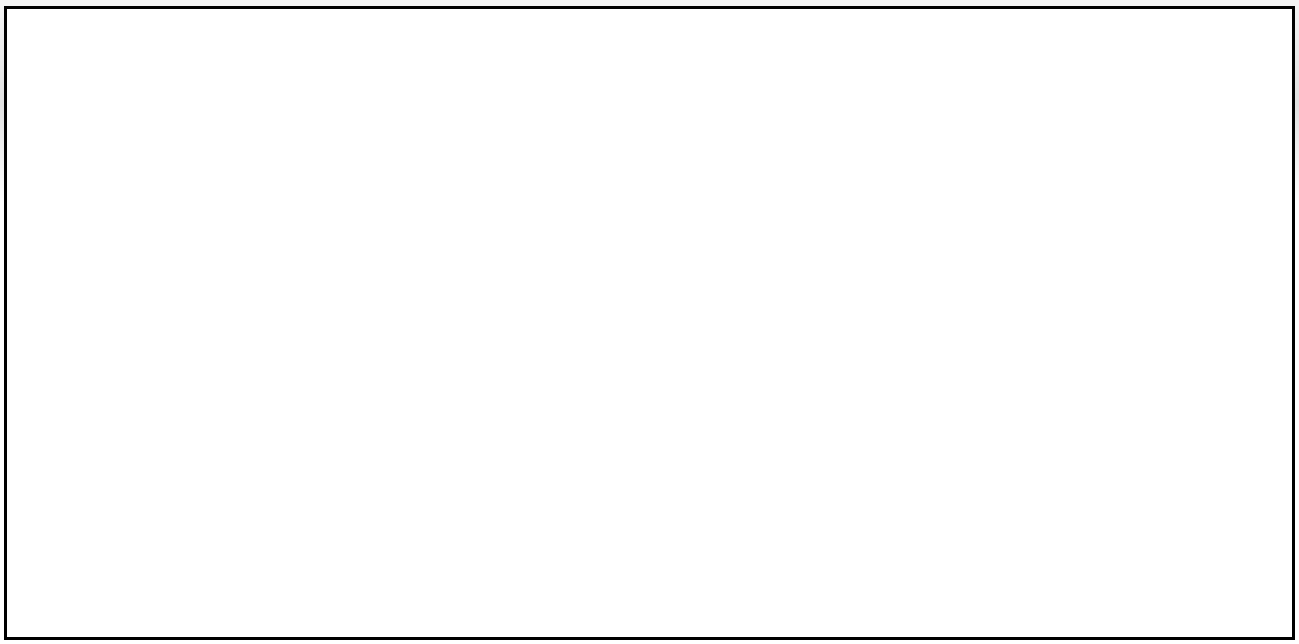


Convite – Solicitante

Associação Coletivo Margarida Alves de Assessoria Popular

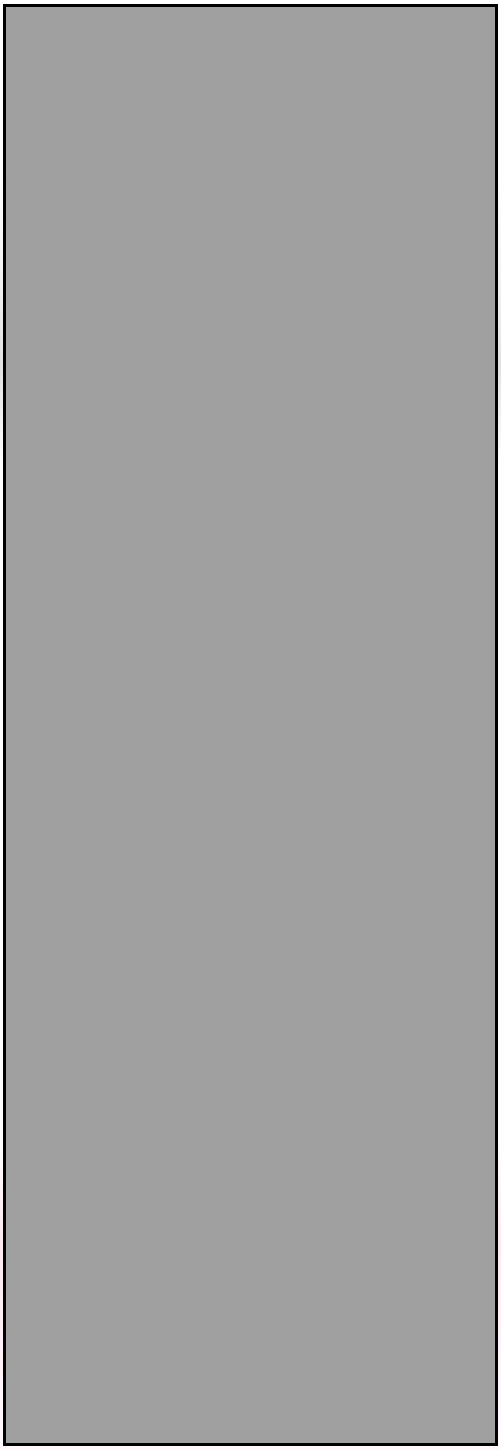
Convite – INCRA

Coordenação Geral de Regularização Fundiária de Território Quilombolas



Retorno – INCRA

ANEXO VI - ENVIO DE MALA DIRETA

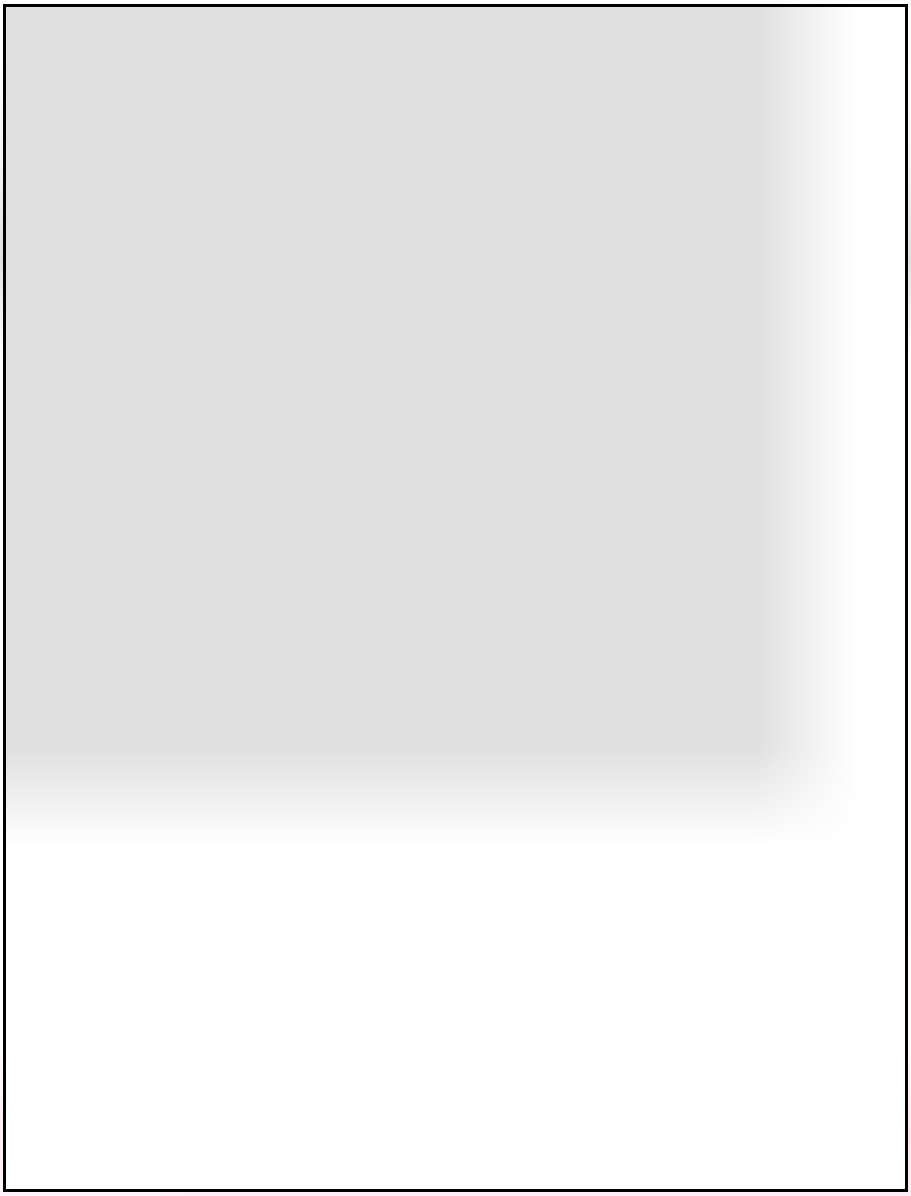


ANEXO VII – CARRO DE SOM

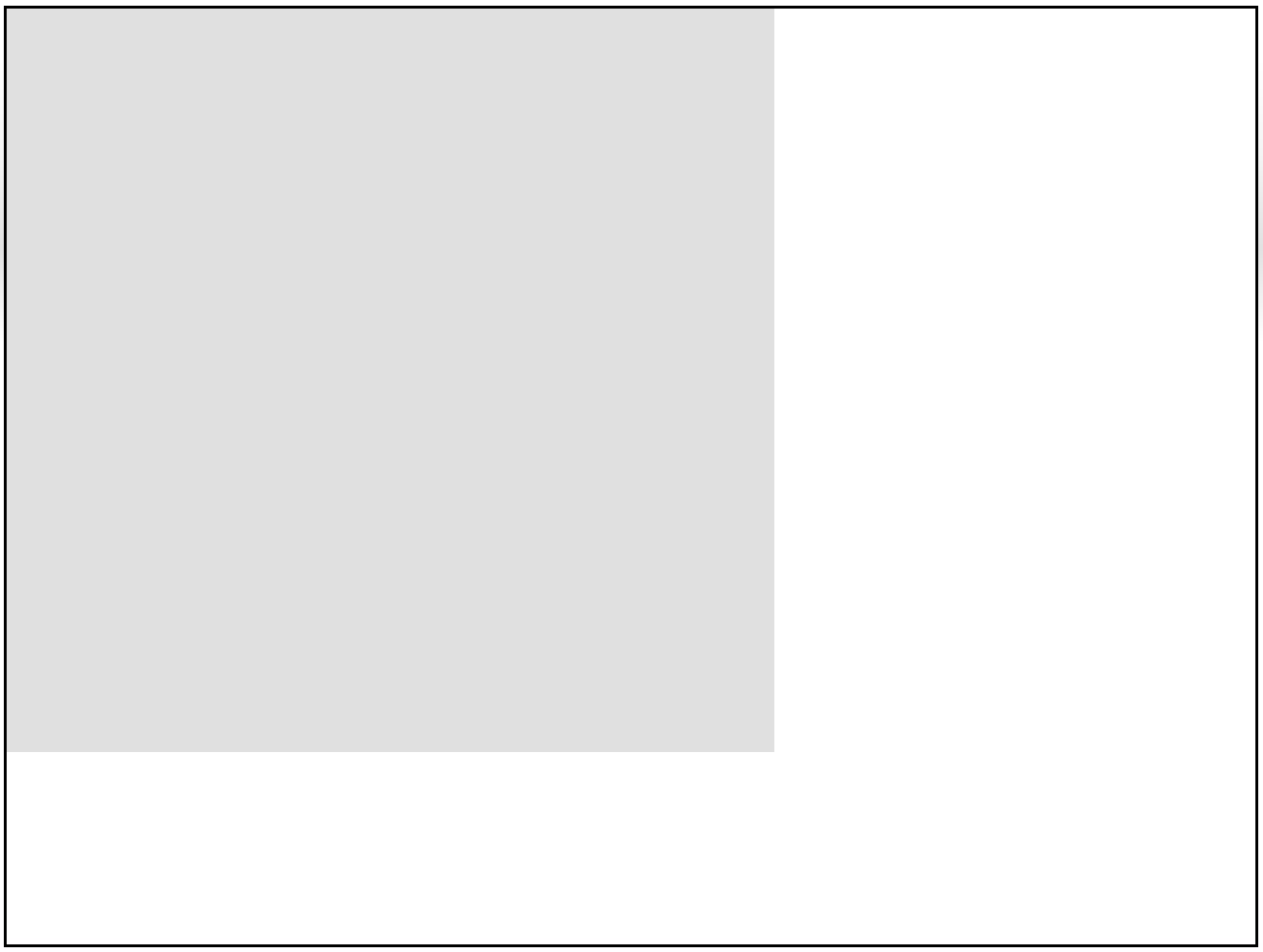
ANEXO VIII - PANFLETAGEM DE FLYER

ANEXO IX - INSERÇÃO DE RÁDIOS

Quadro de inserções – Rádio Mania

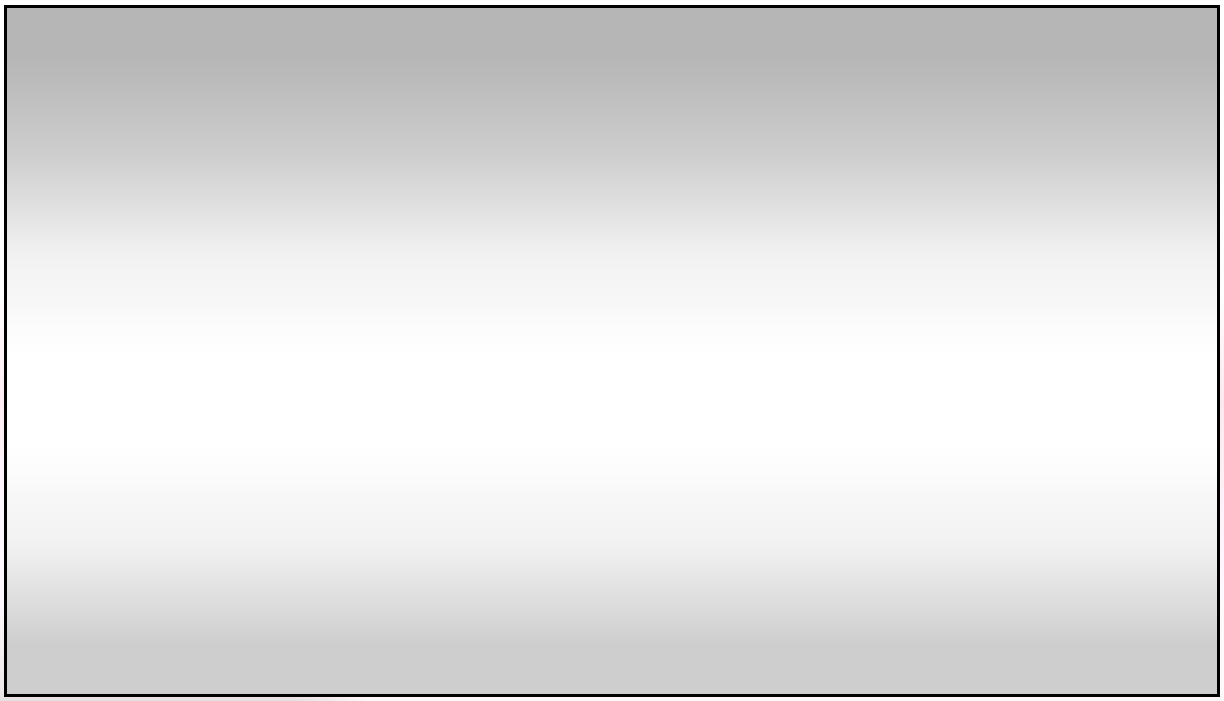


Quadro de inserções – Rádio Canarinho



ANEXO X - HOME PAGE E DISPONIBILIZAÇÃO DE EIA/RIMA

Divulgação na home page - 19/07/2024



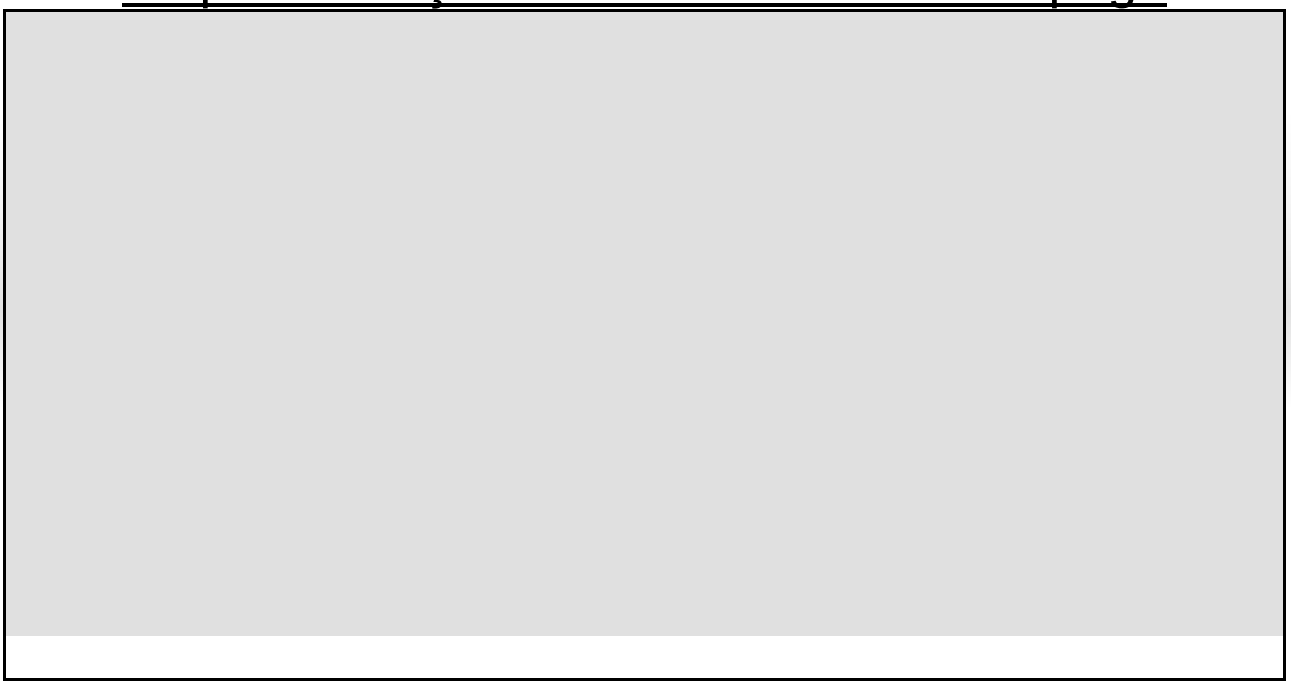
Disponibilização dos estudos na home page

Divulgação na home page - 24/07/2024

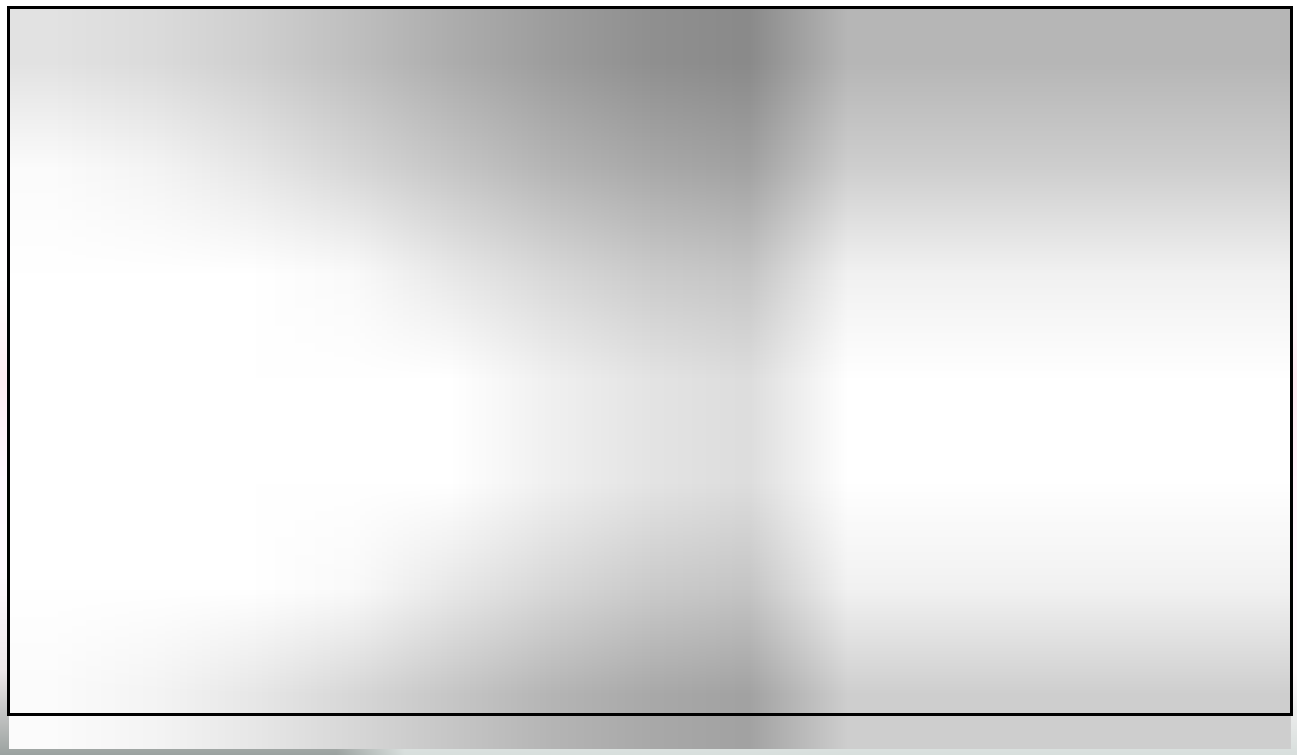
Disponibilização dos estudos na home page

Divulgação na home page - 26/07/2024

Disponibilização dos estudos na home page



Divulgação na home page - 28/07/2024

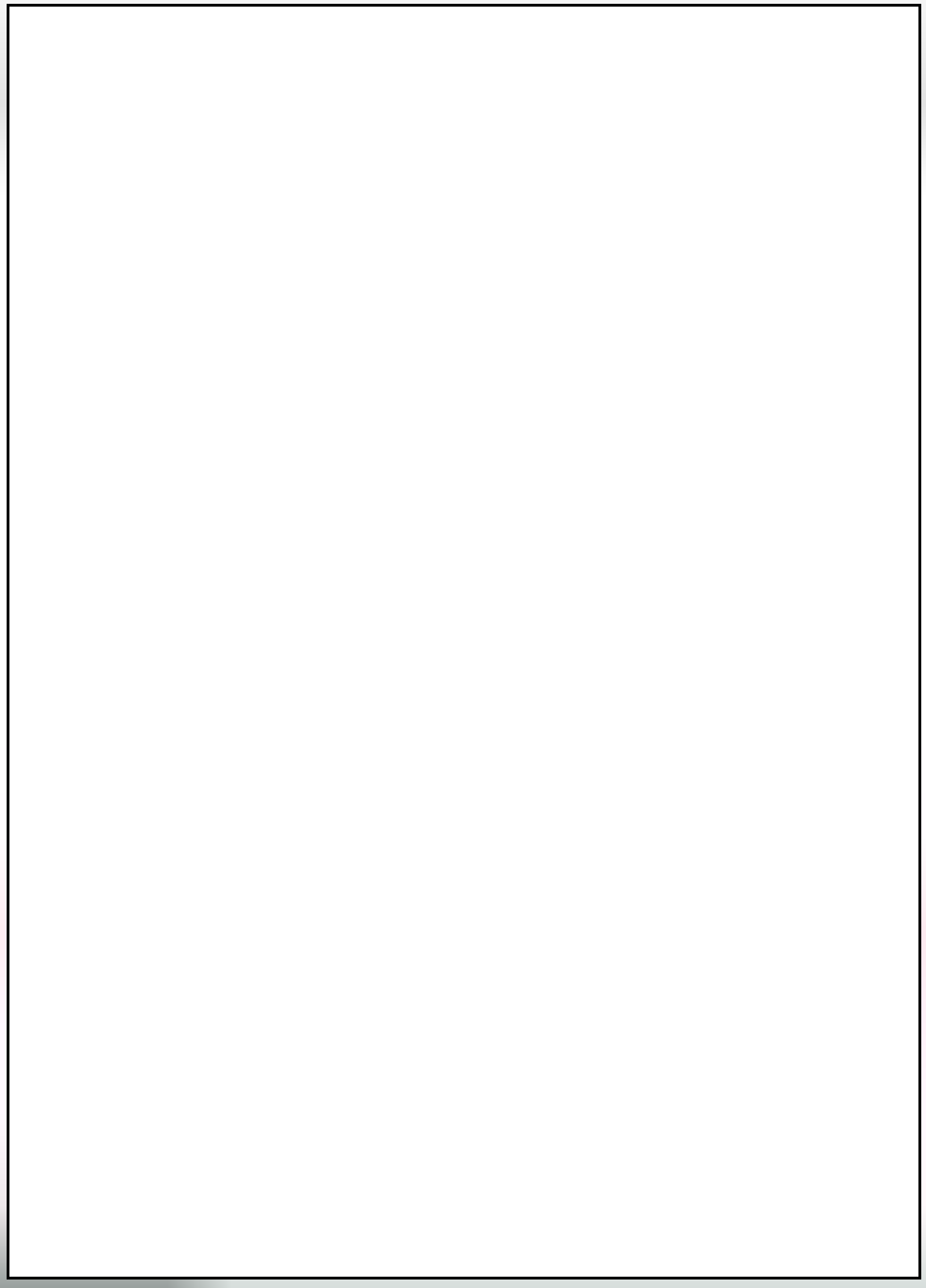


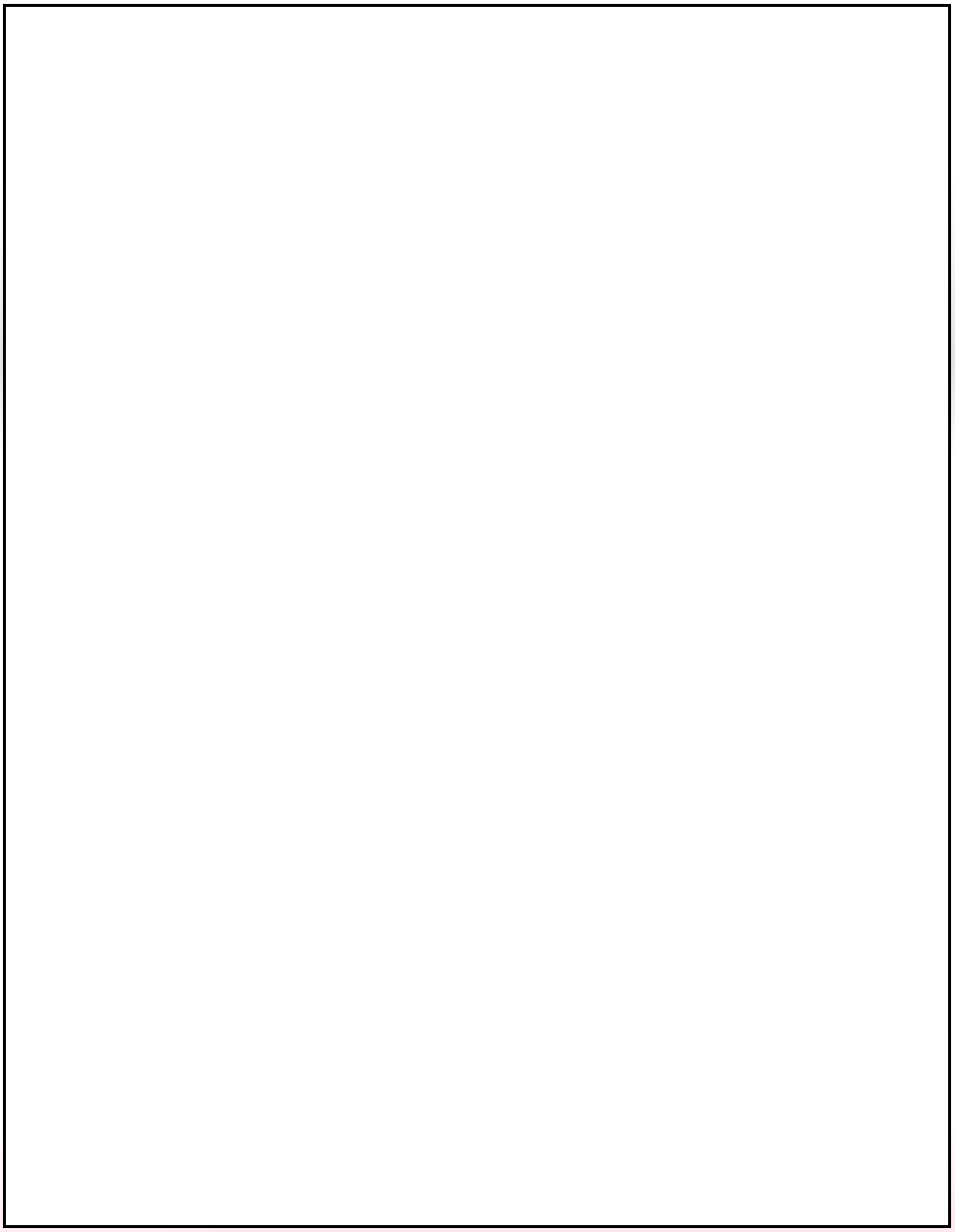
Disponibilização dos estudos na home page

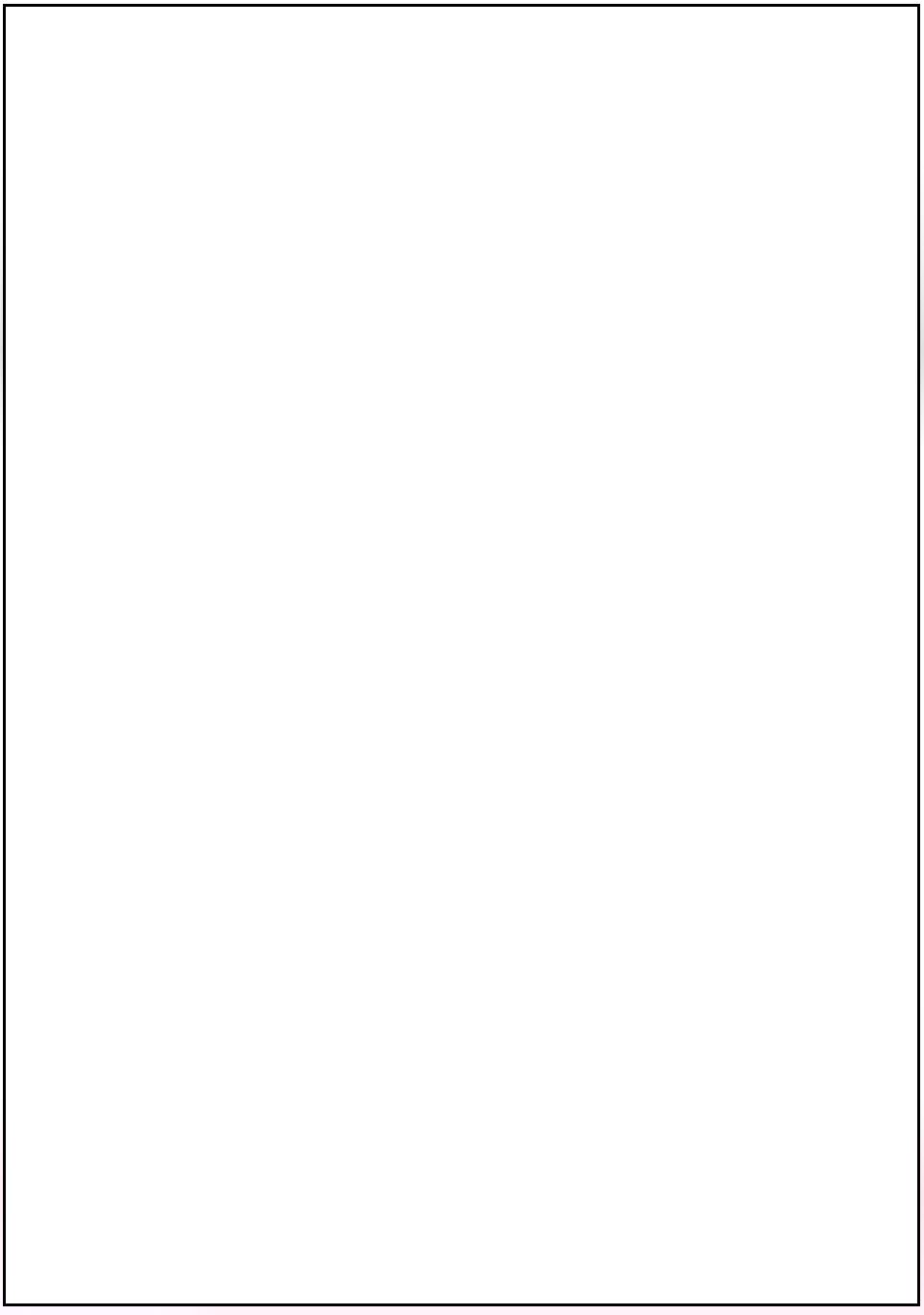
ANEXO XI – OFÍCIOS

Ofício nº 03/2024 – Secretaria de Saúde

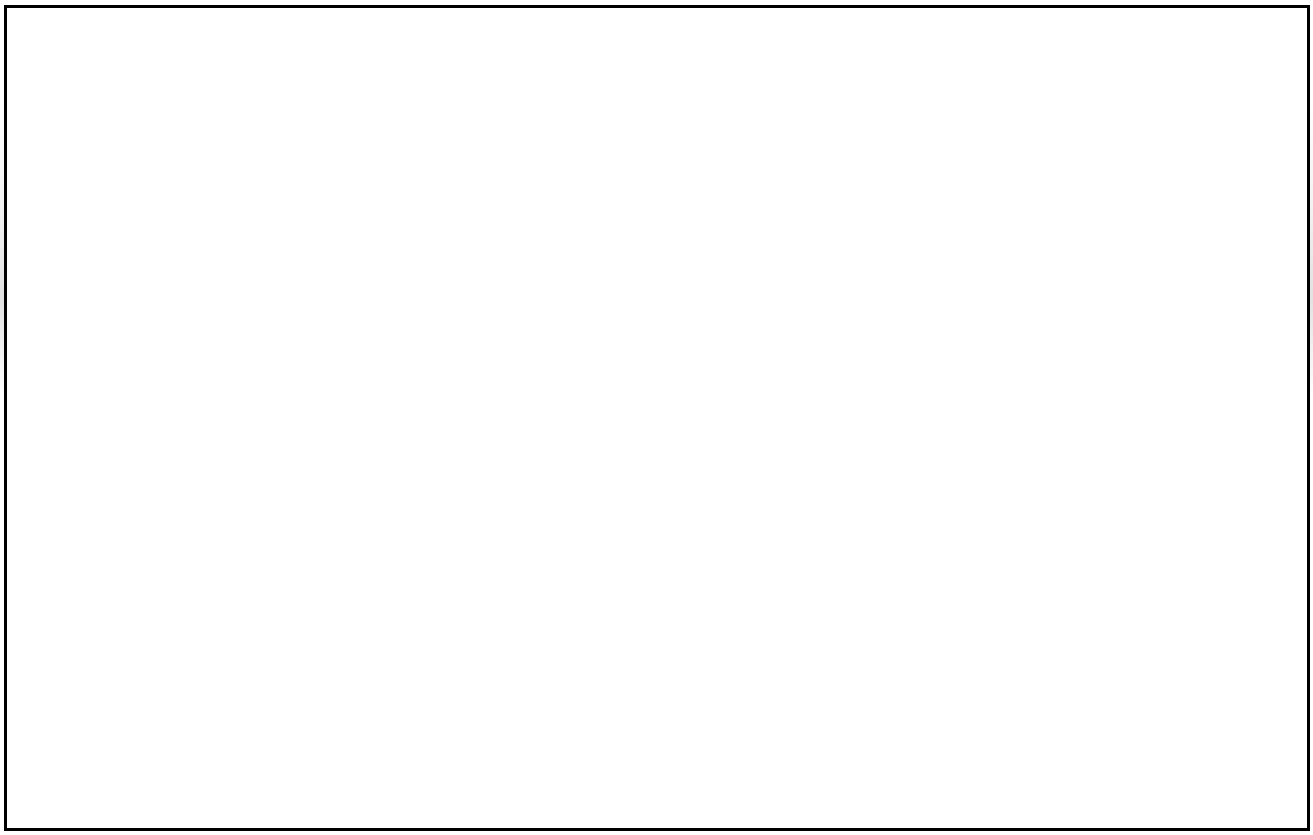
Solicitação: Requisição de ambulância



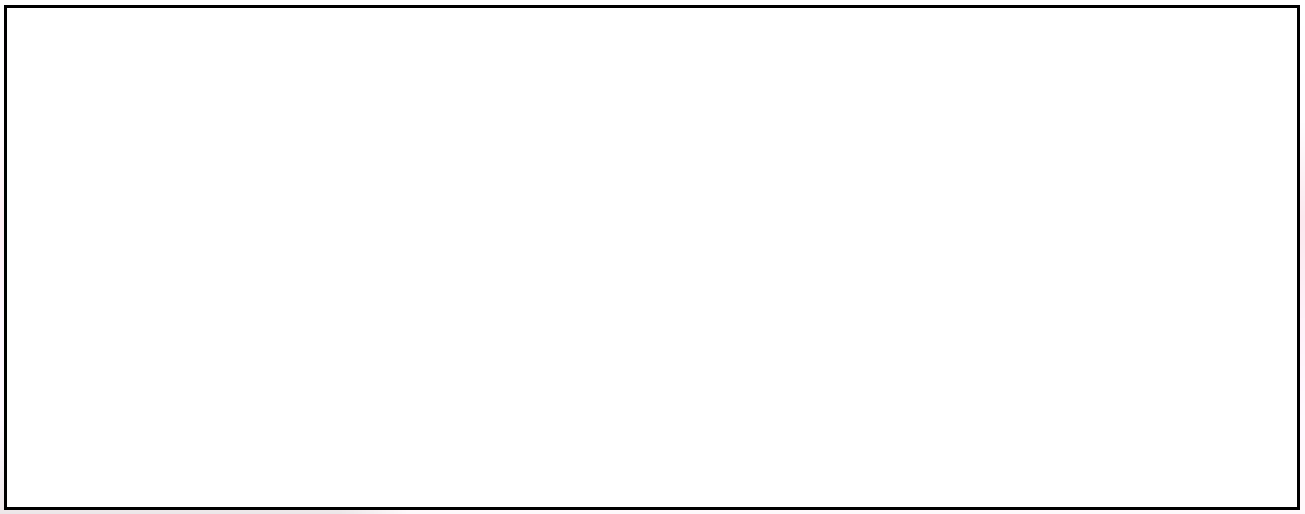




Envio do ofício

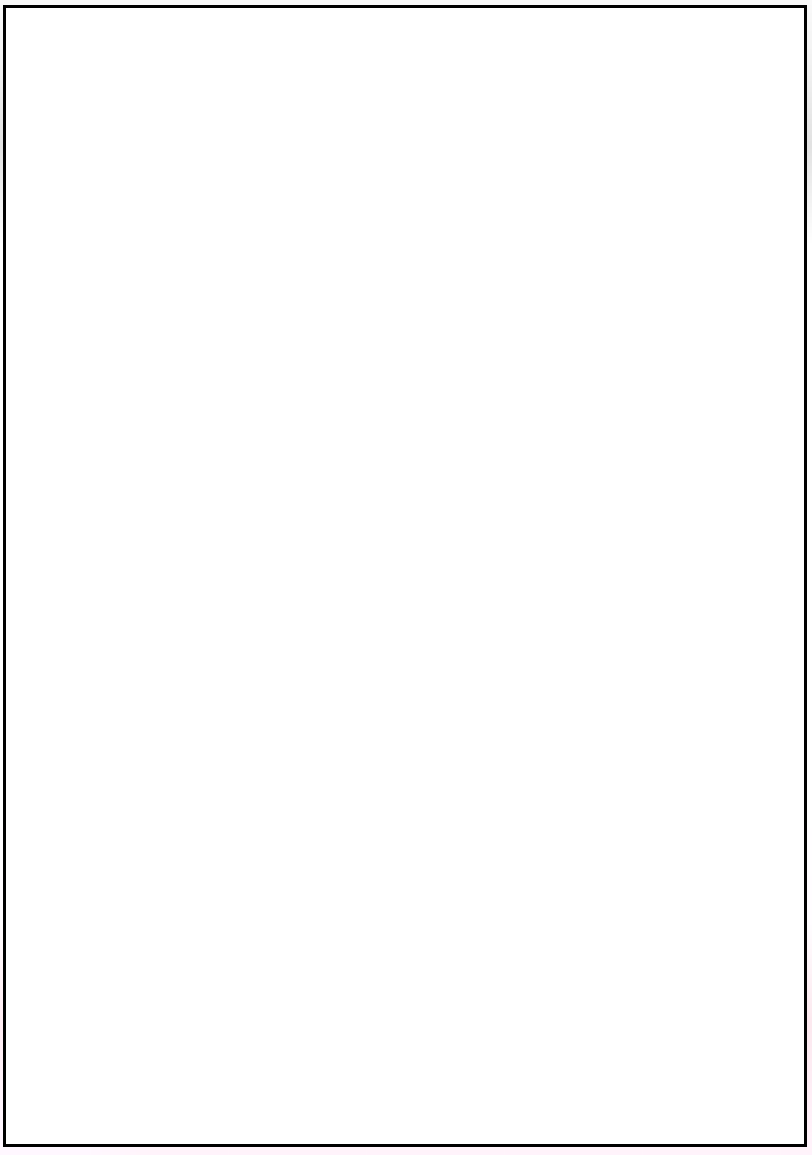


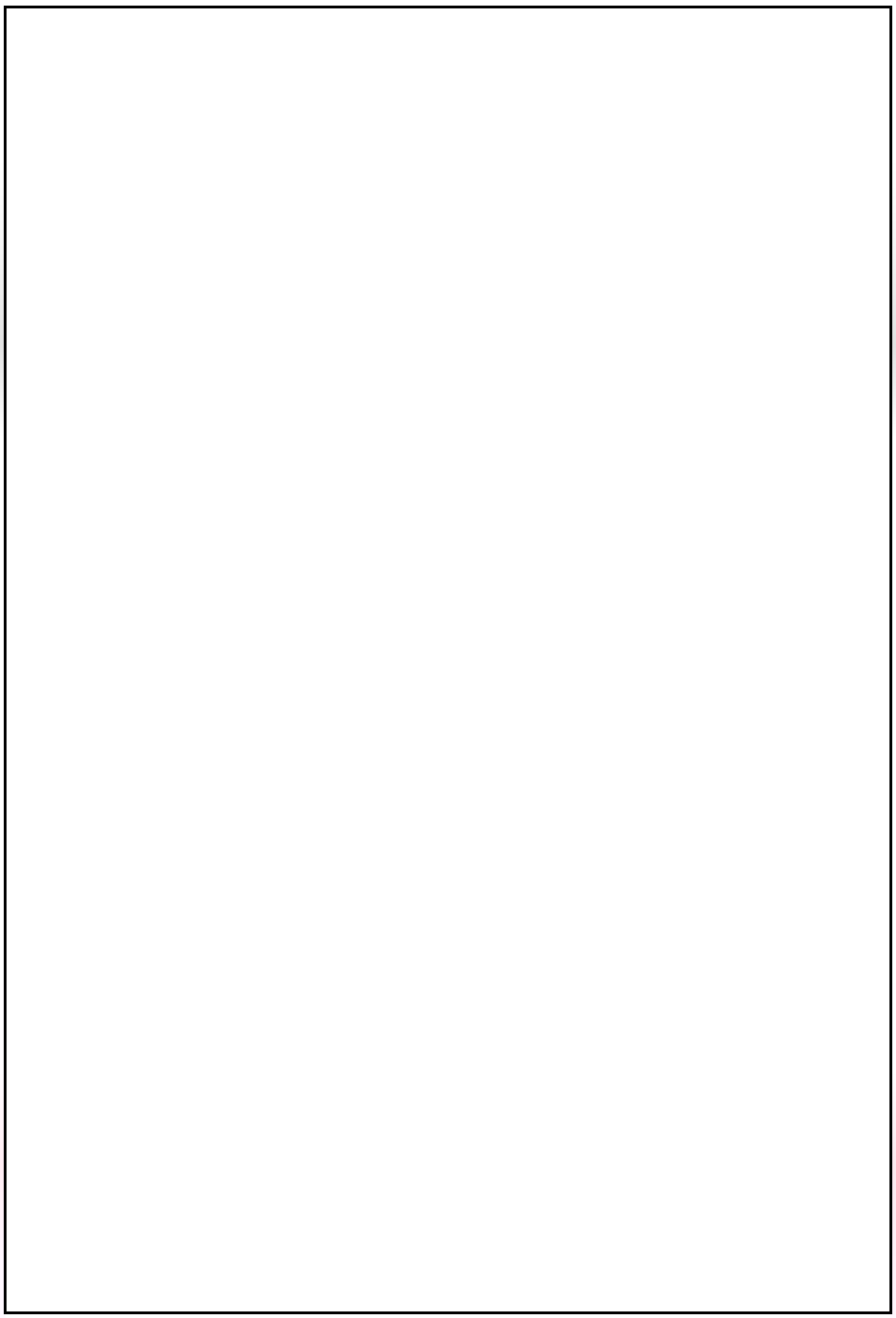
Resposta da Secretária de Saúde



Ofício nº 01/2024 – CIA da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

Solicitação: Apoio policiamento





E-mail enviado para a PMMG

Retorno da PMMG

ANEXO XII - CONVITES COMUNIDADES

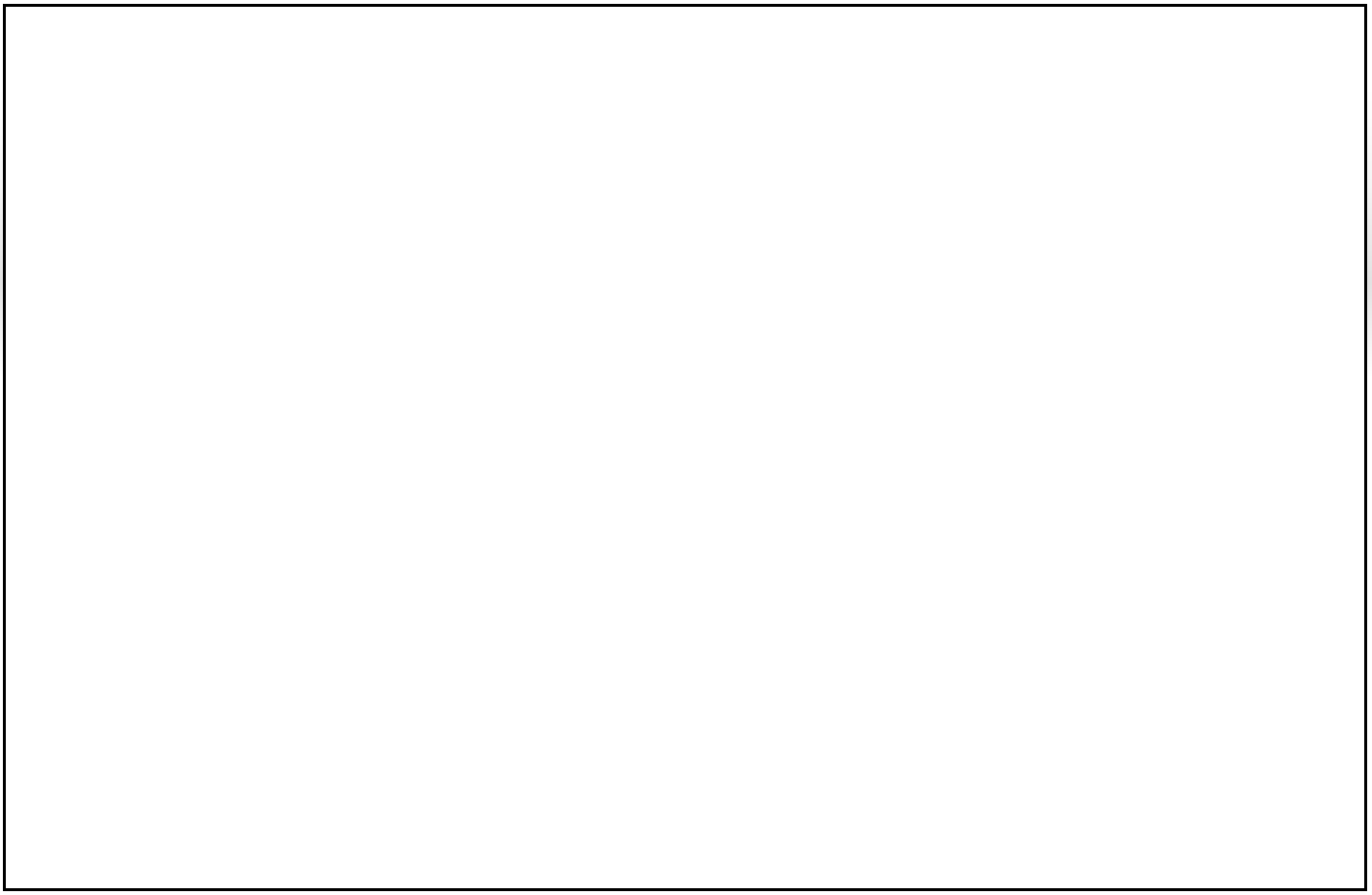
ANEXO XIII – CONVITES ELETRÔNICOS/PROTOCOLOS

Convite Instituição

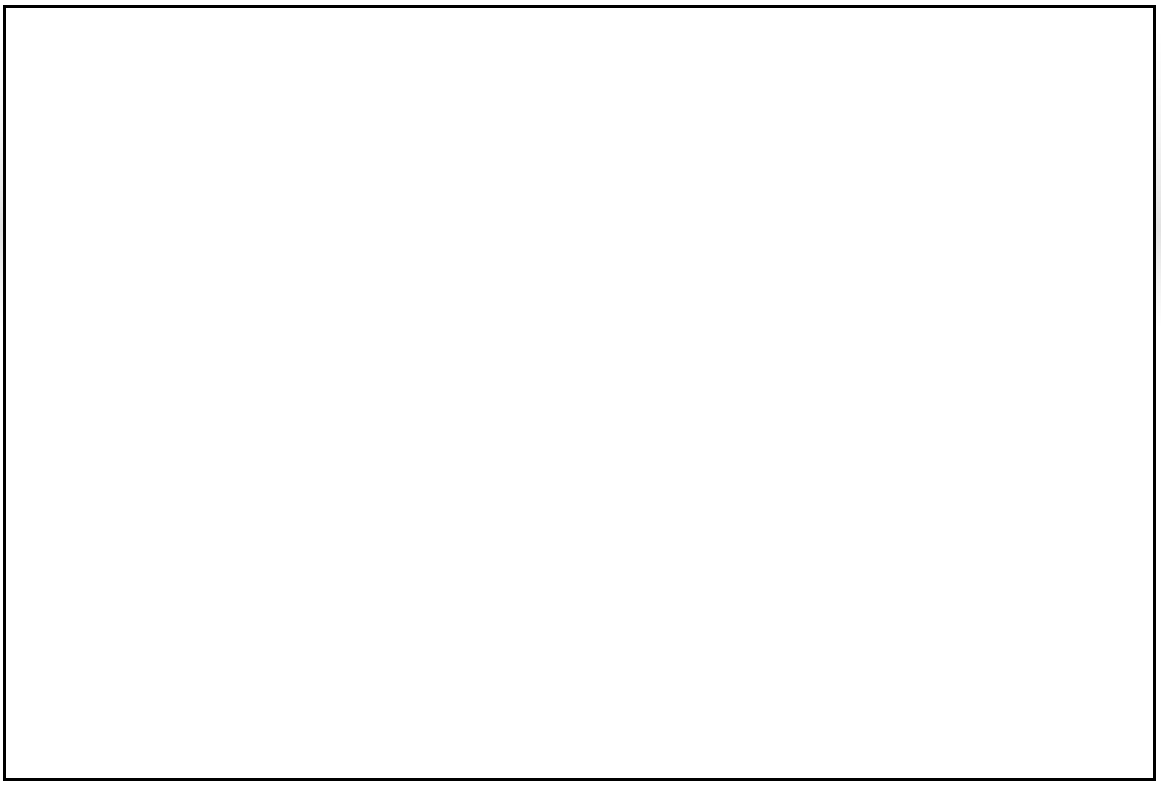
INCRA

Retorno – INCRA

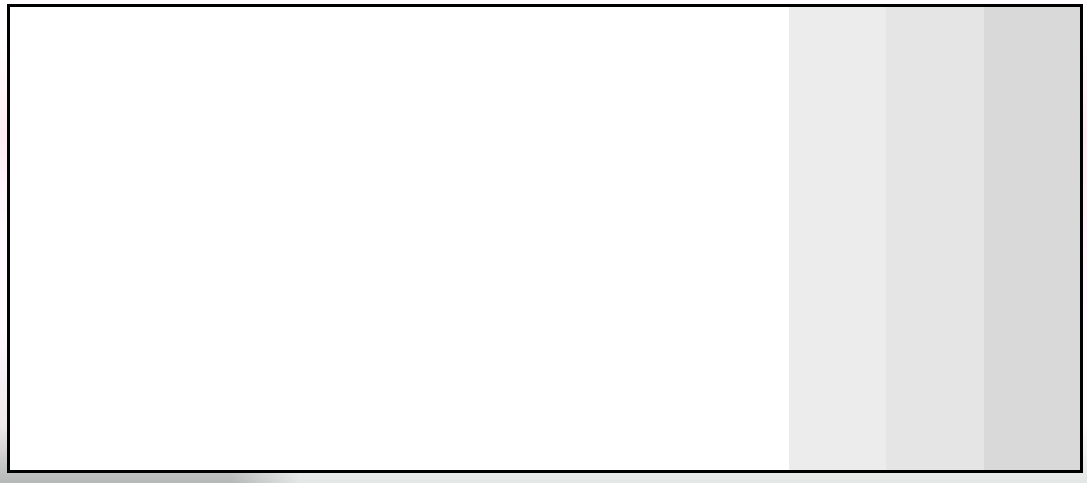
Convite – Fundação Cultural do Palmares



Convite – Associação Brasileira de Recursos Hídricos – ABRHidro



Retorno da Associação Brasileira de Recursos Hídricos – ABRHidro

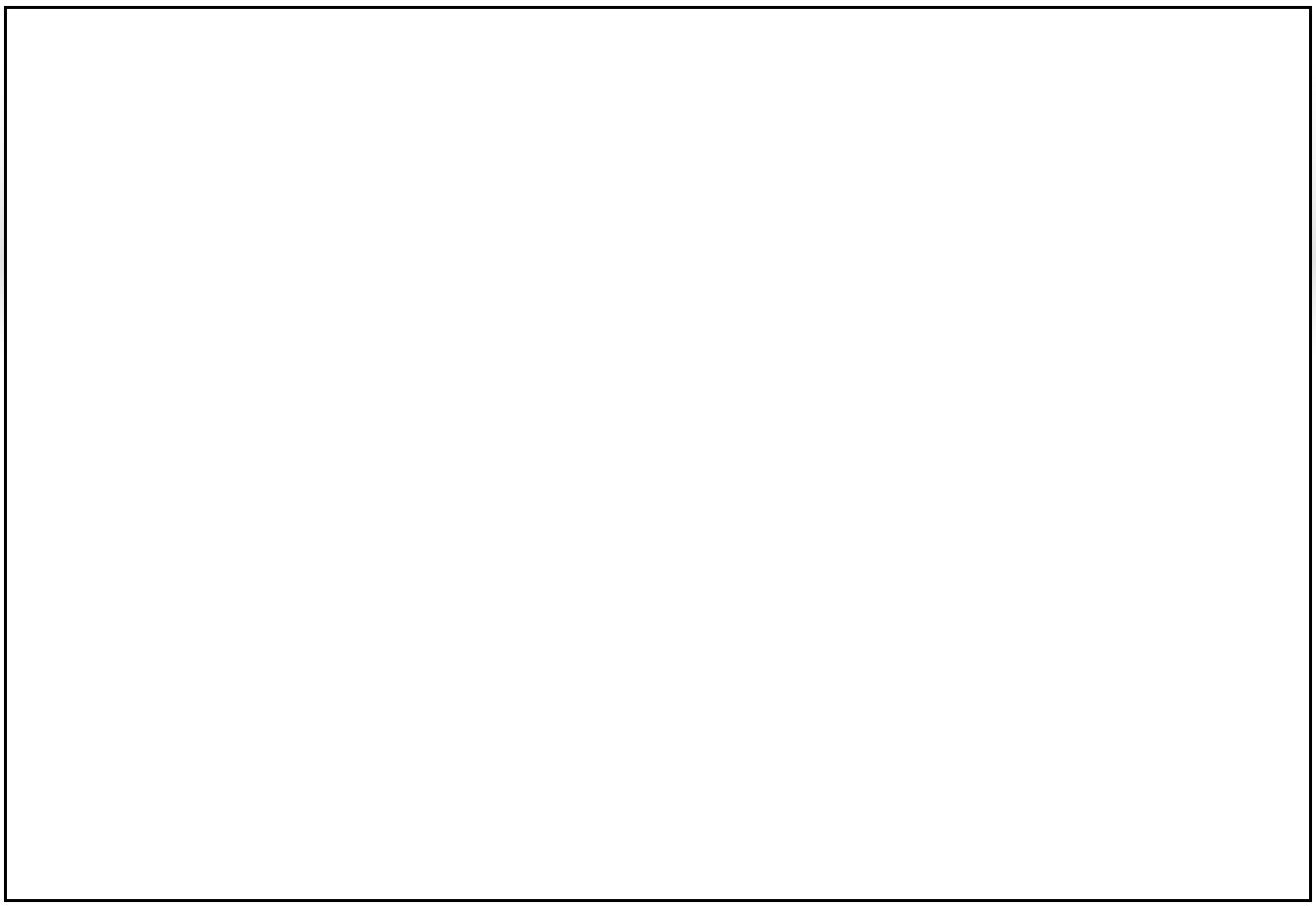


Convite – MPMG

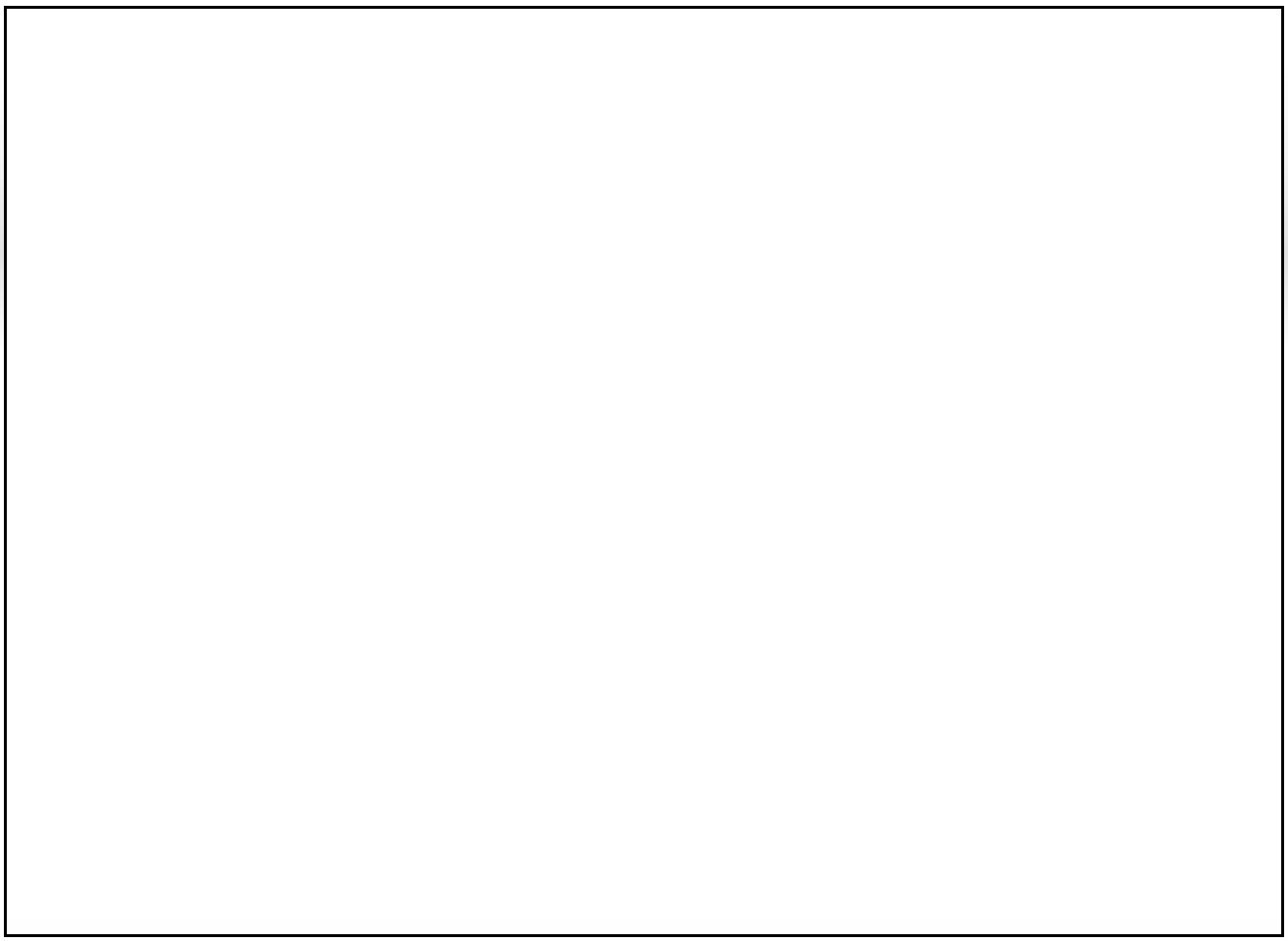
Convite – Diretoria D03

CBH do Rio Santo Antônio

Convite – Comitê da Bacia do Rio Doce



Convite – Ministério do Meio Ambiente



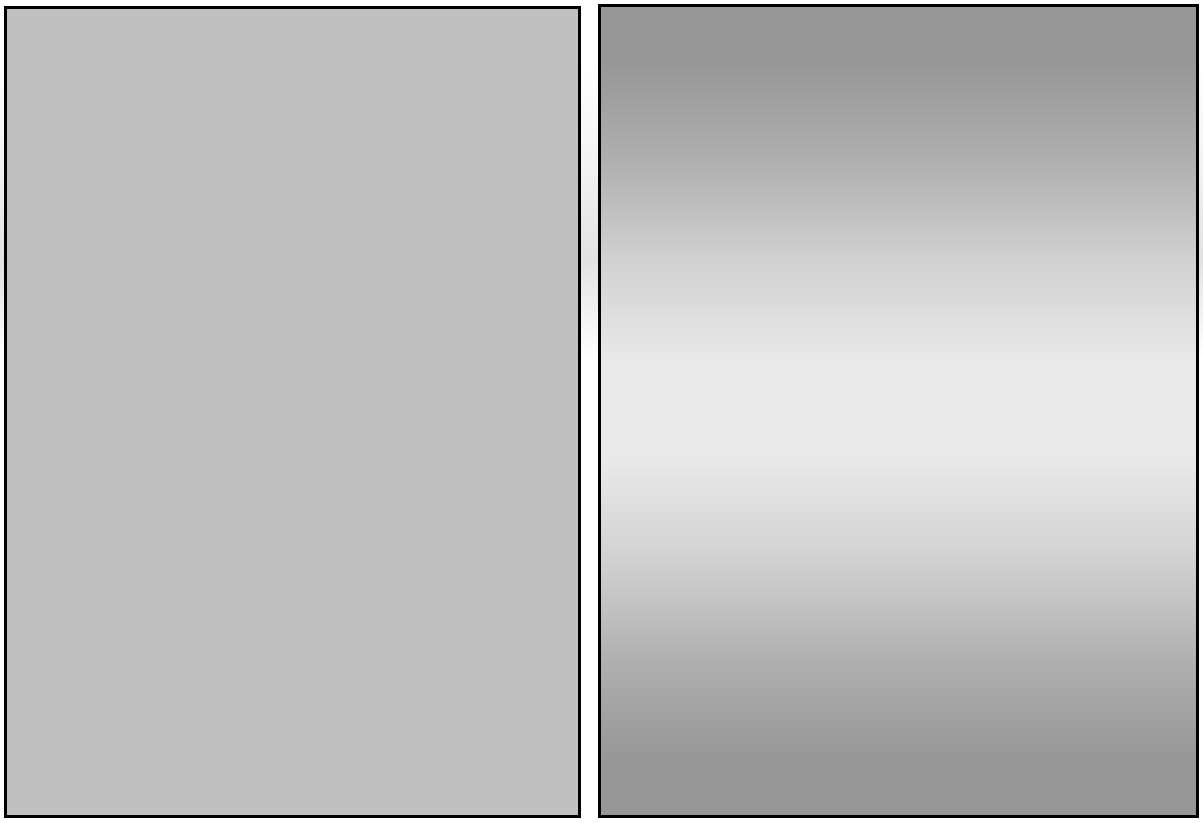
Convite – UR CM

ANEXO XIV - MENSAGEM DE WHATSAPP

ANEXO XV - PROTOCOLO DE EIA/RIMA

ANEXO XVI - AUTO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS

AVCB DO LOCAL DA AUDIÊNCIA PÚBLICA



ANEXO XVII - ORIENTAÇÕES DE SAÚDE E SEGURANÇA

ANEXO XVIII - DISPONIBILIZAÇÃO DE TRANSPORTE PÚBLICO

ANEXO XIX - BANHEIRO E BEBEDOUROS

ANEXO XX - KIT LANCHE

ANEXO XXI - POLICIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO XXII - AMBULÂNCIA

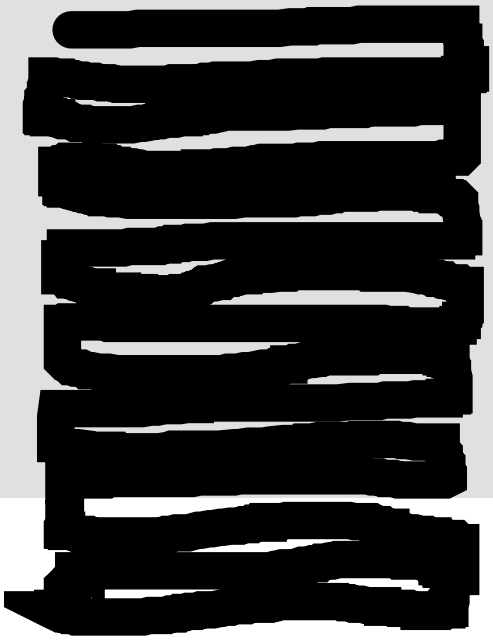
ANEXO XXIII - GERADOR DE ENEGIA

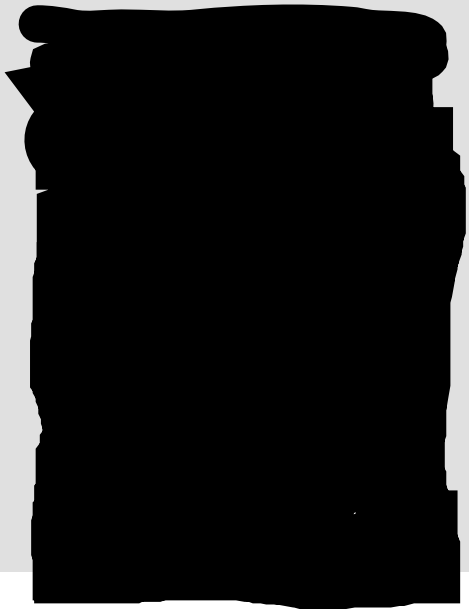
ANEXO XXIV - PROFISSIONAL DE LIBRAS

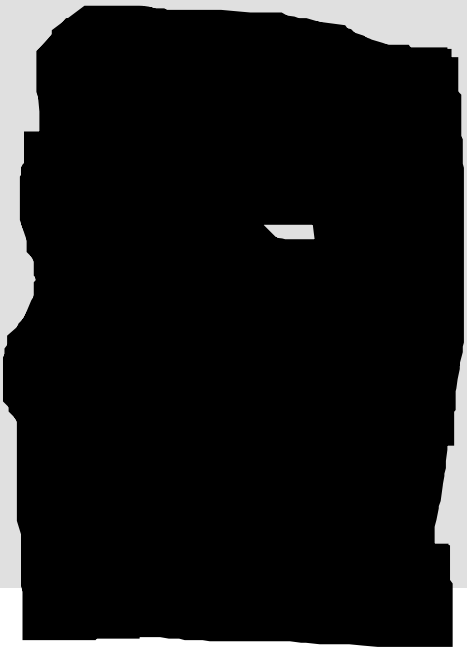
ANEXO XXV - ACESSIBILIDADE DO LOCAL

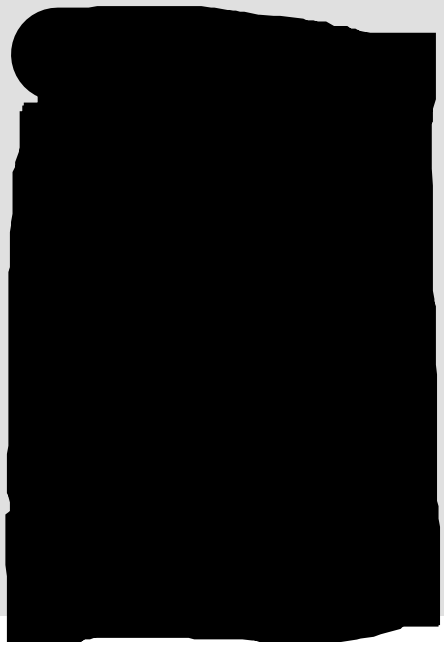
ANEXO XXVI - EXTINTORES DE COMBATE A INCÊNDIO

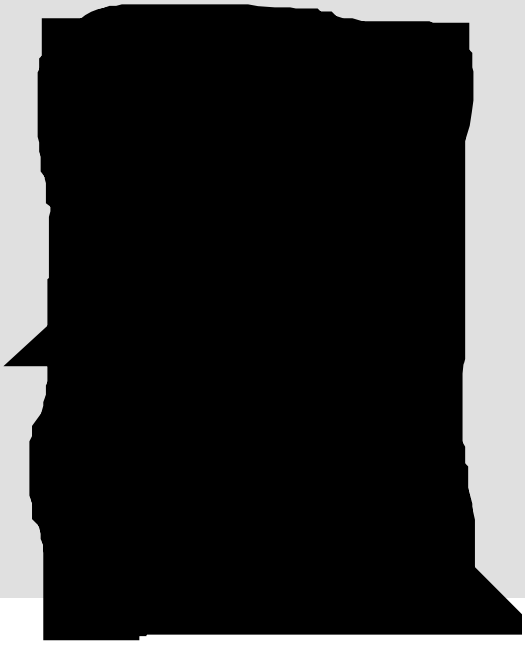
ANEXO XXVII - LISTA DE PRESENÇA

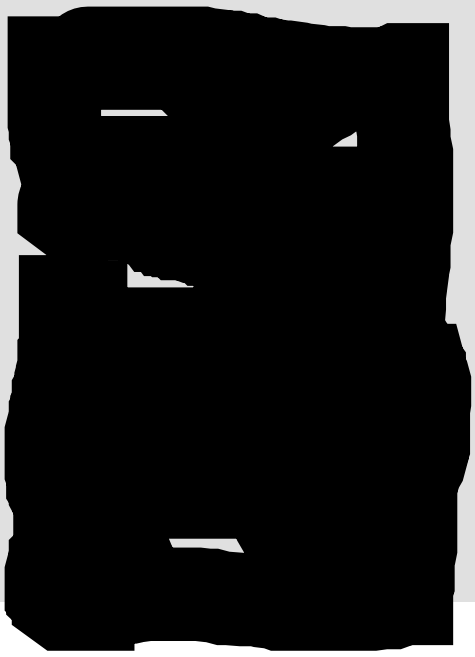


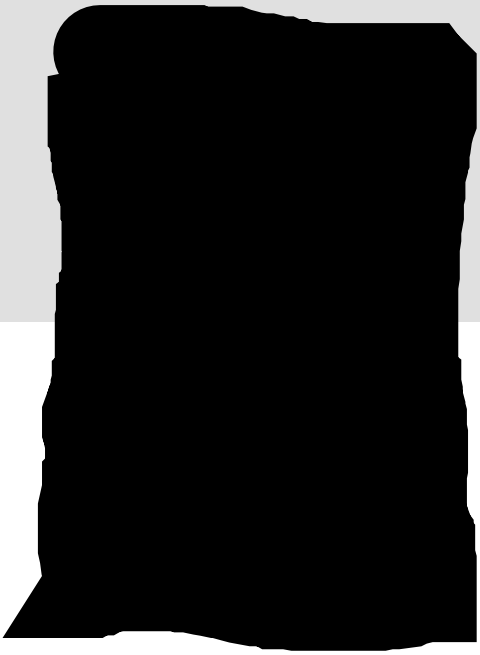


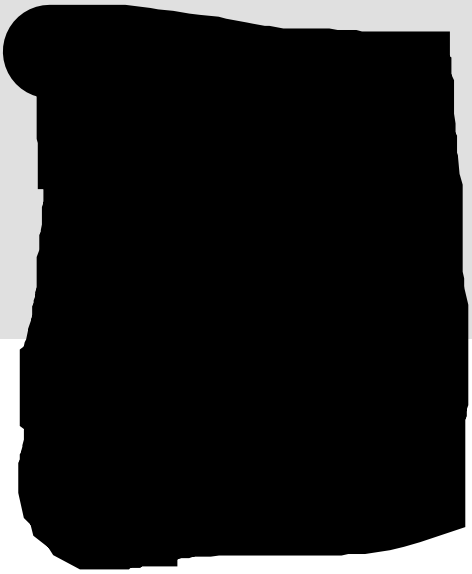


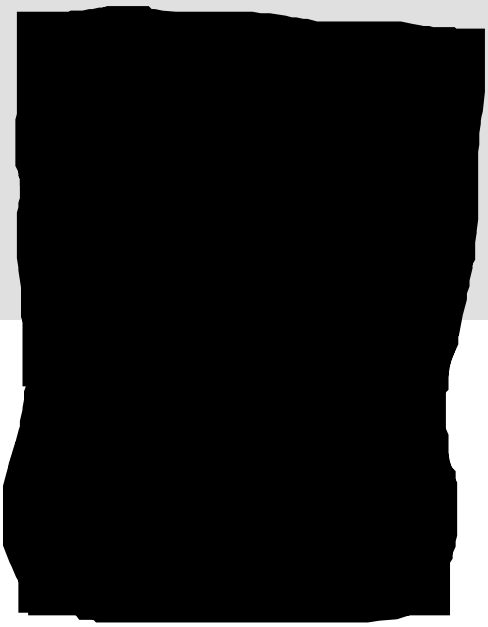


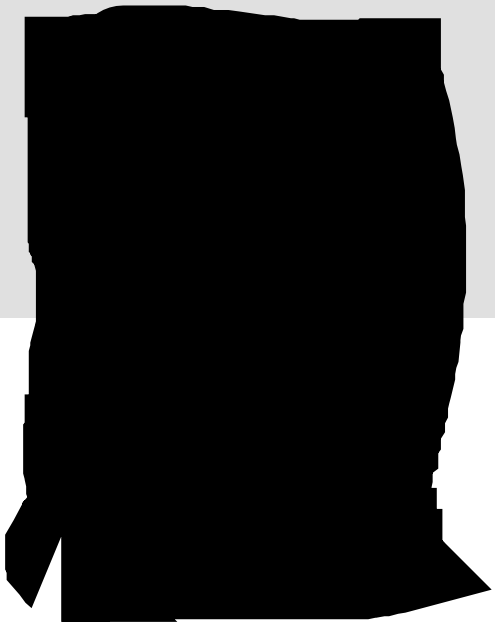


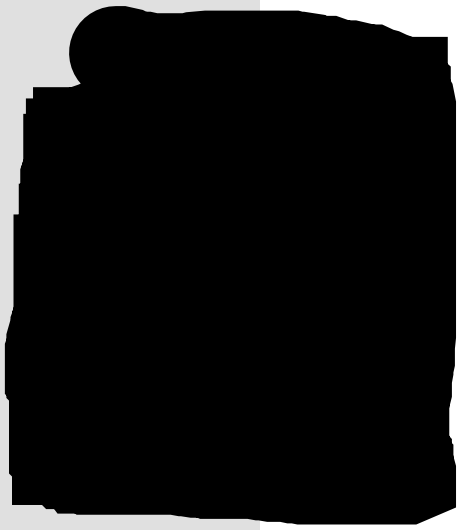


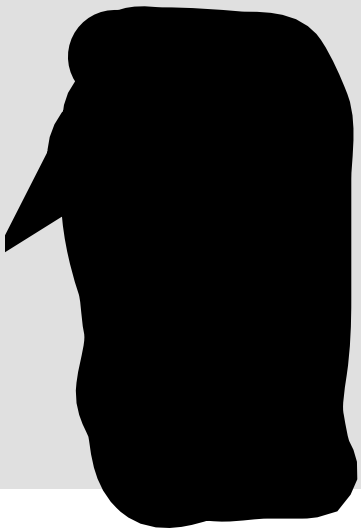


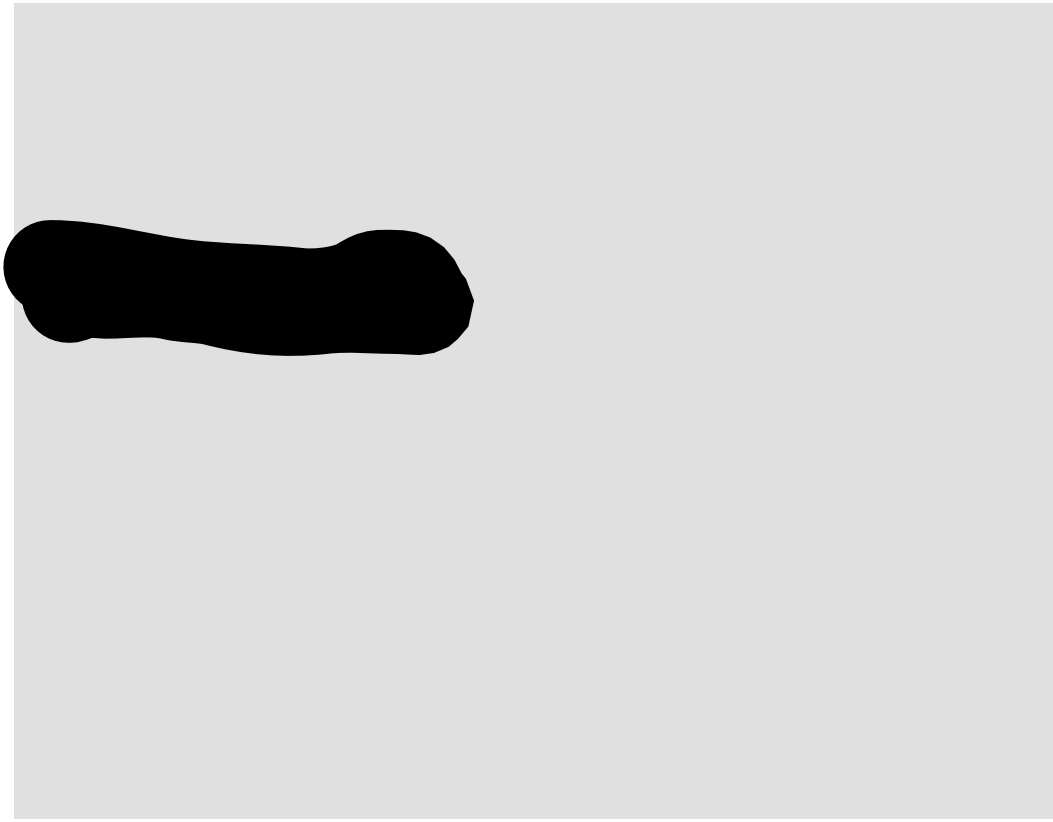


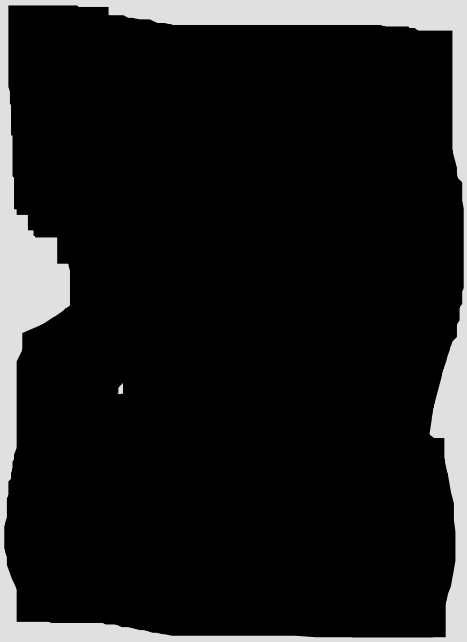


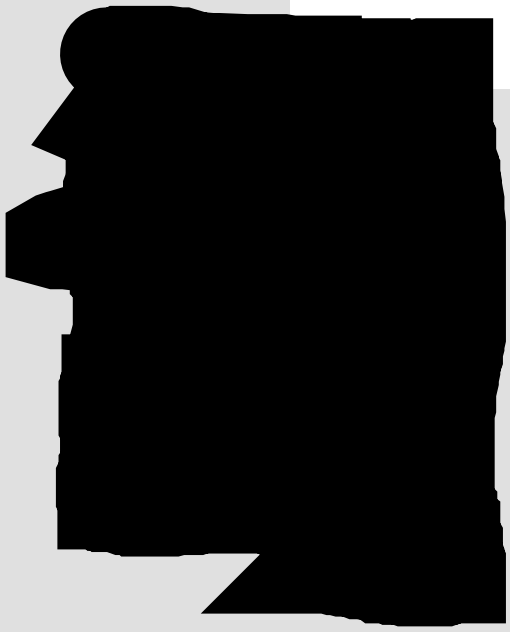


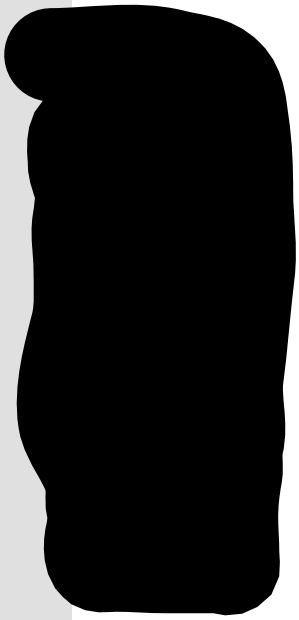




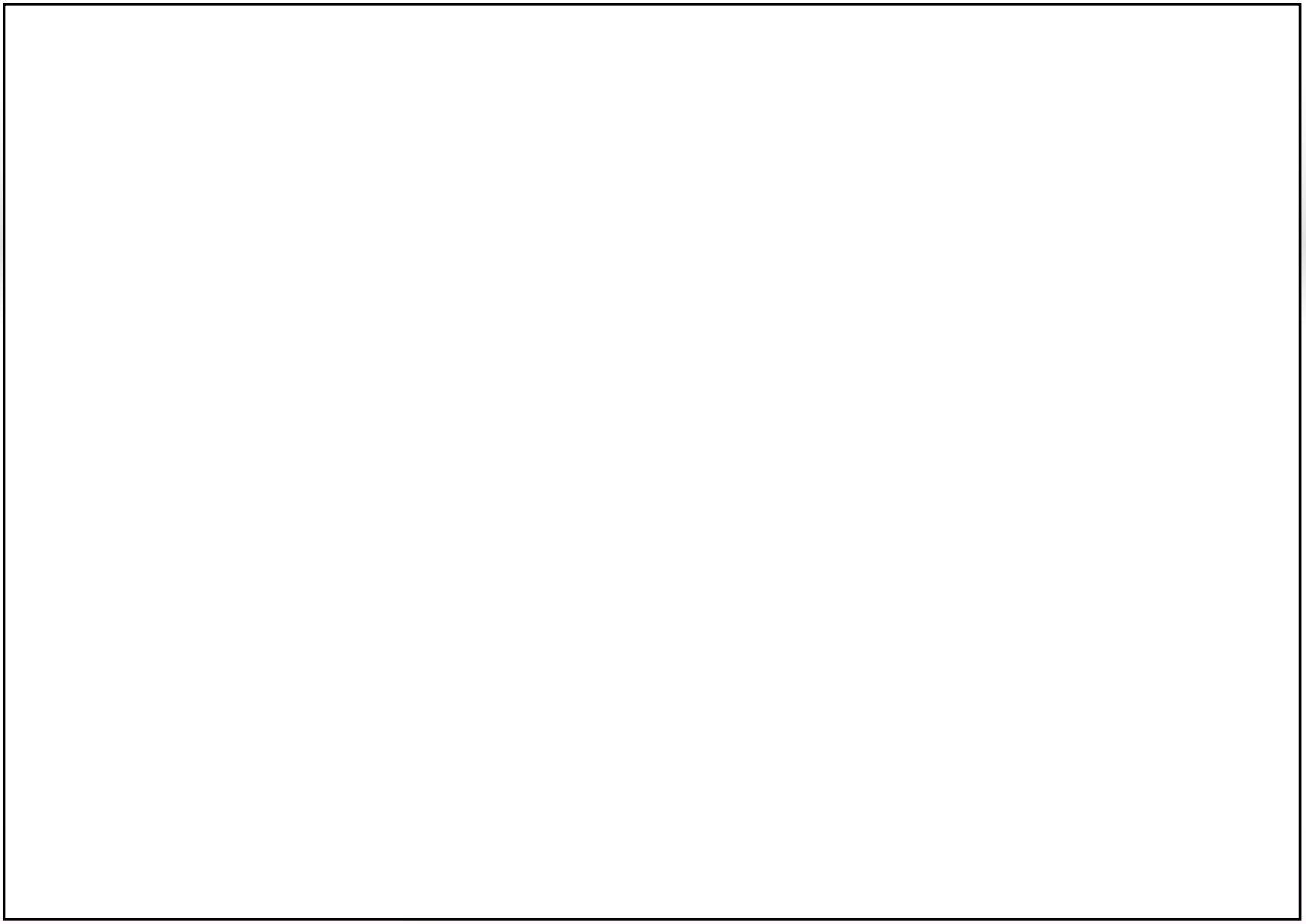


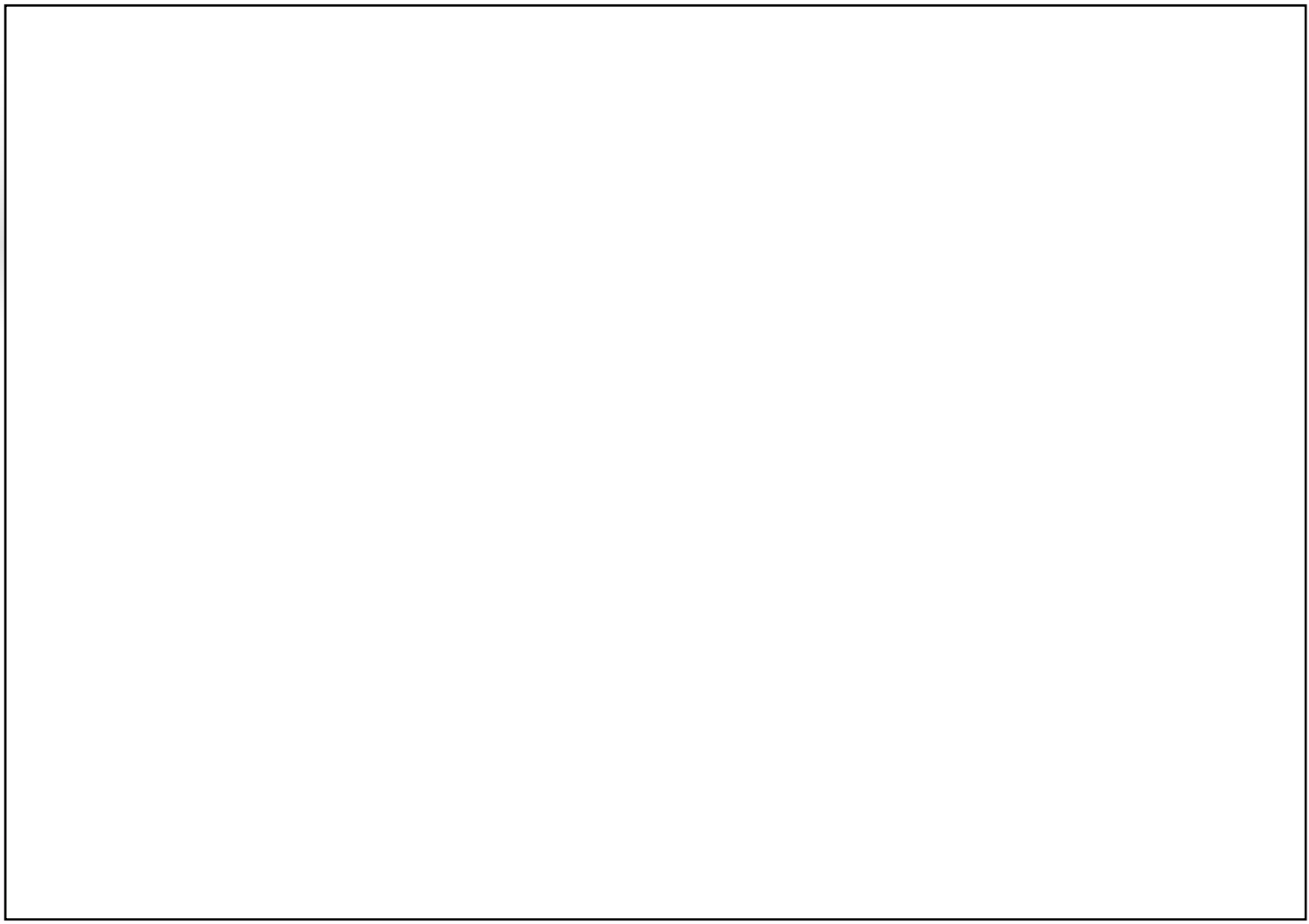


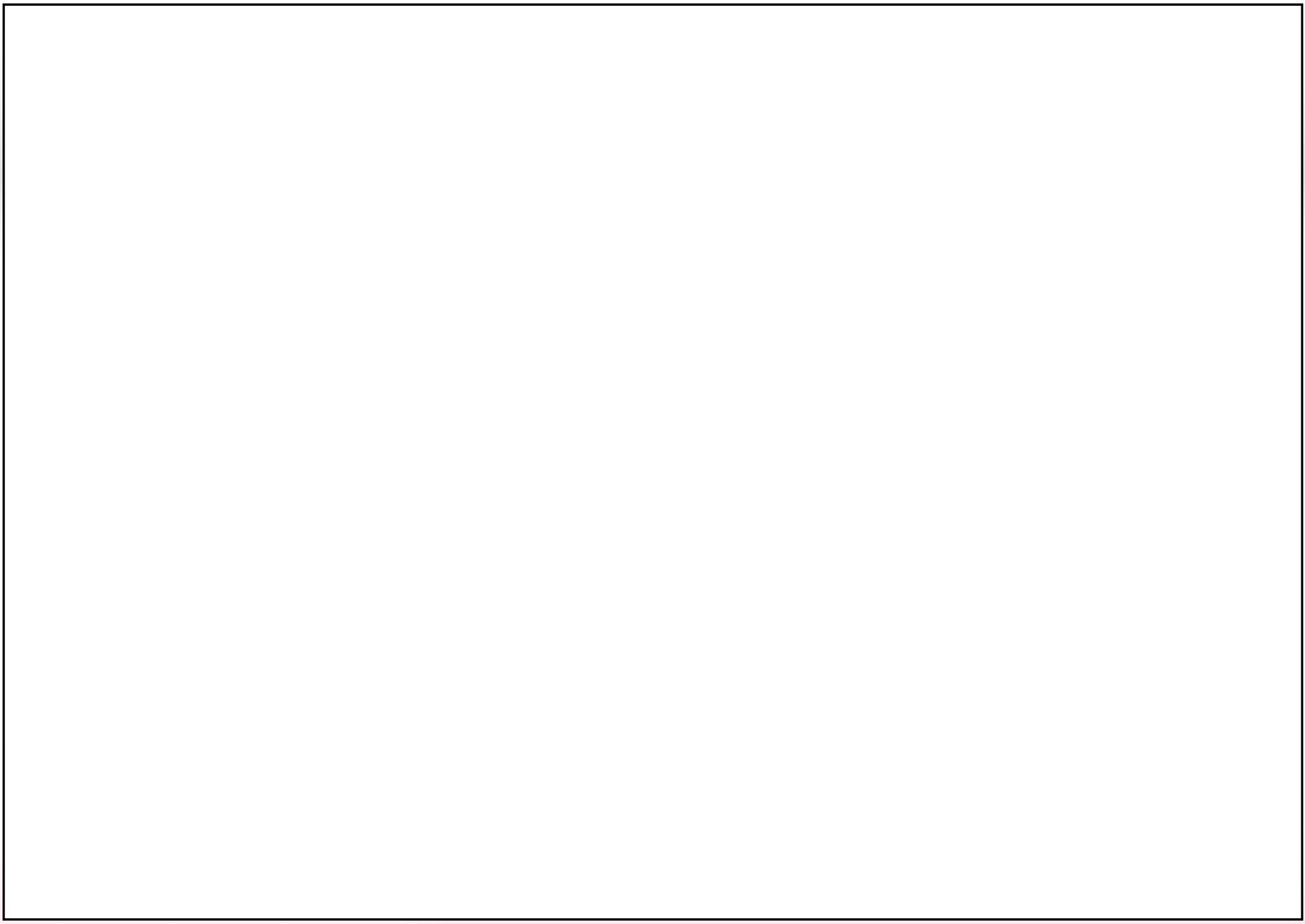


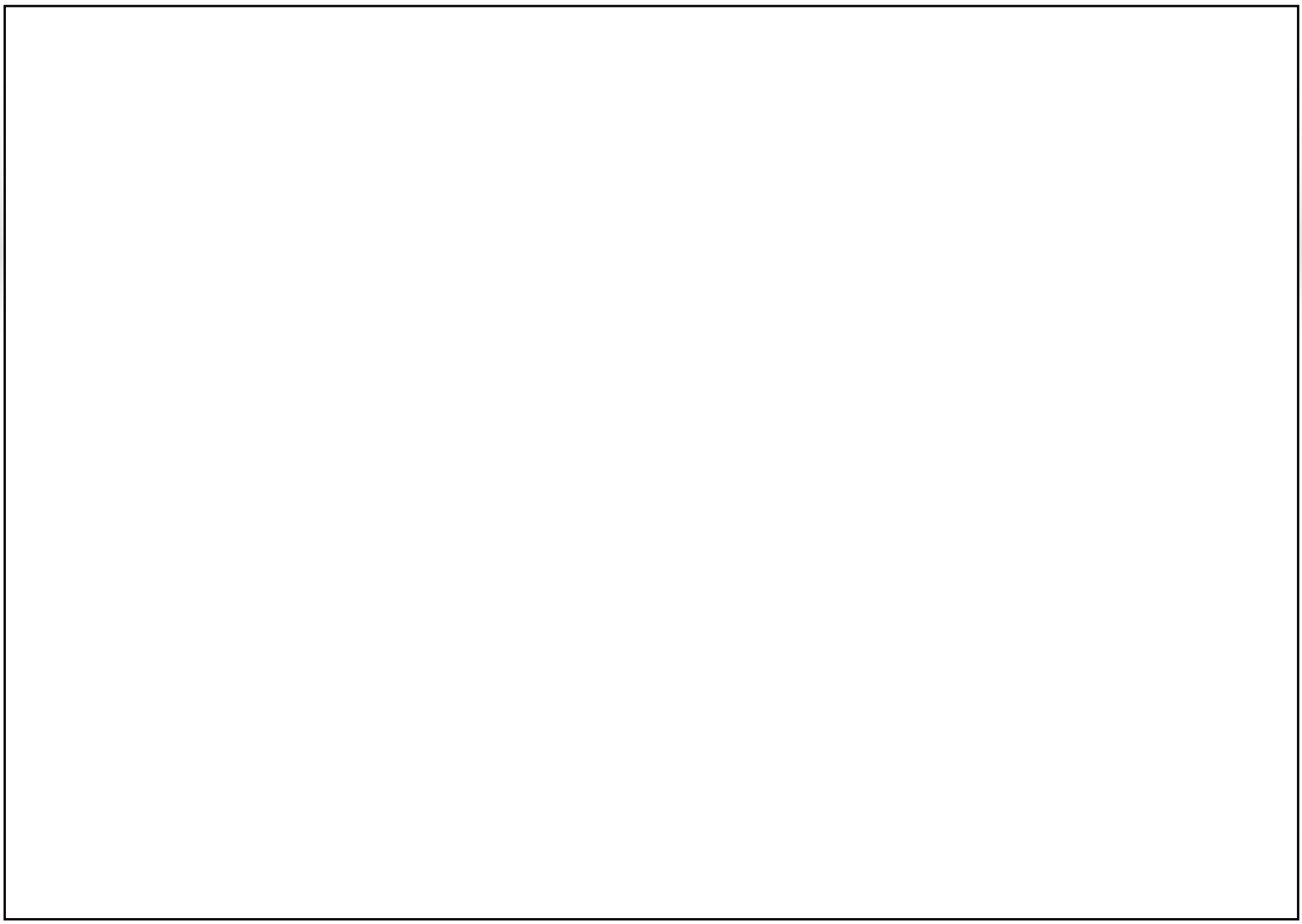


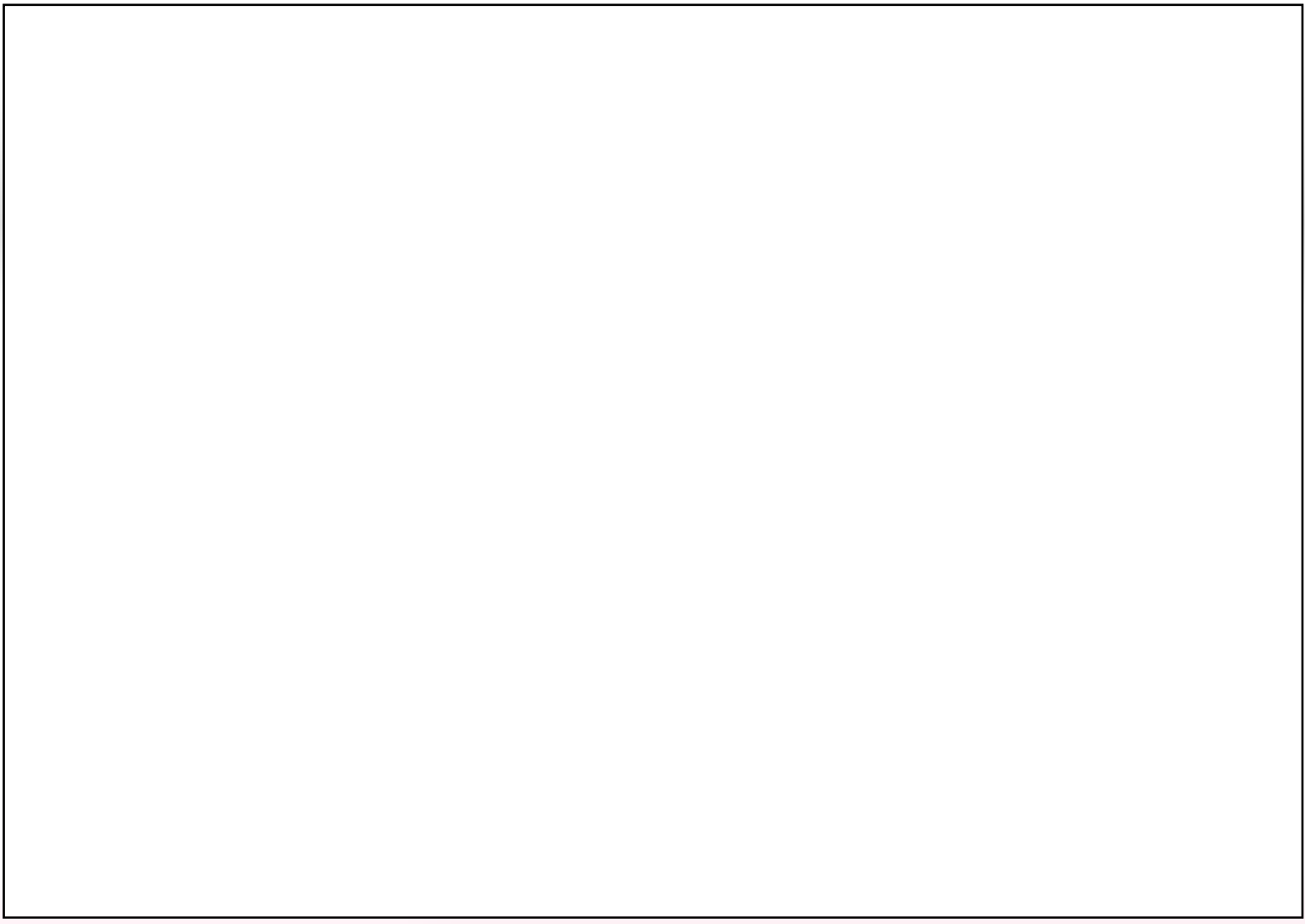
ANEXO XXVIII - LISTA DE INSCRITOS - QUESTIONAMANETOS

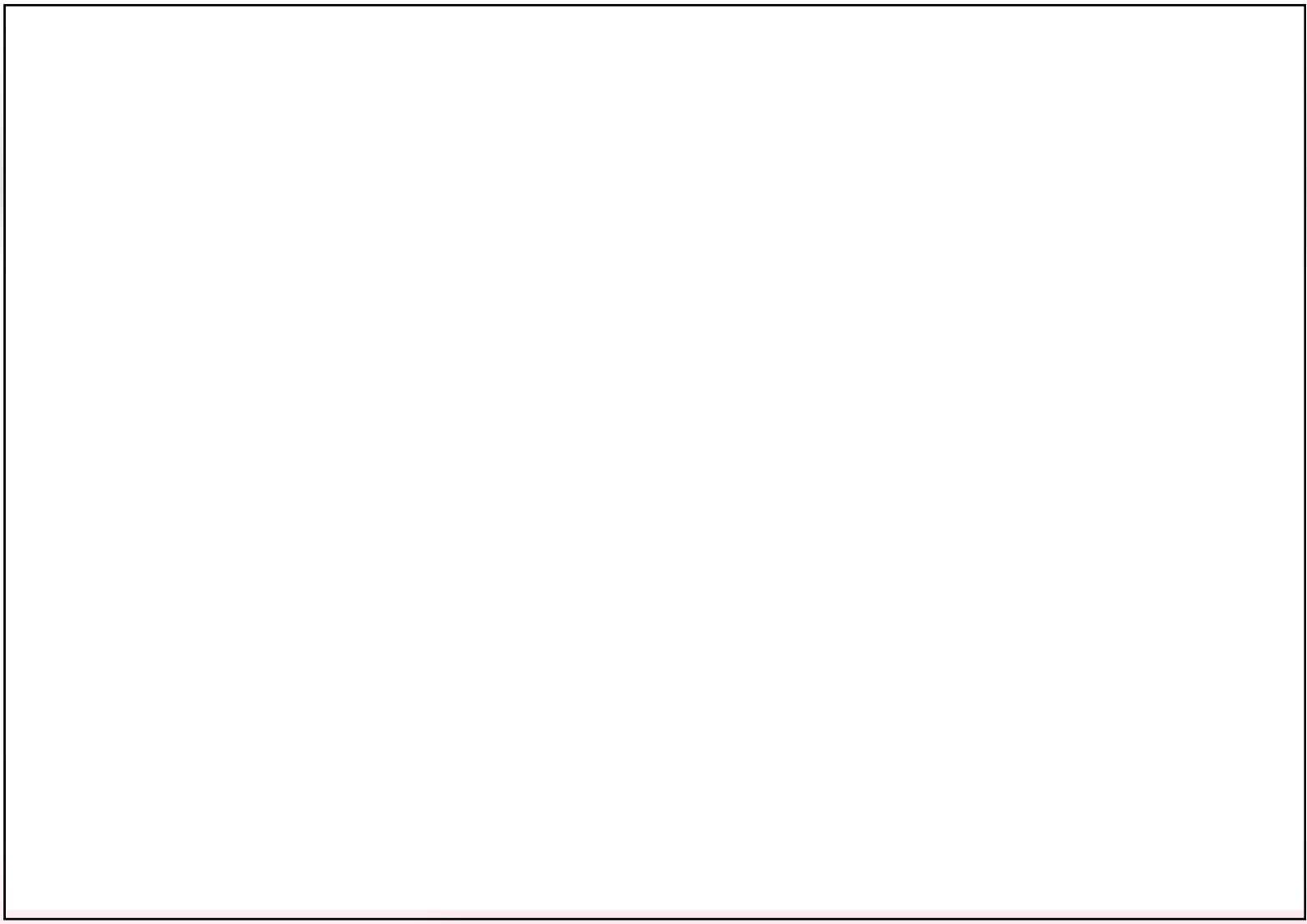












ANEXO XXIX- DOCUMENTOS RECEBIDOS E PROTOCOLADOS NA AUDIÊNCIA

Representante da Prefeitura Municipal de Serro/MG

Ofício GP nº 212/2024 – Apresentação das medidas compensatórias propostas pelo Município de Serro/MG em face do Licenciamento Ambiental SLA nº 2198/2022 em análise do Empreendimento Ônix Céu Aberto Mineração

OFÍCIO GP Nº 212/2024

Serro, 14 de agosto de 2024.

Ilma Sra. Carla Fernanda de Araújo
Chefe Regional
Superintendência Regional de Meio Ambiente - URA JEQUITINHONHA

Assunto: Apresentação das condicionantes propostas pelo Município de Serro - MG, em face do Licenciamento Ambiental SLA nº 2198/2022 - Empreendimento Ônix Céu Aberto Mineração, em análise.

Prezada Superintendente,

Cumprimentando-a cordialmente, o MUNICÍPIO DO SERRO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.303.271/0001-81, com sede na Praça Doutor João Pinheiro, n° 154, Centro, Serro/MG, CEP: 39.150-000, vem através de seu representante legal, o Prefeito Sr. EPAMINONDAS PIRES DE MIRANDA, cumprindo com o disposto no Art. 15-A da Deliberação Normativa COPAM nº 225, de 2018, alterada pela Deliberação Normativa COPAM nº 237 de 2020, a saber:

> Art. 15-A – Os representantes dos municípios da área de influência direta da atividade ou empreendimento poderão se manifestar durante a Audiência Pública sugerindo condicionantes à licença ambiental, observando-se o disposto no art. 15. § 1º − A manifestação a que se refere o caput deverá apontar a relação direta das condicionantes sugeridas com os impactos ambientais da atividade ou empreendimento, bem como serem proporcionais à magnitude desses impactos.

apresentar as medidas condicionantes propostas no âmbito do processo de licenciamento ambiental SLA nº 2198/2022, de interesse do empreendimento Onix Céu Aberto Mineração.

É do nosso maior interesse que o Município de Serro acompanhe de perto as discussões das condicionantes junto ao órgão licenciador e ao empreendimento.

Neste sentido, solicita-se que haja a participação deste órgão licenciador nas discussões das condicionantes apresentadas, que deverão ocorrer entre o Município e o empreendedor durante o processo de licenciamento ambiental. Entendemos que a

Relatório PARTE 1 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499026) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 176

participação ativa do município é essencial para garantir que os interesses da comunidade local sejam plenamente considerados e protegidos.

Durante a análise das condicionantes, informamos que todas as propostas serão submetidas ao Legislativo Municipal, garantindo, assim, transparência e participação democrática. Caso seja identificado que as condicionantes inicialmente propostas necessitem de complementação/alteração, o Município não medirá esforços para ajustar e/ou adicionar o necessário, assegurando que os impactos do empreendimento sejam adequadamente mitigados e compensados.

Dessa forma, este Executivo, guiado pelos princípios da administração pública, reafirma o propósito de preservar o interesse público, ressalta ainda a importância da colaboração entre todas as partes envolvidas e reitera o compromisso com o desenvolvimento sustentável e a proteção do meio ambiente e da qualidade de vida de nossos cidadãos.

Em anexo, para apreciação deste órgão, seguem 57 (cinquenta e sete) condicionantes propostas no âmbito do processo de licenciamento ambiental SLA nº 2198/2022, de interesse do empreendimento Ônix Céu Aberto Mineração.

Sigo à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais e aguardo um retorno para o agendamento de reuniões e discussões pertinentes à matéria aqui debatida.

Nesta oportunidade, apresento a Vossa Senhoria, protestos de alta consideração e estima.

Atenciosamente,

Item	Condicionantes	Impacto
1.	Revegetação e Recuperação de Áreas Degradadas: 1.1. Realizar a revegetação de áreas mineradas com espécies nativas; 1.2. Recuperar áreas degradadas, transformando-as em áreas verdes ou reservas ambientais.	O desenvolvimento das atividades minerárias pode provocar diversos danos ambientais, sendo imprescindível a compensação destes.
2.	Criação de Unidade de Conservação: 2.1. Implementar criação da unidade de conservação na área da Floresta Municipal da Mãe D'água, no que tange a sua implantação, à elaboração do Plano de Manejo e demais estudos e projetos necessários para criação e estruturação da unidade; 2.2. Apoiar financeiramente a gestão e a manutenção das unidades de conservação municipal.	A instalação do empreendimento e a operação da exploração minerária consistem na possível remoção de vegetação, levando à perda de habitats naturais e à redução da biodiversidade local.
3.	Saneamento Básico: 3.1. Contribuir para implantação Sistema de abastecimento de água tratada nas comunidades existentes no entorno do empreendimento minerário, principalmente as comunidades de Queimadas, Condado, Criminoso, Botafogo, Floriano e Mumbaça; 3.2. Contribuir para implantação Sistema de tratamento de esgoto nas comunidades existentes no entorno do empreendimento minerário, principalmente as comunidades de Queimadas, Condado, Criminoso, Botafogo, Floriano e Mumbaça; 3.3. Fomentar ações, programas e projetos que promovam a ampliação do abastecimento de água tratada e o tratamento de esgoto em todo o território do Município de Serro.	A mineração e suas atividades podem impactar a problemática das comunidades existentes no entorno do empreendimento, no que tange à dinâmica social, no que consiste ao saneamento básico, refletindo diretamente na quantidade e na qualidade da água ofertada, bem como a destinação do esgotamento sanitário.

4.	Controle e Monitoramento da Qualidade do Ar e da Água: 4.1. Implementar sistemas de tratamento de efluentes para garantir que a água utilizada e descartada no processo de mineração não contamine corpos hídricos; 4.2. Realizar monitoramento contínuo da qualidade da água nas áreas próximas ao empreendimento, principalmente quanto a possíveis alterações dos parâmetros do Rio do Peixe; 4.3. Realizar constante monitoramento da qualidade do Ar e suas possíveis alterações provocadas pelo aumento dos particulados; 4.4. Implementar sistema de mitigação e neutralização de poeira e particulados; 4.5. Monitoramento ambiental contínuo, com relatórios periódicos e transparência das informações para a comunidade e os órgãos públicos e reguladores; 4.6. Implantação de medidas de controle de poeira, como a umidificação das vias e áreas de trabalho e a plantação de barreiras vegetais para reduzir a dispersão de partículas.	A mineração pode alterar a hidrologia local, causar a redução do fluxo de água nos corpos hídricos, provocar a emissão de partículas e a geração ou a utilização de substâncias químicas em todo o processo do empreendimento, o que pode contaminar o ar e os recursos hídricos no entorno, se fazendo necessária a implementação das compensatórias propostas.
5.	Programas de Conservação de Fauna e Flora: 5.1. Desenvolver e financiar estudos, pesquisas e programas para preservação e conservação de espécies ameaçadas presentes na área de influência do empreendimento; 5.2. Criar corredores ecológicos para facilitar a movimentação da fauna entre áreas fragmentadas; 5.3. Implantar programa de recuperação de nascentes e matas ciliares na bacia do Rio Jequitinhonha e do Rio do Peixe, principalmente de sua nascente até o ponto de captação para o abastecimento da sede do município; 5.4. Implementar programa de monitoramento de saúde animal; 5.5. Compensação de habitats naturais;	A instalação e a operação do empreendimento minerário podem levar à perda de fauna e flora, haja visto a perda de habitats naturais pelas incontáveis intervenções feitas e a geração de ruídos e vibrações que podem afetar a fauna local e a qualidade de vida, alterando e reduzindo a biodiversidade.

6.	Educação Ambiental e Engajamento Comunitário: 6.1. Implementar e financiar programas de educação ambiental nas escolas municipais, espaços públicos municipais, comunidades situadas no entorno do empreendimento e para os colaboradores do empreendimento; 6.2. Promover o envolvimento das comunidades na tomada de decisões na implementação de medidas ambientais; 6.3. Realizar programas educacionais e campanhas de conscientização;	O desempenho das atividades do empreendimento pode gerar degradação ambiental, sendo importante a inclusão das comunidades nas tomadas de decisões, desenvolvendo ações para conscientização e preservação do meio ambiente.
7.	Melhoria de Infraestrutura Ambiental: 7.1. Contribuir para melhorias na gestão municipal de resíduos sólidos; 7.2. Coontribuir para o melhoramento da área e da Unidade municipal de Triagem e Compostagem de RSU;	O aumento da demanda e da procura pela prestação dos serviços de limpeza urbana gerará uma sobrecarga na estrutura municipal existente.
8.	Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento: 8.1. Financiar pesquisas para o desenvolvimento de tecnologias mais sustentáveis e menos impactantes na atividade minerária, destacando o desempenho das atividades no município de Serro; 8.2. Apoiar estudos de biodiversidade e conservação na área de influência do empreendimento;	O desempenho das atividades do empreendimento pode gerar a necessidade de novas tecnologias e práticas inovadoras para minimizar impactos ambientais e melhorar a eficiência da operação.
9.	Criação e Fomento de Fundos de Compensação Ambiental: 9.1. Estabelecer recursos destinados a financiar projetos de conservação, recuperação e controle ambiental nas diferentes esferas, a curto, médio e longo prazo;	A mineração pode causar desequilíbrios ecológicos e perda de biodiversidade, afetando a qualidade ambiental das áreas afetadas.

10.	Gestão de Resíduos: 10.1. Implementar gestão de resíduos sólidos nas comunidades próximas ao empreendimento; 10.1. Contribuir no fortalecimento da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Serro; 10.2. Contribuir para implantação depósito municipal de triagem e reciclagem de resíduos de construção civil; 10.3. Financiar a implantação da coleta seletiva no município de Serro; 10.4. Desenvolver e financiar ações de escoamento de rejeitos provenientes da coleta seletiva e da triagem para o aterro sanitário; 10.5. Desenvolver sistemas eficientes de gestão de resíduos de mineração, incluindo a reutilização e a reciclagem de materiais sempre que possível;	A atividade minerária gera por si só um aumento do volume e do acúmulo de resíduos de diferentes classes, sendo este fator impactado com maior número de prestadores de serviços, devendo ser gerenciados adequadamente para minimizar e neutralizar os impactos negativos ao meio ambiente e à saúde pública.
11.	Monitoramento e manutenção de estradas e vias públicas: 11.1. Implantar programa de monitoramento e manutenção das estradas municipais e demais vias utilizadas pelo empreendimento minerário, no deslocamento de colaboradores, recebimento de equipamentos e insumos e escoamento da produção;	Possibilidade de deteriorização da infraestrutura viária, haja vista o aumento do fluxo de veículos, considerando o deslocamento de prestadores de serviço e colaboradores e o escoamento de minerais, o que pode ocasionar desgaste das estradas e vias públicas, afetando a mobilidade e a segurança dos usuários.
12.	Alternativa de Trânsito: 12.1. Auxílio na realização de obra de construção da Avenida Perimetral, importante via de acesso alternativo que liga o Centro do Município à região mais alta da cidade e ao Oeste da sede; 12.2. Auxílio no término da pavimentação de rodovia que liga Serro a Diamantina, no trecho de Milho Verde a Diamantina.	Sobrecarga das vias municipais e rodovias, intensificada pelo aumento de veículos e pela circulação de colaboradores, prestadores de serviços e escoamento da produção. Sendo a execução dos projetos de melhoria e construção da Avenida, e termino de pavimentação de rodovia que interliga Serro a Diamantina, sendo eficiente rota alternativa para o desafogamento da Rodovia 259.
13.	Fortalecimento das atividades agrícolas e pecuárias: 13.1. Contribuir na implantação de programa de fortalecimento da agricultura familiar em comunidades rurais, com programas de incentivo à cafeicultura e à produção de hortifrutigranjeiros;	O processo de exploração minerário pode provocar, por diferentes fatores, e, em áreas diretas e indiretas, a proliferação de particulados, erosão, deslizamentos e alteração de relevo, afetando a estabilidade e a qualidade do solo, bem como a paisagem natural.

14.	Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC 14.1. Apoio financeiro e técnico à COMDEC para desenvolvimento de planos de emergência e resposta a desastres, o que inclui treinamento de equipes de resposta, aquisição de equipamentos, e realização de simulado de emergência para melhorar a preparação e a resiliência da comunidade; 14.2. Monitoramento contínuo da qualidade do ar e implementação de medidas de controle de poeira; 14.3. Fomentar e implementar ações e programas que promovam o desenvolvimento da COMDEC; 14.4. Fomentar as ações de respostas à comunidade pela COMDEC; 14.5. Contribuir na implantação de programa de prevenção e combate a queimadas em todo o território do Municipio de Serro, incluindo o treinamento de equipe, a disponibilização de brigada de incêndio e equipamentos;	Hipótese de riscos de desastres naturais e tecnológicos. Embora a atividade minerária proposta não envolva barragens, a mineração a seco pode aumentar a dispersão de partículas no ar, elevando os riscos de problemas respiratórios e outros impactos na saúde pública. Além disso, atividades minerárias podem aumentar riscos de deslizamento e preciptações hídricas descontroladas.
15.	Controle e Vigilância em Saúde: 15.1. Financiamento da manutenção de um sistema robusto de vigilância em saúde, incluindo construção de sede, contratação de profissionais e aquisição de equipamentos, implementação de programa para monitorar doenças ocupacionais com relatórios trimestrais; 15.2. Estabelecimento de sistema integrado de registro e análise de dados de saúde; 15.3. Parcerias com universidades para estudos contínuos sobre impactos da mineração na saúde pública; 15.4. Criação de programa de vigilância ambiental para monitoramento contínuo de ar, água e solo, com resultados disponibilizados publicamente e enviados regularmente à Vigilância em Saúde; 15.5. Fornecimento de relatórios semestrais detalhados sobre saúde dos trabalhadores e impactos ambientais;	A mineração pode introduzir novos riscos à saúde pública que precisam ser monitorados e gerenciados de maneira eficaz. As atividades minerárias podem aumentar a incidência de doenças infecciosas, causar intoxicações devido à exposição a substâncias tóxicas e gerar emergências sanitárias.

16.	Fortalecimento da APS (Atenção Primária à Saúde): 16.1. Contribuição na continuidade da Cobertura de Saúde: Garantir UBS com ESF para cada 2.500 habitantes, com compromisso financeiro para implantação de novas UBS conforme aumento populacional. Equipamento e Capacitação: Garantir que as UBS's estejam bem equipadas e preparadas, incluindo a contratação e a capacitação de profissionais, aquisição de equipamentos e medicamentos e implementação de programas de saúde pública. Programa de Apoio às Comunidades Tradicionais: 16.2. Investimento em APS: Especificamente para comunidades tradicionais, garantir cuidados culturalmente adequados e promover a justiça social, melhorando a qualidade de vida e o bem-estar dessas populações. Qualificação dos Pontos de Apoio à Saúde nas Comunidades Quilombolas: 16.3. Melhoria dos Pontos de Apoio: Reformas e aquisição de equipamentos e insumos para garantir assistência de qualidade nas comunidades quilombolas. Aquisição de Consultório Odontológico Móvel: 16.4. Atendimento em Comunidades de Difícil Acesso: Adquirir um consultório odontológico móvel, contratar profissional dentista e adquirir insumos para funcionamento, superando barreiras geográficas e proporcionando atendimento regular e consistente. Aquisição de Ambulâncias para UBS da Zona Rural: 16.5. Melhoria do Atendimento de Emergências: Disponibilização de 04 (quatro) ambulâncias, uma para cada UBS, com condutor e insumos adequados, para melhorar o atendimento de emergências médicas nas comunidades rurais e quilombolas.	A emissão de poluentes, como poeira e produtos químicos, afeta a qualidade do ar e da água, resultando em um aumento de doenças respiratórias, dermatológicas e outras condições crônicas. O influxo de trabalhadores e a migração associada ao desenvolvimento da mineração sobrecarregam os serviços de saúde existentes, dificultando o acesso da população local aos cuidados básicos e aumentando a demanda por serviços de saúde. Comunidades tradicionais e quilombolas, que já enfrentam barreiras significativas de acesso a serviços de saúde, são especialmente vulneráveis aos impactos ambientais e sociais da mineração. Além disso, há um aumento na incidência de emergências médicas, como acidentes de trânsito e problemas respiratórios, em áreas rurais e quilombolas, onde o acesso a cuidados de saúde de emergência é limitado devido à distância e à falta de infraestrutura adequada.

17.	Ampliação da assistência farmacêutica: 17.1. Construção de uma sede para a farmácia básica, ampliação do número de funcionários e aumento da oferta de medicamentos para distribuição.	A mineração pode expor a população a riscos específicos, como doenças respiratórias, dermatológicas e outras condições decorrentes da exposição a poeiras, produtos químicos e mudanças ambientais. A ampliação da oferta de medicamentos permite que a farmácia local esteja preparada para tratar condições de saúde que podem ser exacerbadas ou desencadeadas pelas atividades minerárias.
18.	Ampliação da oferta de exames laboratoriais e de imagem: 18.1. Investimento de custeio na secretaria municipal de saúde pra que seja possível aumentar a quantidade de exames oferecidos à população	A mineração expõe trabalhadores e população local a substâncias tóxicas e condições adversas que podem afetar a sua saúde a longo prazo. Exames regulares são essenciais para identificar problemas precoces e permitir a implementação de medidas preventivas. A chegada de trabalhadores e suas famílias, em virtude do empreendimento no município, também eleva a demanda por serviços de saúde, tornando imprescindível a expansão da oferta de exames para garantir que todos recebam o acompanhamento adequado.
19.	Controle de drenagem pluvial: 19.1. Instalação de um sistema de controle de drenagem pluvial na área da mina, que inclui a implantação de bacias de infiltração de águas pluviais. Essas bacias serão posicionadas estrategicamente ao longo da linha de drenagem pluvial da borda superior da cava, nas estradas de acesso à empresa e à mina, além de, na parte inferior da pilha de estéril. Essa iniciativa busca reduzir os impactos ambientais decorrentes da mineração, promovendo a gestão sustentável das águas pluviais e protegendo os recursos hídricos locais.	A falta de um sistema adequado de drenagem pluvial na área da mina pode resultar em erosão do solo, contaminação hídrica, riscos de inundação e deslizamentos, além de impactos socioeconômicos negativos. É crucial implementar medidas de controle para mitigar esses impactos e garantir a segurança ambiental e comunitária.

20.	Estruturação de Centro de Saúde Especializado: 20.1. Implantação de um Centro de Saúde Respiratória / Programa de Saúde Respiratória, incluindo medidas preventivas, diagnósticos regulares e tratamento adequado para doenças respiratórias. 20.2. Fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) com a construção do CAPS AD (Álcool e Drogas), oferecendo serviços de saúde mental e apoio para prevenção e tratamento do abuso de substâncias. 20.3. Implantação de um serviço especializado em transtornos neurocomportamentais, com equipe multidisciplinar e serviços adaptados às necessidades individuais das crianças, incluindo avaliações médicas, terapias comportamentais e suporte psicossocial.	Aumento da incidência de doenças respiratórias devido à liberação de partículas finas e poeira no ar, causando irritação das vias respiratórias, tosse, falta de ar e doenças pulmonares crônicas. Estresse relacionado ao trabalho, mudanças no estilo de vida, existência de deslocamento forçado podem aumentar a incidência de problemas de saúde mental, como ansiedade, depressão e abuso de substâncias. A exposição a poluentes neurotóxicos pode aumentar o risco de transtornos neurocomportamentais em crianças, impactando seu desenvolvimento.
21.	Casa de Caridade Santa Tereza: 21.1. Aporte financeiro mensal ao Hospital Casa de Caridade Santa Tereza para utilização como custeio e capital, garantindo atendimento de urgência e emergência à população afetada pela atividade minerária.	Aumento na incidência de acidentes de trânsito. Agravos de saúde devido à exposição à poeira e partículas finas, incluindo doenças respiratórias, dermatológicas e cardiovasculares. Lesões musculoesqueléticas e intoxicação por contato com substâncias tóxicas. Aumento da procura por atendimento psiquiátrico e psicológico devido ao estresse e condições de trabalho. Proliferação de doenças infecciosas devido à alteração do meio ambiente e às condições precárias de vida. Aumento nos acidentes de trabalho, incluindo quedas, esmagamentos, cortes e queimaduras. Problemas gastrointestinais e lesões oculares devido à possibilidade de contaminação de água e alimentos e exposição a poeira e partículas.
22.	Ampliação da Clínica Municipal de Fisioterapia: 22.1. Construção de sede para a Clínica Municpal de Fisioterapia, ampliação do número de funcionários e aquisição de equipamentos.	A mineração pode resultar emuma série de problemas de saúde, nas quais se incluem doenças respiratórias, musculoesqueléticas e lesões relacionadas ao trabalho. A fisioterapia desempenha um papel fundamental na reabilitação de trabalhadores e na gestão da condição de saúde, ajudando a mitigar os efeitos adversos do ambiente de trabalho e promovendo a recuperação e a qualidade de vida.

23.	Apoio na implantação de um centro de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde	A mineração pode causar impactos significativos na saúde física e mental dos trabalhadores e população local. Esse serviço, oferece cuidado com abordagem complementar a medicina convencional, com práticas como acupuntura, fitoterapia, massoterapia, entre outras previstas na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde. Essas práticas ajudam a reduzir o stresse, melhorar q qualidade de vida e promover o bem estar geral, proporcionndo uma abordagem holística para a saúde. em um cenário de mineração, onde o estresse e os problemas de saúde são comuns, um centro dedicado a essas práticas pode oferecer suporte adicional à recuperação e ao equilíbrio dos indivíduos afetados, integrando cuidados complementares á medicina convencional e criandfo um ambiente mais saudável e equilibrado.

24.	Implantação de Programa de Melhoria Habitacional: 24.1. Implementar um programa para melhorar as condições de moradia, substituindo as residências de pau a pique e telhas de amianto, por habitações seguras e duráveis, construídas com materiais adequados; 24.2. Auxiliar o programa de construção ou reestruturação de casas resistentes às intempéries para garantir proteção adequada contra chuvas e outros desastres naturais; 24.3. Iniciar projetos para fornecer infraestrutura sanitária básica, auxiliando nas construções de banheiros e módulos sanitários em áreas de vulnerabilidade social; 24.4. Promover programas de conscientização sobre práticas de higiene e saneamento básico para melhorar a saúde pública e reduzir o risco de doenças relacionadas à falta de saneamento; 24.5. Desenvolver políticas específicas para atender às necessidades de grupos vulneráveis, como crianças, mulheres vítimas de violência, pessoas com deficiência e idosos. 24.6. Garantir que as novas habitações sejam projetadas levando em consideração a acessibilidade e a segurança para esses grupos, incluindo rampas, corrimãos e outros recursos adequados; 24.6. Investir em planejamento urbano sustentável para evitar o crescimento desordenado e garantir o acesso equitativo a serviços básicos, como água potável, eletricidade e transporte; 24.7. Diversificar a economia local para reduzir a dependência de um único setor, como a mineração, e criar oportunidades de emprego em outros setores, como turismo, agricultura sustentável e indústrias criativas; 24.8. Integrar o planejamento habitacional com outras	No município, muitas famílias vivem em condições habitacionais precárias, com residências construídas com materiais inadequados e falta de infraestrutura sanitária. A implantação de uma mineradora pode aumentar a demanda por emprego, como também agravar o desemprego local. Um programa de melhoria habitacional é essencial para oferecer moradias seguras, reduzir doenças e promover a coesão comunitária, garantindo o desenvolvimento sustentável do município.

25.	Aporte Financeiro para o CRIASER projeto CEDIA: 25.1. Fomentar o desenvolvimento de programas, como inclusão social, cultural e educacional para os alunos da instituição. 25.2. Apoiar no custeio do aumento das vagas, atividades, programas, ensinos, ofertados pelo CRIASER.	A exploração do empreendimento minerário, com o advento de diversas pessoas (adultos, adoslecentes, crianças) aumenta significamente a diversidade cultural local, impactando de forma progressiva o número das transgressões aos direitos da Criança e do Adolescente.
26.	Aporte Financeiro para a APAE de Serro onde funcionam as atividades de Centro-Dia: 26.1. Formentar o desenvolvimento de programas, como inclusão social, cultural e educacional para os alunos da instutuição. 26.2. Apoiar no custeio do aumento das vagas, atividades, programas, ensinos, ofertados pela APAE.	A implantação de um empreendimento minerário impacta socialmente o que diz respeito a tradições, cultura, integração social, bem como refelte no aumento da violência e da criminalidade, podendo inclusive promover um ambiente de risco e de segregação para pessoas com algum tipo de deficiência.
27.	Aporte Financeiro para o Recanto José Antônio Salles (Asilo): 27.1. Apoiar o desenvolvimento de programas de inclusão social, cultural e educacional para os residentes da instituição. 27.2. Promover a participação da comunidade local no desenvolvimento e na implementação dos programas, garantindo que as necessidades reais dos residentes do Recanto sejam atendidas.	Com a instalação do empreendimento minerário e o consequente aumento populacional, é esperado um aumento na demanda por serviços de assistência social, incluindo cuidados para idosos. O aumento da população e a expansão urbana desordenada podem gerar diversos desafios sociais, como aumento da insegurança e a sobrecarga nos serviços de assistência social.
28.	Projeto Social de Reabilitação a dependentes de Álcool e outras Drogas: 28.1. Oferecer atendimento psicológico e terapias de grupo ajuda a tratar os aspectos emocionais e sociais da dependência química, proporcionando ao indivíduo as ferramentas necessárias para superar a dependência e reintegrar-se na sociedade. 28.2. Oferecer tratamento e programas de reabilitação de forma gratuita que garante aos indivíduos, independentemente de sua condição financeira, tenham acesso ao suporte necessário para superar a dependência.	A implantação de empreendimento minerário em uma região amplia, consequentemente, os desafios socias, com o aumento do uso do álcool e substâncias psicoativas. O aumento do consumo do álcool e outras drogas está associado ao aumento da criminalidade, acidentes de trânsito e violência contra a mulher.

29.	Projeto de Empoderamento Feminino: 29.1. Apoiar a implementação de Projeto de Empoderamento Feminino com a finalidade de incentivar que mulheres que não tiveram a oportunidade de terminar os estudos e que vivem em locais socialmente vulneráveis se tornem empreendedoras e confiantes para gerir seus próprios negócios, aumentando, dessa forma, sua geração de renda e qualidade de vida.	A implantação de um empreendimento minerário pode gerar desenvolvimento econômico, mas também pode criar desafios sociais significativos. Um dos problemas críticos é o desequilíbrio de oportunidades de emprego entre homens e mulheres. Historicamente, a indústria de mineração tende a empregar mais homens, deixando as mulheres em uma posição de vulnerabilidade social e econômica. Isso é particularmente problemático em um município com alta taxa de baixa escolaridade entre as mulheres, muitas das quais são mães jovens, com responsabilidades familiares que limitam suas oportunidades de educação e emprego.

30.	Projeto Social de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas de Serro: 30.1. O projeto deverá incluir estudos detalhados sobre história, cultura e situação socioeconômica das comunidades quilombolas do Serro. Isso fornecerá a base para a formulação de políticas públicas e ações que sejam realmente eficazes e respeitem a realidade dessas comunidades. Campanhas de educação e conscientização deverão ser realizadas para informar à comunidade não quilombola sobre os direitos e a cultura dos quilombolas. Isso ajudará a reduzir preconceitos e promover a inclusão social. 30.2. O projeto também deverá oferecer apoio jurídico aos quilombolas na luta pelo reconhecimento de suas terras e direitos. Também deverá buscar parcerias com instituições governamentais e não-governamentais para fortalecer a defesa dos interesses quilombolas.	A atividade minerária pode apresentar impactos ambientais significativos, incluindo desmatamento, contaminação de solo e água e, por vezez, destruição de ecossistemas. Para as comunidades quilombolas que dependem da agricultura familiar, a possível degradação ambiental pode reduzir a fertilidade do solo e a disponibilidade de água limpa, essencial para o cultivo de alimentos e a manutenção de suas atividades agrícolas. A poluição e a destruição ambiental também podem levar à perda de biodiversidade, afetando negativamente a fauna e a flora locais que são parte integrante da vida e da cultura quilombolas. A chegada de um grande empreendimento pode desestabilizar a coesão social nas comunidades quilombolas. A introdução de novos moradores e trabalhadores pode trazer conflitos culturais e sociais, enquanto a expropriação de terras pode deslocar famílias e enfraquecer os laços comunitários. A desintegração social é exacerbada pela falta de participação das comunidades quilombolas nos processos de tomada de decisão que afetam suas vidas diretamente, gerando sentimentos de injustiça e marginalização. A cultura quilombola é intrinsecamente ligada ao território e às práticas comunitárias. A perda de terras e a degradação ambiental podem interromper festividades, rituais e outras práticas culturais, enfraquecendo a transmissão de conhecimentos e tradições entre as gerações. Além disso, a introdução de novos valores e estilos de vida associados à mineração pode ameaçar a identidade cultural quilombola, levando à aculturação e à perda de patrimônio cultural.

31.	Projeto Social para Crianças e Adolescentes através de oficinas: 31.1. O Projeto Social deverá ter como foco a constituição de espaço de convivência, formação para a participação e a cidadania, desenvolvimento do protagonismo e de autonomia das crianças e dos adolescentes, a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária. As atividades serão pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas, através de teatro, canto, música, jiu-jitsu, balé, artesanato, dança, futebol, vôlei, ritbox, capoeira, ente outros. Abrangência Municipal - Beneficiários: crianças de 6 a 10 anos e adolescentes de 15 a 17 anos; 31.2. Espaços de Convivência: Salas de atividades, espaços esportivos, auditórios e áreas de convivência equipadas para receber crianças e adolescentes, equipamentos e materiais necessários para a realização das atividades lúdicas, culturais e esportivas; 31.3. Educadores e Monitores: Profissionais capacitados para conduzir as atividades, oferecer suporte educacional e promover o desenvolvimento integral dos participantes: Psicólogos e Assistentes Sociais: Para oferecer apoio emocional e social, ajudando a lidar com possíveis traumas e dificuldades decorrentes das mudanças provocadas pelo empreendimento minerário.	A implantação de um empreendimento minerário geralmente atrai um grande número de trabalhadores, tanto locais quanto de outras regiões, em busca de oportunidades de emprego. Esse influxo rápido e significativo de pessoas pode desestabilizar a estrutura social da comunidade local, criando condições propícias para o aumento do abuso e da exploração sexual, em especial de crianças e adolescentes. O desenvolvimento econômico gerado pelo empreendimento pode levar a uma desigualdade econômica acentuada, onde alguns indivíduos e famílias se beneficiam economicamente, enquanto outros permanecem em situação de vulnerabilidade. Essa disparidade pode aumentar a exploração de pessoas vulneráveis, incluindo crianças e adolescentes.

32.	Programa de Capacitação de mão-de-obra: 32.1. Análise de Demanda: Identificar as habilidades e competências específicas necessárias para os empregos gerados pelo empreendimento minerário; 32.2. Mapeamento de Perfil: Avaliar o perfil dos trabalhadores locais para adaptar os programas de capacitação a suas necessidades e potencialidades; 32.3. Instituições de Ensino: Estabelecer parcerias com escolas técnicas, universidades e instituições de ensino profissionalizante para oferecer cursos de qualificação; 32.4. Empresas e ONGs: Colaborar com empresas locais e organizações não-governamentais para o desenvolvimento e implementação de programas de treinamento; 32.5. Cursos Técnicos e Profissionalizantes: Oferecer cursos voltados para as áreas específicas demandadas pelo empreendimento, como mineração, mecânica, eletricidade, segurança do trabalho, entre outros; 32.6. Cursos de Aperfeiçoamento: Ofertar capacitação contínua para trabalhadores já empregados, garantindo atualização e aprimoramento de habilidades; 32.7. Programas de Certificação: Ofertar certificação dos trabalhadores capacitados para aumentar sua empregabilidade e reconhecimento profissional; 32.8. Apoio Psicossocial: Oferecer suporte psicológico e social aos participantes dos programas de capacitação para ajudá-los a superar barreiras e desafios pessoais; 32.9. Acompanhamento pós-curso: Monitorar o progresso dos trabalhadores capacitados e oferecer orientação para a inserção no mercado de trabalho.	A capacitação da mão de obra local é essencial para garantir que os moradores do município possam se beneficiar das oportunidades de emprego geradas pelo empreendimento minerário. Um programa de capacitação bem estruturado aumentará significativamente a empregabilidade dos trabalhadores locais, promovendo inclusão social e econômica. Ao qualificar a mão de obra local, o empreendimento poderá contratar trabalhadores da própria região, reduzindo a necessidade de importar mão de obra de outras áreas. Isso não apenas beneficia os trabalhadores locais, como também minimiza os impactos negativos associados à migração, como a pressão sobre a infraestrutura e os serviços públicos. A capacitação profissional dos moradores locais contribui para o fortalecimento da economia municipal. Trabalhadores qualificados tendem a ter melhores salários, o que aumenta o poder de compra e estimula o comércio local. Além disso, a presença de uma força de trabalho qualificada atrai outros investimentos e empreendimentos para a região. O programa de capacitação promoverá a inclusão social ao proporcionar a pessoas em situação de vulnerabilidade a oportunidade de adquirir novas habilidades e competências. Isso reduz a vulnerabilidade social, permitindo que mais pessoas tenham acesso a empregos dignos e melhorem suas condições de vida.

33.	Programa de Priorização, Capacitação e Desenvolvimento de Fornecedores Locais: 33.1. Análise de Demanda: Identificação das necessidades específicas do empreendimento minerário em termos de insumos e serviços; 33.2. Mapeamento de Capacidades: Avaliação das capacidades atuais dos fornecedores locais e identificação de lacunas a serem preenchidas; 33.3. Mentoria e Consultoria: Programas de mentoria e consultoria para ajudar as empresas locais a implementar melhorias e adotar melhores práticas; 33.4. Políticas de Compra: Estabelecimento de políticas de compra que priorizem fornecedores locais qualificados, garantindo que tenham acesso preferencial aos contratos e oportunidades de negócio; 33.5. Monitoramento e Avaliação: Monitoramento contínuo do desempenho dos fornecedores locais e avaliação do impacto do programa de capacitação.	Sem um programa de desenvolvimento, as empresas locais podem não estar suficientemente preparadas para competir com fornecedores de outras regiões que possuem mais experiência e recursos. Isso pode resultar em um monopólio de contratos por empresas de fora, deixando as empresas locais em desvantagem e sem acesso às oportunidades econômicas geradas pelo empreendimento. A ausência de fornecedores locais capacitados leva à necessidade de importar insumos e serviços de outras regiões, resultando na saída de recursos financeiros do município. Isso impede que a riqueza gerada pelo empreendimento minerário circule na economia local, limitando os benefícios econômicos para a comunidade. A falta de desenvolvimento de fornecedores locais compromete o desenvolvimento sustentável da região. Empresas locais fortalecidas são mais propensas a investir na comunidade, criando empregos e contribuindo para o crescimento econômico a longo prazo. Sem essa base local forte, o desenvolvimento econômico fica desequilibrado e menos sustentável.
34.	Continuidade do Programa Menor Aprendiz e Ampliação das Vagas: 34.1. Apoiar a continuidade do programa menor aprendiz, ampliando as vagas, com treinamento teórico e prático.	O impacto socioeconômico pode levar ao aumento da evasão escolar, já que a necessidade de contribuir para a renda familiar pode obrigar jovens a abandonar os estudos. Isso cria um ciclo de pobreza e exclusão social, onde a falta de qualificação perpetua a dificuldade de acesso a empregos de qualidade. A desestruturação social e a falta de oportunidades para jovens podem aumentar os riscos de envolvimento com álcool e drogas, agravando ainda mais os problemas sociais e de saúde pública na região. A ocupação e a capacitação de jovens através do programa atuam como uma prevenção eficaz contra a marginalização, alcoolismo e uso de drogas. O envolvimento em atividades produtivas e educativas proporciona uma estrutura que desvia os jovens de caminhos prejudiciais, promovendo um ambiente mais seguro e saudável para todos.

35.	Expansão do Projeto Trajeto Modas para todas as Comunidades Quilombolas: 35.1. A expansão do Projeto Trajeto Modas para as comunidades quilombolas de Capivari, Queimadas, Vila Nova, Fazenda Santa Cruz, Ausente e Baú permitirá que mais mulheres adquiram habilidades valiosas, aumentando sua autonomia econômica e melhorando a qualidade de vida de suas famílias.	A instalação do empreendimento nas proximidades de Queimadas, uma das comunidades quilombolas, pode levar à desintegração social e cultural, perturbando a coesão comunitária e enfraquecendo os vínculos tradicionais. A comercialização de terras e a degradação ambiental podem ameaçar a subsistência baseada na agricultura familiar, essencial para a identidade cultural e econômica das comunidades quilombolas. O empreendimento pode aumentar a desigualdade econômica, marginalizando ainda mais as populações quilombolas que já enfrentam desafios socioeconômicos. Sem iniciativas específicas para incluir e beneficiar essas comunidades, a riqueza gerada pelo empreendimento pode concentrar-se fora das comunidades locais, exacerbando a pobreza e a exclusão social. A chegada de um grande número de trabalhadores pode aumentar a pressão sobre os recursos locais, incluindo moradia, serviços públicos e infraestrutura. As comunidades quilombolas, muitas vezes situadas em áreas já vulneráveis, podem sofrer os impactos mais severos dessa pressão adicional.
36.	Política de Emprego para pessoas com deficiência: 36.1. Contribuir para implementação de uma política municipal de emprego inclusiva para pessoas com deficiência promove a igualdade de oportunidades, garantindo que todos os indivíduos, independentemente de suas habilidades, tenham a chance de participar ativamente do mercado de trabalho. Esta política ajuda a combater a discriminação e a promover uma sociedade mais justa e equitativa; 36.2. Fomentar programas de política de emprego inclusiva nos empreendimentos de menor porte em toda a extensão do município de Serro.	A exploração mineral pode aumentar desigualdades ecômicas e sociais nas comunidades locais. Isso pode ocorrer devido à concentração de empregos e benefícios econômicos em um segmento específico da população, enquanto outros grupos, especialmente os mais vulneráveis, podem não ter acesso a essas oportunidades, resultando em conflitos entre diferentes segmentos da comunidade. Sendo as compensatórias propostas objeto de inclusão de grupos vulneráveis no desenvolvimento econômico gerado pela mineração.

37.	Programa Habitacional para os Trabalhadores da própria empresa: 37.1. O novo bairro deve ser projetado com infraestrutura completa, incluindo pavimentação, saneamento básico, energia elétrica, água potável e áreas verdes. A presença de escolas, creches, postos de saúde e áreas de lazer é fundamental para garantir a qualidade de vida dos moradores. 37.2. As unidades habitacionais devem ser construídas com materiais de alta qualidade e seguindo padrões de construção sustentáveis. As casas devem ser projetadas para oferecer conforto e segurança, com layouts funcionais e adaptáveis às necessidades das família. 37.3. O programa deve oferecer condições financeiras vantajosas, incluindo subsídios, taxas de juros reduzidas e facilidades de pagamento. Isso torna a aquisição da casa própria acessível para os trabalhadores, garantindo sua estabilidade financeira e emocional. 37.4. Durante a execução do programa, é importante oferecer apoio social e psicológico aos trabalhadores e suas famílias. Isso inclui orientação financeira, suporte psicológico e programas comunitários que promovam a integração e o bem-estar dos moradores.	A instalação de um grande empreendimento minerário tende a atrair um número considerável de trabalhadores para a região, o que pode resultar em uma alta demanda por habitação. Em municípios com um número limitado de unidades habitacionais disponíveis para venda ou locação, como Serro, isso pode levar a um aumento significativo nos preços dos imóveis e aluguéis, dificultando o acesso a moradias adequadas para a população local e os novos trabalhadores. O aumento nos preços dos aluguéis e imóveis pode elevar o custo de vida geral na região, impactando negativamente a comunidade local. Trabalhadores de baixa renda e suas famílias podem enfrentar dificuldades financeiras adicionais, exacerbando problemas sociais e econômicos. A escassez de moradias acessíveis pode levar a uma segregação social, onde apenas aqueles com maior poder aquisitivo conseguem arcar com os altos custos de habitação. Isso pode gerar tensões sociais e uma sensação de injustiça entre os moradores locais e os novos trabalhadores, afetando a coesão comunitária.

38	Desenvolvimento de Programas de Integração Comunitária: 38.1. Estabelecer conselhos ou comitês representativos da comunidade para facilitar a participação dos munícipes na tomada de decisões relacionadas ao desenvolvimento local; 38.2. Fomentar e incluir grupos vulneráveis promovendo o empoderamento de mulheres e a participação ativa na vida comunitária, econômica e política, fortalecendo sua voz e seu papel na tomada de decisões; 38.3. Garantir que os interesses e as necessidades de grupos minoritários como quilombolas, idosos e pessoas com deficiência sejam considerados e respeitados em todas as etapas do empreendimento; 38.4. Incentivar o voluntariado e o engajamento cívico entre os munícipes; 38.5. Desenvolver projetos participativos de melhoria urbana e embelezamento do Município de Serro, através de projetos de paisagismo que promovam a preservação ambiental e o plantio de espécies nativas.	A instalação de empreendimentos minerários frequentemente resulta em um aumento populacional significativo devido à chegada de trabalhadores e suas famílias. Esse aumento populacional pode exercer pressão sobre os serviços sociais existentes como saúde, educação e infraestrutura, levando a desafios como superlotação, escassez de moradia e sobrecarga dos recursos locais.

39	Melhoria da infraestrutura turística: 39.1. Investimento em infraestrutura turística, como trilhas ecológicas, centro de apoio ao turista (CAT) e sinalização turística pela cidade, bem como sinalização de pontos turísticos no âmbito do Município de Serro.; 39.2. Implantação de cursos de guias de turismo, fomentando a qualidade dos serviços turísticos na preservação da cultura local; 39.3. Incentivo aos empreendimentos turísticos e geração de emprego do trade turístico; 39.4. Capacitação do trade turístico (Hospedagem, alimentação, condutores e agências de turismo local); 39.5. Custear a contratação da atualização do inventário turístico da sede e dos distritos; 39.6. Promover capacitação dos membros/conselheiros do COMTUR e do COMPAC, promovendo a compreensão dos princípios e das práticas de gestão do turismo e do patrimônio cultural, otimizando os recursos e maximizando os resultados; Estudo da Capacidade de Carga das Cachoeiras e Intervenções de Melhoria de Acesso: 39.7. Avaliação do impacto do turismo nas cachoeiras do município para determinar sua capacidade de carga sustentável. 39.8. Implementação de medidas de controle de acesso, como limitação de visitantes, trilhas demarcadas e controle de horários de visitação. 39.9. Melhoria da infraestrutura de acesso às cachoeiras, incluindo trilhas bem sinalizadas, estacionamento adequado e estruturas de apoio. 39.10. Educação ambiental para conscientizar os visitantes sobre a importância da preservação dos ecossistemas aquáticos.	Redução do fluxo turístico devido à possibilidade de degradação ambiental e paisagística e consequente prejuízos a atividades turísticas locais.

40	Divulgação e Marketing: 40.1. Campanhas de marketing para promover o turismo na região, destacando suas características naturais e culturais; 40.2. Aquisição de equipamentos tecnológicos, como computadores, câmeras digitais e drones; 40.3. Aquisição de placas de sinalização para os atrativos históricos culturais e naturais; 40.4. Pormover material informativo e de divulgação dos atrativos; Mapeamento Digital do Município: 40.5. Utilização de tecnologias de mapeamento digital, como sistemas de informações geográficas (SIG) e drones, para criar mapas precisos e atualizados do município. 40.6. Disponibilização dos mapas para acesso público, facilitando a navegação e o planejamento de atividades turísticas. 40.7. Integração dos mapas digitais com outras plataformas e outros aplicativos de turismo. 40.8. Atualização constante dos dados para refletir mudanças na infraestrutura e na paisagem urbana e rural do município	Redução do interesse turístico na região devido aos possíveis impactos trazidos pela mineração.

41	Valorização do patrimônio cultural: 41.1. Apoiar projetos culturais e agentes culturais para preservação e promoção da cultura, estimulando a criatividade e a inovação, promovendo o desenvolvimento econômico, com vista a melhorar a educação e fortalecer a identidade e a coesão social da comunidade; 41.2. Capacitação dos gestores para garantir eficácia, liderança, tomada de decisões estratégicas, habilidades interpessoais, adaptação às mudanças e à promoção da inovação; 41.3. Criação de Programa de conscientização e educação patrimonial, aumentando a compreensão sobre a importância do patrimônico histórico e cultural; Ações de Apoio à Cultura: 41.4. Biblioteca: Criação de área que receberá a Biblioteca Pública Municipal Maria Eremita. Espaço com capacidade de receber a Biblioteca Municipal de maneira eficaz, com acessibilidade, com espaço de leitura, salas de estudo individual e coletivo, espaço de leitura infantil e afins, sendo esse, um espaço de aprendizagem contínua, para promover a educação e o desenvolvimento pessoal. Oferta de acesso a uma vasta gama de informações, recursos educacionais e culturais que podem capacitar os cidadãos, proporcionando-lhes novas habilidades e conhecimentos. Funciona como um centro de encontro e troca de ideias, incentivando a coesão social e a participação cidadã. A biblioteca pode ser um refúgio de paz e estabilidade, para promover a inclusão social e oferecer suporte a grupos vulneráveis, como crianças, adolescentes, jovens, pessoas com deficiência e idosos. Ao coletar e disponibilizar registros, livros e documentos, a biblioteca ajuda a manter viva a memória coletiva da comunidade, reforçando o senso de identidade e o	Redução do fluxo de turistas interessados na cultura local devido à presença da mineração. Pode ocorrer mudança na paisagem cultural da região, afetando a identidade visual e histórica, promovendo a perda de artefatos e elementos culturais devido o desenvolvimento da atividade de exploração minerária.

42	Apoio a Eventos Culturais e Festivais: 42.1. Apoio e suporte logístico para a realização de eventos tradicionais, como festas religiosas, festivais culturais, feiras gastronômicas, entre outros. 42.2. Contribuir na promoção dos eventos para atrair visitantes locais e turistas. 42.3. Incentivo à participação da comunidade local na organização e na realização dos eventos. 42.4. Capacitação de gestores de eventos para melhorar a qualidade e a atratividade das celebrações.	Alteração ou perda de tradições culturais locais devido às atividades mineradoras e possível abandono das tradições para subsistência nas atividades minerárias.
43	Apoio às Comunidades Quilombolas: 43.1. Apoiar as comunidades quilombolas para promover a justiça social, preservar a cultura e a história, garantir direitos territoriais, promover o desenvolvimento sustentável, empoderar as comunidades locais e promover e garantir a diversidade e a inclusão na sociedade.	Descaracterização dos saberes tradicionais, desvalorização e esquecimento de experessões locais devido ao aumento no fluxo de pessoas com a implantação e operação do empreendimento. Sendo ainda, temido pelo aumento do fluxo de pessoas, conflitos e desrespeito aos direitos e às tradições das comunidades quilombolas, locais e tradicionais, resultando em impactos negativos sociais e culturais.

44	Degradação do Patrimônio: Monitoramento Contínuo. 44.1. Estabelecer um sistema de monitoramento contínuo dos sítios culturais e patrimoniais para detectar possíveis impactos durante as atividades de mineração; 44.2. Contribuir para catalogar, restaurar e implementar programas culturais de preservação e conservação dos sítios arqueológicos ou culturais que possam ser danificados pelas atividades de mineração, visto que o município de Serro possui inúmeros sítios arqueológicos, os quais não são formalmente catalogados nem explorados da devida forma. A realização de serviços de arqueologia para identificar e explorar tais sítios arqueológicos é crucial para entender o passado da região, preservar nossa herança cultural e proteger de danos esses locais históricos. Esses serviços contribuem para o conhecimento científico e histórico, promovem o turismo cultural e garantem a apreciação desses vestígios pelos próximos tempos; 44.3. Restaurar trechos de calçamentos com ornamentações originais, promovendo a preservação da autenticidade e a beleza das áreas históricas, contribuindo para a atratividade turística e o desenvolvimento econômico sustentável. Esses calçamentos fazem parte do patrimônio histórico e cultural da cidade, representando a identidade e a história da comunidade local, garantindo sua preservação para as gerações futuras e valorizando a herança cultural do Município de Serro. 44.4. Contribuir para restauração e manutenção dos documentos de Maria Eremita, visto que a historiadora Maria Eremita produziu diversos manuscritos e transcrições de documentos originais, os quais apresentam conteúdos de grande valor para história da região. A restauração e a	Potencial violação de leis e regulamentos de proteção ao patrimônio cultural, levando a consequências legais e degradação do patrimônio.

45	45.1. Subsidiar Estudo de Engenharia de Tráfego no Município: Financiamento de um estudo detalhado de engenharia de tráfego para avaliar e propor soluções para o adensamento de veículos e melhorias na gestão do tráfego no município. 45.2. Investimento na Infraestrutura Viária: Destinação de recursos para a melhoria e manutenção das estradas, incluindo o reforço da pavimentação para suportar o tráfego de veículos pesados, construção de rotatórias e vias alternativas para aliviar o fluxo nas áreas mais congestionadas. 45.3. Implementação de Rotas Exclusivas para Veículos de Carga: Criação de rotas específicas para o tráfego de veículos pesados, limitando sua circulação nas áreas urbanas durante horários de pico, para reduzir o impacto no trânsito local.	Aumento significativo no fluxo de veículos devido ao transporte de minérios, movimentação de trabalhadores e suprimentos para as atividades minerárias, resultando em congestionamentos e sobrecarga nas vias públicas.O tráfego intenso de veículos pesados, como caminhões de carga, pode acelerar o desgaste das estradas, causando danos à pavimentação, aumento de buracos e necessidade de reparos frequentes.
46.	Construção de infraestrutura Esportiva: 46.1. Contribuir para construção de centros esportivos multifuncionais e implementação de programas regulares de atividades fisícas e esportivas para todas as idades em diferentes pontos do Município de Serro; 46.2. Fomentar o desenvolvimento de programas esportivos inclusivos que atendam às necessidades de diferentes grupos sociais, incluindo crianças, idosos, pessoas com deficiência e minorias; 46.3. Implementar e fomentar Programa de promoção de torneios, competições esportivas e dias de atividades físicas, envolvendo as comunidades em torno do empreendimento e o município de maneira geral; 46.4. Ofertar bolsas e patrocínios para atletas promissores, programas de treinamento e desenvolvimento pessoal e profissional desses jovens; 46.5. Contribuir para ampliação e melhoria do Ginásio Poliesportivo e outros equipamentos de esporte no município (zona urbana e rural);	A mineração, em particular, o modelo requerido para implantação no Município de Serro, pode liberar grandes quantidades de partículas no ar, podendo, com essa poluição, causar problemas respiratórios que afetam diretamente os atletas e a população em geral, limitando e levando a uma redução da prática esportiva ao ar livre, tendo consequente aumento de problemas de saúde. Outro fator importante é o impacto da vibração e do ruído na prática de atividades, haja vista que podem levar à pertubação esportiva. Por outro lado, pode haver aumento da procura e da utilização dos espaços públicos, bem como as estruturas esportivas existentes podem sofrer uma pressão, vindo à ocorrência de superlotações, haja vista a migração de prestadores de serviços para nosso município.

47.	Incentivo ao Esporte Serrano: 47.1. Fomento de Programa de incentivo às diferentes modalidades esportivas no Município de Serro, incentivando os pequenos torneios que acontecem nos Distritos e nas comunidades rurais do município de Serro; 47.2. Implantação de sistema de irrigação e de iluminação em campos municipais; 47.3. Desenvolvimento e apoio nos eventos esportivos municipais; 47.4. Desenvolvimento de projetos de construção de estruturas esportivas nas comunidades ao entorno do empreendimento.	Desintegração da comunidade esportiva. Com o aumento de pessoas migradas para o municipio de Serro, sendo essas de diferentes regiões, há a possibilidade de superlotações nas estruturas esportivas existentes, provocando um deslocamento e desintegração de equipes e grupos esportivos estabelecidos, reduzindo as oportunidades de acesso a prática das atividades esportivas e cessando a prática de competições. Sendo necessário, a fim de, desenvolver as premissas esportivas nos jovens o cumprimento das medidas citadas.

48.	Iniciativa de Modernização Agrícola: 48.1. Empréstimo ou aluguel de maquinário agrícola (tratores, colheitadeiras, etc.) para reduzir custos de produção e fortalecer a agricultura local. 48.2. Capacitação Especializada: Treinamento em técnicas de cultivo, manejo pós-colheita e preparo para o mercado, especialmente para a produção de café. 48.3. Apoio à Fruticultura: Assistência técnica e financeira para o estabelecimento de pomares, manejo de pragas e doenças e práticas de irrigação e colheita. 48.4. Preparo do Solo: Oferecer serviços de preparo do solo, incluindo aração, gradagem e adubação, para os produtores locais. 48.5. Plantio de Culturas: Auxiliar no plantio de diversas culturas (grãos, hortaliças, frutas e café) com técnicas modernas e equipamentos especializados. 48.6. Fornecimento de Insumos Agrícolas: Disponibilizar fertilizantes orgânicos e sementes de qualidade em apoio à agricultura local. 48.7. Assistência Técnica e Capacitação: Fornecer orientação especializada em boas práticas agrícolas, manejo sustentável do solo e técnicas de criação de animais. 48.8. Apoio à Diversificação de Culturas: Incentivar a diversificação e rotação de cultivos, promovendo a resiliência e segurança alimentar. 48.9. Promoção da Agricultura Sustentável: Apoiar iniciativas de agricultura orgânica, agroecologia e manejo integrado de pragas.	A chegada da atividade mineradora pode atrair trabalhadores rurais para o empreendimento, resultando em escassez de mão de obra qualificada para a agricultura e a pecuária locais.
49.	Diversificação da Produção Agrícola: 49.1. Reduzir a dependência de culturas tradicionais e aumentar a resiliência a flutuações climáticas e de mercado. 49.2. Oportunizar a Capacitação Especializada: Treinamento em técnicas de cultivo e manejo pós-colheita para melhorar a competitividade dos produtos. 49.3. Apoio Técnico Contínuo: Promover orientações desde o plantio até a comercialização, garantindo o sucesso das atividades agrícolas.	A remoção de vegetação e a liberação de poluentes pela mineração podem alterar as condições climáticas, afetando a agricultura.

50.	Incentivo à Programa de Abastecimento de água e Irrigação 50.1. Perfuração de Poços Artesianos: Perfurar poços artesianos, proporcionando uma fonte alternativa de água para os produtores rurais. 50.2. Irrigação e Gestão da Água: Investir em sistemas de irrigação eficientes e tecnologias de gestão da água para garantir o fornecimento adequado de água para as atividades agrícolas e pecuárias. 50.3. Programas de Conservação de Água: Implementar programas de conservação de água, incentivando práticas de uso eficiente e sustentável da água, como sistemas de irrigação por gotejamento, reuso de água e manejo adequado dos recursos hídricos.	A atividade mineradora, muitas vezes, requer grandes quantidades de água para processos de extração e beneficiamento, levando à hipótese de rebaixamento do lençol freático e à redução da disponibilidade de água subterrânea. O rebaixamento do lençol freático, por sua vez, caso ocorra, pode afetar diretamente as atividades agrícolas e pecuárias, resultando em escassez de água para irrigação, dessedentação animal e outros usos, comprometendo o desenvolvimento das culturas e o bem-estar dos animais.

51.	Apoio à Agricultura Familiar: 51.1. Investir em programas de apoio à agricultura familiar, fornecendo assistência técnica, acesso a insumos agrícolas e mercados para os produtores locais. 51.2. Turismo Rural e Artesanato Local: Estimular o desenvolvimento do turismo rural e do artesanato local, promovendo a valorização da cultura e das tradições locais e proporcionando oportunidades de geração de renda. 51.3. Piscicultura e Atividades Alternativas: Incentivar a criação de projetos de piscicultura e outras atividades alternativas, como a produção de mel, hortas comunitárias e criação de pequenos animais. 51.4. Investimento em Infraestrutura Social: Destinar recursos financeiros para investimentos em infraestrutura social, como escolas, postos de saúde e centros comunitários, melhorando a qualidade de vida dos moradores locais. 51.5. Compra Direta dos Produtores: Estabelecer parcerias com os produtores locais para comprar diretamente seus produtos, garantindo uma fonte de renda estável. 51.6. Incentivos de Compra para Funcionários: Fornecer incentivos para os funcionários do empreendimento, como vales ou tickets de alimentação específicos para alimentos e produtos locais, para que comprem produtos nas feiras do Município (sede, distritos e comunidades rurais). 51.7. Promoção da Feira da Cidade: Promover ativamente a feira da cidade entre funcionários e clientes, destacando a qualidade e a diversidade dos produtos locais disponíveis, incentivando o consumo como forma de apoiar a economia local e os agricultores da região. 51.8. Desenvolvimento de Infraestrutura Rural: Melhorar estradas, pontes, armazéns e centros de comercialização para facilitar o escoamento e a venda dos produtos agrícolas.	A mineração pode gerar um influxo de trabalhadores migrantes para a região, aumentando a demanda por terras e recursos naturais e elevando os preços dos insumos agrícolas, dificultando a subsistência das famílias agricultoras locais.
52.	Infraestrutura Escolar 52.1. Investimento em infraestrutura escolar; 52.2. Programas de capacitação de professores; 52.3. Implantação de qualificação profissional e melhorias educacionais.	Pressão sobre a infraestrutura escolar.

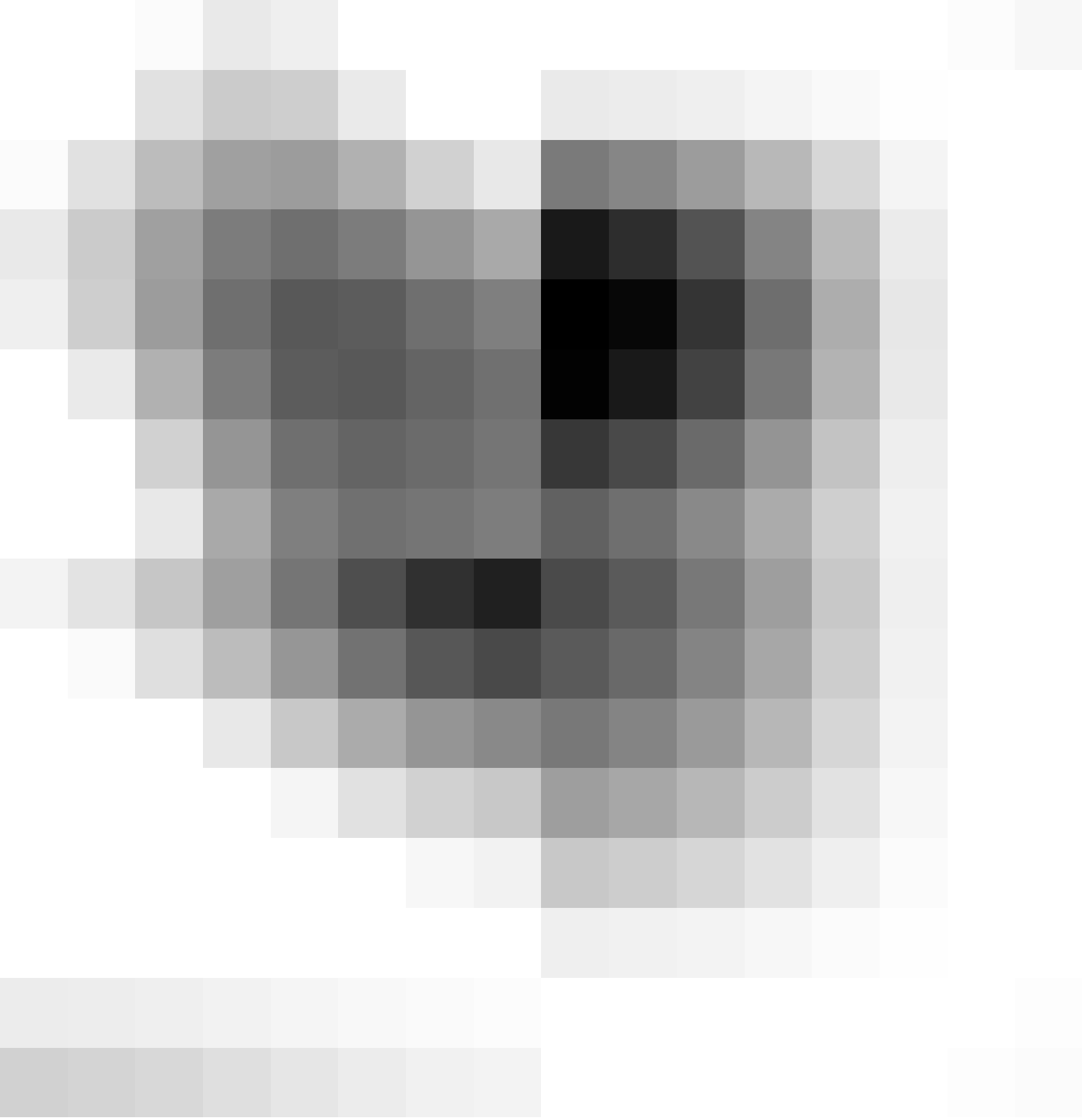
53.	Indução de Fluxos migratórios e pressão sobre os serviços públicos e Expansão Urbana Desordenada: 53.1. Contratação e disponibilização de equipe técnica e habilitada para acompanhamento e mapeamento das áreas urbanas no Município, apresentando diagnóstico e implementando as medidas propostas para mitigação desses danos; 53.2. Atualização semestral dos levantamentos existentes no Município; 53.3. Estruturação de infraestrutura urbana no que tange à energia, ao fornecimento de água e esgoto e ao funcionamento da malha viária.	O período de implantação e operação do empreendimento demanda a maior concentração de mão de obra, tendo o empreendimento o potencial de atrair trabalhadores para a região em busca de oportunidade de empregos, o que gera um impacto negativo, haja vista que pode exercer uma pressão nos serviços públicos e promover o crescimento e a urbanização desordenados.
54.	Fomento no Processo Educacional: 54.1. Necessidade de ampliação de creches; 54.2. Formação Continuada de todos os Profissionais; 54.3. Aporte financeiro para manutenção de tempo integral de Transporte Escolar; 54.4. Construção da Casa do Educador de Serro; 54.5. Projeto de atividades lúdicas, culturais, de convivência e reforço escolar no contraturno escolar em todas as escolas municipais de Serro; 54.6. Reforma, estruturação e aquisição de equipamentos para as escolas municipais das comunidades ao entorno do empreendimento, destacando as comunidades de Condado, Queimadas, Mumbaça, Floriano e demais comunidades tradicionais e quilombolas do município de Serro; 54.7. Fomentação do sistema de cursos técnicos no município, dístritros e comunidades.	A migração de trabalhadores e suas familias para o Município em prol das atividades minerárias poderá aumentar significativamente a demanda por serviços educacionais, resultando em sobrecarga da infraestrutura escolar, em escolas superlotadas e falta de recursos adequados como: professores, materiais didáticos e espaço físico.

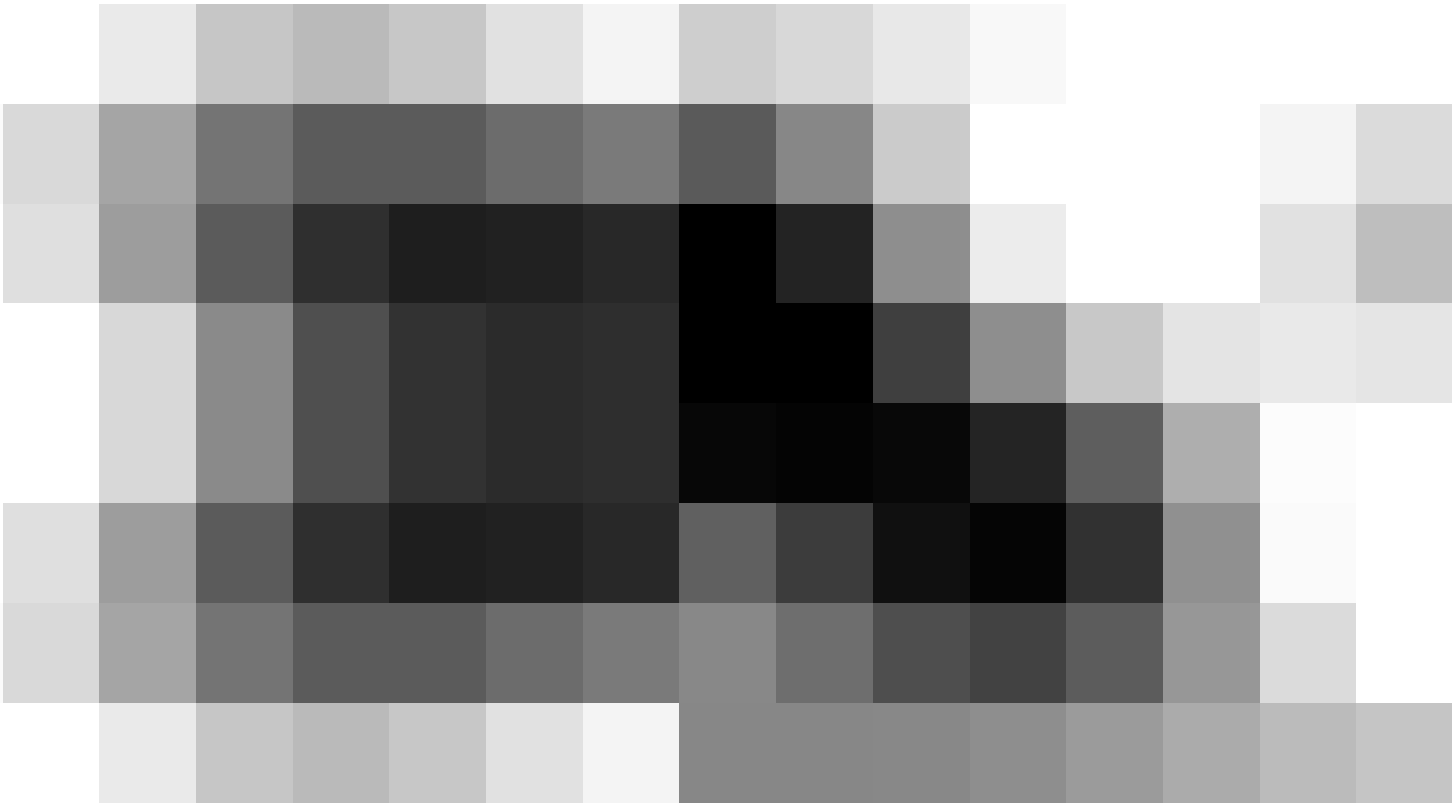
55.	Desenvolvimento do Empreendedorismo: 55.1. Apoio a Pequenos Negócios, através do SEBRAE, que pode oferecer consultoria, treinamento e apoio financeiro para os pequenos empreendedores locais, promovendo a criação de novos negócios e diversificação da economia; 55.2. Criar Programas de Incubação para startups e pequenas empresas, fornecendo suporte técnico, administrativo e financeiro para novos empreendimentos; 55.3. Diversificação econômica: Fomentar e promover o desenvolvimento de setores econômicos alternativos como agricultura, turismo, artesanato e serviços, diminuindo a dependência exclusiva da mineração. 55.4. Estabelecer parcerias com empresas locais para promover a diversificação da economia e criar novas oportunidades de emprego.	Vulnerabilidade Econômica, visto que se o foco econômico for ligado à mineração, outras atividades podem ser negligenciadas, reduzindo a diversidade de empregos disponíveis para a população local, aumentando a vulnerabilidade da comunidade e a flutuação de mercado.
56.	Realizar medições das vibrações, análise de tripologia de trincas, medição de avanço das trincas e avaliar a frequência natural e amortecimentos nos imóveis afetados pelo tráfego de veículos (leve, médio e pesado) do empreendimento minerário. 56.1. Implementação de medidas de Controle de Vibração: Utilização de técnicas de desmonte controlado para reduzir a propragação de vibrações durante as operações e a adoção de equipamentos e veículos com sistemas de amortecimento de vibrações para minimizar os impactos gerados pelo tráfego de máquinas e veículos pesados; 56.2. Monitoramento contínuo das vibrações nas áreas afetadas para identificar padrões e tendências ao longo do tempo e implementação de sistemas e alerta precoce para detectar e responder rapidamente a qualquer aumento significativo dos níveis de vibração; 56.3 Para os imóveis afetados pelas vibrações, sejam adotadas medidas de avaliação estrutural detalhada, reparos imediatos e reforços, se necessário, acompanhamento periódico da evolução das trincas, compensação financeira, alternativa de realocação e assistência técnica para os moradores.	O Desenvolvimento das atividades de exploração mineral proposta pelo empreendimento acarreterá na gereção de vibrações pelo desmonte e pelo tráfego de máquinas e veículos (leves, médios e pesados), afetando a estabilidade dos imóveis situados em torno do empreendimento em diferentes áreas do Municípo de Serro. Essas vibrações podem resultar em danos estruturais às edificações, tais como trincas, fissuras e até mesmo colapsos parciais ou totais das construções. Além disso, a exposição contínua a níveis elevados de vibrações pode comprometer a qualidade de vida dos moradores, gerando desconforto e preocupações com a segurança das residências. Assim, é crucial realizarr uma análise detalhada da geração de vibrações e seu impacto nas estruturas dos imóveis para implementar medidas de mitigação adequadas e garantir a seguraça e o bem-estar das comunidades afetadas;

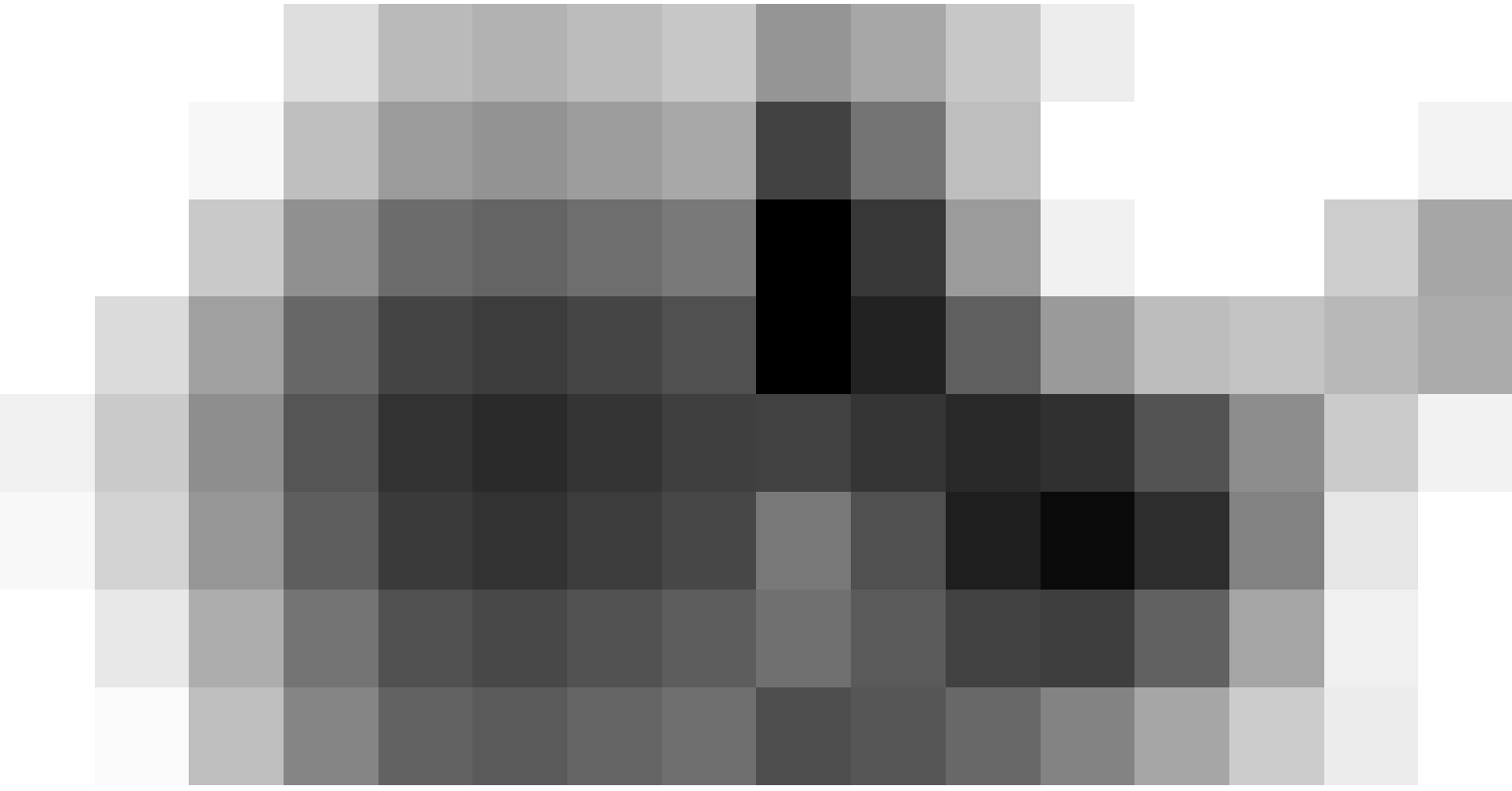
57.	Segurança Pública 57.1. Auxílio para criação, construção e manutenção do Centro Integrado de Segurança Pública, tendo acomodações para a Polícia Militar, Polícia Civil, Bombeiro Militar, Guarda Civil e Defesa Civil, ampliando a oferta de segurança pública para a população local, visitantes e empresas atuantes no Município. 57.2. Fomento de ações que promovam a segurança pública.	A implantação do Centro Integrado de Segurança Pública trará melhorias significativas na segurança e na ordem pública da região, contribuindo para a redução da criminalidade, rapidez na resposta a incidentes, prevenção de crimes, aumento da percepção de segurança e valorização da comunidade. A construção do Centro Integrado de Segurança Pública visa amenizar diversos impactos sociais e econômicos, como também contribuirá para promoção de um ambiente mais seguro e próspero, haja vista que proporcionará a implementação de sistemas avançados de vigilância e comunicação, bem como a integração das forças de segurança pública.

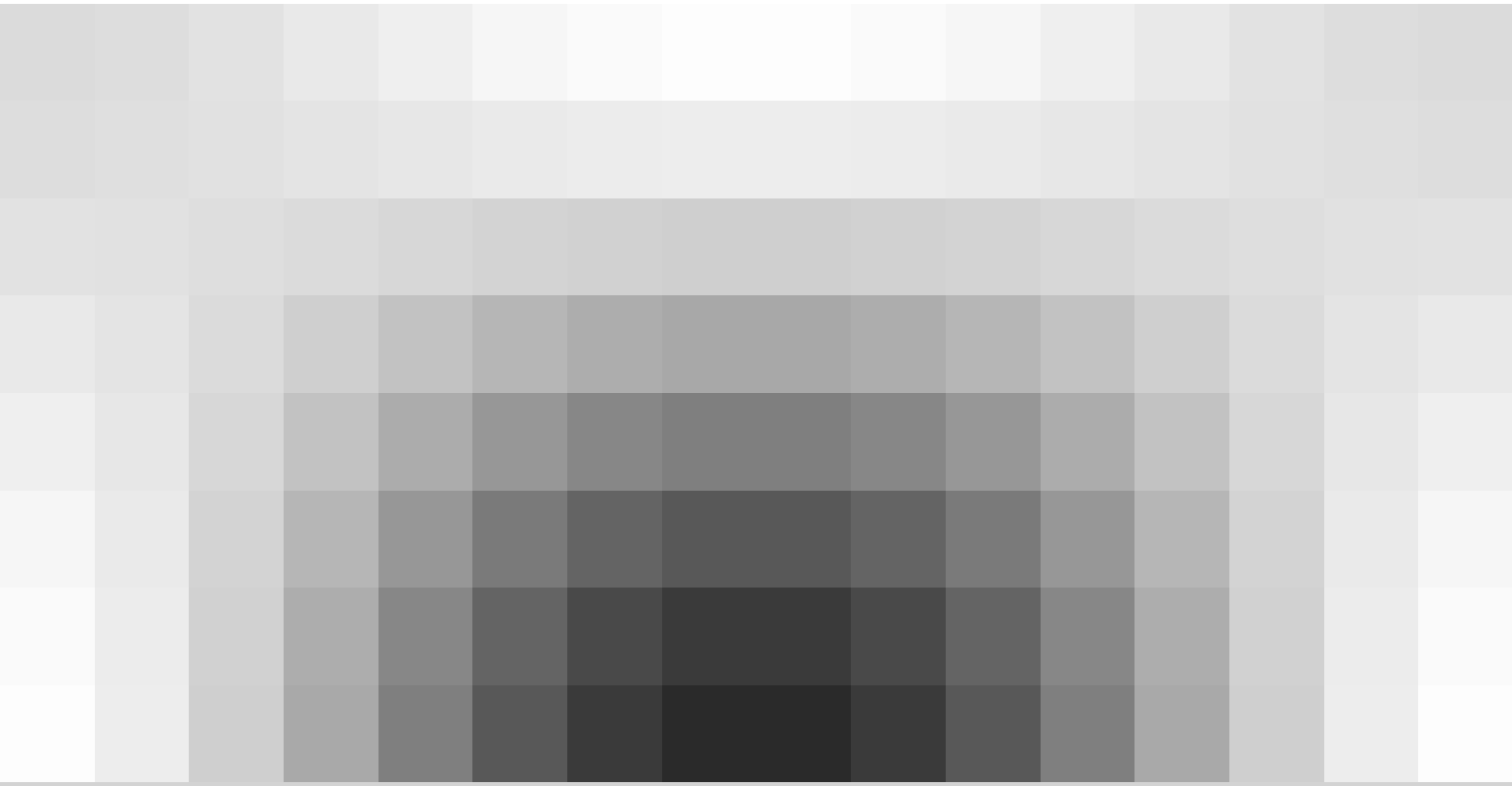
Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais / MG

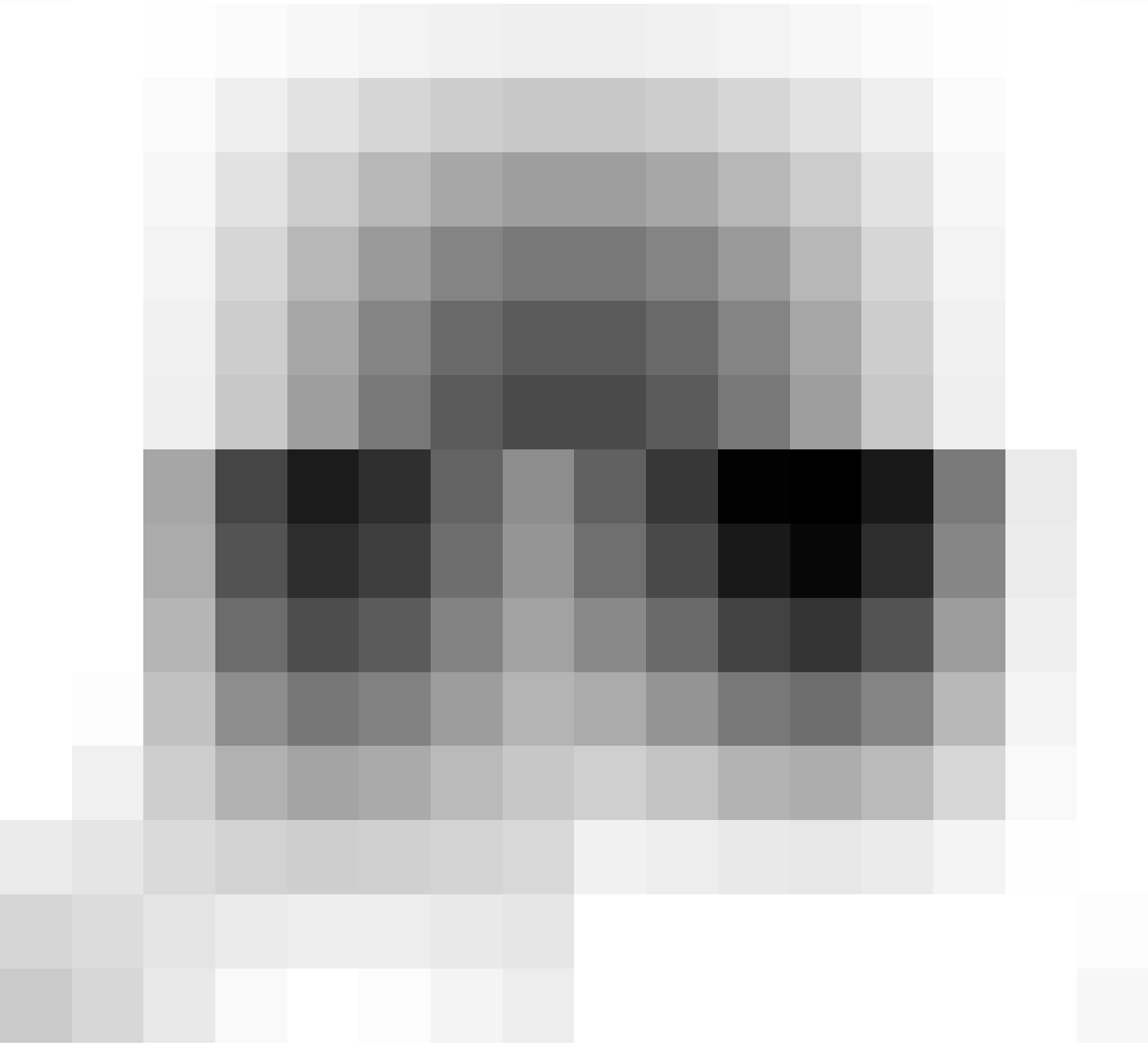
Nota técnica sobre o EIA – RIMA do Projeto Céu Aberto – Ônix Mineração S/A

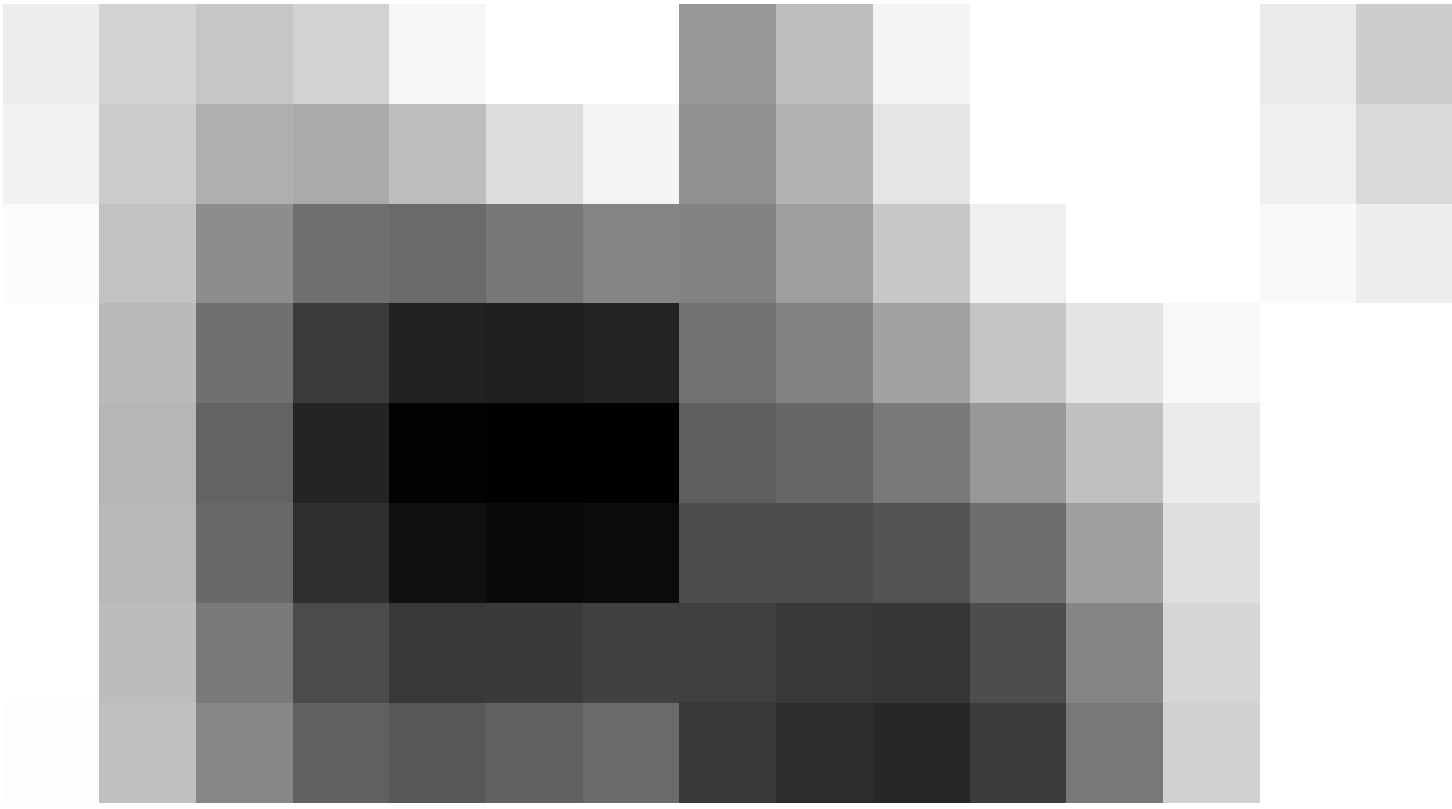


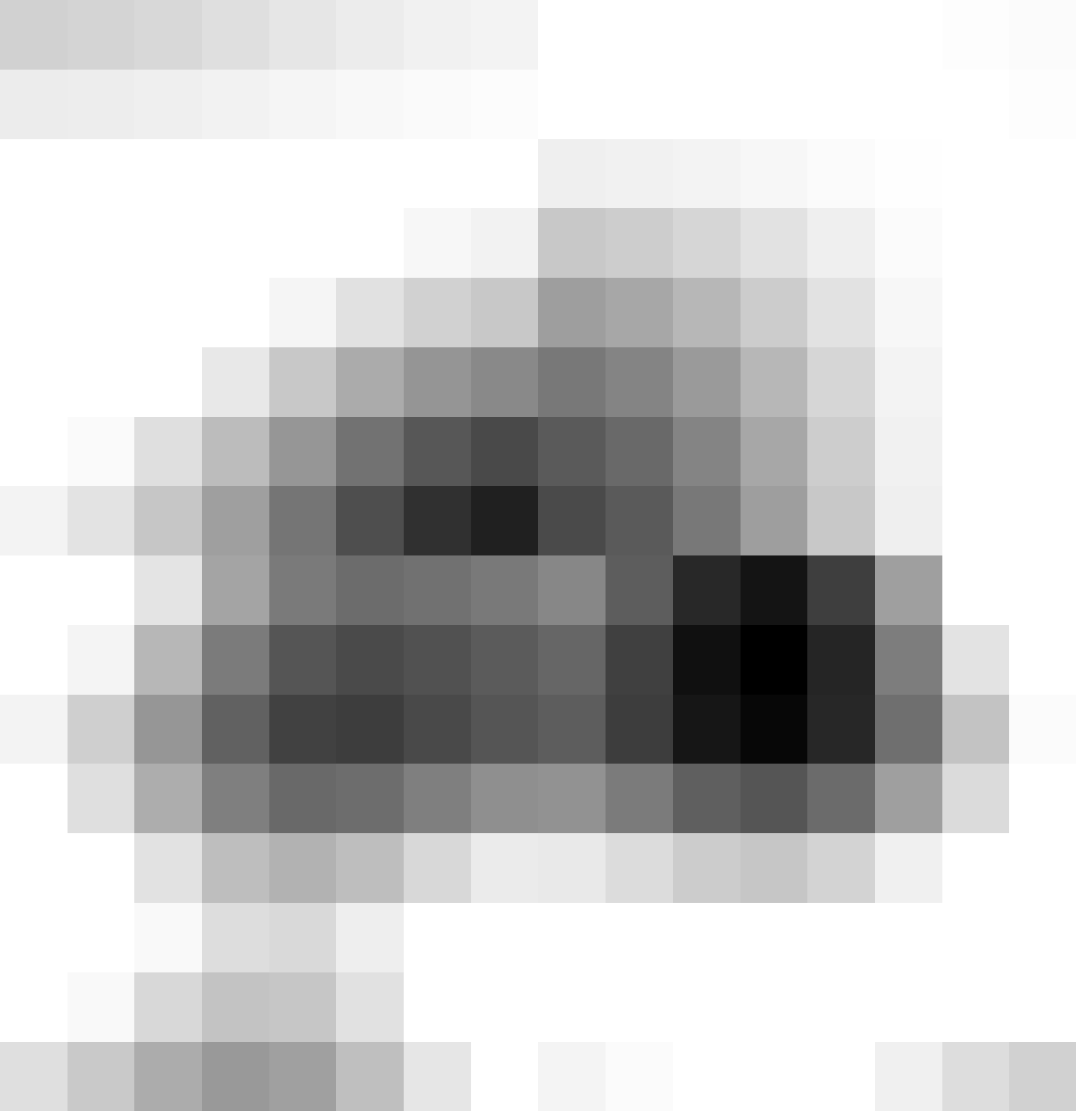












Instituto Guaicuy

QUESTIONAMENTOS referentes ao PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL SLA No 2108/2022 - PROJETO ÔNIX CÉU ABERTO MINERAÇÃO

Serro, 21 de agosto de 2024

O **INSTITUTO GUAICUY**, associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 04.518.749/0001-86, com sede na rua Brazópolis, nº 109, Floresta, Belo Horizonte/MG, CEP 30150-170, dotada de título de utilidade pública e com permissivo temático na defesa coletiva do meio ambiente, de apoio ao **PROJETO MANUELZÃO/UFMG**, em parceria com o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), vem, com fundamento no art. 16, § 3º da Deliberação Normativa (DN) COPAM nº 225/2018, apresentar seus **QUESTIONAMENTOS** referentes ao **PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL SLA Nº 2108/2022 - PROJETO ÔNIX CÉU ABERTO MINERAÇÃO**, nos termos a seguir expostos.

I – TEMPESTIVIDADE

A DN COPAM nº 225/2018, em seu art. 16, §3º, estabelece o prazo de cinco dias úteis para a formulação de questionamentos concernentes à audiência pública. Considerando que a realização da audiência pública ocorreu no dia 14/08/2024 (quarta-feira), o limite para a apresentação de questionamentos se fixou no 21/08/2024 (quarta-feira). Isso porque, conforme disposto no art. 59 da Lei de Processo Administrativo Estadual (Lei nº 14.184/02), na contagem de prazo exclui-se o dia da notificação oficial e inclui-se o último dia.

II - DOS FATOS

No dia 14 de agosto de 2024, ocorreu a audiência pública[1] referente ao Licenciamento Ambiental SLA nº 2108/2022, o qual versa sobre a instalação do "Projeto Ônix Céu Aberto" no município do Serro/MG, visando a implementação de extração do minério de ferro. O requerimento foi realizado pela empresa ÔNIX CÉU ABERTO MINERAÇÃO LTDA, sociedade empresária do setor da mineração, inscrita no CNPJ sob o nº 41.099.058/0001-11.

[1] Disponível em: https://ceuabertomineracao.com.br/audiencia-publica/ Acesso em: 20 de agosto de 2024.

Diante da relevância e dos potenciais impactos ambientais do empreendimento em questão, o INSTITUTO GUAICUY, na sua missão de defesa coletiva do meio ambiente, conduziu uma análise do referido Processo de Licenciamento para verificar sua conformidade com a legislação vigente.

Adianta-se que foram identificadas diversas irregularidades e obscuridades que, de acordo com critérios estabelecidos pela legislação, não podem ser convalidadas pela Administração Pública. Considerando a magnitude dessas irregularidades e o potencial impacto sobre o meio ambiente e o bem-estar da população, é crucial que essas questões sejam devidamente revistas e respondidas, nos termos aqui solicitados.

Nesse contexto, prezando pela lisura e transparência, que são deveres da Administração Pública, o INSTITUTO GUAICUY, junto do PROJETO MANUELZÃO e com o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), encaminha seus questionamentos, a fim de apontar violações das normas administrativas que comprometem a integridade do Licenciamento, e solicita as devidas providências.

III - DAS CONSIDERAÇÕES

Considerando que o art. 225, §1°, IV, da Constituição Federal determina a exigência de estudo prévio de impacto ambiental, que deverá ter publicidade, para a instalação de obra ou atividade que potencialmente poderão causar significativa degradação do meio ambiente.

Considerando que o art. 10 da Política Nacional do Meio Ambiente determina que "A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental dependerão de prévio licenciamento ambiental".

Considerando que a Lei Complementar n° 140, de 2011, responsável por regulamentar o licenciamento ambiental previsto na Constituição Federal, apresenta enquanto objetivos:

> Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no exercício da competência comum a que se refere esta Lei Complementar:

I - proteger, defender e conservar **o meio ambiente ecologicamente equilibrado, promovendo gestão descentralizada,** democrática e eficiente;

II - garantir o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico com a proteção do meio ambiente, **observando a dignidade da pessoa humana, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais**;

III - harmonizar as políticas e ações administrativas para evitar a sobreposição de atuação entre os entes federativos, de forma a evitar conflitos de atribuições e garantir uma atuação administrativa eficiente;

IV - garantir a uniformidade da política ambiental para todo o País, respeitadas as peculiaridades regionais e locais.

Considerando que a Resolução n° 01/1986 do Conama determina:

Art. 5° O estudo de impacto ambiental, além de atender à legislação, em especial os princípios e objetivos expressos na Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, obedecerá às seguintes diretrizes gerais:

I - **Contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização do projeto**, confrontando-as com a hipótese de não execução do projeto;

II - Identifica**r e avaliar sistematicamente os impactos ambientais gerados nas fases de implantação e operação da atividade**;

III - Definir os limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos, denominada área de influência do projeto, considerando, em todos os casos, a bacia hidrográfica na qual se localiza;

IV - C**onsiderar os planos e programas governamentais, propostos e em implantação na área de influência do projeto**, e sua compatibilidade.

Parágrafo único. Ao determinar a execução do estudo de impacto ambiental o órgão estadual competente, ou a SEMA ou, no que couber ao Município 161, fixará as diretrizes adicionais que, pelas peculiaridades do projeto e características ambientais da área, forem julgadas necessárias, inclusive os prazos para conclusão e análise dos estudos. Resolução n°01/1996 do CONAMA.

Considerando os objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), previstas no seu artigo 4°:

I - à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;

II - à definição de áreas prioritárias de ação governamental relativa à qualidade e ao equilíbrio ecológico, atendendo aos interesses da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios; (Vide decreto nº 5.975, de 2006)

III - ao estabelecimento de critérios e padrões de qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais;

IV - ao desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias nacionais orientadas para o uso racional de recursos ambientais;

V - à difusão de tecnologias de manejo do meio ambiente, à divulgação de dados e informações ambientais e à formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico;

VI - à preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, concorrendo para a manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida;

VII - à imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.

Considerando que o art. 6° da Resolução n° 1/1986 do Conama determina que o estudo de impacto ambiental deverá conter ao menos as seguintes atividades:

I - Diagnóstico ambiental da área de influência do projeto completa descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações, tal como existem, de modo a caracterizar a situação ambiental da área, antes da implantação do projeto, considerando: a) o meio físico - o subsolo, as águas, o ar e o clima, destacando os recursos minerais, a topografia, os tipos e aptidões do solo, os corpos d'água, o regime hidrológico, as correntes marinhas, as correntes atmosféricas; b) o meio biológico e os ecossistemas naturais - a fauna e a flora, destacando as espécies indicadoras da qualidade ambiental, de valor científico e econômico, raras e ameaçadas de extinção e as áreas de preservação permanente; c) o meio sócio-econômico - o uso e ocupação do solo, os usos da água e a sócio economia, destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos.

II - Análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas, através de identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes, discriminando: os impactos positivos e negativos (benéficos e adversos), diretos e indiretos, imediatos e a médio e

longo prazos, temporários e permanentes; seu grau de reversibilidade; suas propriedades cumulativas e sinérgicas; a distribuição dos ônus e benefícios sociais.

III - Definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos, entre elas os equipamentos de controle e sistemas de tratamento de despejos, avaliando a eficiência de cada uma delas.

IV - Elaboração do programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos positivos e negativos, indicando os fatores e parâmetros a serem considerados.

Parágrafo único. Ao determinar a execução do estudo de impacto ambiental, o órgão estadual competente; ou a SEMA ou quando couber, o Município fornecerá as instruções adicionais que se fizerem necessárias, pelas peculiaridades do projeto e características ambientais da área.

Por compreender que o projeto por ora analisado viola e causa danos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, que fere os direitos à dignidade da pessoa humana, mais especificamente dos povos e comunidades tradicionais e reforça desigualdades sociais, bem como, o estudo de impacto ambiental não avalia sistematicamente e de modo confiável os possíveis impactos ambientais, não preza o desenvolvimento sustentável, pois pauta-se apenas no desenvolvimento econômico, desrespeitando os direitos sociais e a preservação dos recursos naturais é que se apresenta as presentes ilegalidades e os questionamentos.

IV - DAS ILEGALIDADES

1 - O EIA/RIMA viola a consulta à população efetivamente atingida, principalmente quando diz respeito às comunidades quilombolas da região. A comunidade quilombola de Queimadas está localizada de modo muito próximo à área em que se pretende minerar, conforme apresentado pelo EIA. Dessa maneira, **as comunidades quilombolas precisam ter o direito à consulta livre, prévia e informada e o consentimento da comunidade**, conforme previsto pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e ratificada pelo ordenamento jurídico brasileiro, garantidos. Tendo em vista que se a consulta acontece após a audiência pública ela deixa de ser prévia.

2. Para além do descumprimento do direito internacionalmente assegurado, **o empreendimento ignora qualquer tipo de consulta à população diretamente afetada.** Afinal, o estudo apresentado realizou uma pesquisa de opinião somente com 32 pessoas das localidades, não mencionando o processo de seleção dessas pessoas e não abarca e especifica o real estado da comunidade na atualidade - por exemplo, o convívio social e familiar, as festividades, os encontros, os saberes tradicionais, os bens culturais, os processos educativos, dentre outros. Trata-se de um estudo que se resumiu em saber o posicionamento dos moradores em concordância ou não sobre o procedimento, sendo que eles não foram informados sobre o assunto. Desta maneira, não há um estudo sistematizado sobre o assunto, conforme determinado pelas normativas relacionadas ao EIA/RIMA.

3. Para além da ausência de consulta às comunidades**, a audiência pública feriu drasticamente o princípio do direito ambiental à participação**, questão primordial de realização do licenciamento ambiental. A ausência de participação decorre do seguinte aspecto: a empresa Ônix divulgou amplamente nas redes sociais e no município que a audiência seria realizada de modo presencial, mas haveria a participação de modo remoto através da reprodução ao vivo no canal no *youtube*. Dessa maneira, **houve o compromisso público** para com os cidadãos e as cidadãs de que poderiam assistir, acompanhar e se manifestar de modo *online*. Em vista desse compromisso feito, infere-se que muitas pessoas não foram presencialmente na audiência diante da possibilidade de participação remota, o que até pode, inclusive, justificar o baixo número de presentes. Em síntese, houve o compromisso público de que a audiência também seria feita de modo remoto, violando a participação popular no âmbito da audiência pública.

4. O Estudo Prévio de Impacto Ambiental tem o objetivo produzir um estudo que possa garantir a compreensão da população sobre os impactos ambientais e as possíveis mitigações. Trata-se de um momento importante para que a sociedade, as comunidades diretamente afetadas e o próprio Poder Público consigam realmente avaliar os impactos dos empreendimentos minerários. No entanto, verifica-se que **o estudo apresentado pela empresa não possui a responsabilidade e a confiabilidade para prosseguimento do licenciamento ambiental.**

Afinal, o documento protocolado pelo GESTA, projeto de pesquisa da UFMG, no dia da audiência, identificou em cinco páginas, trechos plagiados de *sites* de pouca confiabilidade acadêmica e científica. Para além disso, há inúmeros questionamentos sobre a metodologia do trabalho, afinal, como se realiza uma pesquisa social relevante em poucos dias e com inúmeras falhas? Nota-se, portanto, que há uma ausência de confiabilidade para com a população sobre o estudo apresentado, o que prejudica a análise do licenciamento.

5. Para a realização de uma EIA/RIMA é necessária a sua elaboração por uma equipe multidisciplinar, ou seja, uma abordagem sobre os diversos aspectos biológicos, sociais, geográficos, dentre outros. O empreendimento afeta diretamente um território quilombola. As comunidades quilombolas possuem suas tradicionalidades, seus vínculos sociais, afetivos, territoriais e com a natureza. Compreender tais aspectos são essenciais para avaliarmos os impactos nessas comunidades, que possuem os seus **direitos historicamente consagrados pelas normativas brasileiras.** Dessa maneira, **um projeto que pode impactar tão drasticamente tais comunidades deveria contar com ao menos um antropólogo e mais cientistas sociais. Portanto, o estudo viola a equipe multidisciplinar.**

6. Trata-se de fato público e notório nem somente no município do Serro-MG, mas em todo o estado de Minas Gerais, que na localidade existem outros empreendimentos minerários que desejam se instalar na região. Destacam-se o empreendimento da Minermang e da Herculano (em que a audiência pública foi realizada a cerca de dois meses antes da audiência pública da Ônix), ambos com processos de licenciamento ambiental em aberto. **O projeto da Ônix está numa área muito próxima da Herculano**. **O EIA/RIMA não menciona a existência de outros projetos minerários em processo de licenciamento ambiental próximos a área em que se pretende minerar pela Ônix**. Trata-se de uma possível **indução ao erro e que, inclusive, pode-se pensar em uma fragmentação do licenciamento**, afinal, **possíveis danos seriam cumuláveis para a sociedade serrana**. Ao menos a referência desses empreendimentos deveria ser considerada.

7. O Decreto do estado de Minas Gerais n° 47.383/2018, com redação do Decreto n° 47.837/2020, determina: “o processo de licenciamento ambiental deverá ser obrigatoriamente instruído com a certidão emitida pelos municípios abrangidos pela Área Diretamente Afetada

- ADA - do empreendimento, cujo teor versará sobre a conformidade do local de implantação e operação da atividade com a legislação municipal aplicável ao uso e ocupação do solo". Ressalta-se que o §1° apresenta que "a certidão de que trata o *caput* deverá ser apresentada durante o trâmite do processo administrativo e antes da elaboração do parecer único, sob pena de arquivamento do processo". Ressalta-se **que houve alterações significativas no EIA/RIMA, sendo este último, publicado no dia 25 de maio de 2024**. Dessa maneira, fica o questionamento: há certidão municipal do município do Serro em que se levou em consideração o novo EIA/RIMA? O município de Santo Antônio do Itambé, localizado de modo bastante próximo ao empreendimento, faz parte de alguma área de impacto do empreendimento? Existe alguma certidão de conformidade ambiental do empreendimento do município de Santo Antônio do Itambé?

Tais casos, conjuntamente com as considerações feitas sobre o licenciamento ambiental e o estudo de impacto ambiental, apontam que o projeto em análise não satisfaz as exigências legais mínimas. Portanto, não resta dúvida, **da necessidade do indeferimento da licença ambiental pleiteada e da anulação da audiência pública realizada no dia 14 de agosto de 2024.**

V - DOS QUESTIONAMENTOS

Apresentadas as ilegalidades, apresenta-se agora os questionamentos identificados no estudo do EIA/RIMA. Encontram-se de modo sistematizado no anexo I.

5.1 ENQUADRAMENTO E CRITÉRIOS LOCACIONAIS

Conforme apresentação das características do empreendimento, disposto na Figura 1, e seguindo a DN COPAM N° 217/217, o licenciamento visou a implantação e operação de empreendimento minerário, tendo como atividade principal a extração e beneficiamento a seco de minério de ferro, o empreendimento pretende a extração e beneficiamento de 300.000t/ano, além das atividades principais, serão necessárias atividades acessórias para operação, sendo elas: pilha de rejeito/estéril, estrada para transporte de minério e ponto de abastecimento, portanto, enquadra-se em classe 2, considerando o potencial poluidor e porte das atividades solicitadas.

Figura 1. Enquadramento realizado no processo de licenciamento quanto ao potencial poluidor e ao porte das atividades, dado DN N°217/2017.

Fonte: EIA Projeto Céu Aberto, 2024.

Ainda no processo de enquadramento, avaliou-se a interferência do empreendimento nos critérios locacionais, destacando os principais: i. Localização prevista na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica; ii. Localização prevista na Reserva da Biosfera do Espinhaço; e iii. Localização prevista em área de alto ou muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades, conforme dados oficiais do CECAV-ICMBio. As figuras 2, 3 e 4, trazem os mapas de localização desses critérios conforme exposto no EIA/RIMA, com base do IDE SISEMA MG.

Figura 2. Mapa de localização do empreendimento conforme espacialização das zonas da Reserva da Biosfera Mata Atlântica.

Figura 3. Mapa de localização do empreendimento conforme espacialização das zonas da Reserva da Biosfera Serra do Espinhaço.

Figura 4. Mapa de localização do empreendimento conforme espacialização das regiões de potencial espeleológico.

Quanto aos fatores de restrição ou vedação, o empreendimento reconhece aqueles na esfera biótica e de preservação, mas anula o processo destacado em seu próprio estudo, na presença de Terra Quilombola, como exposto na Figuras 5,

Figura 5. Quadro de avaliação quanto aos fatores de restrição e vedação dispostos pelo empreendedor.

Fonte: EIA Projeto Céu Aberto, 2024.

5.2 ESTUDO DE ALTERNATIVAS

5.2.1 Rigidez Locacional

É comum em atividades minerárias uma rigidez locacional principalmente quanto à localização da cava, pela escassez de regiões viáveis à exploração e da disponibilidade natural dos minerais interessantes, como é o caso do Projeto Céu Aberto. Neste local de interesse encontram-se as Formações Bandadas Ferríferas (FBF), no Brasil sendo a principal forma de surgimento de ferro. Essas formações são rochas sedimentares químicas, caracterizadas por serem acamadas ou laminadas, definidas por uma alternância de minerais ricos em ferro (20-40%) e minerais silicatados pobres em ferro (40-50%) (Klein, 2005; Posth 2011).

Conforme o EIA, a área de cava definida atualmente, possui volume total de 720.425 m³, sendo 2.550.000t de reserva de minério de ferro e 187.615t de estéril. Ou seja, o extrato minerário possui densidade que se assemelha à Hematita Compacta de alta pureza segundo estudos realizados pelo MIT (2017).

De forma prudente, com auxílio de ferramentas computacionais de estatística e álgebra linear, foram realizadas comparações quanto ao volume de minério extraído. Dado o volume da cava pelo empreendedor, suponha-se que este minério seja armazenado em outro local, no qual fosse mais factível a compreensão. Adota-se, como referência os estádios Maracanã e Mineirão, mundialmente conhecidos no esporte.

O Estádio Maracanã tem uma forma aproximadamente ovalada e é conhecido por ter uma capacidade de cerca de 78.000 espectadores. Para simplificar, vamos aproximar a forma

como um cilindro com um raio médio e altura. O Raio médio (Rm) é de aproximadamente 70 metros (o diâmetro do campo é cerca de 105 metros, então o raio médio é menor por causa da inclinação das arquibancadas). Já a altura (h): Aproximadamente 30 metros (incluindo as arquibancadas e o espaço acima do campo). Adotando as equações de volume de cilindros encontra-se um volume aproximado de 461.000m³. Enquanto para o Mineirão, com capacidade de 62 mil espectadores, raio médio de aproximadamente 60 metros e altura de aproximadamente 25 metros, com seus incríveis 282.600m³.

Comparativamente, a cava teria cerca de 156% o tamanho do Maracanã ou 254% o tamanho do Mineirão, em meio ao patrimônio natural e imaterial das serras minerais, muito próximo a Terras Quilombolas desprezadas e de um dos principais centros históricos, de arquitetura e paisagismo natural do Brasil, o Serro.

5.2.2 Estudo de Alternativa Locacional

Pelos motivos apresentados na Rigidez Locacional a qual a atividade enquadra-se somente foram estimadas alternativas locacionais para as vias de acesso ao empreendimento. No entanto, como é visto presencialmente, há somente uma rota, já construída e preparada pelo empreendedor, de comum acordo com a gestão municipal, para o escoamento e trânsito no empreendimento.

5.2.3 Estudo de Alternativa Tecnológica

O empreendedor trouxe como estudo a avaliação segmentada entre extração/lavra e beneficiamento. Em ambos não foram mencionadas soluções inovadoras baseadas na natureza, tão pouco medidas tecnológicas de mitigação dos potenciais poluidores. A adoção de medidas comuns à mineração, como nos segmentos, somente respeitando as delimitações da Lei Mar de Lama Nunca Mais, evidenciam a falta de compromisso com os funcionários e com a população, com foco em produção e lucro, contrário ao que é articulado no desenvolvimento sustentável.

Em suma, para a extração/lavra será adotado um desmonte mecânico com escavadeiras e transporte dos materiais por meio de caminhões traçados ao invés de uso de detonações, que causam muito mais impacto sonoro e de vibração. E no beneficiamento, peneiramento a umidade natural (sem a utilização de água), com a produção de Fino Comum e o produto da britagem secundária (EIA, 2024).

5.3 CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

O empreendimento está situado na Bacia do Rio Doce, na borda Leste da Serra do Espinhaço, com acesso pela rodovia BR-259 e vias laterais construídas pela parceria mineradoras/prefeitura do Serro.

Analisando o processo minerário ANM n°: 831.417/2016 e seu entorno, como uma avaliação de efeitos cumulativos e parte da especulação minerária, a proximidade com os ANM n.o 005.130/1956 e ANM n.o 831.516/2004 retratam o domínio de toda região por lavras e rebaixamento de lençol freático, tornando-se uma grave ameaça à biodiversidade desta parte fundamental da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, ambos protegidos pela legislação. Na figura 6 têm-se os registros conforme sistema de geoprocessamento da ANM, enquanto as figuras 7 e 8 possibilitam uma comparação do cenário real de impacto, semelhante àquele impedido anteriormente pela mineradora Anglo American, representado pela figura 9.

Figura 6. Mapa com as áreas dos pedidos de interesse na ANM n° 831.417/2016 e 005.130/1956, da esquerda para direita.

Considerando-se que há vários empreendimentos na mesma área, seria plausível várias cavas e estruturas diferenciadas, serem licenciadas com Licenciamento Ambiental Concomitante?

Tabela 1. Quadro comparativo de áreas das estruturas conforme o projeto minerário demandado para região.

ESTRUTURA	PROJETO ANGLO AMERICAN (IMPEDIDO)	PROJETO ÔNIX CÉU ABERTO	PROJETO HERCULANO
Cava	37,99 há	3,76 ha	30,45 ha
Pilha de Estéril	23,99 há	1,79 ha	7,72 ha
Pilha de estoque	26,93 há	-	-
Estruturas de apoio (ITM, ADM e etc)	10,61 há	2,36 ha	10,15
Acesso Interno	11,88 há	0,85 ha	5,74 ha
Acesso Externo	0,86 há	0,86 ha	0,5 ha
Total	119,35 há	9,62 ha	54,56 ha
Fonte:	EIA ARCADIS, Projeto Serro, 2014. (p. 28 V.01.)	EIA ÔNIX, Projeto Céu Aberto, 2024. (p. 851)	EIA HERCULANO, Projeto Serro, 2022.

Fonte: Próprios autores, 2024.

5.4 DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

5.4.1 Meio Físico

O empreendimento está inserido na bacia hidrográfica do Rio Santo Antônio, na sub bacia do córrego Siqueira. No capítulo de Recursos Hídricos (p. 269 - 277) não é explicitado os usos da água do território a ser afetado, não há levantamento das outorgas concedidas da região e nem as classes de enquadramento dos corpos d'água. **Como é possível saber o verdadeiro impacto nos recursos hídricos se não sabemos como são utilizados no**

território? O termo de referência exige a apresentação das informações acerca dos usos da água na região do empreendimento, porque esses dados não estão no EIA?

No capítulo de Pedologia, é abordado a questão da susceptibilidade à erosão do terreno (p.232) e ao longo do EIA o fator declividade sempre é mencionado, porém, não existe uma representação cartográfica com escala adequada para melhor análise e interpretação do interior da ADA. **Como foi gerado o mapa de declividade, qual foi a equidistância utilizada para as curvas de nível?** Na página 169, é dito que os dados georreferenciados e utilizados para a confecção dos mapas tiveram origem em dados primários, mas que foram alterados. **Onde estão referenciadas as bases originais? Os mapas não apresentam a base cartográfica utilizada.**

O mapa potenciométrico (p. 277) e outros produtos gráficos (p. 275) não revelam com transparência e nem dão credibilidade à informação de que a base da cava não atingirá o nível freático. Para melhor análise, é necessária uma comparação das linhas equipotenciais com as curvas de nível do terreno. **Por que não foi gerado um mapa comparando as duas linhas? equipotenciais e topográficas (curvas de nível)? Ademais, foi estabelecido somente dois ponto para monitoramento da linha piezométrica, porque não foram plotados pontos adicionais, abrangendo outros pontos estratégicos da cava?**

Considerando que estamos vivendo em condições de mudanças climáticas, com o aumento da temperatura global se tem o aumento do aporte hídrico nos sistemas ambientais, isso pode ocasionar em uma subida da linha do lençol freático, afetando, inclusive, a dinâmica de nascentes e a percolação da água em subsuperfície. **O EIA não menciona esse fator, o que o empreendedor fará caso isso ocorra? Existem medidas de controle para eventos de recorrência extrema? Medidas de monitoramento? Prevenção?**

Na parte de recursos hídricos (p. 269 - 277) não há informações robustas a respeito de nascentes e áreas de surgência de água. **Onde estão os dados de levantamento e cadastro de nascentes? Assim como seu diagnóstico?**

Os pontos de monitoramento de ruído e poluição sonora se encontram essencialmente no interior da ADA, conforme apresentado no mapa (p.214). **Por que não foram alocados pontos de monitoramento de ruído nas vias de acesso a ADA do empreendimento?**

Só foram alocados dois pontos de monitoramento da qualidade do ar, um na porção norte da Cava e outro na sede municipal do Serro, conforme apresentado no mapa (p. 183). **Porque não foram alocados pontos adicionais próximo da ADA? Os dois pontos são capazes de medir com precisão o impacto na qualidade do ar decorrente de um empreendimento desse porte?**

No EIA (p. 250), é alegado que foi realizada uma prospecção espeleológica e que foram encontradas uma (1) caverna e outras feições cársticas, como abrigos e reentrâncias. **Onde está localizado o mapa representando a cavidade que foi encontrada? Onde está o diagnóstico dessa cavidade e as informações a respeito de seu grau de relevância? Onde estão os estudos espeleológicos?**

Sabe-se que a região do Serro é visada por outras grandes mineradoras e que outros processos de licenciamento estão em andamento. Na área da ADA em questão, a montante, existe um processo ocorrendo para licenciamento de outra cava de mineração, sendo assim, **porque não foi realizado um estudo de impactos cumulativos? Por que outros empreendimentos adjacentes não foram sequer citados no estudo?**

5.4.2 Meio Biótico

Flora e Fauna

Na avaliação do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do Projeto Céu Aberto, conduzido pela Ônix Céu Aberto Mineração S/A, foram identificadas algumas discrepâncias que suscitam questionamentos pertinentes. O projeto está localizado na região do Complexo do Espinhaço, no município de Serro, dentro do Bioma Mata Atlântica com fisionomia de Floresta Estacional Semidecidual. A área apresenta formações e fragmentos de Floresta Estacional Semidecidual. A caracterização vegetal incluiu a descrição da vegetação e das principais espécies da região, seguida por um levantamento primário com inventário florestal da área onde será construído o empreendimento. No inventário, foi listada apenas a presença de duas espécies raras e endêmicas: "Dalbergia nigra e Melanoxylon brauna (p. 300 e 301 EIA).

No entanto, o inventário não listou outras espécies endêmicas da região e criticamente em perigo, como Dyckia inflexifolia e Stachytarpheta meninii Ph Cardoso. Dyckia inflexifolia é conhecida apenas de uma pequena população nos afloramentos ferruginosos da Fazenda Céu Aberto, no município de Serro, a cerca de 1100 m de altitude, mesmo lugar de instalação de parte do empreendimento. Esta planta, da família Bromeliaceae, é uma espécie rupícola ou terrestre, com floração de 95–145 cm de altura. A construção do empreendimento pode levar à extinção desta espécie, já que a única população registrada está localizada na área diretamente impactada pelo projeto.

Figura retirada da página 30 do EIA do projeto Céu Aberto.

Outra espécie que está ameaçada pela mineração é a Stachytarpheta meninii Ph Cardoso (Verbenaceae) que é uma planta aromática com folhas pegajosas e predominância da cor azul. Existem apenas dois registros de coleta conhecidos, ambos no município do Serro/MG: um em novembro de 2019 por pesquisadores do Jardim Botânico do Rio de Janeiro e outro em fevereiro de 2023 durante uma expedição do Plano de Ação Territorial (PAT) Espinhaço Mineiro para conservação de espécies ameaçadas. A ausência de Dyckia inflexifolia e Stachytarpheta meninii no EIA é preocupante, pois a não inclusão dessas espécies críticas pode resultar em graves prejuízos para suas populações, incluindo o risco de extinção devido à destruição de seus habitats naturais. A omissão pode trazer diverso impactos para as populações dessas plantas, como:

- Risco de Extinção: A destruição do habitat pode levar à extinção local ou global dessas espécies, que já possuem populações pequenas e restritas.
- Perda de Biodiversidade: A ausência dessas espécies reduz a biodiversidade da região, afetando o equilíbrio ecológico.

- Impacto Ecossistêmico: A extinção de plantas endêmicas pode ter efeitos cascata em outros organismos que dependem delas direta ou indiretamente.
- Comprometimento da Pesquisa Científica: A perda dessas espécies compromete futuras pesquisas científicas e o entendimento da biodiversidade local.

Ademais, na tabela a seguir, retirada da página 301 do EIA, a espécie Handroanthus ochraceus (ipê amarelo) está listada, mas não está marcada como imune ao corte. No entanto, a Lei nº 20.308, de 27 de julho de 2012, declara em seu artigo 1º que o ipê-amarelo é de preservação permanente, de interesse comum e imune à corte no Estado.

(Pág. 301 do EIA do Projeto Céu Aberto)

Uma das áreas de intervenção foi classificada como vegetação secundária em estágio médio de regeneração. Essa área abriga espécies ameaçadas de extinção, como Dalbergia nigra e Melanoxylon brauna. De acordo com a Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006), em seu artigo 11, o corte e a supressão de vegetação primária ou em estágios avançado e médio de regeneração do Bioma Mata Atlântica são proibidos quando a vegetação abrigar espécies da flora e fauna silvestres ameaçadas de extinção, em território nacional ou estadual, e a intervenção ou parcelamento puserem em risco a sobrevivência dessas espécies. Assim, como ficará a área, será realizada a supressão?

Há também preocupação com o número reduzido de câmeras trap utilizadas para o estudo de mamíferos, já que referências científicas e acadêmicas indicam a necessidade de um maior número para uma amostragem adequada.exige um tempo adequado para detectar as espécies silvestres, especialmente os mamíferos, que são "animais de hábitos crípticos e tímidos, com áreas de vida relativamente grandes, de baixa densidade populacional e, em sua maioria, noturnos". Além disso, a amostragem do grupo dos quirópteras, foi realizado somente

por rede de neblina, método que não amostra adequadamente todos os grupos de morcegos, principalmente os insetívoros, que costumam voar em alturas superiores às alcançadas pela rede, causando assim, uma subamostragem das espécies. Isso levanta dúvidas sobre a eficácia do método utilizado para os estudos biológicos. O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) revela que o empreendimento está localizado em uma área classificada como prioritária para a conservação de invertebrados. No entanto, a implementação do empreendimento resultará em mudanças na paisagem, afetando as espécies presentes no local. Uma grande parte da entomofauna (abelhas, mariposas, borboletas…), possui uma área de vida mais restrita,assim, algumas dessas espécies não realizam grandes deslocamentos. Consequentemente, impactos nas áreas habitadas por esses grupos podem causar alterações significativas nas estruturas populacionais, comprometendo a biodiversidade local e os serviços ecossistêmicos fornecidos por esses invertebrados. Apesar dessas considerações, no AIA não estão descritos impactos específicos previstos para esse grupo.

(EIA do Projeto Céu Aberto, p. 65)

Alguns itens essenciais elencados no termo de referência não são abordados no estudo de impacto ambiental. A descrição das inter-relações fauna-flora, a avaliação de áreas potenciais para a realocação da fauna e outros aspectos relevantes para o diagnóstico do meio biótico não são devidamente considerados, comprometendo a análise completa dos impactos do empreendimento. Dessa forma, é essencial que o documento apresente todas as espécies críticas da região, garantindo medidas de proteção adequadas e minimizando os impactos ambientais do empreendimento.

Questionamentos:

Na área alvo do levantamento do componente arbustivo-arbóreo, mensuraram-se 15 indivíduos da espécie Dalbergia nigra, classificada como “Vulnerável” à extinção, segundo a Portaria MMA no 148, de 7 de junho de 2022. Por meio dos estimadores e cálculos da densidade absoluta, estima-se que existam 100 indivíduos de Dalbergia nigra por hectare. (p. 319)

Conforme apresentado no estudo, estima-se que existam cerca de 406 indivíduos de espécies ameaçadas de extinção, 404 indivíduos da espécie Dalbergia nigra e 2 indivíduos da espécie Melanoxylon brauna, classificadas como “Vulnerável” segundo o anexo da Portaria MMA no 148 de 07 de junho de 2022. Estes indivíduos serão compensados conforme o art. 29 da Resolução Conjunta SEMAD/IEF No 3.102, DE 26 de outubro de 2021, o qual define a proporção da compensação descrita no art. 73 do Decreto no 47.749, de 2019. (p. 348)

Qual é a justificativa para a omissão das espécies Dyckia inflexifolia e Stachytarpheta meninii Ph Cardoso no inventário florestal do EIA?

A metodologia utilizada no levantamento primário foi adequada para identificar todas as espécies raras e endêmicas na área de impacto? Houve alguma limitação técnica que impediu a detecção dessas espécies?

Sem a inclusão das espécies Dyckia inflexifolia e Stachytarpheta meninii Ph Cardoso no EIA, como o projeto pretende abordar os planos de mitigação e conservação para proteger essas espécies ameaçadas?

Houve consulta a especialistas em flora endêmica da região durante a elaboração do EIA? Se sim, por que essas espécies não foram identificadas? Se não, por que essa etapa foi omitida?

Qual será o impacto direto da construção do empreendimento sobre as populações conhecidas de Dyckia inflexifolia e Stachytarpheta meninii Ph Cardoso?

A supressão de vegetação nativa do bioma Mata Atlântica terá como impacto direto principal a diminuição da diversidade biológica, através da redução dos exemplares locais, produção e dispersão de propágulos, pois a perda de quantidade e qualidade de matrizes implica

em indivíduos mais homogêneos geneticamente, o que prejudica a capacidade suporte no sistema. (p. 804)

Quais medidas serão tomadas para revisar e atualizar o EIA, incluindo as espécies Dyckia inflexifolia e Stachytarpheta meninii Ph Cardoso?

Quais são as implicações legais para a empresa responsável pela não inclusão dessas espécies raras e endêmicas no EIA, considerando as leis e resoluções ambientais em vigor?

Para a implantação do Projeto Céu Aberto será necessário a supressão de vegetação em uma área de 3,8681 HA com predomínio de Floresta Estacional Semidecidual e haverá a poda de 172 indivíduos isolados e 264 fustes em uma área de 5,7519 HA pertencentes a Onix Céu Aberto Mineração, incrementando a redução dos exemplares da vegetação da ADA. (p. 804)

Existem planos de recuperação ambiental específicos para a área onde essas espécies são encontradas? Como esses planos serão ajustados para incluir as espécies omitidas?

Quais compensações ambientais estão sendo planejadas para lidar com a possível extinção local de Dyckia inflexifolia e Stachytarpheta meninii Ph Cardoso devido ao empreendimento?

Áreas prioritárias para a conservação dos invertebrados De acordo com as informações da Fundação Biodiversitas e do Sistema de Informação Ambiental de Minas Gerais (SIAM-MG), o empreendimento está situado em área de prioridade para a conservação dos invertebrados (Serra do Espinhaço), classificada como especial (p. 604).

Porque na avaliação de impactos não tem uma avaliação específica para os invertebrados, visto que área é classificada como prioritária para a conservação de invertebrados?

Existem programas de monitoramento e conservação para as espécies da entomofauna nas áreas que serão impactadas?

Conforme citado ao longo deste estudo, a ADA alvo da amostragem está situada na zona de abrangência abarcada pela Lei no 11.428, de 22 de dezembro de 2006. Neste estudo, visto todas as variáveis ambientais e ecológicas, a vegetação foi classificada como Floresta

Estacional Semidecidual Montana. (p. 296)

Apesar da maioria das espécies não estarem relacionadas na Resolução CONAMA n° 392, algumas espécies identificadas na área encontram-se listadas como indicadoras de estágio médio-avançado como Cabralea canjerana, Pseudopiptadenia contorta, Croton floribundus, Cassia ferruginea, Croton urucurana e Zeyheria tuberculosa. No entanto, a maioria das espécies seguem não listadas. (p. 331)

Por esses parâmetros acima discriminados, a vegetação com fitofisionomia de Floresta Estacional Semidecidual é classificada como vegetação secundária em estágio médio de regeneração. (p. 332)

Para a implantação do Projeto Céu Aberto será necessário a supressão de vegetação em uma área de 3,8681 HA com predomínio de Floresta Estacional Semidecidual e haverá a poda de 172 indivíduos isolados e 264 fustes em uma área de 5,7519 HA pertencentes a Onix Céu Aberto Mineração, incrementando a redução dos exemplares da vegetação da ADA. (p. 804)

De acordo com a Lei nº 20.308, de 27 de julho de 2012.

Art. 11. O corte e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração do Bioma Mata Atlântica ficam vedados quando:

I - a vegetação:

a) abrigar espécies da flora e da fauna silvestres ameaçadas de extinção, em território nacional ou em âmbito estadual, assim declaradas pela União ou pelos Estados, e a intervenção ou o parcelamento puserem em risco a sobrevivência dessas espécies;

A vegetação mesmo estando em Bioma mata Atlântica, sendo classificada como estágio médio de regeneração, e tendo espécies ameaçadas de extinção, ocorrerá supressão nesta área?

Foram instaladas 5 armadilhas fotográficas digitais distribuídas entre as diferentes “estruturas” do empreendimento e as mesmas permaneceram em campo por um período mínimo de dez dias consecutivos por campanha (p. 349).

Quais referências acadêmicas e científicas comprovam que o método utilizado pela empresa é suficiente para analisar os impactos biológicos do empreendimento?

Para amostragem de quirópteros, foram empregadas redes de neblina *(mist nest)* para interceptação de voo e dispostas ao longo de matas e/ou estradas (STRAUBE & BIANCONI, 2002). Para este estudo, tentou-se utilizar trilhas pré-existentes nos fragmentos florestais selecionados, buscando interferir o mínimo na área de amostragem para se obter maior sucesso de captura. (p.533)

A Família com maior riqueza foi Phyllostomidae sendo a sua predominância esperada devido à sua representatividade e à seletividade da metodologia utilizada. (p. 540)

Por que a bioacústica não foi utilizada para a identificação de outras famílias de morcegos, considerando que as famílias insetívoras são subamostradas pelo método de rede de neblina, o que pode comprometer a representatividade e a precisão do levantamento das espécies presentes na área de estudo?

5.5.2 Meio Socioeconômico

A análise do meio socioeconômico tem como objetivo realizar um diagnóstico dos aspectos socioeconômicos e culturais das áreas que estão sob influência do empreendimento. As áreas foram divididas em Área de Estudo Regional (AER), que corresponde a todo município do Serro, e em Área de Estudo Local (AEL), que compreende a área diretamente afetada (ADA) com relação aos meios físico e biótico e as áreas das localidades urbanas próximas do local de implantação do empreendimento.

O estudo da AER foi baseado, principalmente, em dados secundários atualizados e provenientes de fontes oficiais, enquanto o estudo da AEL baseou-se, sobretudo, na obtenção e coleta de dados primários devido à falta de dados tratados no nível micro. A análise desses dados foi feita a partir do método qualiquantitativo, com a interpretação de análises estatísticas.

Foram consideradas a Comunidade de Córrego do Meireles, a Comunidade Quilombola de Queimadas, a Comunidade de Floriano, a Comunidade de Condado e a Comunidade de Mumbaça como comunidades potencialmente afetadas por impactos do empreendimento ou na

possibilidade de interferências em acessos compartilhados próximos ao empreendimento. Vale destacar: **Quais os critérios utilizados para a definição das comunidades citadas? Quais as especificidades de cada uma?**

Os dados primários foram obtidos por meio de trabalhos e visitas de campo, desenvolvidos por meio de entrevistas semiestruturadas e informais com alguns moradores e/ou líderes comunitários a fim de caracterizar os locais pertencentes à AEL e por meio da observação de aspectos específicos pelos próprios pesquisadores envolvidos na investigação do meio socioeconômico.

O mapa presente na p. 613 do EIA representa a AER, a AEL e os pontos de entrevista de campo. Vale destacar que devido à escala adotada no produto cartográfico, não é possível observar com detalhes a localização da ADA e a distribuição dos pontos de entrevista. Dessa maneira, questiona-se:

Qual o motivo da não elaboração de um mapa focado na AEL que apresentasse um maior nível de detalhamento? O que permitiria a observação do território que essa área de estudo compreende e a sua espacialização, essenciais para a compreensão dos possíveis impactos do empreendimento?

No município de Serro/MG, são certificadas 06 comunidades quilombolas: Comunidade Quilombola do Ausente, Comunidade Quilombola Vila Nova, Comunidade Quilombola Fazenda Santa Cruz, Comunidade Quilombola Capivari e a Comunidade Quilombola de Queimadas, que é uma das comunidades inseridas na AEL. A caracterização dessas comunidades foi feita a partir de entrevistas com seus moradores e de visitas. **Como e quando foram feitas essas entrevistas e a dinâmica das visitas feitas pelos pesquisadores? Onde se encontram, por exemplo, registros fotográficos de campo para ilustração e confirmação das informações levantadas**? Ademais, o estudo não informa detalhadamente a localização exata de cada uma das comunidades quilombolas, o que dificulta a compreensão da sua distribuição pelo município do Serro. **Por que não foi apresentado um mapa que representasse não só as comunidades quilombolas, mas todas as comunidades potencialmente afetadas, as distâncias de uma em relação às outras e em relação à área destinada ao empreendimento**?

A implantação do empreendimento pode causar uma forte **fragmentação territorial** e dificultar as interações, trocas, fluxos e acessos entre as comunidades, modificando o modo de vida dos seus habitantes e trazendo transtornos à dinâmica já estabelecida na região. A

comunicação entre as comunidades também deveria ter sido abordada no estudo, visto que é uma questão central para a compreensão das organizações sociais existentes no município.

Outro ponto pertinente que é citado por vários dos entrevistados é o fato da **escassez hídrica** ser um dos principais problemas enfrentados pelo município do Serro, sendo frequente a falta de acesso à água em algumas localidades. Tendo em vista que a mineração tem alto potencial de afetar os recursos hídricos na área em que é estabelecida, é de suma importância atentar-se a esse tema por poder comprometer ainda mais a disponibilidade hídrica para a população do município.

Em relação aos possíveis impactos do estabelecimento do empreendimento foram citados tanto impactos positivos quanto negativos. Os impactos negativos que se destacaram nas entrevistas são o efeito sobre a disponibilidade e oferta de água potável, a emissão de poeira e material particulado no ar, a degradação do patrimônio histórico pela vibração de veículos de carga, o aumento no fluxo de veículos e a intensificação do trânsito, a chegada de mão de obra externa, o aumento da violência e criminalidade (impacto na segurança pública), além do aumento de problemas sociais pela sobrecarga dos serviços públicos oferecidos. Todos esses impactos podem afetar radicalmente o cotidiano da população do município, piorando a sua qualidade de vida.

5.6 ANÁLISE DO RIMA

O documento afirma que a mão de obra empregada seria de 98 trabalhadores (p. 28). **Haverá cargos e funções para as comunidades diretamente afetadas, uma vez que há, segundo o relatório, baixa escolaridade?**

Os Córregos - Siqueira e Teixeira serão diretamente afetados (p.32) - Ressalta-se que o mesmo córrego que será impactado pela Mineradora Herculano. **Considerando-se a crise hídrica já detectada nos estudos, juntamente com o fato dos problemas provenientes de rebaixamento do lençol freático, não seria necessário avaliar mais profundamente a situação?**

Na página 37 são citadas as vias de utilização do empreendimento, a Via vicinal pública e Estrada de Floriano. **Qual a diferença, a de Floriano não é pública? A mesma via irá servir às duas mineradoras? Qual o fluxo previsto e como ele pode interferir no modo de vida local?**

Para definição da AID, levou-se em consideração os locais onde o empreendimento poderá ser visto, uma vez que haverá impacto visual provocado pela alteração da paisagem (p.38). **Que medidas serão tomadas para resolver o problema de alteração da paisagem?**

No que se refere à espeleologia, pode-se constatar o alto grau de potencialidade para a ocorrência de cavidades na ADA e AID (p.48). **Foi feita prospecção?**

De acordo com a Resolução 491 do CONAMA, de 19 de novembro de 2018, o limite estabelecido para concentração máxima diária permitida de Partículas Totais em Suspensão, para um dia no ano, é de 240 μg/m3. Os pontos amostrais estão abaixo do estabelecido na referida norma, indicando que o local apresenta padrões de qualidade do ar dentro dos níveis aceitáveis (p.52)

Quais os valores encontrados? Há um plano de monitoramento? Muito importante para se avaliar posteriormente ao empreendimento - Atualmente Congonhas sofre com 4,5 toneladas de poeira proveniente da atividade.

A implantação e operação do empreendimento elevará o nível de ruídos na região de inserção do Projeto. A ocorrência deste impacto tem sua origem na utilização frequente de máquinas pesadas, como escavadeiras, pás carregadeiras e caminhões na frente de lavra e vias de circulação. Portanto, o empreendedor deverá realizar manutenção periódica dos equipamentos fixos e móveis, verificando o funcionamento dos silenciadores dos motores. Essa ação garantirá, assim que as máquinas e caminhões estejam dentro dos padrões estabelecidos por lei específica.

O somatório das atividades poderá ultrapassar as normas vigentes?

Os dados demonstram que o IDH praticamente dobrou em 20 anos. Passou de 0,362 em 1990 para 0,656 em 2010 (p.114). **Por que a série não usou os dados de 2020, ou mais recente?**

Segundo os dados, 6,7 % das residências estão sem banheiro sanitário e apresentam fossas rudimentares, um dos maiores problemas (p. 123). **O que é proposto para melhorar a situação da comunidade local?**

Dentre os patrimônios tombados desde 2024 encontram-se os Núcleos de mineração do Córrego Siqueira (p. 132). **Como será afetado o sítio arqueológico?**

Dentre as comunidades entrevistadas entre as páginas 137 a 156. **Qual a metodologia usada no estudo? Apenas a Comunidade Quilombola de Queimadas não foi consultada?**

Questões ambientais com sossego, cursos d'água e abastecimento de água foram citados por todos nas entrevistas. O estudo também indica que a geração de emprego para o perfil de baixa escolaridade é restrita. **Quais os planos de ação propostos para as comunidades? A Crise hídrica é um problema já existente e citado em praticamente todas as comunidades. Como lidar com a situação perante o cenário de emergência climática?**

5.7 Referências

KLEIN, C. Some ***Precambrian banded iron-formations (BIFs) from around the world: Their age, geologic setting, mineralogy, metamorphism, geochemistry, and origin.*** American Mineralogist, v. 90, n. 10, p. 1473, 2005.

POSTH, N. R.; KONHAUSER, Kurt O.; KAPPLER, Andreas. ***Banded iron formations.*** In: Encyclopedia of Geobiology. Springer Netherlands, 2011. p. 92-103.

EIA HERCULANO, Estudo de Impacto Ambiental. **MINERAÇÃO CONEMP LTDA. IMPLANTAÇÃO DO EMPREENDIMENTO PARA AS ATIVIDADES DE LAVRA E BENEFICIAMENTO À SECO DE MINÉRIO DE FERRO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES (PÁTIOS, ACESSOS, UNIDADES DE APOIO, ETC.).** 2022.

EIA ANGLO AMERICAN. **Estudo de Impacto Ambiental.** Anglo American. Arcadis Logos. 2014.

VI - CONCLUSÃO E PEDIDOS

Diante dos fatos expostos, torna-se evidente que há uma cadeia de irregularidades no Licenciamento Ambiental nº 1979/2022. Tais irregularidades não são passíveis de convalidação, pois violam as normas operacionais e os requisitos de validade do processo administrativo-legal. Além disso, muitas informações do referido Licenciamento estão omissas, nebulosas e contraditórias, o que viola os princípios da transparência e da publicidade.

Considerando toda a argumentação aqui exposta, solicita-se:

(i) que todos os questionamentos e seus anexos sejam juntados, integralmente, aos autos do Licenciamento Ambiental SLA nº 2108/2022, nos termos do art. 16, *caput*, Deliberação COPAM nº 225/2018;

(ii) que todos os questionamentos sejam respondidos pela Unidade de Regularização Ambiental - URA Jequitinhonha, ou pelo próprio empreendimento, de maneira detalhada, conforme o disposto no art. 16, §§3º e 4º, Deliberação Copam nº 225/2018;

(iii) que as respostas aos questionamentos sejam feitas de forma clara, precisa e completa, sob pena de responsabilização; destaca-se que, ainda que se trate de ato culposo (negligência, imperícia e imprecisão) o agente pode ser investigado e responsabilizado (art. 124 da Lei nº 8.112/1990 e art. 28. da Lei nº 4.657/42, regulamentado pelo art. 12, §1º, Decreto-Lei nº 9.830/2019);

(iv) a anulação da audiência pública realizada no dia 14 de agosto de 2024, por violar: o direito à consulta livre, prévia e informada de povos e comunidades tradicionais diretamente impactados pelo empreendimento, afinal, a realização da audiência pública decorre de um ato ilegal; a participação popular na audiência pública pelo não cumprimento de obrigações assumidas pelos organizadores do evento na participação *online*; o direito à informação precisa e de boa-fé da sociedade e do Poder Público diante a apresentação de um estudo eivado de inúmeros vícios.

(v) que seja solicitado, ao empreendimento, apresentação das informações complementares e estudos adicionais com base nos questionamentos suscitados neste instrumento, conforme o art. 26 da Deliberação COPAM nº 217/2017, a fim de atender aos requisitos estabelecidos;

(vi) a apresentação de alternativas locacionais para o empreendimento, considerando a fragilidade e inconsistências de informações apresentadas pelo empreendedor, em especial no que tange à necessidade de apresentação de 03 (três) alternativas locacionais adequadas e VIÁVEIS, conforme determina o Termo de Referência da própria SEMAD;

(viii) após a disponibilização das novas informações acima requeridas, solicita-se a realização de uma nova audiência, com o intuito de assegurar a publicidade, transparência e o direito de participação diante de informações inéditas; ainda, requer-se que a nova audiência, tendo em vista que não houve participação através dos meios de comunicação ao vivo, ou seja, não foi possível uma efetiva participação da população;

(ix) por fim, requer-se que o Parecer Único conclua pelo **INDEFERIMENTO** do pedido de Licença Ambiental, por ser a única conclusão juridicamente viável, diante das condições presentes do processo administrativo de licenciamento, que padece de vícios insanáveis;

INSTITUTO GUAICUY

CNPJ nº 04.518.749/0001-86

PROJETO MANUELZÃO

UFMG

MOVIMENTO PELA SOBERANIA POPULAR NA MINERAÇÃO (MAM)

VII – ANEXO I – QUESTIONAMENTOS E REQUERIMENTOS DE ESCLARECIMENTOS

	Estudo de Impacto Ambiental (EIA_p.919)
01	Há certidão municipal do município do Serro em que se levou em consideração o novo EIA/RIMA? O município de Santo Antônio do Itambé, localizado de modo bastante próximo ao empreendimento, faz parte de alguma área de impacto do empreendimento? Existe alguma certidão de conformidade ambiental do empreendimento do município de Santo Antônio do Itambé?
02	Considerando-se que há vários empreendimentos na mesma área, seria plausível várias cavas e estruturas diferenciadas, serem licenciadas com Licenciamento Ambiental Concomitante?
03	Como é possível saber o verdadeiro impacto nos recursos hídricos se não sabemos como são utilizados no território? O termo de referência exige a apresentação das informações acerca dos usos da água na região do empreendimento, por que esses dados não estão no EIA?
04	Como foi gerado o mapa de declividade, qual foi a equidistância utilizada para as curvas de nível?
05	Onde estão referenciadas as bases originais? Os mapas não apresentam a base cartográfica utilizada.
06	Por que não foi gerado um mapa comparando as duas linhas? equipotenciais e topográficas (curvas de nível)? Ademais, foi estabelecido somente dois pontos para monitoramento da linha piezométrica, porque não foram plotados pontos adicionais, abrangendo outros pontos estratégicos da cava?
07	Considerando que estamos vivendo em condições de mudanças climáticas, com o aumento da temperatura global se tem o aumento do aporte hídrico nos sistemas ambientais, isso pode ocasionar em uma subida da linha do lençol freático, afetando, inclusive, a dinâmica de nascentes e a percolação da água em subsuperfície. O EIA não menciona esse fator, o que o empreendedor fará caso isso ocorra? Existem medidas de controle para eventos de recorrência extrema? Medidas de monitoramento? Prevenção?

08	Na parte de recursos hídricos (p. 269 - 277) não há informações robustas a respeito de nascentes e áreas de surgência de água. Onde estão os dados de levantamento e cadastro de nascentes? Assim como seu diagnóstico?
09	Os pontos de monitoramento de ruído e poluição sonora se encontram essencialmente no interior da ADA, conforme apresentado no mapa (p.214). Por que não foram alocados pontos de monitoramento de ruído nas vias de acesso a ADA do empreendimento?
10	Por que não foram alocados pontos adicionais próximo da ADA? Os dois pontos são capazes de medir com precisão o impacto na qualidade do ar decorrente de um empreendimento desse porte?
11	Onde está localizado o mapa representando a cavidade que foi encontrada?
12	Onde está o diagnóstico dessa cavidade e as informações a respeito de seu grau de relevância?
13	Onde estão os estudos espeleológicos?
14	Sabe-se que a região do Serro é visada por outras grandes mineradoras e que outros processos de licenciamento estão em andamento. Na área da ADA em questão, a montante, existe um processo ocorrendo para licenciamento de outra cava de mineração, sendo assim, por que não foi realizado um estudo de impactos cumulativos? Por que outros empreendimentos adjacentes não foram sequer citados no estudo?
15	Qual é a justificativa para a omissão das espécies Dyckia inflexifolia e Stachytarpheta meninii Ph Cardoso no inventário florestal do EIA?
16	A metodologia utilizada no levantamento primário foi adequada para identificar todas as espécies raras e endêmicas na área de impacto? Houve alguma limitação técnica que impediu a detecção dessas espécies?
17	Sem a inclusão das espécies Dyckia inflexifolia e Stachytarpheta meninii Ph Cardoso no EIA, como o projeto pretende abordar os planos de mitigação e conservação para proteger essas espécies ameaçadas?
18	Houve consulta a especialistas em flora endêmica da região durante a elaboração do EIA? Se sim, por que essas espécies não foram identificadas? Se não, por que essa etapa foi omitida?
19	Qual será o impacto direto da construção do empreendimento sobre as populações conhecidas de Dyckia inflexifolia e Stachytarpheta meninii Ph Cardoso?
20	Quais medidas serão tomadas para revisar e atualizar o EIA, incluindo as espécies Dyckia inflexifolia e Stachytarpheta meninii Ph Cardoso?

21	Quais são as implicações legais para a empresa responsável pela não inclusão dessas espécies raras e endêmicas no EIA, considerando as leis e resoluções ambientais em vigor?
22	Existem planos de recuperação ambiental específicos para a área onde essas espécies são encontradas? Como esses planos serão ajustados para incluir as espécies omitidas?
23	Quais compensações ambientais estão sendo planejadas para lidar com a possível extinção local de Dyckia inflexifolia e Stachytarpheta meninii Ph Cardoso devido ao empreendimento?
24	Porque na avaliação de impactos não tem uma avaliação específica para os invertebrados, visto que área é classificada como prioritária para a conservação de invertebrados?
25	Existem programas de monitoramento e conservação para as espécies da entomofauna nas áreas que serão impactadas?
26	A vegetação mesmo estando em Bioma mata Atlântica, sendo classificada como estágio médio de regeneração, e tendo espécies ameaçadas de extinção, ocorrerá supressão nesta área?
27	Quais referências acadêmicas e científicas comprovam que o método utilizado pela empresa é suficiente para analisar os impactos biológicos do empreendimento?
28	Por que a bioacústica não foi utilizada para a identificação de outras famílias de morcegos, considerando que as famílias insetívoras são subamostradas pelo método de rede de neblina, o que pode comprometer a representatividade e a precisão do levantamento das espécies presentes na área de estudo?
29	Quais os critérios utilizados para a definição das comunidades citadas? Quais as especificidades de cada uma?
30	Qual o motivo da não elaboração de uma mapa focado na AEL que apresentasse um maior nível de detalhamento? O que permitiria a observação do território que essa área de estudo compreende e a sua espacialização, essenciais para a compreensão dos possíveis impactos do empreendimento?
31	No município de Serro/MG, são certificadas 06 comunidades quilombolas: Comunidade Quilombola do Ausente, Comunidade Quilombola Vila Nova, Comunidade Quilombola Fazenda Santa Cruz, Comunidade Quilombola Capivari e a Comunidade Quilombola de Queimadas, que é uma das comunidades inseridas na AEL. A caracterização dessas comunidades foi feita a partir de entrevistas com seus moradores e de visitas. Como e quando foram feitas essas entrevistas e a dinâmica das visitas feitas pelos

	pesquisadores? Onde se encontram, por exemplo, registros fotográficos de campo para ilustração e confirmação das informações levantadas?
32	Por que não foi apresentado um mapa que representasse não só as comunidades quilombolas, mas todas as comunidades potencialmente afetadas, as distâncias de uma em relação às outras e em relação à área destinada ao empreendimento?
	RELATÓRIO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (RIMA)
33	O documento afirma que a mão de obra empregada seria de 98 trabalhadores (p. 28). Haverá cargos e funções para as comunidades diretamente afetadas, uma vez que há, segundo o relatório, baixa escolaridade?
34	Os Córregos Siqueira e Teixeira serão diretamente afetados (p.32) - Ressalta-se que o mesmo córrego que será impactado pela Mineradora Herculano. Considerando-se a crise hídrica já detectada nos estudos, juntamente com o fato dos problemas provenientes de rebaixamento do lençol freático, não seria necessário avaliar mais profundamente a situação?
35	Na página 37 são citadas as vias de utilização do empreendimento, a Via vicinal pública e a Estrada de Floriano. Qual a diferença, a de Floriano não é pública? A mesma via irá servir às duas mineradoras? Qual o fluxo previsto e como ele pode interferir no modo de vida local?
36	Para definição da AID, levou-se em consideração os locais onde o empreendimento poderá ser visto, uma vez que haverá impacto visual provocado pela alteração da paisagem (p.38). Que medidas serão tomadas para resolver o problema de alteração da paisagem?
37	No que se refere à espeleologia, pode-se constatar o alto grau de potencialidade para a ocorrência de cavidades na ADA e AID (p.48). Foi feita prospecção?
38	De acordo com a Resolução 491 do CONAMA, de 19 de novembro de 2018, o limite estabelecido para concentração máxima diária permitida de Partículas Totais em Suspensão, para um dia no ano, é de 240 μg/m3. Os pontos amostrais estão abaixo do estabelecido na referida norma, indicando que o local apresenta padrões de qualidade do ar dentro dos níveis aceitáveis (p.52). Quais os valores encontrados? Há um plano de monitoramento? Muito importante para se avaliar posteriormente ao empreendimento - Atualmente Congonhas sofre com 4,5 toneladas de poeira proveniente da atividade.
39	A implantação e operação do empreendimento elevará o nível de ruídos na região de inserção do Projeto. A ocorrência deste impacto tem sua origem

	na utilização frequente de máquinas pesadas, como escavadeiras, pás carregadeiras e caminhões na frente de lavra e vias de circulação. Portanto, o empreendedor deverá realizar manutenção periódica dos equipamentos fixos e móveis, verificando o funcionamento dos silenciadores dos motores. Essa ação garantirá, assim, que as máquinas e caminhões estejam dentro dos padrões estabelecidos por lei específica. O somatório das atividades poderá ultrapassar as normas vigentes?
40	Os dados demonstram que o IDH praticamente dobrou em 20 anos. Passou de 0,362 em 1990 para 0,656 em 2010 (p.114). Por que a série não usou os dados de 2020, ou mais recente?
41	Segundo os dados, 6,7 % das residências estão sem banheiro sanitário e apresentam fossas rudimentares, um dos maiores problemas (p. 123). O que é proposto para melhorar a situação da comunidade local?
42	Dentre os patrimônios tombados desde 2024 encontram-se os Núcleos de mineração do Córrego Siqueira (p. 132). Como será afetado o sítio arqueológico?
43	Dentre as comunidades entrevistadas entre as páginas 137 a 156. Qual a metodologia usada no estudo? Apenas a Comunidade Quilombola de Queimadas não foi consultada?
44	Questões ambientais como o sossego, os cursos d'água e abastecimento de água foram citados por todos nas entrevistas. O estudo também indica que a geração de emprego para o perfil de baixa escolaridade é restrita. Quais os planos de ação propostos para as comunidades? A Crise hídrica é um problema já existente e citado em praticamente todas as comunidades. Como lidar com a situação perante o cenário de emergência climática?

ANEXO XXX- RESPOSTA AOS QUESTIONAMENTOS

Resposta Questionamento Prefeitura Municipal do Serro

OFÍCIO N° 281/2024

A Superintendencia Regional de Meio Ambiente – URA Jequitinhonha

Assunto: Resposta ao ofício nº 212/2024 apresentado pela Prefeitura Municipal de Serro na Audiência Pública referente ao Processo Licenciamento Ambiental SLA nº 2198/2022.

A empresa **ONIX CÉU ABERTO MINERAÇÃO**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o número 41.099.058/0001-11, com sede na Fazenda Céu Aberto, s/n, Zona Rural, Município do Serro/Minas Gerais, vem por meio do presente instrumento apresentar resposta ao oficio nº 212/2024 apresentado pela Prefeitura Municipal de Serro na Audiência Pública que ocorreu no dia 14/08/2024 referente ao Processo de Licenciamento Ambiental SLA nº 2198/2022 para a obtenção da Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação para o Projeto Céu Aberto.

Em resposta ao ofício recebido, informamos que foram apresentadas 57 propostas de condicionantes por parte da Prefeitura Municipal de Serro/MG. Todas as propostas foram minuciosamente analisadas e devidamente respondidas.

Gostaríamos de ressaltar que as condicionantes sugeridas devem ter uma relação direta com os impactos decorrentes da atividade em questão, sendo proporcionais à magnitude desses impactos. Essa abordagem é fundamental para garantir que as medidas propostas sejam eficazes e realistas, atendendo aos objetivos de mitigação dos efeitos adversos enquanto asseguram a viabilidade do empreendimento.

Além disso, reiteramos nossa disposição para o diálogo contínuo e para o estabelecimento de parcerias futuras. Acreditamos que a colaboração entre as partes é essencial para desenvolver ações que conciliem os aspectos ambientais, econômicos e sociais, promovendo um desenvolvimento sustentável e equilibrado para o município de Serro.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Serro, 02 de setembro de 2024

Laiane Kele Ferreira Alvim - Analista Ambiental
ONIX CÉU ABERTO MINERAÇÃO S/A
CNPJ 41.099.058/0001-11

Item	**Condicionantes**	**Impacto**	**Comentários**
1	**Revegetação e Recuperação de Áreas Degradadas:** 1.1.Realizar a revegetação de áreas mineradas com espécies nativas; 1.2. Recuperar áreas degradadas transformando-as em áreas verdes ou reservas ambientais.	O desenvolvimento das atividades minerárias pode provocar diversos danos ambientais, sendo imprescindível a compensação destes.	Foi apresentado junto a URA – JEC o Projeto de Recomposição de Áreas degradadas – PRAD, que prevê a integral recuperação das áreas degradadas decorrentes da atividade, utilizando prioritariamente espécies nativas e de relevância ecológica para a área em questão.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
2	**Criação de Unidade de Conservação:** 2.1. Implementar criação da unidade de conservação na área da Floresta Municipal da Mãe D'água, no que tange a sua implantação, à elaboração do Plano de Manejo e demais estudos e projetos necessários para criação e estruturação da unidade; 2.2. Apoiar financeiramente a gestão e a manutenção das unidades de conservação municipal.	A instalação do empreendimento e a operação da exploração minerária consistem na possível remoção de vegetação, levando à perda de habitats naturais e à redução da biodiversidade local.	No que tange a operação da exploração minerária, as compensações para supressão de vegetação já foram propostas nos estudos pertinentes, conforme previsto na legislação. Cabe destacar o interesse e disponibilidade do empreendedor em apoiar as iniciativas ambientais do poder municipal, fomentando a proteção do meio ambiente local.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
3	**Saneamento Básico:** 3.1.Contribuir para implantação Sistema de abastecimento de água tratada nas comunidades existentes no entorno do empreendimento minerário, principalmente as comunidades de Queimadas, Condado, Criminoso, Botafogo, Floriano e Mumbaça; 3.2.Contribuir para implantação Sistema de tratamento de esgoto nas comunidades existentes no entorno do empreendimento minerário, principalmente as comunidades de Queimadas, Condado, Criminoso, Botafogo, Floriano e Mumbaça; 3.3. Fomentar ações, programas e projetos que promovam a ampliação do abastecimento de água tratada e o tratamento de esgoto em todo o território do Município de Serro.	A mineração e suas atividades podem impactar a problemática das comunidades existentes no entorno do empreendimento, no que tange à dinâmica social, no que consiste ao saneamento básico, refletindo diretamente na quantidade e na qualidade da água ofertada, bem como a destinação do esgotamento sanitário.	Para os potenciais impactos mencionados, medidas de mitigação específicas assegurando seu efetivo controle estão descritas no Plano de Controle Ambiental – PCA. Cabe aqui destacar os programas: Programa de monitoramento de efluentes liquidos das águas superficiais e subterraneas; Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. É valido destacar que as ações de desenvolvimento de uma atividade na região já gera receitas ao Município através do recolhimento de impostos, apoiando indiretamente a melhoria na qualidade de vida dos munícipes. De toda forma, a empresa fica aberta ao diálogo e parcerias com o município para juntos desenvolvermos um trabalho eficiente e duradouro.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
4	**Controle e Monitoramento da Qualidade do Ar e da Água:** 4.1.Implementar sistemas de tratamento de efluentes para garantir que a água utilizada e descartada no processo de mineração não contamine corpos hídricos; 4.2.Realizar monitoramento contínuo da qualidade da água nas áreas próximas ao empreendimento, principalmente quanto a possíveis alterações dos parâmetros do Rio do Peixe; 4.3.Realizar constante monitoramento da qualidade do Ar e suas possíveis alterações provocadas pelo aumento dos particulados; 4.4.Implementar sistema de mitigação e neutralização de poeira e particulados;	A mineração pode alterar a hidrologia local, causar a redução do fluxo de água nos corpos hídricos, provocar a emissão de partículas e a geração ou a utilização de substâncias químicas em todo o processo do empreendimento, o que pode contaminar o ar e os recursos hídricos no entorno, se fazendo necessária a implementação das compensatórias propostas.	As medidas de controle e mitigação para os potencias impactos mencionados, bem como o respectivo monitoramento, foram contempladas no Plano de Controle Ambiental – PCA dentre elas: a) Programa de monitoramento de efluentes liquidos das águas superficiais e subterraneas; b) Programa de monitoramento dos níveis de ruidos; c) Programa de gestão de resíduos sólidos; d) Programa de controle e monitoramento de emissões atmosférias e qualidade do ar. e) Umectação das vias de acesso; Manutenção de equipamentos; Dentre outros.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
Continuação Item 4	4.5.Monitoramento ambiental contínuo, com relatórios periódicos e transparência das informações para a comunidade e os órgãos públicos e reguladores; 4.6.Implantação de medidas de controle de poeira, como a umidificação das vias e áreas de trabalho e a plantação de barreiras vegetais para reduzir a dispersão de partículas.	A mineração pode alterar a hidrologia local, causar a redução do fluxo de água nos corpos hídricos, provocar a emissão de partículas e a geração ou a utilização de substâncias químicas em todo o processo do empreendimento, o que pode contaminar o ar e os recursos hídricos no entorno, se fazendo necessária a implementação das compensatórias propostas.	As medidas compensatórias para os impactos mencionados foram contempladas no Plano de Controle Ambiental – PCA dentre elas: Programa de monitoramento de efluentes liquidos das águas superficiais e subterraneas; Programa de monitoramento dos níveis de ruidos; Programa de gestão de resíduos sólidos; Programa de controle e monitoramento de emissões atmosférias e qualidade do ar; Umectação das vias de acesso; Manutenção de equipamentos; Dentre outros.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
5	**Programas de Conservação de Fauna e Flora:** 5.1.Desenvolver e financiar estudos, pesquisas e programas para preservação e conservação de espécies ameaçadas presentes na área de influência do empreendimento; 5.2.Criar corredores ecológicos para facilitar a movimentação da fauna entre áreas fragmentadas; 5.3.Implantar programa de recuperação de nascentes e matas ciliares na bacia do Rio Jequitinhonha e do Rio do Peixe, principalmente de sua nascente até o ponto de captação para o abastecimento da sede do município; 5.4.Implementar programa de monitoramento de saúde animal; 5.5. Compensação de habitats naturais;	A instalação e a operação do empreendimento minerário podem levar à perda de fauna e flora, haja visto a perda de habitats naturais pelas incontáveis intervenções feitas e a geração de ruídos e vibrações que podem afetar a fauna local e a qualidade de vida, alterando e reduzindo a biodiversidade.	As medidas de controle para os potencias impactos mencionados foram contempladas no PCA – Plano de Controle Ambiental, assegurando a minimização dos impactos à fauna e flora local, subsidiados pelos estudos ambientais realizados e que compuseram o licenciamento ambiental do empreendimento. Dentre os programas relativos à fauna e flora, cabe destacar: a) Programa de resgaste e afugentamento da fauna local; b)Plano de recuperação de áreas degradadas – PRAD; c)Programa de conservação da biodiversidade; - Projeto técnico de reconstituição da flora - PTRF; Dentre outros.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
6	**Educação Ambiental e Engajamento Comunitário:** 6.1.Implementar e financiar programas de educação ambiental nas escolas municipais, espaços públicos municipais, comunidades situadas no entorno do empreendimento e para os colaboradores do empreendimento; 6.1. Promover o envolvimento das comunidades na tomada de decisões na implementação de medidas ambientais; 6.2.Realizar programas educacionais e campanhas de concientização	O desempenho das atividades do empreendimento pode gerar degradação ambiental, sendo importante a inclusão das comunidades nas tomadas de decisões, desenvolvendo ações para conscientização e preservação do meio ambiente.	Para os impactos mencionados foram apresentados os seguintes projetos: Programa de educação ambiental que irá abordar temátivas de relevância para o meio ambiente local, dentre elas: Caminho das Águas e Meio Ambiente como um direito. Além disso, através da participação e envolvimento das comunidades acompanhando o monitoramento ativo do PCA, ação proposta pelos moradores durante o diagnóstico socioparticipativo, será possível garantir o empoderamento e a inclusão das comunidades nas tomadas de decisões sobre o meio ambiente.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
7	**Melhoria de Infraestrutura Ambiental:** 7.1. Contribuir para Melhorias na gestão municipal de resíduos sólidos 7.2.Coontribuir para o melhoramento da área e da Unidade municipal de Triagem e Compostagem de RSU;	O aumento da demanda e da procura pela prestação dos serviços de limpeza urbana gerará uma sobrecarga na estrutura municipal existente.	No que tange ao impacto apresentado foi proposto a seguinte medida: Programa de gestão de resíduos sólidos. A empresa fica aberta ao diálogo e parcerias futuras com o município para juntos desenvolvermos um trabalho eficiente e duradouro.
8	**Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento:** 8.1.Financiar pesquisas para o desenvolvimento de tecnologias mais sustentáveis e menos impactantes na atividade minerária, destacando o desempenho das atividades no município de Serro; 8.2.Apoiar estudos de biodiversidade e conservação na área de influência do empreendimento;	O desempenho das atividades do empreendimento pode gerar a necessidade de novas tecnologias e práticas inovadoras para minimizar impactos ambientais e melhorar a eficiência da operação.	Com o intuito de fomentar atividades mais sustentáveis, através da educação, a empresa firmou Termo de Cooperação técnica com a Escola Ymbalo que visa apoiar ações em prol da construção de conhecimento e contribuir com a formação desses estudantes. Além disso, a empresa atua com as melhores tecnologias existentes no mercado na qual os estudantes poderão ter a oportunidade de ver a aplicação prática dessas tecnologias operando no campo da mineração.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
9	**Criação e Fomento de Fundos de Compensação Ambiental:** 9.1. Estabelecer recursos destinados a financiar projetos de conservação, recuperação e controle ambiental nas diferentes esferas, a curto, médio e longo prazo;	A mineração pode causar desequilíbrios ecológicos e perda de biodiversidade, afetando a qualidade ambiental das áreas afetadas.	As compensações ambientais já foram propostas nos estudos pertinentes. De toda forma, a empresa fica aberta ao diálogo e parcerias.
10	**Gestão de Resíduos:** 10.1. Implementar gestão de resíduos sólidos nas comunidades próximas ao empreendimento; 10.2.Contribuir no Fortalecimento da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Serro; 10.3. Contribuir para implantação depósito municipal de triagem e reciclagem de resíduos de construção civil; 10.4.Financiar a implantação da coleta seletiva no município de Serro.	A atividade minerária gera por si só um aumento do volume e do acúmulo de resíduos de diferentes classes, sendo este fator impactado com maior número de prestadores de serviços, devendo ser gerenciados adequadamente para minimizar e neutralizar os impactos negativos ao meio ambiente e à saúde pública**.**	No que tange aos impactos apresentados foi proposto um Plano de Gerenciamento de resíduos sólidos que irão contribuir com essa questão. É importante destacar que o empreendedor está aberto ao diálogo para parcerias. De portas abertas para contribuir com a associação, mas ressaltamos que isso não deve ser uma condição *sine qua non* para a concessão da licença ambiental.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
Continuação Item 10	10.5. Desenvolver sistemas eficientes de gestão de resíduos de mineração, incluindo a reutilização e a reciclagem de materiais sempre que possível;	A atividade minerária gera por si só um aumento do volume e do acúmulo de resíduos de diferentes classes, sendo este fator impactado com maior número de prestadores de serviços, devendo ser gerenciados adequadamente para minimizar e neutralizar os impactos negativos ao meio ambiente e à saúde pública**.**	No que tange aos impactos apresentados foi proposto um Plano de Gerenciamento de resíduos sólidos que irão contribuir com essa questão. É importante destacar que o empreendedor está aberto ao diálogo para parcerias. De portas abertas para contribuir com a associação, mas ressaltamos que isso não deve ser uma condição *sine qua non* para a concessão da licença ambiental.
11	**Monitoramento e manutenção de estradas e vias públicas:** 11.1. Implantar programa de monitoramento e manutenção das estradas municipais e demais vias utilizadas pelo empreendimento minerário, no deslocamento de colaboradores, recebimento de equipamentos e insumos e escoamento da produção.	Possibilidade de deterioração da infraestrutura viária, haja vista o aumento do fluxo de veículos, considerando o deslocamento de prestadores de serviço e colaboradores e o escoamento de minerais, o que pode ocasionar desgaste das estradas e vias públicas, afetando a mobilidade e a segurança dos usuários.	Foi elaborado e protocolado junto a URA – JEC o estudo de impacto de circulação – RIC e considerando todas as análises e respectivas conclusões explanadas no relatório entende-se que a Operação do Projeto Céu Aberto irá gerar um impacto pouco significativo a circulação no sistema disposto em seu entorno.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
12	**Alternativa de Trânsito:** 12.1.Auxílio na realização de obra de construção da Avenida Perimetral, importante via de acesso alternativo que liga o Centro do Município à região mais alta da cidade e ao Oeste da sede; 12.2.Auxílio no término da pavimentação de rodovia que liga Serro a Diamantina, no trecho de Milho Verde a Diamantina.	Sobrecarga das vias municipais e rodovias, intensificada pelo aumento de veículos e pela circulação de colaboradores, prestadores de serviços e escoamento da produção. Sendo a execução dos projetos de melhoria e construção da Avenida, e termino de pavimentação de rodovia que interliga Serro a Diamantina, sendo eficiente rota alternativa para o desafogamento da Rodovia 259.	Destaca-se que as rotas oriundas do empreendimento seguem a MG-010 em sentido sul até a interseção com a BR-259. A partir daí haverá duas possibilidades de roteirização. Já se antevendo com a intenção de redução de impactos viários no município de Serro, o empreendedor planeja um escoamento de cerca de 80% do fluxo seguindo a BR-259 para leste, com direção a Sabinópolis, Guanhães, Ipatinga etc. Os outros 20%, equivalentes a, no máximo, uma carreta por hora, seguirão no sentido oeste, com direção a Datas, Gouvêia, Curvelo, Sete Lagoas etc., sempre utilizando o Anel Viário de Serro. Sendo assim, não há necessidade da condicionante ser um impeditivo para a implantação do empreendimento.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
13	**Fortalecimento das atividades agrícolas e pecuárias:** 13.1.Contribuir na implantação de programa de fortalecimento da agriculturas familiar em comunidade rurais, com programas de incentivo à cafeicultura e à produção de hortifrutigranjeiros;	O processo de exploração minerário pode provocar, por diferentes fatores, e, em áreas diretas e indiretas, a proliferação de particulados, erosão, deslizamentos e alteração de relevo, afetando a estabilidade e a qualidade do solo, bem como a paisagem natural.	Os estudos realizados apontam que o impacto gerado é local e para os eventuais impactos que podem ser causados foi proposto medidas mitigadoras e compensatórias, tais como o Plano de recuperação de área degradada – PRAD, Projeto executivo de compensação florestal, dentre outros.
14	**Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC:** 14.1. Apoio financeiro e técnico à COMDEC para desenvolvimento de planos de emergência e resposta a desastres, o que inclui treinamento de equipes de resposta, aquisição de equipamentos, e realização de simulado de emergência para melhorar a preparação e a resiliência da comunidade;	Hipótese de riscos de desastres naturais e tecnológicos. Embora a atividade minerária proposta não envolva barragens, a mineração a seco pode aumentar a dispersão de partículas no ar, elevando os riscos de problemas respiratórios e outros impactos na saúde pública. Além disso, atividades minerárias podem aumentar riscos de deslizamento e preciptações hídricas descontroladas.	No que tange aos impactos apresentados foram apresentados os seguintes programas: a) Programa de controle e monitoramento das emissões atmosféricas e qualidade do ar; b) Programa de gestão de risco e plano de atendimento a emergências. O empreendedor está aberto ao diálogo e parcerias.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
Continuação Item 14	14.2. Monitoramento contínuo da qualidade do ar e implementação de medidas de controle de poeira; 14.3. Fomentar e implementar ações e programas que promovam o desenvolvimento da COMDEC; 14.4. Fomentar as ações de respostas à comunidade pela COMDEC; 14.5. Contribuir na implantação de programa de prevenção e combate a queimadas em todo o território do Municipio de Serro, incluindo o treinamento de equipe, a disponibilização de brigada de incêndio e equipamentos.	Hipótese de riscos de desastres naturais e tecnológicos. Embora a atividade minerária proposta não envolva barragens, a mineração a seco pode aumentar a dispersão de partículas no ar, elevando os riscos de problemas respiratórios e outros impactos na saúde pública. Além disso, atividades minerárias podem aumentar riscos de deslizamento e preciptações hídricas descontroladas.	No que tange aos impactos apresentados foram apresentados os seguintes programas: c) Programa de controle e monitoramento das emissões atmosféricas e qualidade do ar; d) Programa de gestão de risco e plano de atendimento a emergências. O empreendedor está aberto ao diálogo e parcerias.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
15	**Controle e Vigilância em Saúde:** 15.1.Financiamento da manutenção de um sistema robusto de vigilância em saúde, incluindo construção de sede, contratação de profissionais e aquisição de equipamentos, implementação de programa para monitorar doenças ocupacionais com relatórios trimestrais; 15.2.Estabelecimento de sistema integrado de registro e análise de dados de saúde; 15.3. Parcerias com universidades para estudos contínuos sobre impactos da mineração na saúde pública; 15.4. Criação de programa de vigilância ambiental para monitoramento contínuo de ar, água e solo, com resultados disponibilizados publicamente e enviados regularmente à Vigilância em Saúde; 15.5.Fornecimento de relatórios semestrais detalhados sobre saúde dos trabalhadores e impactos ambientais;	A mineração pode introduzir novos riscos à saúde pública que precisam ser monitorados e gerenciados de maneira eficaz. As atividades minerárias podem aumentar a incidência de doenças infecciosas, causar intoxicações devido à exposição a substâncias tóxicas e gerar emergências sanitárias**.**	O Plano de Controle Ambiental – PCA contempla todas as medidas mitigadoras que serão realizadas pelo empreendedor para lidar com essas questões, dentre elas: Programa de Monitoramento de efluentes líquidos e qualidade das águas superficiais e subterrâneas, Programa de gestão de risco e plano de atendimento a emergências, Programa de monitoramento de níveis de ruído, programas de saúde e segurança dos trabalhadores, dentre outros. É valido destacar que as questões de ordem pública devem ser fruto de parcerias da prefeitura com os empreendimentos após a conceção das licenças e não condição pra as mesmas. Ademais as atividades já irão gerar receitas para o Município contribuindo indiretamente para o desenvolvimento do mesmo, saúde, educação etc.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
16	**Fortalecimento da APS (Atenção Primária à Saúde):** 16.1.Contribuição na continuidade da Cobertura de Saúde: Garantir UBS com ESF para cada 2.500 habitantes, com compromisso financeiro para implantação de novas UBS conforme aumento populacional. Equipamento e Capacitação: Garantir que as UBS's estejam bem equipadas e preparadas, incluindo a contratação e a capacitação de profissionais, aquisição de equipamentos e medicamentos e implementação de programas de saúde pública. 16.2.Programa de Apoio às Comunidades Tradicionais: Investimento em APS: Especificamente para comunidades tradicionais, garantir cuidados culturalmente adequados e promover a justiça social, melhorando a qualidade de vida e o bem-estar dessas populações. Qualificação dos Pontos de Apoio à Saúde nas Comunidades Quilombolas:	A emissão de poluentes, como poeira e produtos químicos, afeta a qualidade do ar e da água, resultando em um aumento de doenças respiratórias, dermatológicas e outras condições crônicas. O influxo de trabalhadores e a migração associada ao desenvolvimento da mineração sobrecarregam os serviços de saúde existentes, dificultando o acesso da população local aos cuidados básicos e aumentando a demanda por serviços de saúde. Comunidades tradicionais e quilombolas, que já enfrentam barreiras significativas de acesso a	O Plano de Controle Ambiental – PCA contempla todas as medidas mitigadoras que serão realizadas pelo empreendedor para lidar com essas questões, dentre elas:Programa de gestão de risco e plano de atendimento a emergências, Programa de monitoramento de níveis de ruído, programas de saúde e segurança dos trabalhadores, Programa de Monitoramento de efluentes líquidos e qualidade das águas superficiais e subterrâneas, dentre outros. Destaca-se que o empreendedor firmou um termo de compromisso com a Prefeitura Municipal de Serro/MG na qual prevê o repasse de 11 milhões para que o municipio possa promover os investimentos que julguem necessário para aprimorar ou ampliar a demanda dos serviços.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
Continuação Item 16	16.3. Melhoria dos Pontos de Apoio: Reformas e aquisição de equipamentos e insumos para garantir assistência de qualidade nas comunidades quilombolas. Aquisição do Consultório Odontológico Móvel: 16.4. Atendimento em Comunidades de Difícil Acesso: Adquirir um consultório odontológico móvel, contratar profissional dentista e adquirir insumos para funcionamento, superando barreiras geográficas e proporcionando atendimento regular e consistente. 16.5. Melhoria do Atendimento de Emergências: Disponibilização de 04 (quatro) ambulâncias, uma para cada UBS, com condutor e insumos adequados, para melhorar o atendimento de emergências médicas nas comunidades rurais e quilombolas.	serviços de saúde, são especialmente vulneráveis aos impactos ambientais e sociais da mineração. Além disso, há um aumento na incidência de emergências médicas, como acidentes de trânsito e problemas respiratórios, em áreas rurais e quilombolas, onde o acesso a cuidados de saúde de emergência é limitado devido à distância e à falta de infraestrutura adequada.	Destaca-se que o empreendedor firmou um termo de compromisso com a Prefeitura Municipal de Serro/MG na qual prevê o repasse de 11 milhões para que o municipio possa promover os investimentos que julguem necessário para aprimorar ou ampliar a demanda dos serviços públicos municipais. Além disso, o empreendedor está aberto ao diálogo e parcerias de poio as políticas públicas.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
17	**Ampliação da assistência farmacêutica:** 17.1. Construção de uma sede para a farmácia básica, ampliação do número de funcionários e aumento da oferta de medicamentos para distribuição.	A mineração pode expor a população a riscos específicos, como doenças respiratórias, dermatológicas e outras condições decorrentes da exposição a poeiras, produtos químicos e mudanças ambientais. A ampliação da oferta de medicamentos permite que a farmácia local esteja preparada para tratar condições de saúde que podem ser exacerbadas ou desencadeadas pelas atividades minerárias.	O Plano de Controle Ambiental – PCA contempla todas as medidas mitigadoras que serão realizadas pelo empreendedor para lidar com essas questões, dentre elas: utilização de EPI, Programa de monitoramento de níveis de ruído, programas de saúde e segurança dos trabalhadores, dentre outros. Destaca-se que o empreendedor firmou um termo de compromisso com a Prefeitura Municipal de Serro/MG na qual prevê o repasse de 11 milhões para que o municipio possa promover os investimentos que julguem necessário para aprimorar ou ampliar a demanda dos serviços públicos municipais. Além disso, o empreendedor está aberto ao diálogo e parcerias.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
18	**Ampliação da oferta de exames laboratoriais e de imagem:** 18.1. Investimento de custeio na secretaria municipal de saúde pra que seja possível aumentar a quantidade de exames oferecidos à população	A mineração expõe trabalhadores e população local a substâncias tóxicas e condições adversas que podem afetar a sua saúde a longo prazo. Exames regulares são essenciais para identificar problemas precoces e permitir a implementação de medidas preventivas. A chegada de trabalhadores e suas famílias, em virtude do empreendimento no município, também eleva a demanda por serviços de saúde, tornando imprescindível a expansão da oferta de exames para garantir que todos recebam o acompanhamento adequado.	Conforme previsto nos estudos ambientais apresentados a mão de obra a ser contratada será, prioritariamente, mão de obra local. Além disso, o PCA contempla o Programa de priorização e capacitação de mão de obra local. No que tange aos impactos, destaca- se que o Plano de Controle Ambiental – PCA contempla todas as medidas mitigadoras que serão realizadas pelo empreendedor para lidar com essas questões, dentre elas: Programa de Gestão de Riscos e Plano de Atendimento à Emergências; Programa de monitoramento de níveis de ruído, programas de saúde e segurança dos trabalhadores, dentre outros. Destaca-se que o empreendedor firmou um termo de compromisso com a Prefeitura Municipal de Serro/MG na qual prevê o repasse de 11 milhões para que o município possa promover os investimentos que julguem necessário para aprimorar ou ampliar a demanda dos serviços públicos municipais

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
19	**Controle de Drenagem Pluvial:** 19.1. Instalação de um sistema de controle de drenagem pluvial na área da mina, que inclui a implantação de bacias de infiltração de águas pluviais. Essas bacias serão posicionadas estrategicamente ao longo da linha de drenagem pluvial da borda superior da cava, nas estradas de acesso à empresa e à mina, além de, na parte inferior da pilha de estéril. Essa iniciativa busca reduzir os impactos ambientais decorrentes da mineração, promovendo a gestão sustentável das águas pluviais e protegendo os recursos hídricos locais.	A falta de um sistema adequado de drenagem pluvial na área da mina pode resultar em erosão do solo, contaminação hídrica, riscos de inundação e deslizamentos, além de mpactos socioeconômicos negativos. É crucial implementar medidas de controle para mitigar esses impactos e garantir a segurança ambiental e comunitária.	O PCA – Plano de Controle ambiental contempla diversos programas que vão trabalhar essa questão, dentre elas: a) Programa de controle de processos erosivos e sedimentos; b) Programa de manutenção do sistema de drenagem pluvial que prevê diversas ações, dentre elas a implantação dos dispositivos de drenagem. c) Programa de monitoramento de efluentes líquidos e qualidades da águas superficiais e subterrâneas.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
20	**Estruturação de Centro de Saúde Especializado:** 20.1.Implantação de um Centro de Saúde Respiratória / Programa de Saúde Respiratória, incluindo medidas preventivas, diagnósticos regulares e tratamento adequado para doenças respiratórias.	Aumento da incidência de doenças respiratórias devido à liberação de partículas finas e poeira no ar, causando irritação das vias respiratórias, tosse, falta de ar e doenças pulmonares crônicas. Estresse relacionado ao trabalho, mudanças no estilo de vida, existência de deslocamento forçado podem aumentar a incidência de problemas de saúde mental, como ansiedade, depressão e abuso de substâncias. A exposição a poluentes neurotóxicos pode aumentar o risco de transtornos neurocomportamentais em crianças, impactando seu desenvolvimento.	No Plano de Controle Ambiental – PCA foram previstas diversas ações que irão contribuir para mitigar esses impactos, quais sejam: a) Programa de controle e monitoramento das emissões atmosféricas e da qualidade do ar. O programa prevê: Medidas de umectação das vias de acesso; Manutenção adequada de veículos e equipamentos. b) Programas de saúde e segurança do trabalho voltado para atenção dos trabalhadores do empreendimento. É valido destacar que a partir dos estudos realizados os impactos referente a poluição atmosférica é um impacto local, cotrolavel e mitigável e não tem potencial de causar transtornos neurocomportamentais.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
Continuação Item 20	20.2.Fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) com a construção do CAPS AD (Álcool e Drogas), oferecendo serviços de saúde mental e apoio para prevenção e tratamento do abuso de substâncias. 20.3.Implantação de um serviço especializado em transtornos neurocomportamentais, com equipe multidisciplinar e serviços adaptados às necessidades individuais das crianças, incluindo avaliações médicas, terapias comportamentais e suporte psicossocial.	Aumento da incidência de doenças respiratórias devido à liberação de partículas finas e poeira no ar, causando irritação das vias respiratórias, tosse, falta de ar e doenças pulmonares crônicas. Estresse relacionado ao trabalho, mudanças no estilo de vida, existência de deslocamento forçado podem aumentar a incidência de problemas de saúde mental, como ansiedade, depressão e abuso de substâncias. A exposição a poluentes neurotóxicos pode aumentar o risco de transtornos neurocomportamentais em crianças, impactando seu desenvolvimento.	Além disso, destaca-se que o empreendimento visa contribuir com a qualidade de vida da população local apresentando inúmeros benefícios, dentre eles a empregabilidade (evitando que os moradores tenham que emigrar para trabalhar), contribui com a melhoria da qualidade de vida, geração de renda, dentre outras ações que auxiliam na melhoria da saúde mental da população de Serrro/MG. O empreendedor firmou um termo de compromisso com a Prefeitura Municipal de Serro/MG na qual prevê o repasse de 11 milhões para que o municipio possa promover os investimentos que julguem necessário para aprimorar ou ampliar a demanda dos serviços públicos municipais

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
21	**Casa de Caridade Santa Tereza:** 21.1. Aporte financeiro mensal ao Hospital Casa de Caridade Santa Tereza para utilização como custeio e capital, garantindo atendimento de urgência e emergência à população afetada pela atividade minerária.	Aumento na incidência de acidentes de trânsito. Agravos de saúde devido à exposição à poeira e partículas finas, incluindo doenças respiratórias, dermatológicas e cardiovasculares. Lesões musculoesqueléticas e intoxicação por contato com substâncias tóxicas. Aumento da procura por atendimento psiquiátrico e psicológico devido ao estresse e condições de trabalho. Proliferação de doenças infecciosas devido à alteração do meio ambiente e às condições precárias de vida. Aumento nos acidentes de trabalho, incluindo quedas, esmagamentos, cortes e queimaduras. Problemas gastrointestinais e lesões oculares devido à possibilidade de contaminação de água e alimentos e exposição a poeira e partículas.	No que tange ao impacto no transito destaca-se que foi proposto no Plano de controle ambiental o Programa de segurança do trafego e medidas socioeducativas. Com relação a poeira foi proposto no PCA o Programa de controle e monitoramento das emissões atmosféricas e da qualidade do ar. No que tange as demais questões o PCA prevê uma série de medidas, dentre elaso uso de EPI, ações de saúde e segurança para os trabalhadores, dentre outras questões. Dentro do contexto da referida condicionante não há como dicernir se o paciente e sua doença que chegam ao hospital público são causadas pela atividade minerária diretamente ou por outros fatores. O empreendedor firmou um termo de compromisso com a Prefeitura Municipal de Serro/MG na qual prevê o repasse de 11 milhões para que o municipio possa promover os investimentos que julguem necessário para aprimorar ou ampliar a demanda dos serviços públicos municipais.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
22	**Ampliação da Clínica Municipal de Fisioterapia**: 22.1. Construção de sede para a Clínica Municpal de Fisioterapia, ampliação do número de funcionários e aquisição de equipamentos.	A mineração pode resultar emuma série de problemas de saúde, nas quais se incluem doenças respiratórias, musculoesqueléticas e lesões relacionadas ao trabalho. A fisioterapia desempenha um papel fundamental na reabilitação de trabalhadores e na gestão da condição de saúde, ajudando a mitigar os efeitos adversos do ambiente de trabalho e promovendo a recuperação e a qualidade de vida.	No Plano de Controle Ambiental – PCA foram previstas diversas ações que irão contribuir para mitigar e controlar esses impactos, quais sejam: Programa de Gestão de Riscos e Plano de Atendimento à Emergências; Programa de controle e monitoramento das emissões atmosféricas e da qualidade do ar. O programa prevê: Medidas de umectação das vias de acesso; Manutenção adequada de veículos e equipamentos. Programas de saúde e segurança do trabalho voltado para atenção dos trabalhadores do empreendimento. O empreendedor firmou um termo de compromisso com a Prefeitura Municipal de Serro/MG na qual prevê o repasse de 11 milhões para que o município possa promover os investimentos que julguem necessário para aprimorar ou ampliar a demanda dos serviços públicos municipais.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
23	Apoio na implantação de um centro de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde	A mineração pode causar impactos significativos na saúde física e mental dos trabalhadores e população local. Esse serviço, oferece cuidado com abordagem complementar a medicina convencional, com práticas como acupuntura, fitoterapia, massoterapia, entre outras previstas na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde. Essas práticas ajudam a reduzir o stresse, melhorar qualidade de vida e promover o bem estar geral, proporcionndo uma abordagem holística para a saúde. em um cenário de mineração, onde o estresse e os problemas de saúde são comuns, um centro dedicado a essas práticas pode oferecer suporte adicional à recuperação e ao equilíbrio dos indivíduos afetados, integrando cuidados complementares á medicina convencional e criandfo um ambiente mais saudável e equilibrado.	O empreendimento visa contribuir com a qualidade de vida da população local apresentando inúmeros benefícios, dentre eles a empregabilidade (evitando que os moradores tenham que emigrar para trabalhar), contribui com a melhoria da qualidade de vida, geração de renda, dentre outras ações que auxiliam na melhoria da saúde mental da população de Serrro/MG. Por fim, ressalta que o empreendedor firmou um termo de compromisso com a Prefeitura Municipal de Serro/MG na qual prevê o repasse de 11 milhões para que o municipio possa promover os investimentos que julguem necessário para aprimorar ou ampliar a demanda dos serviços públicos municipais.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
24	**Implantação de Programa de Melhoria Habitacional:** 24.1. Implementar um programa para melhorar as condições de moradia, substituindo as residências de pau a pique e telhas de amianto, por habitações seguras e duráveis, construídas com materiais adequados; 24.2. Auxiliar o programa de construção ou reestruturação de casas resistentes às intempéries para garantir proteção adequada contra chuvas e outros desastres naturais; 24.3. Iniciar projetos para fornecer infraestrutura sanitária básica, auxiliando nas construções de banheiros e módulos sanitários em áreas de vulnerabilidade social;	No município, muitas famílias vivem em condições habitacionais precárias, com residências construídas com materiais inadequados e falta de infraestrutura sanitária. A implantação de uma mineradora pode aumentar a demanda por emprego, como também agravar o desemprego local. Um programa de melhoria habitacional é essencial para oferecer moradias seguras, reduzir doenças e promover a coesão comunitária, garantindo o desenvolvimento sustentável do município.	O empreendimento visa contribuir com a qualidade de vida da população local e oferecer empregabilidade, além de contribuir com as melhores condições de vida e consequentemente de moradia.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
24	24.4.Promover programas de conscientização sobre práticas de higiene e saneamento básico para melhorar a saúde pública e reduzir o risco de doenças relacionadas à falta de saneamento; 24.5.Desenvolver políticas específicas para atender às necessidades de grupos vulneráveis, como crianças, mulheres vítimas de violência, pessoas com deficiência e idosos. 24.6.Garantir que as novas habitações sejam projetadas levando em consideração a acessibilidade e a segurança para esses grupos, incluindo rampas, corrimãos e outros recursos adequados; 24.7. Investir em planejamento urbano sustentável para evitar o crescimento desordenado e garantir o acesso equitativo a serviços básicos, como água potável, eletricidade e transporte;	No município, muitas famílias vivem em condições habitacionais precárias, com residências construídas com materiais inadequados e falta de infraestrutura sanitária. A implantação de uma mineradora pode aumentar a demanda por emprego, como também agravar o desemprego local. Um programa de melhoria habitacional é essencial para oferecer moradias seguras, reduzir doenças e promover a coesão comunitária, garantindo o desenvolvimento sustentável do município.	O empreendimento visa contribuir com a qualidade de vida da população local e oferecer empregabilidade, além de contribuir com as melhores condições de vida e consequentemente de moradia.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
Continuação Item 24	24.8. Integrar o planejamento habitacional com outras	No município, muitas famílias vivem em condições habitacionais precárias, com residências construídas com materiais inadequados e falta de infraestrutura sanitária. A implantação de uma mineradora pode aumentar a demanda por emprego, como também agravar o desemprego local. Um programa de melhoria habitacional é essencial para oferecer moradias seguras, reduzir doenças e promover a coesão comunitária, garantindo o desenvolvimento sustentável do município.	O empreendimento visa contribuir com a qualidade de vida da população local e oferecer empregabilidade, além de contribuir com as melhores condições de vida e consequentemente de moradia. O empreendedor está aberto ao diálogo e parcerias.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
25.	**Aporte Financeiro para o CRIASER projeto CEDIA:** 25.1.Fomentar o desenvolvimento de programas, como inclusão social, cultural e educacional para os alunos da instituição. 25.2.Apoiar no custeio do aumento das vagas, atividades, programas, ensinos, ofertados pelo CRIASER.	A exploração do empreendimento minerário, com o advento de diversas pessoas (adultos, adoslecentes, crianças) aumenta significamente a diversidade cultural local, impactando de forma progressiva o número das transgressões aos direitos da Criança e do Adolescente.	O empreendedor firmou um termo de compromisso com a Prefeitura Municipal de Serro/MG na qual prevê o repasse de 11 milhões para que o municipio possa promover os investimentos que julguem necessário para aprimorar ou ampliar a demanda dos serviços públicos municipais. Além disso, o empreendedor está aberto ao diálogo e parcerias.
26	**Aporte Financeiro para a APAE de Serro onde funcionam as atividades de Centro-Dia:** 26.1.Formentar o desenvolvimento de programas, como inclusão social, cultural e educacional para os alunos da instutuição. 26.2.Apoiar no custeio do aumento das vagas, atividades, programas, ensinos, ofertados pela APAE.	A implantação de um empreendimento minerário impacta socialmente o que diz respeito a tradições, cultura, integração social, bem como refelte no aumento da violência e da criminalidade, podendo inclusive promover um ambiente de risco e de segregação para pessoas com algum tipo de deficiência.	O empreendedor firmou um termo de compromisso com a Prefeitura Municipal de Serro/MG na qual prevê o repasse de 11 milhões para que o municipio possa promover os investimentos que julguem necessário para aprimorar ou ampliar a demanda dos serviços públicos municipais. Além disso, o empreendedor está aberto ao diálogo e parcerias.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
27	**Aporte Financeiro para o Recanto José Antônio Salles (Asilo):** 27.1.Apoiar o desenvolvimento de programas de inclusão social, cultural e educacional para os residentes da instituição. 27.2.Promover a participação da comunidade local no desenvolvimento e na implementação dos programas, garantindo que as necessidades reais dos residentes do Recanto sejam atendidas.	Com a instalação do empreendimento minerário e o consequente aumento populacional, é esperado um aumento na demanda por serviços de assistência social, incluindo cuidados para idosos. O aumento da população e a expansão urbana desordenada podem gerar diversos desafios sociais, como aumento da insegurança e a sobrecarga nos serviços de assistência social.	Conforme previsto nos estudos ambientais apresentados a mão de obra a ser contratada será, prioritariamente, mão de obra local. Além disso, o PCA contempla o Programa de priorização e capacitação de mão de obra local. Vale mencionar que o empreendedor firmou um termo de compromisso com a Prefeitura Municipal de Serro/MG na qual prevê o repasse de 11 milhões para que o municipio possa promover os investimentos que julguem necessário para aprimorar ou ampliar a demanda dos serviços públicos municipais. Além disso, o empreendedor está aberto ao diálogo e parcerias.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
28	**Projeto Social de Reabilitação a dependentes de Álcool e outras Drogas:** 28.1.Oferecer atendimento psicológico e terapias de grupo ajuda a tratar os aspectos emocionais e sociais da dependência química, proporcionando ao indivíduo as ferramentas necessárias para superar a dependência e reintegrar-se na sociedade. 28.2.Oferecer tratamento e programas de reabilitação de forma gratuita que garante aos indivíduos, independentemente de sua condição financeira, tenham acesso ao suporte necessário para superar a dependência.	A implantação de empreendimento minerário em uma região amplia, consequentemente, os desafios socias, com o aumento do uso do álcool e substâncias psicoativas. O aumento do consumo do álcool e outras drogas está associado ao aumento da criminalidade, acidentes de trânsito e violência contra a mulher.	O empreendedor firmou um termo de compromisso com a Prefeitura Municipal de Serro/MG na qual prevê o repasse de 11 milhões para que o municipio possa promover os investimentos que julguem necessário para aprimorar ou ampliar a demanda dos serviços públicos municipais. Além disso, o empreendedor está aberto ao diálogo e parcerias de poio as políticas públicas.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
29.	**Projeto de Empoderamento Feminino:** 29.1. Apoiar a implementação de Projeto de Empoderamento Feminino com a finalidade de incentivar que mulheres que não tiveram a oportunidade de terminar os estudos e que vivem em locais socialmente vulneráveis se tornem empreendedoras e confiantes para gerir seus próprios negócios, aumentando, dessa forma, sua geração de renda e qualidade de vida.	A implantação de um empreendimento minerário pode gerar desenvolvimento econômico, mas também pode criar desafios sociais significativos. Um dos problemas críticos é o desequilíbrio de oportunidades de emprego entre homens e mulheres. Historicamente, a indústria de mineração tende a empregar mais homens, deixando as mulheres em uma posição de vulnerabilidade social e econômica. Isso é particularmente problemático em um município com alta taxa de baixa escolaridade entre as mulheres, muitas das quais são mães jovens, com responsabilidades familiares que limitam suas oportunidades de educação e emprego.	O empreendedor está aberto ao diálogo e parcerias de poio as políticas públicas.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
30	**Projeto Social de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas de Serro:** 30.1.O projeto deverá incluir estudos detalhados sobre história, cultura e situação socioeconômica das comunidades quilombolas do Serro. Isso fornecerá a base para a formulação de políticas públicas e ações que sejam realmente eficazes e respeitem a realidade dessas comunidades. Campanhas de educação e conscientização deverão ser realizadas para informar à comunidade não quilombola sobre os direitos e a cultura dos quilombolas. Isso ajudará a reduzir preconceitos e promover a inclusão social.	A atividade minerária pode apresentar impactos ambientais significativos, incluindo desmatamento, contaminação de solo e água e, por vezez, destruição de ecossistemas. Para as comunidades quilombolas que dependem da agricultura familiar, a possível degradação ambiental pode reduzir a fertilidade do solo e a disponibilidade de água limpa, essencial para o cultivo de alimentos e a manutenção de suas atividades agrícolas. A poluição e a destruição ambiental também podem levar à perda de biodiversidade, afetando negativamente a fauna e a flora locais que são parte integrante da vida e da cultura quilombolas. A chegada de um grande empreendimento pode desestabilizar a coesão social nas comunidades quilombolas.	O projeto Céu Aberto é um projeto de pequeno porte e conforme conformidade com a Deliberação Normativa n°: 217/2017 foi considerado como Classe 2. Conforme previsto nos estudos ambientais apresentados a mão de obra a ser contratada será, prioritariamente, mão de obra local. Além disso, o PCA contempla o Programa de priorização e capacitação de mão de obra local além de outras as medidas de controle e mitigação do impacto dos impactos. Alguns programas: Programa de Monitoramento dos Níveis de Ruídos, Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Programa de Monitoramento das águas superficiais e subterrâneas.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
Continuação Item 30	30.2.O projeto também deverá oferecer apoio jurídico aos quilombolas na luta pelo reconhecimento de suas terras e direitos. Também deverá buscar parcerias com instituições governamentais e não-governamentais para fortalecer a defesa dos interesses quilombolas.	A introdução de novos moradores e trabalhadores pode trazer conflitos culturais e sociais, enquanto a expropriação de terras pode deslocar famílias e enfraquecer os laços comunitários. A desintegração social é exacerbada pela falta de participação das comunidades quilombolas nos processos de tomada de decisão que afetam suas vidas diretamente, gerando sentimentos de injustiça e marginalização. A cultura quilombola é intrinsecamente ligada ao território e às práticas comunitárias. A perda de terras e a degradação ambiental podem interromper festividades, rituais e outras práticas culturais, enfraquecendo a transmissão de conhecimentos e tradições entre as gerações. Além disso, a introdução de novos valores e estilos de vida associados à mineração pode ameaçar a identidade cultural quilombola, levando à aculturação e à perda de patrimônio cultural.	É valido destacar que os estudos constantes no processo de licenciamento apresentam levantamentos das comunidades localizadas no entorno do empreendimento a ser desenvolvido bem como as ações propostas referente aos impactos ambientais. O desenvolvimento do projeto não causará impacto direto a nenhuma comunidade quilombola. Além disso, a assistência jurídica é direito constitucional onde seus legitimados são apoiados pela atuação da Defensoria Pública e Ministério Público.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
31	**Projeto Social para Crianças e Adolescentes através de oficinas:** 31.1.O Projeto Social deverá ter como foco a constituição de espaço de convivência, formação para a participação e a cidadania, desenvolvimento do protagonismo e de autonomia das crianças e dos adolescentes, a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária. As atividades serão pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas, através de teatro, canto, música, jiu-jitsu, balé, artesanato, dança, futebol, vôlei, ritbox, capoeira, ente outros. Abrangência Municipal - Beneficiários: crianças de 6 a 10 anos e adolescentes de 15 a 17 anos;	A implantação de um empreendimento minerário geralmente atrai um grande número de trabalhadores, tanto locais quanto de outras regiões, em busca de oportunidades de emprego. Esse influxo rápido e significativo de pessoas pode desestabilizar a estrutura social da comunidade local, criando condições propícias para o aumento do abuso e da exploração sexual, em especial de crianças e adolescentes. O desenvolvimento econômico gerado pelo empreendimento pode levar a uma desigualdade econômica acentuada, onde alguns indivíduos e famílias se beneficiam economicamente, enquanto outros permanecem em situação de vulnerabilidade. Essa disparidade pode aumentar a exploração de pessoas vulneráveis, incluindo crianças e adolescentes.	O empreendedor está aberto ao diálogo e parcerias para fomentar projetos sociais junto ao municipio de Serro.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
Continuação Item 31	31.2.Espaços de Convivência: Salas de atividades, espaços esportivos, auditórios e áreas de convivência equipadas para receber crianças e adolescentes, equipamentos e materiais necessários para a realização das atividades lúdicas, culturais e esportivas; 31.3. Educadores e Monitores: Profissionais capacitados para conduzir as atividades, oferecer suporte educacional e promover o desenvolvimento integral dos participantes: Psicólogos e Assistentes Sociais: Para oferecer apoio emocional e social, ajudando a lidar com possíveis traumas e dificuldades decorrentes das mudanças provocadas pelo empreendimento minerário.	A implantação de um empreendimento minerário geralmente atrai um grande número de trabalhadores, tanto locais quanto de outras regiões, em busca de oportunidades de emprego. Esse influxo rápido e significativo de pessoas pode desestabilizar a estrutura social da comunidade local, criando condições propícias para o aumento do abuso e da exploração sexual, em especial de crianças e adolescentes. O desenvolvimento econômico gerado pelo empreendimento pode levar a uma desigualdade econômica acentuada, onde alguns indivíduos e famílias se beneficiam economicamente, enquanto outros permanecem em situação de vulnerabilidade. Essa disparidade pode aumentar a exploração de pessoas vulneráveis, incluindo crianças e adolescentes.	O empreendedor está aberto ao diálogo e parcerias para fomentar projetos sociais junto ao municipio de Serro.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
32	**Programa de Capacitação de mão-de-obra:** 32.1. Análise de Demanda: Identificar as habilidades e competências específicas necessárias para os empregos gerados pelo empreendimento minerário; 32.2. Mapeamento de Perfil: Avaliar o perfil dos trabalhadores locais para adaptar os programas de capacitação a suas necessidades e potencialidades; 32.3. Instituições de Ensino: Estabelecer parcerias com escolas técnicas, universidades e instituições de ensino profissionalizante para oferecer cursos de qualificação;	A capacitação da mão de obra local é essencial para garantir que os moradores do município possam se beneficiar das oportunidades de emprego geradas pelo empreendimento minerário. Um programa de capacitação bem estruturado aumentará significativamente a empregabilidade dos trabalhadores locais, promovendo inclusão social e econômica. Ao qualificar a mão de obra local, o empreendimento poderá contratar trabalhadores da própria região, reduzindo a necessidade de importar mão de obra de outras áreas. Isso não apenas beneficia os trabalhadores locais, como também minimiza os impactos negativos associados à migração, como a pressão sobre a infraestrutura e os serviços públicos.	Dentre outros programas o PCA contempla o Programa de Capacitação e Priorização de Mão de Obra e de Fornecedores Locais. O empreendedor assinou um Termo de Cooperação técnica com a Escola Ymbalo que visa apoiar ações em prol da construção de conhecimento e contribuir com a formação dos alunos.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
Continuação Item 32	32.4. Empresas e ONGs: Colaborar com empresas locais e organizações não- governamentais para o Empresas e ONGs: Colaborar com empresas locais e organizações não- governamentais para o desenvolvimento e implementação de 32.5.Cursos Técnicos e Profissionalizantes: Oferecer cursos voltados para as áreas específicas demandadas pelo empreendimento, como mineração, mecânica, eletricidade, segurança do trabalho, entre outros; 32.6. Cursos de Aperfeiçoamento: Ofertar capacitação contínua para trabalhadores já empregados, garantindo atualização e aprimoramento de habilidades; 32.7. Programas de Certificação: Ofertar certificação dos trabalhadores capacitados para aumentar sua empregabilidade e reconhecimento profissional;	A capacitação profissional dos moradores locais contribui para o fortalecimento da economia municipal. Trabalhadores qualificados tendem a ter melhores salários, o que aumenta o poder de compra e estimula o comércio local. Além disso, a presença de uma força de trabalho qualificada atrai outros investimentos e empreendimentos para a região.	O empreendedor firmou um termo de compromisso com a Prefeitura Municipal de Serro/MG na qual prevê o repasse de 11 milhões para que o municipio possa promover os investimentos que julguem necessário para aprimorar ou ampliar a demanda dos serviços públicos municipais. Além disso, o empreendedor está aberto ao diálogo e parcerias de poio as políticas públicas.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
Continuação do Item 32	32.8.Apoio Psicossocial: Oferecer suporte psicológico e social aos participantes dos programas de capacitação para ajudá- los a superar barreiras e desafios pessoais; 32.9.Acompanhamento pós-curso: Monitorar o progresso dos trabalhadores capacitados e oferecer orientação para a inserção no mercado de trabalho.	O programa de capacitação promoverá a inclusão social ao proporcionar a pessoas em situação de vulnerabilidade a oportunidade de adquirir novas habilidades e competências. Isso reduz a vulnerabilidade social, permitindo que mais pessoas tenham acesso a empregos dignos e melhorem suas condições de vida.	O empreendedor firmou um termo de compromisso com a Prefeitura Municipal de Serro/MG na qual prevê o repasse de 11 milhões para que o municipio possa promover os investimentos que julguem necessário para aprimorar ou ampliar a demanda dos serviços públicos municipais. Além disso, o empreendedor está aberto ao diálogo e parcerias de poio as políticas públicas.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
33	**Programa de Priorização, Capacitação e Desenvolvimento de Fornecedores Locais:** 33.1.Análise de Demanda: Identificação das necessidades específicas do empreendimento minerário em termos de insumos e serviços; 33.2.Mapeamento de Capacidades: Avaliação das capacidades atuais dos fornecedores locais e identificação de lacunas a serem preenchidas; 33.3.Mentoria e Consultoria: Programas de mentoria e consultoria para ajudar as empresas locais a implementar melhorias e adotar melhores práticas;	Sem um programa de desenvolvimento, as empresas locais podem não estar suficientemente preparadas para competir com fornecedores de outras regiões que possuem mais experiência e recursos. Isso pode resultar em um monopólio de contratos por empresas de fora, deixando as empresas locais em desvantagem e sem acesso às oportunidades econômicas geradas pelo empreendimento. A ausência de fornecedores locais capacitados leva à necessidade de importar insumos e serviços de outras regiões, resultando na saída de recursos financeiros do município. Isso impede que a riquezagerada pelo empreendimento minerário circule na economia local, limitando os benefícios econômicos para a comunidade.	Dentre outros programas o PCA contempla o Programa de Capacitação e Priorização de Mão de Obra e de Fornecedores Locais. O empreendedor está aberto ao diálogo e parcerias.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
Continuação Item 33	33.4.Políticas de Compra: Estabelecimento de políticas de compra que priorizem fornecedores locais qualificados, garantindo que tenham acesso preferencial aos contratos e oportunidades de negócio; 33.5.Monitoramento e Avaliação: Monitoramento contínuo do desempenho dos fornecedores locais e avaliação do impacto do programa de capacitação.	A falta do desenvolvimento de fornecedores locais compromete o desenvolvimento sustentável da região. Empresas locais fortalecidas são mais propensas a investir na comunidade, criando empregos e contribuindo para o crescimento econômico a longo prazo. Sem essa base local forte, o desenvolvimento econômico fica desequilibrado e menos sustentável.	Dentre outros programas o PCA contempla o Programa de Capacitação e Priorização de Mão de Obra e de Fornecedores Locais. O empreendedor está aberto ao diálogo e parcerias.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
34	**Continuidade do Programa Menor Aprendiz e Ampliação das Vagas:** 34.1. Apoiar a continuidade do programa menor aprendiz, ampliando as vagas, com treinamento teórico e prático.	O impacto socioeconômico pode levar ao aumento da evasão escolar, já que a necessidade de contribuir para a renda familiar pode obrigar jovens a abandonar os estudos. Isso cria um ciclo de pobreza e exclusão social, onde a falta de qualificação perpetua a dificuldade de acesso a empregos de qualidade. A desestruturação social e a falta de oportunidades para jovens podem aumentar os riscos de envolvimento com álcool e drogas, agravando ainda mais os problemas sociais e de saúde pública na região. A ocupação e a capacitação de jovens através do programa atuam como uma prevenção eficaz contra a marginalização, alcoolismo e uso de drogas. O envolvimento em atividades produtivas e educativas proporciona uma estrutura que desvia os jovens de caminhos prejudiciais, promovendo um ambiente mais seguro e saudável para todos.	A partir dos estudos socioeconómicos apresentados observa-se que o empreendimento irá proporcionar inúmeros benefícios para as famílias, dentre eles a geração de emprego e renda que irá contribuir com a estruturação familiar e diminuindo os fatores de riscos de evasão escolar e uso de álcool e drogas. Com relação aos programas de menor aprendiz o empreendimento irá cumprir as normas referente a essa questão. O empreendedor está aberto ao diálogo e parcerias.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
35	**Expansão do Projeto Trajeto Modas para todas as Comunidades Quilombolas:** 35.1. A expansão do Projeto Trajeto Modas para as comunidades quilombolas de Capivari, Queimadas, Vila Nova, Fazenda Santa Cruz, Ausente e Baú permitirá que mais mulheres adquiram habilidades valiosas, aumentando sua autonomia econômica e melhorando a qualidade de vida de suas famílias.	A instalação do empreendimento nas proximidades de Queimadas, uma das comunidades quilombolas, pode levar à desintegração social e cultural, perturbando a coesão comunitária e enfraquecendo os vínculos tradicionais. A comercialização de terras e a degradação ambiental podem ameaçar a subsistência baseada na agricultura familiar, essencial para a identidade cultural e econômica das comunidades quilombolas. O empreendimento pode aumentar a desigualdade econômica, marginalizando ainda mais as populações quilombolas que já enfrentam desafios socioeconômicos. Sem iniciativas específicas para incluir e beneficiar essas comunidades, a riqueza gerada pelo empreendimento pode concentrar-se fora das comunidades locais, exacerbando a pobreza e a exclusão social. A chegada de um grande número de trabalhadores pode aumentar a pressão sobre os recursos locais, incluindo moradia, serviços públicos e infraestrutura. As comunidades quilombolas, muitas vezes situadas em áreas já vulneráveis, podem sofrer os impactos mais severos dessa pressão adicional.	Conforme previsto nos estudos ambientais a mão de obra a ser contratada será, prioritariamente, a mão de obra local. Portanto, irá contribuir com a empregabilidade dos moradores e diminuir os fatores de riscos de problemas sociais. Além da população ser beneficiada pelos ganhos diretos e indiretos da atividade minerária, dentre elas: recolhimento de tributos, consumo local, geração de emprego e renda, dentre outros. É importante destacar que o empreendedor está aberto ao diálogo visando apoiar e contribuir com projetos locais.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
36	**Política de Emprego para pessoas com deficiência:** 36.1. Contribuir para implementação de uma política municipal de emprego inclusiva para pessoas com deficiência promove a igualdade de oportunidades, garantindo que todos os indivíduos, independentemente de suas habilidades, tenham a chance de participar ativamente do mercado de trabalho. Esta política ajuda a Combater a discriminação e a promover uma sociedade mais justa e equitativa; 36.2. Fomentar programas de política de emprego inclusiva nos empreendimentos de menor porte em toda a extensão do município de Serro.	A exploração mineral pode aumentar desigualdades ecômicas e sociais nas comunidades locais. Isso pode ocorrer devido à concentração de empregos e benefícios econômicos em um segmento específico da população, enquanto outros grupos, especialmente os mais vulneráveis, podem não ter acesso a essas oportunidades, resultando em conflitos entre diferentes segmentos da comunidade. Sendo as compensatórias propostas objeto dinclusão de grupos vulneráveisno desenvolvimento econômico gerado pela mineração.	O empreendimento cumprirá as regras atinentes a empregabilidade de pessoas com deficiências. O empreendedor está aberto ao diálogo e parcerias de poio as políticas públicas.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
37	**Programa Habitacional para os Trabalhadores da própria empresa:** 37.1. O novo bairro deve ser projetado com infraestrutura completa, incluindo pavimentação, saneamento básico, energia elétrica, água potável e áreas verdes. A presença de escolas, creches, postos de saúde e áreas de lazer é fundamental para garantir a qualidade de vida dos moradores. 37.2. As unidades habitacionais devem ser construídas com materiais de alta qualidade e seguindo padrões de construção sustentáveis. As casas devem ser projetadas para oferecer conforto e segurança, com layouts funcionais e adaptáveis às necessidades das família.	A instalação de um grande empreendimento minerário tende a atrair um número considerável de trabalhadores para a região, o que pode resultar em uma alta demanda por habitação. Em municípios com um número limitado de unidades habitacionais disponíveis para venda ou locação, como Serro, isso pode levar a um aumento significativo nos preços dos imóveis e aluguéis, dificultando o acesso a moradias adequadas para a população local e os novos trabalhadores. O aumento nos preços dos aluguéis e imóveis pode elevar o custo de vida geral na região, impactando negativamente a comunidade local. Trabalhadores de baixa renda e suas famílias podem enfrentar dificuldades financeiras adicionais, exacerbando problemas sociais e econômicas.	O Projeto Céu Aberto é um empreendimento de pequeno porte, Classe 2. Portanto, não há que se falar em grande empreendimento minerário e nem em imigração laboral. Os trabalhadores serão, prioritariamente, os próprios moradores do município que já possuem as suas residenciais próprias. Destaca-se que o empreendedor firmou um termo de compromisso com a Prefeitura Municipal de Serro/MG na qual prevê o repasse de 11 milhões para que o município possa promover os investimentos que julguem necessário para aprimorar ou ampliar a demanda dos serviços públicos municipais.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
Continuação Item 37	37.3. O programa deve oferecer condições financeiras vantajosas, incluindo subsídios, taxas de juros reduzidas e facilidades de pagamento. Isso torna a quisição da casa própria acessíve para os trabalhadores, garantindo sua estabilidade financeira e emocional. 37.4. Durante a execução do programa, é importante oferecer apoio social e psicológicoaos trabalhadores e suas famílias. Isso inclui orientação financeira, suporte psicológico programas comunitários que promovam a integração e o bem- estar dos moradores.	A escassez de moradias acessíveis pode levar a uma segreçação social, onde apenas aqueles com maior poder aquisitivo conseguem arcar com os altos custos de habitação. Isso pode gerar tensão sociais e uma sensações de injustiça entre os moradores locais e os novos trabalhadores, afetando a coesão comunitária.	O Projeto Céu Aberto é um empreendimento de pequeno porte, Classe 2. Portanto, não há que se falar em grande empreendimento minerário e nem em imigração laboral. Os trabalhadores serão, prioritariamente,os próprios moradores do município que já possuem as suas residenciais próprias. Destaca-se que o empreendedor firmou um termo de compromisso com a Prefeitura Municipal de Serro/MG na qual prevê o repasse de 11 milhões para que o município possa promover os investimentos que julguem necessário para aprimorar ou ampliar a demanda dos serviços públicos municipais.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
38	**Desenvolvimento de Programas de Integração Comunitária:** 38.1. Estabelecer conselhos ou comitês representativos da comunidade para facilitar a participação dos munícipes na tomada de decisões relacionadas ao desenvolvimento local; Fomentar e incluir grupos vulneráveis promovendo o empoderamento de mulheres e a participação ativa na vida comunitária, econômica e política, fortalecendo sua voz e seu papel na tomada de decisões; 38.2. Fomentar e incluir grupos vulneráveis promovendo o empoderamento de mulheres e a participação ativa na vida comunitária, econômica e política, fortalecendo sua voz e seu papel na tomada de decisões;	A instalação de empreendimentos minerários frequentemente resulta em um aumento populacional significativo devido à chegada de trabalhadores e suas famílias. Esse aumento populacional pode exercer pressão sobre os serviços sociais existentes como saúde, educação e infraestrutura, levando a desafios como superlotação, escassez de moradia e sobrecarga dos recursos locais.	Conforme previsto nos estudos ambientais a mão de obra a ser contratada será, prioritariamente, a mão de obra local. Portanto, irá contribuir com a empregabilidade dos moradores e diminuir os fatores de riscos de problemas sociais. Além da população ser beneficiada pelos ganhos diretos e indiretos da atividade minerária, dentre elas: recolhimento de tributos, consumo local, geração de emprego e renda, dentre outros. É importante destacar que o empreendedor está aberto ao diálogo visando apoiar e contribuir com projetos locais.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
Continuação Item 38	38.3.Garantir que os interesses e as necessidades de grupos minoritários como quilombolas, idosos e pessoas com deficiência sejam considerados e respeitados em todas as etapas do empreendimento; 38.4. Incentivar o voluntariado e o engajamento cívico entre os munícipes; 38.5. Desenvolver projetos participativos de melhoria urbana e embelezamento do Município de Serro, através de projetos de paisagismo que promovam a preservação ambiental e o plantio de espécies nativas.	A instalação de empreendimentos minerários frequentemente resulta em um aumento populacional significativo devido à chegada de trabalhadores e suas famílias. Esse aumento populacional pode exercer pressão sobre os serviços sociais existentes como saúde, educação e infraestrutura, levando a desafios como superlotação, escassez de moradia e sobrecarga dos recursos locais.	Conforme previsto nos estudos ambientais a mão de obra a ser contratada será, prioritariamente, a mão de obra local. Portanto, irá contribuir com a empregabilidade dos moradores e diminuir os fatores de riscos de problemas sociais. Além da população ser beneficiada pelos ganhos diretos e indiretos da atividade minerária, dentre elas: recolhimento de tributos, consumo local, geração de emprego e renda, dentre outros. É importante destacar que o empreendedor está aberto ao diálogo visando apoiar e contribuir com projetos locais.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
39	**Melhoria da infraestrutura turística:** 39.1.Investimento em infraestrutura turística, como trilhas ecológicas, centro de apoio ao turista (CAT) e sinalização turística pela cidade, bem como sinalização de pontos turísticos no âmbito do Município de Serro.; 39.2.Implantação de cursos de guias de turismo, fomentando a qualidade dos serviços turísticos na preservação da cultura local; 39.3.Incentivo aos empreendimentos turísticos e geração de emprego do trade turístico; 39.4.Capacitação do trade turístico (Hospedagem, alimentação, condutores e agências de turismo local);	Redução do fluxo turístico devido à possibilidade de degradação ambiental e paisagística e consequente prejuízos a atividades turísticas locais.	Os estudos ambientais apontam que o impacto é local não sendo possível ser visualizado do centro histórico do municipio, portanto, não há que se falar em prejuízos das atividades turisticas locais.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
Continuação Item 39	39.5.Custear a contratação da atualização do inventário turístico da sede e dos distritos; 39.6. Promover capacitação dos membros/conselheiros do COMTUR e do COMPAC, promovendo a compreensão dos princípios e das práticas de gestão do turismo e do patrimônio cultural, otimizando os recursos e maximizando os resultados; Estudo da Capacidade de Carga das Cachoeiras e Intervenções de Melhoria de Acesso: 39.7. Avaliação do impacto do turismo nas cachoeiras do município para determinar sua capacidade de carga sustentável.	Redução do fluxo turístico devido à possibilidade de degradação ambiental e paisagística e consequente prejuízos a atividades turísticas locais.	Os estudos ambientais apontam que o impacto é local não sendo possível ser visualizado do centro histórico do municipio, portanto, não há que se falar em prejuízos das atividades turisticas locais. .

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
Continuação Item 39	39.8.Implementação de medidas de controle de acesso, como limitação de visitantes, trilhas demarcadas e controle de horários de visitação. 39.9.Melhoria da infraestrutura de acesso às cachoeiras, incluindo trilhas bem sinalizadas, estacionamento adequado e estruturas de apoio. 39.10.Educação ambiental para conscientizar os visitantessobre a importância da preservação dos ecossistemas aquáticos.	Redução do fluxo turístico devido à possibilidade de degradação ambiental e paisagística e consequente prejuízos a atividades turísticas locais.	Os estudos ambientais apontam que o impacto é local não sendo possível ser visualizado do centro histórico do municipio, portanto, não há que se falar em prejuízos das atividades turisticas locais. Destaca-se que o empreendedor firmou um termo de compromisso com a Prefeitura Municipal de Serro/MG na qual prevê o repasse de 11 milhões para que o município possa promover os investimentos que julguem necessário para aprimorar ou ampliar a demanda dos serviços públicos municipais. Mesmo assim, o empreendedor é sensível a essa questão e está aberto para um diálogo e parcerias futuras.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
40	**Divulgação e Marketing** 40.1. Campanhas de marketing para promover o turismo na região, destacando suas características naturais e culturais; 40.2. Aquisição de equipamentos tecnológicos, como computadores, câmeras digitais e drones; 40.3. Aquisição de placas de sinalização para os atrativos históricos culturais e naturais; 40.4. Pormover material informativo e de divulgação dos atrativos; Mapeamento Digital do Município; 40.5. Utilização de tecnologias de mapeamento digital, como sistemas de informações geográficas (SIG) e drones, para criar mapas precisos e atualizados do município.	Redução do interesse turístico na região devido aos possíveis impactos trazidos pela mineração.	O empreendedor está aberto para um diálogo e parcerias que visa o fometo da atividade turistica no município de Serro.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
Continuação Item 40	40.6.Disponibilização dos mapas para acesso público, facilitando a navegação e o planejamento de atividades turísticas. 40.7. Integração dos mapas digitais com outras plataformas e outros aplicativos de turismo. 40.8.Atualização constante dos dados para refletir mudanças na infraestrutura e na paisagem urbana e rural do município	Redução do interesse turístico na região devido aos possíveis impactos trazidos pela mineração.	O empreendedor está aberto para um diálogo e parcerias que visa o fometo da atividade turistica no município de Serro.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
41	**Valorização do patrimônio cultural:** 41.1. Apoiar projetos culturais e agentes culturais para preservação e promoção da cultura, estimulando a criatividade e a inovação, promovendo o desenvolvimento econômico, com vista a melhorar a educação e fortalecer a identidade e a coesão social da comunidade; 41.2.Capacitação dos gestores para garantir eficácia, liderança, tomada de decisões estratégicas, habilidades interpessoais, adaptação às mudanças e à promoção da inovação; 41.3.Criação de Programa de conscientização e educação patrimonial, aumentando a compreensão sobre a importância do patrimônio histórico e cultural.	Redução do fluxo de turistas interessados na cultura local devido à presença da mineração. Pode ocorrer mudança na paisagem cultural da região, afetando a identidade visual e histórica, promovendo a perda de artefatos e elementos culturais devido o desenvolvimento da atividade de exploração minerária.	O empreendedor está aberto para um diálogo e parcerias que objetivam o fomento de projetos que visam a valorização do patrimônio cultural do município de Serro.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
Continuação Item 41	41.4. Biblioteca: Criação de área que receberá a Biblioteca Pública Municipal Maria Eremita. Espaço com capacidade de receber a Biblioteca Municipal de maneira eficaz, com acessibilidade, com espaço de leitura, salas de estudo individual e coletivo, espaço de leitura infantil e afins, sendo esse, um espaço de aprendizagem contínua, para promover a educação e o desenvolvimento pessoal. Oferta de acesso a uma vasta gama de informações, recursos educacionais e culturais que podem capacitar os cidadãos, proporcionando- lhes novas habilidades e conhecimentos. Funciona como um centro de encontro e troca de ideias, incentivando a coesão social e a participação cidadã. A biblioteca pode ser um refúgio de paz e estabilidade, para promover a inclusão social e oferecer suporte a grupos vulneráveis, como crianças, adolescentes, jovens, pessoas com deficiência e idosos. Ao coletar e disponibilizar registros, livros e documentos, a biblioteca ajuda a manter viva a memória coletiva da comunidade, reforçando o senso de identidade.	Redução do fluxo de turistas interessados na cultura local devido à presença da mineração. Pode ocorrer mudança na paisagem cultural da região, afetando a identidade visual e histórica, promovendo a perda de artefatos e elementos culturais devido o desenvolvimento da atividade de exploração minerária.	O empreendedor está aberto para diálogo e parcerias que objetivam o fomento de projetos que visam a valorização do patrimônio cultural do município de Serro. Destaca-se que o empreendedor firmou um termo de compromisso com a Prefeitura Municipal de Serro/MG na qual prevê o repasse de 11 milhões para que o município possa promover os investimentos que julguem necessário para aprimorar ou ampliar a demanda dos serviços públicos municipais.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
42	**Apoio a Eventos Culturais e Festivais:** 42.1. Apoio e suporte logístico para a realização de eventos tradicionais, como festas religiosas, festivais culturais, feiras gastronômicas, entre outros. 42.2.Contribuir na promoção dos eventos para atrair visitantes locais e turistas. 42.3.Incentivo à participação da comunidade local na organização e na realização dos eventos. 42.4. Capacitação de gestores de eventos para melhorar a qualidade e a atratividade das celebrações.	Alteração ou perda de tradições culturais locais devido às atividades mineradoras e possível abandono das tradições para subsistência nas atividades minerárias.	O empreendedor está aberto para um diálogo e parcerias que objetivam o apoio a eventos culturais e festividades.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
43	**Apoio às Comunidades Quilombolas:** 43.1. Apoiar as comunidades quilombolas para promover a justiça social, preservar a cultura e a história, garantir direitos territoriais, promover o desenvolvimento sustentável, empoderar as comunidades locais e promover e garantir a diversidade e a inclusão na sociedade.	Descaracterização dos saberes tradicionais, desvalorização e esquecimento de experessões locais devido ao aumento no fluxo de pessoas com a implantação e operação do empreendimento. Sendo ainda, temido pelo aumento do fluxo de pessoas, conflitos e desrespeito aos direitos e às tradições das comunidades quilombolas, locais e tradicionais, resultando em impactos negativos sociais e culturais.	Conforme previsto nos estudos ambientais a mão de obra a ser contratada será, prioritariamente, a mão de obra local. O PCA contempla o Programa de Capacitação e Priorização de Mão de Obra e de Fornecedores Locais, Programa de Monitoramento Socioeconômico, Programa de Comunicação Social, dentre outros programas.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
44	**Degradação do Patrimônio:** 44.1. Estabelecer um sistema de monitoramento contínuo dos sítios culturais e patrimoniais para detectar possíveis impactos durante as atividades de mineração; 44.2.Contribuir para catalogar, restaurar e implementar programas culturais de preservação e conservação dos sítios arqueológicos ou culturais que possam ser danificados pelas atividades de mineração, visto que o município de Serro possui inúmeros sítios arqueológicos, os quais não são formalmente catalogados nem explorados da devida forma. A realização de serviços de arqueologia para identificar e explorar tais sítios arqueológicos é crucial para entender o passado da região, preservar nossa herança cultural e proteger de danos esses locais históricos. Esses serviços contribuem para o conhecimento científico e histórico, promovem o turismo cultural e garantem a apreciação desses vestígios pelos próximos tempos;	Potencial violação de leis e regulamentos de proteção ao patrimônio cultural, levando a consequências legais e degradação do patrimônio.	O empreendedor irá exercer suas atividades em conformidade com as leis e regulamentos pertinentes. É valido destacar que o empreendimento Teve o Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico (RAIPA) aprovado pelo IPHAN. Veja anexo. O empreendimento apresentou para o IPHAN o Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico (PGPA), no momento está em análise. O empreendedor está aberto para um diálogo e parcerias que objetivam o apoiar projetos de preservação ao patrimônio.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
Continuação Item 44	44.3. Restaurar trechos de calçamentos com ornamentações originais, promovendo a preservação da autenticidade e a beleza das áreas históricas, contribuindo para a atratividade turística e o desenvolvimento econômico sustentável. Esses calçamentos fazem parte do patrimônio histórico e cultural da cidade, representando a identidade e a história da comunidade local, garantindo sua preservação para as gerações futuras e valorizando a herança cultural do Município de Serro. 44.4. Contribuir para restauração e manutenção dos documentos de Maria Eremita, visto que a historiadora Maria Eremita produziu diversos manuscritos e transcrições de documentos originais, os quais apresentam conteúdos de grande valor para história da região.	Potencial violação de leis e regulamentos de proteção ao patrimônio cultural, levando a consequências legais e degradação do patrimônio.	O empreendedor irá exercer suas atividades em conformidade com as leis e regulamentos pertinentes. É valido destacar que o empreendimento Teve o Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico (RAIPA) aprovado pelo IPHAN. Veja anexo. O empreendimento apresentou para o IPHAN o Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico (PGPA), no momento está em análise. Destaca-se que o empreendedor firmou um termo de compromisso com a Prefeitura Municipal de Serro/MG na qual prevê o repasse de 11 milhões para que o município possa promover os investimentos que julguem necessário para aprimorar ou ampliar a demanda dos serviços públicos municipais.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
45	45.1. Subsidiar Estudo de Engenharia de Tráfego no Município: Financiamento de um estudo detalhado de engenharia de tráfego para avaliar e propor soluções para o adensamento de veículos e melhorias na gestão do tráfego no município. 45.2.Investimento na Infraestrutura Viária: Destinação de recursos para a melhoria e manutenção das estradas, incluindo o reforço da pavimentação para suportar o tráfego de veículos pesados, construção de rotatórias e vias alternativas para aliviar o fluxo nas áreas mais congestionadas. 45.3.Implementação de Rotas Exclusivas para Veículos de Carga: Criação de rotas específicas para o tráfego de veículos pesados, limitando sua circulação nas áreas urbanas durante horários de pico, para reduzir o impacto no trânsito local.	Aumento significativo no fluxo de veículos devido ao transporte de minérios, movimentação de trabalhadores e suprimentos para as atividades minerárias, resultando em congestionamentos e sobrecarga nas vias públicas. O tráfego intenso de veículos pesados, como caminhões de carga, pode acelerar o desgaste das estradas, causando danos à pavimentação, aumento de buracos e necessidade de reparos frequentes.	O empreendimento apresendou junta a URA o Relatório de Impacto no Tráfego (RIT). Ao longo do relatório, foram conduzidas análises de Níveis de Serviço (NS) para cenários compatíveis com a avaliação quantitativa dos impactos gerados pela operação do projeto Céu Aberto, com e sem compartilhamento das vias com o tráfego da Mineradora Herculano, empreendimento próximo à área em estudo. Considerando as análises e conclusões apresentadas no relatório, concluiu-se que a operação do projeto Céu Aberto gerará impacto pouco significativo na circulação do sistema viário de seu entorno.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
46	**Construção de infraestrutura Esportiva:** 46.1. Contribuir para construção de centros esportivos multifuncionais e implementação de programas regulares de atividades fisícas e esportivas para todas as idades em diferentes pontos do Município de Serro; 46.2.Fomentar o desenvolvimento de programas esportivos inclusivos que atendam às necessidades de diferentes grupos sociais incluindo crianças, idosos, pessoas com deficiência e minorias; 46.3. Implementar e fomentar Programa de promoção de torneios, competições esportivas e dias de atividades físicas, envolvendo as comunidades em torno do empreendimento e o município de maneira geral;	A mineração, em particular, o modelo requerido para implantação no Município de Serro, pode liberar grandes quantidades de partículas no ar, podendo, com essa poluição, causar problemas respiratórios que afetam diretamente os atletas e a população em geral, limitando e levando a uma redução da prática esportiva ao ar livre, tendo consequente aumento de problemas de saúde. Outro fator importante é o impacto da vibração e do ruído na prática de atividades, haja vista que podem levar à pertubação esportiva. Por outro lado, pode haver aumento da procura e da utilização dos espaços públicos, bem como as estruturas esportivas existentes podem sofrer uma pressão, vindo à ocorrência de superlotações, haja vista a migração de prestadores de serviços ara nosso município.	No Plano de Controle Ambiental –PCA foram previstas diversas ações que irão contribuir para mitigar e controlar esses impactos, quais sejam: Programa de Gestão de Riscos e Plano de Atendimento à Emergências; Programa de controle e monitoramento das emissões atmosféricas e da qualidade do ar. O programa prevê: Medidas de umectação das vias de acesso; Manutenção adequada de veículos e equipamentos. Manutenção adequada de veículos e equipamentos Programas de saúde e segurança do trabalho voltado para atenção dos trabalhadores do empreendimento. O empreendedor firmou um termo de compromisso com a Prefeitura Municipal de Serro/MG na qual prevê o repasse de 11 milhões para que o municipio possa promover os investimentos que julguem necessário para aprimorar ou ampliar a demanda dos serviços públicos municipais.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
Continuação Item 46	46.4.Ofertar bolsas e patrocínios para atletas promissores, programas de treinamento e desenvolvimento pessoal e profissional desses jovens; 46.5.Contribuir para ampliação e melhoria do Ginásio Poliesportivo e outros equipamentos de esporte no município (zona urbana e rural);	A mineração, em particular, o modelo requerido para implantação no Município de Serro, pode liberar grandes quantidades de partículas no ar, podendo, com essa poluição, causar problemas respiratórios que afetam diretamente os atletas e a população em geral, limitando e levando a uma redução da prática esportiva ao ar livre, tendo consequente aumento de problemas de saúde. Outro fator importante é o impacto da vibração e do ruído na prática de atividades, haja vista que podem levar à pertubação esportiva. Por outro lado, pode haver aumento da procura e da utilização dos espaços públicos, bem como as estruturas esportivas existentes podem sofrer uma pressão, vindo à ocorrência de superlotações, haja vista a migração de prestadores de serviços ara nosso município.	Programas de saúde e segurança do trabalho voltado para atenção dos trabalhadores do empreendimento. Programa de Controle e Monitoramento dos Níveis de Ruído. Programa de Capacitaçãoe Priorização de Mão de Obra e de Fornecedores Locais. Os trabalhadores serão, prioritariamente, os próprios moradores do município que já possuem as suas residenciais próprias.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
47	**Incentivo ao Esporte Serrano** 47.1.Fomento de Programa de incentivo às diferentes modalidades esportivas no Município de Serro, incentivando os pequenos torneios que acontecem nos Distritos e nas comunidades rurais do município de Serro; 47.2.Implantação de sistema de irrigação e de iluminação em campos municipais; 47.3.Desenvolvimento e apoio nos eventos esportivos municipais; 47.4.Desenvolvimento de projetos de construção de estruturas esportivas nas comunidades ao entorno do empreendimento.	Desintegração da comunidade esportiva. Com o aumento de pessoas migradas para o municipio de Serro, sendo essas de diferentes regiões, há a possibilidade de superlotações nas estruturas esportivas existentes, provocando um deslocamento e desintegração de equipes e grupos esportivos estabelecidos, reduzindo as oportunidades de acesso a prática das atividades esportivas e cessando a prática de competições. Sendo necessário, a fim de, desenvolver as premissas esportivas nos jovens o cumprimento das medidas citadas.	Conforme previsto nos estudos ambientais apresentados a mão de obra a ser contratada será, prioritariamente, mão de obra local. Além disso, o PCA contempla o Programa de priorização e capacitação de mão de obra local. O empreendedor está aberto ao diálogo e parcerias para icentivo ao esporte.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
48	**Iniciativa de Modernização Agrícola**: 48.1.Empréstimo ou aluguel de maquinário agrícola (tratores, colheitadeiras, etc.) para reduzir custos de produção e fortalecer a agricultura local. 48.2.Capacitação Especializada: Treinamento em técnicas de cultivo, manejo pós-colheita e preparo para o mercado, especialmente para a produção de café. 48.3.Apoio à Fruticultura: Assistência técnica e financeira para o estabelecimento de pomares, manejo de pragas e doenças e práticas de irrigação e colheita. 48.4. Preparo do Solo: Oferecer serviços de preparo do solo, incluindo aração, gradagem e adubação, para os produtores locais.	A chegada da atividade mineradora pode atrair trabalhadores rurais para o empreendimento, resultando em escassez de mão de obra qualificada para a agricultura e a pecuária locais.	É valido mencionar que a solicitação envolve uma relação entre terceiros, que envolverá contrato com agricultores e não há como ser uma condição, por que justamente, depende da anuência de um terceiro não envolvido na atividade minerária. Outrossim , destaca-se que o empreendedor firmou um termo de compromisso com a Prefeitura Municipal de Serro/MG na qual prevê o repasse de 11 milhões para que o município possa promover os investimentos que julguem necessário para aprimorar ou ampliar a demanda dos serviços públicos municipais.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
Continuação Item 48	48.5.Plantio de Culturas: Auxiliar no plantio de diversas culturas (grãos, hortaliças, frutas e café) com técnicas modernas e equipamentos especializados. 48.6.Fornecimento de Insumos Agrícolas: Disponibilizar fertilizantes orgânicos e sementes de qualidade em apoio à agricultura local. 48.7.Assistência Técnica e Capacitação:Fornecer orientação especializada em boas práticas agrícolas, manejo sustentável do solo e técnicas de criação de animais. 48.8.Apoio à Diversificação de Culturas: Incentivar a diversificação e rotação de cultivos, promovendo a resiliência e segurança alimentar. 48.9. Promoção da Agricultura Sustentável: Apoiar iniciativas de agricultura orgânica, agroecologia e manejo integrado de pragas.	A chegada da atividade mineradora pode atrair trabalhadores rurais para o empreendimento, resultando em escassez de mão de obra qualificada para a agricultura e a pecuária locais.	É valido mencionar que a solicitação envolve uma relação entre terceiros, que envolverá contrato com agricultores e não há como ser uma condição, por que justamente, depende da anuência de um terceiro não envolvido na atividade minerária. Outrossim , destaca-se que o empreendedor firmou um termo de compromisso com a Prefeitura Municipal de Serro/MG na qual prevê o repasse de 11 milhões para que o município possa promover os investimentos que julguem necessário para aprimorar ou ampliar a demanda dos serviços públicos municipais. O empreendedor está aberto ao diálogo e parcerias.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
49	**Diversificação da Produção Agrícola:** 49.1.Reduzir a dependência de culturas tradicionais e aumentar a resiliência a flutuações climáticas e de mercado. 49.2.Oportunizar a Capacitação Especializada: Treinamento em técnicas de cultivo e manejo pós-colheita para melhorar a competitividade dos produtos. 49.3.Apoio Técnico Contínuo: Promover orientações desde o plantio até a comercialização, garantindo o sucesso das atividades agrícolas.	A remoção de vegetação e a liberação de poluentes pela mineração podem alterar as condições climáticas, afetando a agricultura.	As compensações para supresão de vegetação foram apresentadas conforme legislação no estudo especifico da temática. O PCA contempla o Programa de controle e monitoramento das emissões atmosféricas e da qualidade do ar. O empreendedor está aberto ao diálogo e parcerias.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
50	**Incentivo à Programa de Abastecimento de água e Irrigação** 50.1. Perfuração de Poços Artesianos Perfurar poços artesianos, proporcionando uma fonte alternativa de água para os produtores rurais. 50.2. Irrigação e Gestão da Água: Investir em sistemas de irrigação eficientes e tecnologias de gestão da água para garantir o fornecimento adequado de água para as atividades agrícolas e pecuárias. 50.3.Programas de Conservação de Água: Implementar programas de conservação de água, incentivando práticas de uso eficiente e sustentável da água, como sistemas de irrigação por gotejamento, reuso de água e manejo adequado dos recursos hídricos.	A atividade mineradora, muitas vezes, requer grandes quantidades de água para processos de extração e beneficiamento, levando à hipótese de rebaixamento do lençol freático e à redução da disponibilidade de água subterrânea. O rebaixamento do lençol freático, por sua vez, caso ocorra, pode afetar diretamente as atividades agrícolas e pecuárias, resultando em escassez de água para irrigação, dessedentação animal e outros usos, comprometendo o desenvolvimento das culturas e o bem-estar dos animais.	O empreednimento não fará uso de água em seu processo produtivo, a unidade de tratamento de minério a ser instalada, será a seco, sendo assim, toda a água utilizada no Projeto Céu Aberto terá como finalidade consumo humano, higienização das áreas de apoio, higienização de máquinas e veículos e aspersão das vias de acesso. No estudo de hidrogeológico, apresentado junta a URA demostrar que a cava projetada não apresenta interferência com o nível d'água local. Os programas de controle ambiental previstos possuem medidas de controle para monitoramento e mitigação de quaisquer impactos decorrente das atividades. Além disso, o programa de educação ambiental também prevê medidas de fomentar a preservação das águas.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
51	**Apoio à Agricultura Familiar:** 51.1.Investir em programas de apoio à agricultura familiar, fornecendo assistência técnica, acesso a insumos agrícolas e mercados para os produtores locais. 51.2. Turismo Rural e Artesanato Local: Estimular o desenvolvimento do turismo rural e do artesanato local, promovendo a valorização da cultura e das tradições locais e proporcionando oportunidades de geração de renda. 51.3. Piscicultura e Atividades Alternativas: Incentivar a criação de projetos de piscicultura e outras atividades alternativas, como a produção de mel, hortas comunitárias e criação de pequenos animais.	A mineração pode gerar um influxo de trabalhadores migrantes para a região, aumentando a demanda por terras e recursos naturais e elevando os preços dos insumos agrícolas, dificultando a subsistência das famílias agricultoras locais.	O empreendedor está aberto ao diálogo e parcerias. Destaca-se que o empreendedor firmou um termo de compromisso com a Prefeitura Municipal de Serro/MG na qual prevê o repasse de 11 milhões para que o município possa promover os investimentos que julguem necessário para aprimorar ou ampliar a demanda dos serviços públicos municipais.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
Continuação Item 51	51.4.Investimento em Infraestrutura Social: Destinar recursos financeiros para investimentos em infraestrutura social, como escolas, postos de saúde e centros comunitários, melhorando a qualidade de vida dos moradores locais; 51.5. Compra Direta dos Produtores: Estabelecer parcerias com os produtores locais para comprar diretamente seus produtos, garantindo uma fonte de renda estável. 51.6.Incentivos de Compra para Funcionários: Fornecer incentivos para os funcionários do empreendimento, como vales ou tickets de alimentação específicos para alimentos e produtos locais, para que comprem produtos nas feiras do Município (sede, distritos e comunidades rurais). 51.7.Promoção da Feira da Cidade: Promover ativamente a feira da cidade entre funcionários e clientes, destacando a qualidade e a diversidade dos produtos locais disponíveis, incentivando o consumo como forma de apoiar a economia local e os agricultores da região.	A mineração pode gerar um influxo de trabalhadores migrantes para a região, aumentando a demanda por terras e recursos naturais e elevando os preços dos insumos agrícolas, dificultando a subsistência das famílias agricultoras locais.	O empreendedor está aberto ao diálogo e parcerias. Destaca-se que o empreendedor firmou um termo de compromisso com a Prefeitura Municipal de Serro/MG na qual prevê o repasse de 11 milhões para que o município possa promover os investimentos que julguem necessário para aprimorar ou ampliar a demanda dos serviços públicos municipais.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
Continuação Item 51	51.8.Desenvolvimento de Infraestrutura Rural: Melhorar estradas, pontes, armazéns e centros de comercialização para facilitar o escoamento e a venda dos produtos agrícolas.	A mineração pode gerar um influxo de trabalhadores migrantes para a região, aumentando a demanda por terras e recursos naturais e elevando os preços dos insumos agrícolas, dificultando a subsistência das famílias agricultoras locais.	O empreendedor está aberto ao diálogo e parcerias.
52	**Infraestrutura Escolar** 52.1.Investimento em infraestrutura escolar; 52.2.Programas de capacitação de professores; 52.3.Implantação de qualificação profissional e melhorias educacionais.	Pressão sobre a infraestrutura escolar	O empreendedor assinou um Termo de Cooperação técnica com a Escola Ymbalo que visa apoiar ações em prol da construção de conhecimento e contribuir com a formação dos alunos. Além disso, a empresa atua com as melhores tecnologias existentes no mercado na qual os estudantes poderão ter a oportunidade de ver a aplicação prática dessas tecnologias operando no campo da mineração. O empreendedor está aberto ao diálogo e parcerias.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
53	**Indução de Fluxos migratórios e pressão sobre os serviços públicos e Expansão Urbana Desordenada:** 53.1.Contratação e disponibilização de equipe técnica e habilitada para acompanhamento e mapeamento das áreas urbanas no Município, apresentando diagnóstico e implementando as medidas propostas para mitigação desses danos; 53.2. Atualização semestral dos levantamentos existentes no Município; 53.3. Estruturação de infraestrutura urbana no que tange à energia, ao fornecimento de água e esgoto e ao funcionamento da malha viária.	O período de implantação e operação do empreendimento demanda a maior concentração de mão de obra, tendo o empreendimento o potencial de atrair trabalhadores para a região em busca de oportunidade de empregos, o que gera um impacto negativo, haja vista que pode exercer uma pressão nos serviços públicos e promover o crescimento e a urbanização desordenados.	O empreendedor está aberto ao diálogo e parcerias. Destaca-se que o empreendedor firmou um termo de compromisso com a Prefeitura Municipal de Serro/MG na qual prevê o repasse de 11 milhões para que o município possa promover os investimentos que julguem necessário para aprimorar ou ampliar a demanda dos serviços públicos municipais.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
54	**Fomento no Processo Educacional:** 54.1. Necessidade de ampliação de creches; 54.2. Formação Continuada de todos os Profissionais; 54.3. Aporte financeiro para manutenção de tempo integral de Transporte Escolar; 54.4. Construção da Casa do Educador de Serro; 54.5. Projeto de atividades lúdicas, culturais, de convivência e reforço escolar no contraturno escolar em todas as escolas municipais de Serro;	A migração de trabalhadores e suas familias para o Município em prol das atividades minerárias poderá aumentar significativamente a demanda por serviços educacionais, resultando em sobrecarga da infraestrutura escolar, em escolas superlotadas e falta de recursos adequados como: professores, materiais didáticos e espaço físico.	Conforme previsto nos estudos ambientais apresentados a mão de obra a ser contratada será, prioritariamente, mão de obra local. O empreendedor assinou um Termo de Cooperação técnica com a Escola Ymbalo que visa apoiar ações em prol da construção de conhecimento e contribuir com a formação dos alunos. Destaca-se que o empreendedor firmou um termo de compromisso com a Prefeitura Municipal de Serro/MG na qual prevê o repasse de 11 milhões para que o município possa promover os investimentos que julguem necessário para aprimorar ou ampliar a demanda dos serviços públicos municipais.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
Continuação Item 54	54.6. Reforma, estruturação e aquisição de equipamentos para as escolas municipais das comunidades ao entorno do empreendimento, destacando as comunidades de Condado, Queimadas, Mumbaça, Floriano e demais comunidades tradicionais e quilombolas do município de Serro; 54.7. Fomentação do sistema de cursos técnicos no município, dístritros e comunidades.	A migração de trabalhadores e suas familias para o Município em prol das atividades minerárias poderá aumentar significativamente a demanda por serviços educacionais, resultando em sobrecarga da infraestrutura escolar, em escolas superlotadas e falta de recursos adequados como: professores, materiais didáticos e espaço físico.	Conforme previsto nos estudos ambientais apresentados a mão de obra a ser contratada será, prioritariamente, mão de obra local. O empreendedor assinou um Termo de Cooperação técnica com a Escola Ymbalo que visa apoiar ações em prol da construção de conhecimento e contribuir com a formação dos alunos. Destaca-se que o empreendedor firmou um termo de compromisso com a Prefeitura Municipal de Serro/MG na qual prevê o repasse de 11 milhões para que o município possa promover os investimentos que julguem necessário para aprimorar ou ampliar a demanda dos serviços públicos municipais.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
55	**Desenvolvimento do Empreendedorismo:** 55.1.Apoio a Pequenos Negócios, através do SEBRAE, que pode oferecer consultoria, treinamento e apoio financeiro para os pequenos empreendedores locais, promovendo a criação de novos negócios e diversificação da economia; 55.2. Criar Programas de Incubação para startups e pequenas empresas, fornecendo suporte técnico, administrativo e financeiro para novos empreendimentos; 55.3.Diversificação econômica: Fomentar e promover o desenvolvimento de setores econômicos alternativos como agricultura, turismo, artesanato e serviços, diminuindo a dependência exclusiva da mineração.	Vulnerabilidade Econômica, visto que se o foco econômico for ligado à mineração, outras atividades podem ser negligenciadas, reduzindo a diversidade de empregos disponíveis para a população local, aumentando a vulnerabilidade da comunidade e a flutuação de mercado.	O empreendedor está aberto ao diálogo e parcerias.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
Continuação Item 55	55.4. Estabelecer parcerias com empresas locais para promover a diversificação da economia e criar novas oportunidades de emprego.	Vulnerabilidade Econômica, visto que se o foco econômico for ligado à mineração, outras atividades podem ser negligenciadas, reduzindo a diversidade de empregos disponíveis para a população local, aumentando a vulnerabilidade da comunidade e a flutuação de mercado.	O empreendedor está aberto ao diálogo e parcerias.
56	**Realizar medições das vibrações, análise de tripologia de trincas, medição de avanço das trincas e avaliar a frequência natural e amortecimentos nos imóveis afetados pelo tráfego de veículos (leve, médio e pesado) do empreendimento minerário.** 56.1. Implementação de medidas de Controle de Vibração: Utilização de técnicas de desmonte controlado para reduzir a propragação de vibrações durante as operações e a adoção de equipamentos e veículos com sistemas de amortecimento de vibrações para minimizar os impactos gerados pelo tráfego de máquinas e veículos pesados.	O Desenvolvimento das atividades de exploração mineral proposta pelo empreendimento acarreterá na gereção de vibrações pelo desmonte e pelo tráfego de máquinas e veículos (leves, médios e pesados), afetando a estabilidade dos imóveis situados em torno do empreendimento em diferentes áreas do Municípo de Serro.	Para operação do Projeto Céu Aberto não haverá necessidade de desmonte com uso de explosivos. O desmonte será realizado de forma mecânica. O empreendedor está aberto ao diálogo e parcerias.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
Continuação Item 56	56.2. Monitoramento contínuo das vibrações nas áreas afetadas para identificar padrões e tendências ao longo do tempo e implementação de sistemas e alerta precoce para detectar e responder rapidamente a qualquer aumento significativo dos níveis de vibração; 56.3. os imóveis afetados pelas vibrações, sejam adotadas medidas de avaliação estrutural detalhada, reparos imediatos e reforços, se necessário, acompanhamento periódico da evolução das trincas, compensação financeira, alternativa de realocação e assistência técnica para os moradores.	Essas vibrações podem resultar em danos estruturais às edificações, tais como trincas, fissuras e até mesmo colapsos parciais ou totais das contruções. Além disso, a exposição contínua a níveis elevados de vibrações pode comprometer a qualidade de vida dos moradores, gerando desconforto e preocupações com a segurança das residências. Assim, é crucial realizar uma análise detalhada da geração de vibrações e seu impacto nas estruturas dos imoveis para impl	Para operação do Projeto Céu Aberto não haverá necessidade de desmonte com uso de explosivos. O desmonte será realizado de forma mecânica. O empreendedor está aberto ao diálogo e parcerias.

Item	Condicionantes	Impacto	Comentários
57	**Segurança Pública** 57.1. Auxílio para criação, construção e manutenção do Centro Integrado de Segurança Pública, tendo acomodações para a Polícia Militar, Polícia Civil, Bombeiro Militar, Guarda Civil e Defesa Civil, ampliando a oferta de segurança pública para a população local, visitantes e empresas atuantes no Município. 57.2. Fomento de ações que promovam a segurança pública.	A implantação do Centro Integrado de Segurança Pública trará melhorias significativas na segurança e na ordem pública da região, contribuindo para a redução da criminalidade, rapidez na resposta a incidentes, prevenção de crimes, aumento da percepção de segurança e valorização da comunidade. A construção do Centro Integrado de Segurança Pública visa amenizar diversos impactos sociais e econômicos, como também contribuirá para promoção de um ambiente mais seguro e próspero, haja vista que proporcionará a implementação de sistemas avançados de vigilância e comunicação, bem como a integração das forças de segurança pública.	O empreendedor está aberto ao diálogo e parcerias. Destaca-se que o empreendedor firmou um termo de compromisso com a Prefeitura Municipal de Serro/MG na qual prevê o repasse de 11 milhões para que o município possa promover os investimentos que julguem necessário para aprimorar ou ampliar a demanda dos serviços públicos municipais.

Parecer de aprovação do Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico (RAIPA)

Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Coordenação Técnica do IPHAN-MG

Parecer Técnico nº 13/2023 - IPHAN-MG/COTEC IPHAN-MG/IPHAN

Belo Horizonte - MG, 26 de janeiro de 2023

Para: Sr. Matheus Guerra Cotta, Coordenador Técnico Substituto

Assunto: Análise do Relatório de Avaliação de Impacto no Patrimônio Arqueológico – RAIPA - Projeto Onix Céu Aberto Mineração S/A. Processo IPHAN n.º 01514.000554/2021-12.

1. INTRODUÇÃO

O presente parecer responde ao Despacho 3062 (SEI nº 4058888), que encaminha para análise e manifestação técnica o Relatório RAIPA (SEI nº 3594997 e 3595002) do empreendimento em epígrafe e demais documentos complementares - Ofício - Arqueóloga Coordenadora (SEI nº 3594994), Anexo (SEI nº 3595004), Mapa (SEI nº 3595007), Ficha de Registro (SEI nº 3595012), Ficha Impactos Sítios AID (SEI nº 3595019) e Ficha Impactos Valo de Divisa ADA (SEI nº 3595027). Os estudos arqueológicos foram realizados pela consultoria Versus, Arqueologia e Patrimônio, sob responsabilidade da arqueóloga coordenadora Sofia Magali Civitella, e são do interesse do empreendedor Onix Céu Aberto Mineração S/A.

O parecer tem como parâmetros legais de análise os seguintes dispositivos: Lei n.º 3.924/61, Portaria Interministerial n.º 60/2015, Portaria SPHAN n.º 7/88, Instrução Normativa n.º 01/2015, o TRE emitido ao empreendimento (SEI nº 2899056), o plano de trabalho previamente aprovado, entre outros.

2. HISTÓRICO

O histórico completo pode ser consultado no Parecer - Projeto de Avaliação de Impacto Arqueol 171 (SEI nº 3191346).

20/12/2021 - Parecer - Projeto de Avaliação de Impacto Arqueol 171 (SEI nº 3191346) que analisa e aprova o PAIPA, entre outros encaminhamentos;

21/12/2021 - Ofício 4477 (SEI nº 3197688) que encaminha manifestação técnica ao Gabinete;

27/12/2021 - Ofício 4232 (SEI nº 3199357) que encaminha o processo ao CNA para análise e publicação de portaria;

29/12/2021 - Despacho 670 (SEI nº 3214601) que encaminha a publicação da Portaria 83, 84 e retificações (SEI nº 3219336);

Relatório PARTE 2 - REALIZAÇÃO DA PESQUISA ARQUEOLÓGICA (4064902) SEI 01514.000554/2021-12 / pg. 433

05/01/2022 - Ofício 18 (SEI nº 3222110) que dá ciência aos interessados da publicação da portaria;

01/04/2022 - Ofício nº351/2022 MPF (SEI nº 3418949) e demais documentos complementares protocolados junto ao IPHAN/MG, por parte do MPF;

07/04/2022 - Despacho 762 (SEI nº 3421541) que encaminha o processo à COTEC;

09/06/2022 - Ofício nº541/2022 MPF (SEI nº 3585948), reiteração do Of. nº 351;

10/06/2022 - Despacho 1322 (SEI nº 3586062) que encaminha o processo à COTEC;

13/06/2022 - Ofício - Arqueóloga Coordenadora (SEI nº 3594994) que solicita o protocolo do RAIPA e documentos complementares junto ao IPHAN/MG;

13/06/2022 - Despacho 1353 (SEI nº 3595201) que encaminha o processo à COTEC;

26/07/2022 - Ofício Nº 789/2022. MPF (SEI nº 3701622) que reitera o Of. nº 351 e Of. nº 541;

26/07/2022 - Despacho 1701 (SEI nº 3701705) que encaminha o processo à COTEC;

29/11/2022 - Ofício - Arqueóloga (SEI nº 4014750) que solicita previsão de análise dos documentos protocolados (RAIPA, RAIPE e RAIPI);

29/11/2022 - Despacho 2885 (SEI nº 4014953) que encaminha o processo à COTEC;

20/12/2022 - Despacho 3062 (SEI nº 4058888) que encaminha o RAIPA e documentos correlatos para análise e manifestação técnica.

3. ANÁLISE DO RELATÓRIO

O relatório deverá observar, necessariamente, o disposto no plano de trabalho aprovado, os prazos estabelecidos na portaria autorizativa e demais recomendações feitas pelo IPHAN no Termo de Referência Específico que originou o projeto. Destaca-se, ainda, a necessária observação à IN 001/15, bem como o disposto na Portaria SPHAN n.º 07/88.

O RAIPA ora em análise apresenta 16 capítulos (SEI nº 3594997 e 3595002) e 05 Anexos relacionados: Anexo 1 – Arquivos Shapefile da prospecção (SEI nº 3595004); Anexo 2 – Mapa de prospecção (SEI nº 3595007); Anexo 3 – Mapas dos sítios arqueológicos (SEI nº 3595007); Anexo 4 – Fichas CNSA (SEI nº 3595007); Anexo 5 – Planilha de avaliação de impactos (SEI nº 3595019 e 3595027).

Quanto à caracterização e avaliação do grau de conservação do patrimônio arqueológico da AID, o subcapítulo 6.3.2. (pg. 38 a 43) apresenta o resultado de levantamento bibliográfico intensivo dos projetos de arqueologia desenvolvidos na área próxima à ADA do empreendimento, com levantamento da localização e situação dos sítios arqueológicos identificados (12 sítios na AII, num raio de 2km no entorno da ADA, e 1 sítio na AII (Sítio AA-SE-04).

Quanto à justificativa técnico-científica para a escolha das áreas onde foi realizado o levantamento arqueológico baseado em dados primários em campo, foi apresentado no Capítulo 7 do RAIPA (pg. 44 a 46). A proposta foi previamente submetida à análise, na apresentação do PAIPA, e aprovada. A proposta realizada em campo corresponde à proposta previamente aprovada.

Quanto à descrição das atividades realizadas durante o levantamento

arqueológico, foi apresentada no Capítulo 8 do RAIPA (pg. 47 a 82), e foi dividido em 04 partes: 8.1. Levantamento de informações orais; 8.2. Levantamento prospectivo na ADA; 8.3. Levantamento prospectivo na AID; 8.4. Avaliação das Cavidades.

O levantamento de informações orais foi realizado por meio de entrevistas com moradores locais. Consta o registro de 3 entrevistas, nas quais constam menções à antiguidade da ocupação da área e de estruturas arqueológicas, algumas delas já conhecidas.

O levantamento prospectivo interventivo realizado na ADA a partir da plotagem de 40 pontos de intervenção, dos quais 15 foram apenas vistoriados, devido à declividade do terreno e afloramentos rochosos. O resultado foi sistematizado em tabela, que conta com a identificação das coordenadas, altitude, características do solo, observações e fotografia (pg. 54 a 61).

O levantamento prospectivo na AID foi realizado em áreas com maior potencial arqueológico. A proposta sistemática apresentada no PAIPA não foi realizada, considerando a visibilidade local proporcionada por áreas amplas de pastagens. Consta registro fotográfico não georreferenciado e descrição das ações realizadas.

Por fim, foram apresentados os resultados das avaliações de 1 cavidade natural e 5 abrigos, todos localizados na AID do empreendimento: FCA-001; FCA-010; FCA-011; FCA-006; FCA-007; FCA-009 (grifo nosso):

> *A esse respeito, cabe destacar que as cavidades **FCA-010, FCA-006, FCA-007 e FCA-009** apresentaram **Baixo Potencial Arqueológico**, devido à conformação de volumetria interna reduzida, aliada, por vezes, ao piso inclinado e fração diminuta de teto com projeção baixa.*
>
> *A cavidade **FCA – 001** demonstrou **Médio Potencial Arqueológico** devido à proximidade a curso de água, presença de piso sedimentar com possibilidade de intervenção em subsuperfície e fração de teto protegido.*
>
> *A cavidade **FCA-011** apresentou **Médio Potencial Arqueológico** devido à feição favorável da cavidade que possibilita a permanência de mais de um indivíduo em fração de teto protegido, piso sedimentar plano e seco, apresentando possibilidade de intervenção em subsuperfície e proximidade a curso de água*

Foram apresentadas as fichas de avaliação de cada uma das cavidades, com registro fotográfico e descrição dos atributos avaliados (pg. 66 a 88).

Os resultados dos levantamentos realizados na **ADA** foi apresentado no Cap. 9 (pg. 82 a 86). Durante as atividades de campo foi identificada uma estrutura do tipo "**Valo de Divisa**". Apresenta largura média de 1,9m a 2,4m e altura entre 1,2 e 1,4m com extensão aproximada de 800m. O valo possui 8 segmentos, descontinuados por diversos fatores.

> *Sobre este valo em particular, estima-se que seja da primeira metade do século XX, relacionado com a propriedade da família Meireles, posterior à divisão da antiga Fazenda Céu Aberto.*

Os resultados dos levantamentos realizados na **AID** foi apresentado no Cap. 10 (pg. 88 a 105). Durante as atividades de campo foram identificados **03 sítios arqueológicos históricos**: **1.** Canal/Núcleo de Mineração Córrego Siqueira; **2.** Canal de Adução Córrego Teixeira e **3.** Núcleo de Mineração de Cascalhos.

Durante a pesquisa arqueológica, **nenhum vestígio arqueológico foi coletado, e por isso a ausência do inventário de bens arqueológicos.**

Quanto ao relato das atividades de esclarecimento desenvolvidas com a comunidade local, foram apresentadas no Cap. 11 (pg. 106 a 108):

> *As ações de esclarecimento desenvolvidas com a comunidade local se concentraram na entrega de material gráfico (folders) de caráter informativo e educacional aos trabalhadores que apoiam as atividades da Onix na área de estudo e também aos moradores da região. Foram também distribuídos os folders a alguns moradores na*

comunidade Quilombola de Queimadas situada no município de Serro.

Na sede municipal de Serro foi entregue o material gráfico educativo para a secretária de educação Aline Miranda, que se comprometeu a distribui-lo para os professores da rede municipal do município. Este material de apoio também foi distribuído na sede da prefeitura municipal, no comércio local e para a população em geral no centro urbano.

Consta registro fotográfico das ações realizadas.

O Capítulo 12 (pg. 109 a 112) apresenta a avaliação dos impactos diretos e indiretos do empreendimento no patrimônio arqueológico nas áreas de influência do empreendimento.

Na ADA, foi informado que o "**valo de divisas**" identificado durante a pesquisa será **diretamente impactado**:

Na Área Diretamente Afetada – ADA – foi identificado um segmento de um valo de divisas de propriedades rurais com uma extensão aproximada de 800m, correspondente à divisão de propriedades da família Meireles, do século XX. Este valo será impactado diretamente, pois se encontra bem próximo da área onde será aberto o acesso para o empreendimento (Figura 12.1).

Na AID, foi identificado que os três sítios arqueológicos existentes, **Canal/Núcleo de Mineração Córrego Siqueira, Canal de Adução Córrego Teixeira e Núcleo de Mineração de Cascalhos**, serão **impactados indiretamente** pelo empreendimento:

O sítio Canal/Núcleo de Mineração Córrego Siqueira se encontra localizado no setor NE do empreendimento, a uma distância mínima de 80 m aproximadamente da área de lavra, em curva de nível distinta

...

O Canal de Adução Córrego Teixeira se encontra localizado no setor Centro-Oeste do empreendimento, a aproximadamente 60m da área onde serão instaladas estruturas de apoio (containers): administrativo, Restaurante, Banheiros e Almoxarifado. Este sítio poderá sofrer impactos indiretos advindos do aumento do tráfego de veículos na área.

...

Finalmente, o Núcleo de Mineração de Cascalhos se encontra no setor SE do empreendimento, a 200m da estrada de acesso a ser aberta, próximo do encontro com a estrada existente, a 15 m da estrada existente. Os impactos indiretos estão relacionados com o aumento do tráfego de veículos pesados para escoamento do minério.

Quanto à recomendação das ações necessárias à proteção, à preservação in situ, ao resgate e/ou à mitigação dos impactos ao patrimônio arqueológico que deverão ser observadas na próxima etapa do Licenciamento, consta no Capítulo 13 (pg. 113 a 114).

Quanto ao sítio "Valo de divisas", sujeito à impactos diretos e irreversíveis, foi considerada a impossibilidade de alteração da ADA do empreendimento, e portanto a necessidade da sua supressão. Consta recomendação ao IPHAN à autorização da supressão do valo de divisas. Não foi observada recomendação para salvamento do referido bem arqueológico.

Quanto aos sítios localizados na AID, sujeitos à impactos indiretos, relacionados ao tráfego de veículos pesados e das atividades de desmonte de minério na área de lavra, poderão ser preservados integralmente. Foi recomendada a instalação de placas de sinalização de sítios arqueológicos e da realização de ações de educação patrimonial junto aos funcionários do empreendimento:

Os sítios localizados na AID poderão sofrer impactos indiretos, advindos da vibração causada pelo tráfego de veículos pesados e das atividades de desmonte de minério na área de lavra. Esses sítios poderão ser preservados integralmente. No entanto, visando a sua proteção, recomenda-se ao empreendedor a instalação de placas indicativas de sítio arqueológico no modelo IPHAN nos sítios Canal/Núcleo de Mineração Córrego Siqueira, Núcleo de Mineração de Cascalhos e Canal de adução Córrego Teixeiras, além de ações de educação patrimonial junto com os funcionários do empreendimento.

A assinatura da Arqueóloga Coordenadora, responsabilizando-se pelo conteúdo do Relatório consta no Ofício - Arqueóloga Coordenadora (SEI nº 3594994).

Após análise do RAIPA em questão, foi observado que o mesmo atendeu satisfatoriamente ao TRE emitido ao empreendimento bem como ao projeto previamente apresentado. A metodologia utilizada em campo corresponde à apresentada previamente no projeto, e foram apresentados documentos comprobatórios de todas as atividades realizadas, bem como mapas de caminhamentos e intervenções realizadas e arquivos shapefiles correspondentes. Não foi coletado nenhum vestígio durante a pesquisa, e por isso a ausência de inventário de bens arqueológicos.

Os estudos arqueológicos resultaram na identificação de 04 novos sítios arqueológicos nas áreas de influência, sendo 01 na ADA e 03 na AID, conforme análise realizada. Considerando o disposto no Art. 28 da IN IPHAN nº 01/15, recomendamos as seguintes ações:

Quanto ao sítio arqueológico "Valo de divisas", localizado na ADA do empreendimento, e que será diretamente impactado pelo empreendimento, recomendamos o prosseguimento do processo de licenciamento, sob aspecto dos bens acautelados em âmbito federal. Deverá ser apresentado à este instituto um "**Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico**", nos termos do Art. 35 da Instrução Normativa IPHAN nº001/2015 direcionado aos sítio arqueológico "Valo de divisas";

Quanto aos sítios arqueológicos localizados na AID do empreendimento, Canal/Núcleo de Mineração Córrego Siqueira, Canal de Adução Córrego Teixeira e Núcleo de Mineração de Cascalhos, serão impactados indiretamente pelo empreendimento. **Recomendamos à Coordenação Técnica** que seja solicitado ao empreendedor a **instalação de sinalização preventiva dos sítios arqueológicos**, a partir da fixação de placas com os moldes requeridos pelo IPHAN;

O PGPA deverá ainda prever o Monitoramento Arqueológico na ADA, nos locais próximos aos sítios arqueológicos, nos termos do item II do Art. 35 da referida IN.

4. ANÁLISE DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS IDENTIFICADOS

Esta análise apresenta manifestação referente à pertinência do **cadastro dos 04 sítios arqueológicos: 1. Valo de Divisa; 2. Núcleo de Mineração Córrego Siqueira; 3. Canal de Adução Córrego Teixeira e 4. Núcleo de Mineração de Cascalhos**, para fins de reconhecimento e consequente homologação no Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), em observância da Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961 e da Portaria Iphan nº 316/2019, de 04 de novembro de 2019.

Sítio arqueológico Valo de Divisa (SEI nº 3595012 e 3594997/ Pg. 82 a 85)

Descrição: Sítio unicomponencial histórico, que consiste em estrutura de demarcação de propriedades rurais apresentando-se escavado no terreno em morfologia em "U", perpassando pelos terços médio, meso-superior e superior da vertente. Apresenta uma largura média entre 1,90 e 2,40 metros e altura entre 1,20 e 1,40 metros com o desenvolvimento no sentido SE-S e uma extensão aproximada de 800 metros. Apresenta também outro segmento direcionado no sentido NE-E, no qual demonstra as mesmas características de corte no terreno apresentando sua extensão estimada em 55 metros até o ponto onde a estrutura está visível. Sobre este valo em particular, estima-se que seja da primeira metade do século XX, relacionado com a propriedade da família Meireles, posterior à divisão da antiga Fazenda Céu Aberto.

Sítio arqueológico Núcleo de Mineração Córrego Siqueira (SEI nº 3595012

e 3594997/ Pg. 88 a 95).

Descrição: Presença de um canal de adução de água com aproximadamente 750 m de extensão, escavado seguindo a curva de nível, apresentando trechos arrimados com pedras em um arranjo em junta seca, parte do seu seguimento se desenvolve em porção escavada no terreno e outra parte é cortado na rocha in situ (canga e itabirito). No trecho com maior presença de arrimos de pedra, a altura média foi de 70 a 90 cm e na porção onde a água era aduzida o rebaixo, apresenta largura entre 60 e 80 cm. Na provável área de captação do canal é percebida a formação de um tanque construído, sendo o local que possivelmente conduzia a água para o canal. A partir deste ponto inicial, identifica-se que uma parte do canal se encontra arrimada com pedras medindo 84 cm de largura e tem seu segmento até alcançar um ponto mais baixo no terço médio da vertente onde foi identificada uma área de mineração. O núcleo de mineração apresenta características semelhantes às grupiaras, que por sua vez, são encontradas no vales de rios e nas encostas das serras, correspondendo ao sedimento aluvional depositado quando o rio ainda cavava o seu leito e corria numa altura superior. Com o rebaixamento das águas, aqueles primeiros aluviões foram postos a seco, ficando acima do nível das águas (REIS, 2007:98)

Sítio arqueológico Canal de adução Córrego Teixeira (SEI nº 3595012 e 3594997/ Pg. 95 a 100).

Descrição: O canal de adução de água escavado no terreno foi identificado no Setor Oeste da Área de Influência Direta nas nascentes do Córrego Teixeira. O início do canal e sua provável captação encontram-se junto à drenagem do Córrego Teixeira, sendo percebido um corte na rocha e o negativo da construção do canal. Em média, a dimensão do canal de adução nos pontos verificados seguiu a metragem de 40 cm de altura por 1,10 m de largura, seguindo por uma extensão de 1.292 metros.

Sítio arqueológico Núcleo de Mineração Córrego Siqueira (SEI nº 3595012 e 3595002/ Pg. 100 a 105).

Descrição: O núcleo de mineração se estende aproximadamente por uma área de 250 x 70 m, apresentando diversos pontos com acúmulo de montículos de cascalhos, canais rasos cortados no terreno, bacias circulares escavadas e cortes no barranco, onde provavelmente era o local de desmonte para a exploração de ouro. Esses montículos de cascalho possivelmente fazem parte de um material de descarte ou refugo, resultante do processo de mineração de cascalhos. Em superfície foi identificada uma enxada de metal oxidada junto a um amontoado de cascalhos. Não foram identificados vestígios de arrimos ou contenções de pedra. Dessa forma, este sítio arqueológico demonstra um contexto no qual a "mineração de cascalho" praticada pelos antigos mineradores caracterizou-se pela exploração de ouro nos depósitos aluvionais.

	DADOS OBRIGATÓRIOS (*Responder nas colunas ao lado com* ***Sim /Não /Incompleto***)	Valo de Divisa	Núcleo de Mineração Córrego Siqueira	Canal de adução Córrego Teixeira	Núcleo de Mineração Córrego Siqueira
1	Consta a localização, ponto central e delimitação em arquivos vetoriais formato shapefile (shp) em coordenadas geográficas em graus decimais e Datum Sirgas 2000?	sim	sim	sim	sim
2	Consta a delimitação (polígono) dos limites horizontais do sítio arqueológico a partir da	sim	sim	sim	sim

2	verificação da área de dispersão dos vestígios de natureza arqueológica?	sim	sim	sim	sim
3	O estabelecimento dos limites horizontais do sítio arqueológico foi feito por métodos interventivos em subsuperfície? Ou, em caso contrário, o método utilizado foi devidamente justificado?	sim	sim	sim	sim
4	Consta a síntese do bem?	sim	sim	sim	sim
5	Consta descrição do tipo de sítio?	sim	sim	sim	sim
6	Consta a classificação dos vestígios?	sim	sim	sim	sim
7	Constam informações quanto a inserção do bem na paisagem?	sim	sim	sim	sim
8	Constam informações quanto ao contexto deposicional?	sim	sim	sim	sim
9	Constam informações sobre o estado de conservação do sítio?	sim	sim	sim	sim
10	Consta Registro fotográfico?	sim	sim	sim	sim
11	É passível de contextualização arqueológica, conforme Portaria Iphan 316/2019, ou seja, há interpretação dos dados referentes às dimensões temporal, espacial e cultural do sítio arqueológico, somada à correlação com outras informações, como fontes documentais, orais, iconográficas e outros bens arqueológicos.	sim	sim	sim	sim

Observamos que trata-se de um contexto arqueológico relacionado principalmente às atividades de mineração. Destaca-se que no entorno foram registradas diversas estruturas, e que possivelmente no futuro podem ser interpretadas em conjunto, para melhor contextualização local.

5. PARECER

Com base no Relatório de Avaliação de Impacto no Patrimônio Arqueológico – RAIPA - Projeto Onix Céu Aberto Mineração S/A e documentos correlatos, e à luz do disposto na IN IPHAN n.º 001/2015, nos artigos 11 e 12 da Portaria SPHAN n.º 7/88 e no plano de trabalho aprovado, manifestamo-nos pela sua **aprovação**. Foi observado que o mesmo atendeu satisfatoriamente ao TRE emitido ao empreendimento bem como ao projeto previamente apresentado.

A metodologia utilizada em campo corresponde à apresentada previamente no projeto, e foram apresentados documentos comprobatórios de todas as atividades realizadas, bem como mapas de caminhamentos e intervenções realizadas e arquivos shapefiles correspondentes. Não foi coletado nenhum vestígio durante a pesquisa, e por isso a ausência de inventário de bens arqueológicos.

Os estudos arqueológicos resultaram na identificação de 04 novos sítios arqueológicos nas áreas de influência, sendo 01 na ADA e 03 na AID, conforme análise realizada. Considerando o disposto no Art. 28 da IN IPHAN nº 01/15, recomendamos as seguintes ações:

Quanto ao sítio arqueológico "Valo de divisas", localizado na ADA do empreendimento, e que será diretamente impactado pelo empreendimento, recomendamos o prosseguimento do processo de licenciamento, sob aspecto dos bens acautelados em âmbito federal. Deverá ser apresentado à este instituto um "**Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico**", nos termos do Art. 35 da Instrução

Normativa IPHAN nº001/2015 direcionado aos sítio arqueológico "Valo de divisas";

Quanto aos sítios arqueológicos localizados na AID do empreendimento, Canal/Núcleo de Mineração Córrego Siqueira, Canal de Adução Córrego Teixeira e Núcleo de Mineração de Cascalhos, serão impactados indiretamente pelo empreendimento. **Recomendamos à Coordenação Técnica** que seja solicitado ao empreendedor a **instalação de sinalização preventiva dos sítios arqueológicos**, a partir da fixação de placas com os moldes requeridos pelo IPHAN;

O PGPA deverá ainda prever o Monitoramento Arqueológico na ADA, nos locais próximos aos sítios arqueológicos, nos termos do item II do Art. 35 da referida IN.

À Coordenação Técnica:

Solicitamos encaminhamento do processo à AREC para apoio no cadastro dos sítios arqueológicos junto ao SICG. O cadastro dos sítios deverá ser homologado previamente à solicitação da realização do PGPA.

Este parecer técnico tem por objetivo fundamentar a decisão administrativa da Superintendência do IPHAN em Minas Gerais e, por este motivo, não deve ser confundido com a manifestação conclusiva do IPHAN.

Assim concluído e fundamentado, submete-se o presente parecer à consideração da Coordenação Técnica para que haja, s.m.j, posterior notificação aos interessados.

Respeitosamente,

Daniel Cruz

Arqueólogo - Técnico 1 Área II

Matrícula SIAPE 3129160

(Superintendência do IPHAN em Minas Gerais – SE/IPHAN-MG)

Documento assinado eletronicamente por **Daniel Gabriel da Cruz**, **Arqueólogo**, em 30/01/2023, às 09:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.iphan.gov.br/autenticidade, informando o código verificador **4141142** e o código CRC **C215BB4D**.

Resposta Questionamento Nota Técnica

Sumário

Introdução 4

1. Aspectos relativos ao enquadramento do projeto e sua localização 4

1.1. Discussão sobre o enquadramento do empreendimento 4

1.2. Conflitos e disputas em torno do Plano Diretor 6

1.3. Caracterização do empreendimento 13

1.4. Do subdimensionamento da vida útil e possível fragmentação do processo de licenciamento 17

1.5. Consumo de água pelo empreendimento 18

2. Equipe técnica 18

3. Metodologia 23

3.1. Sobre os procedimentos de amostragem 23

3.2. Sobre a inadequação do trabalho de campo e os danos causados pela falta da pesquisa qualitativa 25

3.3. Sobre a improbidade intelectual presente no estudo 26

3.4. Sobre a inadequação da pesquisa de percepção socioambiental como fonte exclusiva de dados primários sobre o meio socioeconômico 27

4. Áreas de Estudo e Áreas de Influência 29

4.1. Das Lacunas e inconsistências na delimitação das Áreas de Estudo 29

4.2. Da insuficiência do diagnóstico da Área de Estudo Local 31

4.3. Sobre os critérios utilizados para a definição das Áreas de Influência 33

5. Comunidades quilombolas 41

5.1. Sobre a inadequação do conceito de quilombo utilizado no Estudo de Impacto Ambiental 41

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 443

5.2. Apontamentos sobre o não reconhecimento dos núcleos que compõem o território do Quilombo de Queimadas. 41

5.3. A exclusão das localidades quilombolas de Queimadas, Floriano, Mumbaça e Condado da Área de Influência Direto do empreendimento. 43

5.4. Ausência de descrição e análise das territorialidades locais 45

6. Patrimônio Cultural Material e Imaterial 47

6.1. Patrimônio Cultural Material 47

6.2. Patrimônio Cultural Imaterial 49

7. Avaliação dos Impactos 50

7.1. Acerca das contradições, imprecisões e fragilidades na avaliação dos impactos identificados pelo EIA 50

7.2. Sobre a omissão de impactos no EIA 55

7.2.1. Afluxo populacional e sobrecarga da infraestrutura, dos equipamentos e serviços públicos 55

7.2.2. Habitação 55

7.2.3. Polarização econômica 55

7.2.4. Saúde 57

7.2.5 Educação 57

7.3. Recursos Hídricos 58

7.3.1. Efeitos sinérgicos e cumulativos nos recursos hídricos 61

8. CONCLUSÃO 62

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 444

Introdução

Ciente da importância da participação da sociedade civil e dos órgãos ou entidades que exerçam atribuições de proteção, melhoria e conservação do meio ambiente nos processos de licenciamento ambiental, a Ônix Céu Aberto Mineração S/A e seus colaboradores vêm, com a máxima transparência, em resposta à Nota Técnica elaborada pelo Grupo de Estudo de Temáticas Ambientais (GESTA) da Universidade Federal de Minas Gerais, elucidar os questionamentos levantados acerca do Estudo de Impacto Ambiental anexo ao processo de licenciamento nº 2198/2022.

1. Aspectos relativos ao enquadramento do projeto e sua localização

1.1. Discussão sobre o enquadramento do empreendimento

A empresa Ônix Céu Aberto Mineração S/A solicitou licença ambiental para o "Projeto Céu Aberto" junto à Unidade Regional de Regularização Ambiental Jequitinhonha, órgão vinculado à Fundação Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais. A Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais ingressou com Ação Civil Pública em janeiro de 2023, argumentando que o empreendimento afetaria bens culturas protegidos pelo IPHAN e o território quilombola de Queimadas, pleiteando a suspensão da audiência pública prevista no processo de licenciamento. O processo de licenciamento encontrava-se em fase de realização de audiência pública, agendada previamente e amplamente divulgada. Inicialmente, o pedido foi negado, entretanto o TRF6 suspendeu a audiência até a realização de estudos sobre o impacto na comunidade.

Em outubro 2023, o TRF6 revogou a suspensão, permitindo a continuidade do processo, com a condição de apresentação de estudos sobre a proximidade do empreendimento com a comunidade. Em março de 2024, a 1ª Vara Federal de Sete Lagoas julgou improcedentes os pedidos contra a Ônix Céu Aberto Mineração, extinguindo o processo. A parte autora da ação recorreu, mas a sentença de primeira instância, que autoriza o andamento do licenciamento ambiental, continua válida.

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 445

Considerando o exposto acima e a paralisação da análise do processo de licenciamento, fez-se necessário a adequação dos estudos devido ao lapso temporal. Nesse sentido, na solicitação inicial foi requerida a atividade de código "A-07-01-1-Pesquisa mineral, com ou sem emprego de Guia de Utilização, com supressão de vegetação secundária nativa pertencente ao bioma Mata Atlântica em estágios médio e avançado de regeneração, exceto árvores isoladas". Tendo em vista o quantitativo de área solicitado, obteve-se classe 3. No entanto, a referida atividade foi revogada de acordo com a Deliberação Normativa Copam nº 246, de 06 de maio de 2022, o que justifica a alteração do enquadramento da solicitação de licença ambiental do empreendimento.

O empreendimento Ônix Céu Aberto Mineração S/A está localizado em área de potencial espeleológico muito alta e média, conforme consulta no IDE-SISEMA. Dessa forma, foi necessária a elaboração do estudo de prospecção espeleológica, que foi realizado pela empresa GeoHorizonte Serviços de Espeleologia. Nessa prospecção foram encontradas 01 caverna e 10 feições exocársticas, categorizadas como 04 abrigos e 06 reentrâncias. Todas as feições encontradas são de pequenas dimensões e apresentam características internas similares, piso com presença de blocos, ausência de depósitos químicos e baixa diversidade de aspectos bióticos. A caracterização de cada feição, bem como relatório fotográfico e planta espeleotopográfica, podem ser conferidos no Relatório de Prospecção sobre o Patrimônio Espeleológico – Onix Céu Aberto Mineração S/A. Vale ressaltar, que quanto a caverna encontrada, não haverá impacto na mesma, tampouco em seu raio de proteção.

Quanto à apresentação dos efeitos ecológicos, o estudo analisa cuidadosamente os impactos ecológicos e à Mata Atlântica. No item 13. Avaliação de Impactos Ambientais do EIA, na descrição dos impactos no meio biótico é apresentado o impacto referente à Diminuição da biodiversidade de fauna e flora, o qual cita que a supressão de vegetação do bioma Mata Atlântica acarretará na diminuição da diversidade biológica através da redução dos exemplares locais. Além disso, informa que os

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 446

efeitos da supressão devem ser considerados pois geram prejuízos para os processos regenerativos, diminuindo sítios específicos para a fauna. Nesse sentido, são apresentadas no Plano de Controle Ambiental as medidas que serão adotadas para minimizar tais efeitos. No mesmo item também é informado o quantitativo de supressão necessária, qual seja, uma área de 3,8681ha, corte de 172 indivíduos isolados e 262 fustes.

Quanto ao questionamento levantado na Nota Técnica sobre o EIA/RIMA do Projeto Céu Aberto – Onix Mineração S/A, emitida pela Gesta UFMG, página 08, quanto à omissão das comunidades tradicionais na avaliação de impacto ambiental apresentada, o tema é tratado em diversos tópicos do EIA, como: 3.Regularização Ambiental (páginas 37 a 39); na análise de interferência do empreendimento ao fator Terra Quilombola (página 52); na Área de Estudo Local (página 612); na descrição das Comunidades Quilombolas do Município de Serro (páginas 664 a 673); na pesquisa institucional, com entrevista realizada com a liderança da Associação Quilombola de Queimadas (página 674) e outros produtores rurais com propriedade na Comunidade Quilombola de Queimadas (páginas 702 a 716); nos resultados do Diagnóstico da Área de Estudo Local relacionados à Comunidade Quilombola de Queimadas (páginas 722 a 758) localizada a 4,4 km de distância do projeto minerário; e na identificação das demais comunidades quilombolas da região que estão em Área de Influência Indireta do empreendimento (página 818).

1.2. Conflitos e disputas em torno do Plano Diretor

A nota técnica contesta a localização do empreendimento, com base em discussões sobre uma possível revisão do Plano Diretor, ou seja, com base em normas que sequer existem. Reconhece a vigência do Plano Diretor atual (de 2007) mas o ataca usando como base um projeto de revisão sem efeito que foi arquivado em 2017. Alega que em 2024 começou a discussão de uma revisão do Plano Diretor. No entanto, com o arquivamento do Plano de 2017, aquele elaborado e aprovado no ano de 2007 está vigente.

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 447

Além disso, contesta a localização do empreendimento na ZEM e ZCO, conforme sustentado nos estudos. Este assunto já foi bastante discutido, tanto no CODEMA quanto na justiça.

A localização do projeto foi analisada pelo CODEMA, que declarou sua adequação ao Plano Diretor do município. A tramitação atendeu a todos os requisitos e princípios desejáveis. Houve ampla participação popular, com toda a liberdade de manifestação. Houve, inclusive, a realização de audiência pública para discutir o tema, convocada pela câmara dos vereadores. O zelo do CODEMA foi tamanho que foi criada uma Comissão Temática para análise do projeto, com a participação da maioria dos conselheiros, que fizeram uma análise pormenorizada de todo o projeto, chegando a visitá-lo presencialmente para enfrentar todas as nuances cabíveis. E seu relatório final, datado de 12/01/2022, aprovou o projeto por maioria expressiva dos votos.

A simples análise do projeto infere que ele atende a 100% da legislação municipal de uso e ocupação do solo. Mesmo se fosse considerada cabível a divergência sustentada (de que está fora da ZEM), o projeto estaria localizado em zona onde as atividades não são vedadas. Além disso, a questão foi devidamente enfrentada tecnicamente pelo CODEMA, sanando qualquer possibilidade de vício.

Na oportunidade da tramitação no CODEMA, foi apresentado um relatório divergente emitido pelo próprio Grupo de Estudo em temáticas Ambientais - GESTA da UFMG, na reunião de 13/01/2022, sendo analisado, debatido e REJEITADO pelos conselheiros por 12 votos a 1, com 2 abstenções.

As regras de uso e ocupação do solo do município de Serro/MG estão previstas em seu Plano Diretor, que foi criado pela Lei Complementar nº 75/2007. A zona rural, onde se localiza o "Projeto Céu Aberto", é dividida no Plano Diretor em seu art. 34, da seguinte forma:

> "Art. 34 O território rural é dividido nas seguintes zonas:
>
> I - Zona de Preservação Ambiental, ZPA;

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 448

> II - Zona de Uso Sustentável, ZUS;
>
> III - Zona de Conservação e Ocupação Controlada, ZCO;
>
> IV - Zona Especial de Exploração Mineral, ZEM;
>
> V - Zona de Sobreposição de Interesses, ZIS;
>
> VI - Zona de Atividades Rurais, ZR;
>
> VII - Área de Interesse Ambiental, AIA.
>
> § 1º Na Zona Rural serão permitidas atividades agropecuárias, extrativas, de turismo, de lazer, conservação e agroindustriais.
>
> § 2º As atividades extrativas, de lazer, de turismo e agroindustriais somente serão permitidas após licenciamento ambiental."

O artigo acima elucida com 100% de assertividade pontos essenciais à presente análise. Assim, tem-se claro que:

1. na ZPA: resta vedada qualquer atividade minerária;

2. na ZEM: se permite a exploração minerária, desde que obedecidos os critérios legais para tal, estabelecidos na legislação em vigor;

3. nas demais áreas: Nos termos do §1º e do §2º do artigo 34, a atividade extrativa é permitida na Zona Rural, desde que precedida de licenciamento ambiental, o que é uma permissão geral, sendo a única exceção expressamente disposta no artigo 35.

Vejamos o que dispõe o Art. 35:

> "Art.35 A zona de Preservação, ZPA, compreende a área ocupada pelo Parque Estadual do Pico do Itambé e tem por objetivo preservar a natureza, vedadas a ocupação e a exploração direta dos recursos naturais, conforme o disposto na Lei Federal no 9985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação."

Dessa forma, a lei expressamente permite a atividade extrativa na zona rural e traz uma única vedação de forma literal, havendo silêncio em relação às demais áreas, o que traz sua permissibilidade legal.

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 449

Os conselheiros do CODEMA procederam com sua análise sustentados em Laudo Técnico de Georreferenciamento realizado em janeiro de 2022 e apresentado ao conselho, que indica as estruturas principais do empreendimento na ZEM, e as demais estruturas, de apoio operacional, na ZCO.

Para confirmação de seus parâmetros, o órgão municipal providenciou seu próprio Laudo Técnico elaborado em 07/02/2022, que indicou os mesmos aspectos do primeiro. Nota-se, portanto, que conforme sustentado na contestação, todas as questões impostas por lei ao município foram devidamente enfrentadas, e decididas com vistas aos critérios técnicos, sendo emitida a declaração de conformidade.

Este entendimento é totalmente incontroverso, e inclusive foi objeto de parecer elaborado pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF / SEMAD no ano de 2018, do qual extraímos o seguinte trecho:

> "Considerando todo o exposto, legalmente não há porque se negar, com a exceção da ZPA, a atividade minerária na zona rural de Serro/MG, a análise circunstanciada do Plano Diretor Municipal e da Legislação Estadual constatou a ausência de impedimento."

Fato é que a questão foi devidamente enfrentada de forma devida e não ignorada pelo órgão de direito (no caso, o município representado pelo CODEMA). E tal decisão não deve ser objeto de intervenção por outro poder, ou objeto de usurpação de competência. Esse entendimento está em consonância com recente decisão proferida pelo mesmo juízo (MS 5000163-13.2022.8.13.0671) em 10/02/2022, diante de outra tentativa de se interromper o regular andamento do processo junto ao CODEMA.

Vejamos:

> "Registro que, nos termos da Lei Municipal nº 1.816/2005, o próprio CODEMA é órgão de assessoramento do Poder Executivo que assegura a gestão democrática de processos como o de litígio, de composição paritária.
>
> Não é por outro motivo que o CODEMA é um mecanismo para assegurar a gestão democrática e engajar os cidadãos nas discussões que versem sobre o meio ambiente, direito fundamental difuso nos termos do art. 225 da

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 450

> CF, dando concretude ao princípio da participação comunitária previsto na Declaração do Rio de Janeiro (ECO92).
>
> Dito isso, ressalto que, em que pese a participação popular seja o ideal para decisões como essa, não cabe a esta magistrada acolher o princípio de gestão democrática para adiar e cancelar deliberações de órgãos essencialmente democráticos do Executivo, como o próprio CODEMA, sob pena de violar posição constitucionalmente reservada ao Judiciário.".

Tal raciocínio se aplica também ao caso em tela, onde se busca paralisar a deliberação dos órgãos técnicos no processo de Licenciamento Ambiental, através do cancelamento de documento necessário para composição do processo, sem justo motivo.

Cumpre ressaltar que tal entendimento se encontra em total consonância com o melhor e mais atualizado entendimento jurisprudencial do TJMG, conforme trecho a seguir (AI nº 1.0671.19.000050-3/001):

> "O que é propriamente uma "declaração de conformidade municipal"?
>
> Nas esclarecedoras palavras do advogado especialista em Direito Ambiental Junio Magela Alexandre:
>
> (...)
>
> Dessa forma, não há por que o empreendimento que está de acordo com a totalidade das normas municipais aceitar que o Município delibere num conselho acerca da conveniência do empreendimento para a emissão de uma Declaração de Conformidade Municipal. Muito menos que estabeleça condicionantes, uma vez que não podem ser feitas exigências para declarar a regularidade de algo que já está regular.
>
> Como se pode observar, o caráter objetivo da certidão que declara a conformidade ambiental limita o Município a declarar que um empreendimento está de acordo com a legislação municipal sempre que efetivamente esteja. Não há barganha possível quando um empreendimento se encontra regular em relação à legislação municipal, sem ferir as regras mais básicas do licenciamento ambiental brasileiro.

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 451

> Somente nos casos em que o empreendimento não estiver de acordo com a legislação municipal, é que o Município pode, se houver instrumentos legais que permitam isso, promover instrumentos decisórios que viabilizem reparações ou compensações para que o empreendimento seja regularizado e possa ter uma certidão que declare a conformidade do empreendimento. Nessa situação, eventuais deliberações e condicionantes não são aprovações ambientais para o empreendimento, mas apenas formas de regularizar algo que não esteja atendendo à regulação municipal. (art. cit. – destaques meus)"

A literalidade da norma no sentido ora sustentado inclusive foi objeto de parecer recente, elaborado no ano de 2018 pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF / SEMAD, em análise de outro projeto localizado na mesma região. Vejamos:

> "A ZEM é definida pela art. 38 como áreas nas quais existam concessões para extração de lavra. Cercear a atividade minerária a ZEM é precipitado, visto que, por exemplo, o transporte constitui parte da atividade e o isolamento o impossibilitaria de ocorrer.
>
> A ZCO é uma zona que se propõem a fomentar ações ambientais como a criação de unidades de conservação, recuperar áreas degradadas e proteger os recursos ambientais.
>
> Porém, ela não restringe a ocorrência de nenhuma atividade, diferente do que ocorre na ZPA que proíbe a exploração direta de recursos naturais.
>
> O primeiro parágrafo do art.34 declara que na zona rural serão permitidas atividades agropecuárias extrativas, de turismo, de lazer, conservação e agroindustriais. Entende-se que a atividade extrativa é a extração da natureza de recurso vegetal, animal ou mineral.
>
> Além do macrozoneamento municipal, o estado de Minas Gerais apresenta um zoneamento onde as áreas são classificadas nas mais diversas tipologias de acordo com suas especificidades ambientais e sociais. O banco de dados onde encontramos essas informações é a infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 452

> (IDE-Sistema). O zoneamento estadual define restrições ambientais as quais qualquer uso e ocupação do solo está submetido.
>
> De acordo com o IDE-Sistema a cidade de Serro apresenta parâmetros, ambientais que a classificam como área de grande importância. A valoração ambiental de cidade não restringe nenhuma forma de empreendimento, porém, a maior controle sobre tal. Por exemplo, a cidade apresenta as duas maiores classificações no quesito "áreas prioritárias para a conservação", sendo elas. Especial e Extrema. De acordo com Deliberação Normativa Copam no217, de 6 de dezembro de 2017, para qualquer finalidade a supressão de vegetação nativa nessas áreas implica em maior peso no critério locacional, desta forma o empreendimento terá mais exigências para se licenciar e maior controle para operar. Considerando todo o exposto, legalmente não há porque se negar, com a exceção da ZPA, a atividade minerária na zona rural de Serro, a análise circunstanciada do Plano Diretor Municipal e da Legislação Estadual constatou a ausência de impedimento."

No mesmo ano de 2018, a procuradoria do município de Serro/MG proferiu um parecer jurídico a pedido do CODEMA, tratando exatamente sobre a compatibilidade do projeto então estudado, com o Plano Diretor, sendo enfrentada, no caso, a mesma questão da possibilidade de localização do empreendimento na ZCO), cujo trecho trazemos à luz:

> "Em relação ao zoneamento rural do Município, OPINO, nos termos da legislação citada e respeitando o Princípio da legalidade, pelo entendimento de que, o Plano Diretor do Município de Serro autoriza a atividade extrativa em toda a Zona Rural (§1o, art. 34), tendo expressamente vedado as áreas nas quais esta não poderá ser realizada, qual seja, apenas a Zona de Preservação Ambiental."

Assim, verifica-se que a Declaração de Conformidade emitida pelo município de Serro/MG no caso em tela atendeu aos seus pressupostos de existência e validade. Nem mesmo a presente ação poderia alterar a informação versada na Declaração de Conformidade, por estar respaldada em norma expressa do Plano Diretor do MUNICÍPIO DE SERRO.

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 453

É importante ressaltar ainda sobre o projeto em questão, que a Federação dos Quilombolas ajuizou ação na Justiça Estadual da Comarca de Serro/MG, sob o número 5000040-78.2023.8.13.0671. Na referida ação, foi proferida decisão negando os pedidos liminares em 08/02/2023. Antes dessa ação, o MPMG também já havia judicializado no mesmo sentido sob o número 5001932-56.2022.8.13.0671, sendo proferida decisão negando os pedidos liminares com os mesmos fundamentos. Os respectivos autores das referidas ações agravaram ao tribunal contra as decisões proferidas, sendo ambas mantidas pelo TJMG.

Ainda assim, a localização do empreendimento, frente ao plano diretor vigente, pode ser observada na página 96 do Estudo de Impacto Ambiental. Conforme já mencionado o empreendimento está em conformidade com o Plano Diretor do município, sendo que a cava e a pilha de estéril, estruturas essencialmente de mineração, estão dentro da ZEM. Demais estruturas de apoio estão parcialmente na ZEM e na ZCO. Detalhe da localização pode ser observado na Figura 12 do Estudo de Impactos Ambiental.

1.3. Caracterização do empreendimento

O empreendimento fará uso da Estrada Floriano para escoamento do material que será extraído e beneficiado. A Estrada Floriano trata-se de uma via municipal e, por esse motivo, em alguns trechos do estudo ela pode ser referenciada como estrada municipal. Quanto à utilização de transporte do minério através de caminhões, foi apresentado no tópico 5.3. Alternativas Tecnológicas do Estudo de Impacto Ambiental do projeto Céu Aberto, como citado na página 69, as correias transportadoras são recomendadas para longas distâncias de transporte, o que não é o caso do empreendimento. Ainda assim, são apresentadas as vantagens e desvantagens no quadro 10, que justificam a escolha do transporte através de caminhões.

Na página 13 da Nota Técnica sobre o EIA/RIMA do Projeto Céu Aberto – Onix Mineração S/A, emitida pela Gesta UFMG, levanta-se o questionamento a respeito da escolha da alternativa 1 para localização da via de acesso em área com presença de curso d'água. De acordo com a valoração dos critérios para a escolha das alternativas

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 454

locacionais, com base nos critérios de pontuação, a seleção da alternativa 1 se deu tendo em vista sua localização, conformação topográfica, inserção nos limites do imóvel arrendado, quão somente do direito minerário de detenção do empreendedor, demonstra que a alternativa selecionada é a mais viável para implantação. A alternativa locacional 03, apesar de não possuir interferência em cursos d'água perenes e/ou áreas de preservação permanente – APP, se torna inviável devido à alta declividade, cujas condições de resolução seriam inviáveis ao projeto. Em relação a alternativa locacional 02, também não há interferência em curso d'água perene e/ou áreas de preservação permanente – APP, porém possui uma inclinação média e uma dificuldade de locomoção e transporte necessário ao empreendimento, podendo acarretar acidentes durante a operação. Assim, em ponderação aos critérios estabelecidos, a alternativa locacional 01 se mostrou a melhor.

Em relação à intervenção sobre remanescentes florestais e sobre mananciais, segundo o levantamento do estudo feito, apenas ao norte da ADA há presença de remanescentes de Mata Atlântica (3,8681 ha). As demais áreas dentro da ADA, e a maior parte delas, são compostas por pastagem com árvores isoladas (8,7519 ha). Na área alvo do levantamento do componente arbustivo-arbóreo, foi encontrada apenas uma espécie com status de ameaçada segundo a Portaria nº 148, de 7 de junho de 2022 do MMA. O índice de Shannon de 3,68 e o índice de equabilidade de pielou sugere que a comunidade seja menos diversa em termos de espécie e não apresenta dominância ecológica. Por fim, ressaltamos que toda a supressão de vegetação resultante deste empreendimento será devidamente compensada conforme legislação vigente.

A pilha de estéril tem 1,79ha, porém cerca de um terço dessa área não é utilizada para empilhamento, mas somente para acesso e drenagem. A área efetivamente utilizada para empilhar estéril é de 1,19ha composta por 3 bancos de 10 m de altura com ângulo geral de talude de 28º. Considerando o volume total da pilha e a área ocupada por empilhamento, temos uma espessura média de 5,8m de altura acima do terreno natural.

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 455

O Anexo VI do EIA, apresenta o projeto de drenagem de todas as áreas do empreendimento, o que contempla a área de pilha, com a indicação dos dispositivos que comporão o sistema, e o memorial descritivo dos cálculos e levantamentos que foram realizados para o dimensionamento. A imagem abaixo apresenta o layout do sistema de drenagem da pilha de estéril, presente no referido Anexo VI.

Figura 1 - Drenagem da pilha.

A pilha de estéril foi projetada e será construída conforme as práticas indicadas pelas Normas Reguladoras de Mineração – NRM, que determinam a necessidade de acompanhamento por responsável técnico e monitoramento constante.

Durante o processo de extração e beneficiamento não haverá geração de rejeito. Nesse sentido, não haverá necessidade de implantação de barragem, ou até mesmo de transformar a pilha de estéril em pilha de rejeito.

Quanto ao questionamento levantado na página 15 da Nota Técnica elaborada pela Gesta, a respeito da apresentação de um mapa com escala compatível para avaliar a localização e as distâncias relativas das comunidades e diferentes estruturas do

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 456

empreendimento, o arranjo geral do empreendimento é apresentado na página 63 do EIA, com a indicação de localização de todas as estruturas do projeto. O mapa com geolocalização das entrevistas realizadas nas comunidades é apresentado na página 698 do estudo.

Ainda assim, é questionado sobre a segurança da pilha, no que diz respeito a possibilidade de ruptura quanto a situação da comunidade do Córrego Meireles, nesse sentindo, vale destacar que a pilha de estéril do Projeto Céu Aberto foi concebida para estocar, de maneira controlada, os materiais presentes na jazida e que não serão aproveitados economicamente, os quais, em sua grande maioria, são caracterizados como solos residuais de decapeamento (top soil). Estes materiais serão dispostos na pilha seguindo as recomendações das normativas vigentes bem como as melhores práticas e técnicas de terraplanagem com especial atenção ao manejo e controle das águas pluviais. O processo de construção da PDE se assemelha a uma obra de terraplenagem envolvendo a dinâmica de desaterro e reaterro dos materiais na sua condição in situ, ou seja, não se incorpora água ou outros materiais no processo. Dito isso, qualquer eventual instabilização que possam ocorrer nos taludes da PDE ficaria restrita aos limites de PDE e suas imediações (área de drenagem e acessos, conforme figura abaixo), os materiais nela dispostos não são passíveis de mobilizações significativas devido à sua baixa umidade.

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 457

Figura 2 - Área de drenagem e acessos da pilha.

1.4. Do subdimensionamento da vida útil e possível fragmentação do processo de licenciamento

O projeto contempla um prazo de 6 meses de implantação, 8,5 anos de operação de mina e 6 meses para desmobilização e fechamento de mina. O ano da cava final apresentado nos estudos refere-se ao ano 9, considerando a vida útil da jazida de 8,5 anos e os 6 meses para instalação do empreendimento.

Quanto a presença de itabiritos com baixo teor de ferro, tem-se sua ocorrência na área de operação do empreendimento, no entanto, não há viabilidade técnico-econômica para seu aproveitamento, em função do baixo teor de ferro. O itabirito encontra-se posicionado principalmente em camada abaixo da hematita compacta. No planejamento de lavra, o itabirito extraído durante a operação será destinado para a pilha de estéril.

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 458

1.5. Consumo de água pelo empreendimento

A água utilizada nas áreas de apoio do empreendimento, tais como escritório, refeitório, almoxarifado, será proveniente de caminhão pipa que será contratado previamente ao início das operações do empreendimento. Após emissão da licença, a água adquirida através de caminhão pipa deverá ser armazenada em reservatório no empreendimento. O empreendimento não fará o uso da Certidão nº 270115/2021 tanto que, após o vencimento da referida, não houve a emissão de nova certidão.

2. Equipe técnica

O Estudo de Impacto Ambiental do empreendimento foi elaborado incialmente pela empresa Nativa Serviços Ambientais Ltda. Os estudos foram realizados entre os anos de 2021/2022, considerando a suspensão de análise do processo causada por ação civil pública, e para sua retomada após 2 anos fez-se necessária a atualização e adequação do estudo original. Tal adequação e atualização foi coordenada pelas empresas de consultoria Sempar Consultoria Ambiental e Instituto Gestão Verde.

A empresa Sempar Consultoria Ambiental foi representada nos estudos pela Engenheira Ambiental e Sanitarista Izabele Cristina Silva Andrade que, conforme disposto no quadro 2 do EIA, foi responsável pela revisão e atualização do EIA e Estudo Locacional de Reserva da Biosfera.

O Instituto Gestão Verde foi representado nos estudos pelos profissionais Lucas Martins de Bernardi Zica, Geógrafo, responsável pelas áreas de influência, avaliação de impactos e Plano de Controle Ambiental; e Flavia Peres Nunes, Bióloga, responsável pela revisão e atualização do EIA/RIMA.

O RIMA foi atualizado pela consultoria Instituto Gestão Verde conforme mencionado no próprio estudo. Assim como o EIA, o RIMA foi elaborado com base nos estudos feitos anteriormente pela consultoria Nativa Serviços Ambientais Ltda.

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 459

Considerando a responsabilidade técnica na elaboração dos estudos os profissionais mencionados emitiram Anotação de Responsabilidade Técnica, as quais foram juntadas e constam no Anexo II do Estudo de Impacto Ambiental.

A atualização dos estudos foi coordenada pelos responsáveis das consultorias Sempar e Gestão Verde como consta em quadro 2 do EIA.

A Nota técnica elaborada pela Gesta na página 21 questiona a respeito do Relatório de Impacto no Tráfego quanto a lacuna temporal da elaboração do mesmo (2022/2023), e a atualização do EIA (05/2024). Ao longo do referido relatório, foram conduzidas análises de Níveis de Serviço (NS) para cenários compatíveis com a avaliação quantitativa dos impactos gerados pela operação do projeto Céu Aberto, com e sem o compartilhamento das vias com o tráfego da Mineradora Herculano, empreendimento próximo à área em estudo. Os níveis de serviço foram obtidos utilizando a metodologia estabelecida pelo Highway Capacity Manual (HCM) 2010, por meio do software Aimsun, amplamente aceito em análises de tráfego.

Considerando as análises e conclusões apresentadas no relatório, concluiu-se que a operação do projeto Céu Aberto gerará impacto pouco significativo na circulação do sistema viário de seu entorno, apresentando níveis de serviço A e B, que são excelentes. Entretanto, o relatório ressalta a necessidade de implementar as melhorias viárias previstas, como a pavimentação de vias, as quais deverão ser plenamente executadas antes do início das operações.

No que se refere às atualizações necessárias no contexto do relatório, observa-se que ambas as mineradoras mencionadas no estudo, Céu Aberto e Herculano, não estão em operação até o momento. Além disso, a estrada Floriano, mencionada no estudo, já foi pavimentada, o que representa um avanço positivo e esperado para a viabilidade do tráfego na região.

Ademais, as vias analisadas são, em sua maioria, estradas rurais com baixo volume de tráfego. A janela temporal entre a conclusão do estudo e o momento atual não é suficiente para indicar um aumento significativo no volume de tráfego que

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 460

comprometeria as conclusões do relatório. Dessa forma, não há indícios de que o crescimento do tráfego geral seja expressivo a ponto de invalidar as conclusões previamente alcançadas. Diante disso, pode-se concluir que as análises descritas no Relatório de Impacto no Tráfego (RIT) permanecem válidas e aplicáveis ao cenário atual, não sendo necessárias revisões neste momento.

É levantado junto à Nota técnica elaborada pela Gesta a carência de profissionais relacionados às ciências sociais e com formação adequada à compreensão dos efeitos sobre as territorialidades dos grupos sociais afetados e sobre o patrimônio histórico e cultural. No entanto, os estudos socioambientais foram elaborados por profissional da área de ciências humanas e sociais. O profissional responsável pelo diagnóstico socioeconômico é graduado em Ciências Sociais (UFMG, 1981), e mestre em Geografia (UFMG, 2005), formação esta que o habilita como responsável pelo diagnóstico socioeconômico.

Quanto ao questionamento sobre a elaboração de Estudo de Componente Quilombola, a Instrução Normativa INCRA nº 111/2021 dispõe sobre os procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária nos processos de licenciamento ambiental de obras, atividades ou empreendimentos que **impactem terras quilombolas.**

Conforme bem mencionado na Nota Técnica, a referida IN, em seu Cap. I, Art. 4, inciso V, disserta acerca do Estudo de Componente Quilombola – ECQ. Vejamos:

> Estudo do Componente Quilombola - ECQ: estudo elaborado pelo empreendedor após a aprovação do **Plano de Trabalho**, e que, como requisito para a obtenção de Licença Prévia, indica os impactos socioambientais **sobre terras quilombolas relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de obra, atividade ou empreendimento**. O ECQ analisa os impactos ambientais do empreendimento e de suas alternativas, por meio de identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes, os quais devem estar classificados de acordo com os atributos dispostos na Resolução Conama nº 01, de 23 de janeiro de 1986, e suas alterações;

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 461

Ainda conforme a IN INCRA nº 111/2021, mais especificamente no Art. 7º é disposto:

> Identificada **terra quilombola na Área de Influência Direta - AID** de empreendimento, o Incra, sob orientação do órgão licenciador, estabelecerá contato com os integrantes da comunidade a fim de organizar as oitivas.
>
> § 1º As comunidades quilombolas serão ouvidas, antes da manifestação do Incra, a respeito dos seguintes documentos produzidos pelo empreendedor: **Plano de Trabalho**, **ECQ**, PBAQ, Relatório Final e aqueles relativos a renovação e corretivos, quando houver. Em conformidade com o dispositivo legal mencionado, o Estudo de Impacto Ambiental apresenta um tópico específico para Definição das Áreas de Estudo, seguindo as diretrizes metodológicas dos órgãos ambientais, cuja delimitação baseia-se na área onde podem ocorrer possíveis interações entre as atividades realizadas pelo empreendimento e os componentes ambientais locais.

Sendo assim, a área de estudo foi delimitada a partir das características ambientais da área onde está localizado o empreendimento, com base nos estudos temáticos realizados para o meio físico, biótico e socioeconômico, que podem receber a incidência dos possíveis impactos que poderão ser gerados pelo empreendimento em pauta. É, portanto, o resultado dessa dinâmica de definição da área de influência, observando-se, ainda, as determinações do Termo de Referência (TR) geral da SEMAD para orientação do desenvolvimento do EIA.

De acordo com o TR, em relação ao meio socioeconômico a investigação levou em conta o seguinte conceito: "*Área de Estudo Local (AEL)-: compreende, além da própria área diretamente afetada com relação aos meios físico e biótico, as áreas das localidades urbanas - vilas, povoados, etc. - próximas da área de inserção do empreendimento*."

Desse modo, a AEL do meio socioeconômico foi delimitada a partir da pré-análise de possíveis impactos decorrentes das etapas do empreendimento. Levou-se em conta a AEL determinada pelo meio físico (relacionada a impactos potenciais de dispersão de particulados atmosféricos, ruído, poluição da água e alteração da paisagem), bem

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 462

como as comunidades que **poderiam ser afetadas por estes impactos potenciais** ou por interferências em acessos compartilhados próximos ao empreendimento.

Ao concluir a análise mencionada, foi possível definir em quais locais os possíveis impactos poderiam atingir, e a partir de então foi definido o limite da área geográfica que poderia ser diretamente ou indiretamente afetada pelos possíveis impactos do empreendimento.

Ainda nesse contexto, é importante destacar que a área diretamente afetada – ADA, corresponde à área onde haverá alteração **direta sobre o uso e cobertura do solo**, para realização das intervenções necessárias à implantação e operação do empreendimento.

Já a área de influência direta – AID, relacionada ao meio socioeconômico, é formada pelas propriedades inseridas na Fazenda Céu Aberto, além das que estão localizadas no entorno do empreendimento, na localidade conhecida como Córrego dos Meireles, e das vias de acesso vicinais que levam ao empreendimento. É valido ressaltar que a delimitação da AID para o meio socioeconômico reside no fato de que, sobre estas propriedades, poderão incidir diretamente os impactos gerados pelo empreendimento.

Portanto, ao concluir o diagnóstico referente ao meio socioeconômico, foi possível verificar que não há comunidades quilombolas na AID, de forma que não se aplica a referidas Instrução Normativa nº 111/2021, mais especificamente o disposto do Cap. I, Art. 4º, inciso V, uma vez que não foram identificados impactos socioambientais sobre terras quilombolas que pudessem justificar a realização do Estudo do Componente Quilombola – ECQ.

É questionado pela Gesta quanto à informação localizada junto ao tópico 12.3.3. Diagnóstico da Área de Estudo Local a respeito da realização do levantamento socioeconômico 3 profissionais e que tais profissionais não constam na tabela referente à equipe técnica responsável pelo EIA/RIMA. É importante ressaltar que, como bem disposto pela Gesta, a tabela traz listados os responsáveis técnicos, nesse

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 463

sentido, as entrevistas de campo foram conduzidas por profissionais contratados para este fim, sob o acompanhamento da equipe informada no EIA, página 32.

3. Metodologia

Inicialmente, destaca-se que conforme descrito nas páginas 609/610 do Estudo de Impacto Ambiental, a área do estudo socioeconômico foi delimitada considerando as possíveis interações entre o empreendimento o meio em que está inserido.

Foram seguidas as diretrizes contidas no Termo de Referência disponibilizado pela SEMAD, o qual prevê na página 38:

> "O diagnóstico do meio socioeconômico deve traçar um perfil das comunidades afetadas pelo empreendimento e, em especial, pela supressão de vegetação requerida no projeto em análise, identificando os atores envolvidos, analisando suas relações com o ambiente em que vivem e reconhecendo os impactos percebidos pela própria comunidade. Incorporando ao diagnóstico informações sobre necessidades, modos de vida e aspirações das populações envolvidas, é possível compreender melhor os efeitos potenciais do projeto sobre essas populações e destacar os aspectos socioculturais que mais serão afetados para possibilitar que o processo decisório seja pautado em favor de seu bem-estar."

3.1. Sobre os procedimentos de amostragem

As amostragens colhidas no Estudo de Impacto Ambiental consideraram as áreas em que haverá impacto.

Da leitura do Estudo de Impacto Ambiental, percebe-se que todo o item 12.3. distingue a área de estudo regional, que leva em conta todo o Município de Serro, onde o empreendimento será instalado, e a área de estudo local, considerando as comunidades direta ou indiretamente afetadas.

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 464

Insta salientar que a AER compreende obrigatoriamente o município em cujo território se insere, podendo incorporar outros municípios que porventura recebam impactos diretos ou indiretos da propriedade.

O tópico “Avaliação de Impacto Ambiental” constante das páginas 782 a 847 mostra que a avaliação não registrou impactos diretos ou indiretos em outros municípios vizinhos.

Lado outro, foram consideradas como AEL as residências inseridas na Fazenda Céu Aberto, além das residências que estão localizadas no entorno do empreendimento, das estradas principais, das estradas vicinais de acesso ao empreendimento e as populações que vivem nas margens delas, quais sejam, Comunidade de Córrego Meireles, Comunidade Quilombola Queimadas, Comunidade de Floriano, Comunidade do Condado e Comunidade de Mumbaça.

A demonstração da delimitação das áreas de estudo está nos mapas de páginas 613 e 696 do EIA. Na página 698 do estudo existe um mapa com a identificação de todas as comunidades consideradas afetadas pela instalação/operação do empreendimento.

O resultado do trabalho de campo nas comunidades Floriano, Mumbaça e Condado foram organizados de maneira consolidada tendo em vista a proximidade dessas localidades.

Por fim, o diagnóstico socioeconômico da área de influência do empreendimento apresenta uma descrição e análise dos recursos ambientais e sociais. Quanto ao meio socioeconômico, é apresentado o uso e ocupação do solo, usos da água e aspectos socioeconômicos. As relações de dependência entre a sociedade local e os recursos ambientais são expressas principalmente a partir da identificação e percepção da comunidade dos desafios, principalmente relacionados a infraestrutura (uso de água, saneamento básico, entre outros).

Além disso, a percepção do território e da atividade do empreendimento permite identificar a utilização futura desses recursos.

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 465

3.2. Sobre a inadequação do trabalho de campo e os danos causados pela falta da pesquisa qualitativa

O diagnóstico socioeconômico consiste na captação de dados primários e secundários relativos à dinâmica social, envolvendo os laços de relacionamentos entre os integrantes da área de estudo. A principal função de um diagnóstico é identificar os pontos de conflitos e as potencialidades na área em estudo. Essas informações serviram de base para a formulação de ações correspondentes e adequadas a cada local e situação, página 614 do EIA.

As entrevistas realizadas no referido diagnóstico também versam sobre os laços comunitários e familiares.

Os estudos socioambientais e socioeconômicos foram realizados por equipe multidisciplinar, incluindo profissionais das áreas de ciências humanas e sociais. O profissional responsável pelo diagnóstico socioeconômico é graduado em Ciências Sociais (UFMG, 1981) e mestre em Geografia (UFMG, 2005), formação esta que o habilita como responsável pelo diagnóstico socioeconômico.

Para o Diagnóstico da Área de Estudo Local, "foi adotada uma combinação de técnicas quantitativas e qualitativas, incluindo um roteiro de entrevista semiestruturada e a observação participante" conforme descrito na página 697 do EIA.

A leitura do referido Diagnóstico permite a compreensão tanto de dados quantitativos produzidos nas entrevistas semiestruturadas quanto de dados qualitativos advindos da observação participante.

Vê-se que a pesquisa tem natureza qualiquantitativa, visto que faz uma abordagem de dados numéricos e não numéricos. Vide anexo IX.

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 466

3.3. Sobre a improbidade intelectual presente no estudo

Nas páginas 29 e 30 da Nota Técnica emitida pela Gesta têm-se a acusação de plágio nos itens 12.3.2, na subseção "Processo de Ocupação e Formação Administrativa do Serro", além de demais reproduções de textos de autorias sem referência ao longo do documento. A nota informa que os trechos foram listados no Anexo 1 do documento.

O plágio é a cópia não autorizada de texto integral ou parcial de texto, obra ou ideia e diz respeito aos direitos autoriais de quem criou algo. Assim, existem textos públicos, de domínio popular, de lei, dentre outros, que a reprodução não violaria (em tese) tais direitos.

Assim, para a configuração de plágio, é preciso de reprodução fidedigna do texto copiado, em quantidade suficiente de ideias que, mesmo parcialmente, possa dar a entender que o texto novo não existiria sem a cópia.

Assim, para configuração de plágio é preciso apontar o texto copiado e o texto que utilizou-se da cópia, bem como a origem do texto copiado.

Ademais, as normas de licenciamento possuem rigor técnico e não acadêmico, sendo que são duas formas sabidamente diferenciadas de atuação e aplicação de regras científicas e nenhuma norma estadual determina que os estudos ambientais devam seguir as regras da ABNT.

A utilização da citação/referência em estudos ambientais e demais estudos não conta como citação/referência para autor no currículo lattes, por exemplo e em nada (do ponto de vista legal) depõe contra os estudos, que são técnicos e dizem respeito ao empreendimento e seu impacto e não sobre quem escreveu texto "a", "b" ou "c".

Sendo assim, refutamos tanto a acusação de cópia irregular (sem provas) como também a natureza do questionamento, em um processo de licenciamento ambiental.

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 467

3.4. Sobre a inadequação da pesquisa de percepção socioambiental como fonte exclusiva de dados primários sobre o meio socioeconômico

Frisa-se que o Estudo de Impacto Ambiental foi elaborado por profissionais competentes e capacitados para tal.

No Diagnóstico da Área de Estudo Local foi adotada uma combinação de técnicas quantitativas e qualitativas, incluindo um roteiro de entrevista semiestruturada e a observação participante, página 697 do EIA. A leitura do referido Diagnóstico permite a compreensão tanto de dados quantitativos produzidos nas entrevistas semiestruturadas quanto de dados qualitativos advindos da observação participante.

Adiante na análise, a amostra de 32 pessoas no diagnóstico socioambiental foi composta seguindo a metodologia de Amostragem por Bola de Neve, em que o participante inicial indica os próximos participantes e assim por diante.

Importante registrar que a ausência do número total de pessoas das comunidades não compromete a validade do estudo, pois a amostra foi selecionada de forma aleatória, garantindo a representatividade das localidades analisadas.

A abordagem qualitativa adotada permite identificar padrões e tendências significativos, o que assegura a relevância e a validade do diagnóstico.

Os temas suscitados foram abordados em variados pontos do EIA, como:

1. Uso e ocupação do solo:

    1.1. Uso e ocupação da composição da flora na área diretamente afetada (página 290);

    1.2. Uso e ocupação do solo do Município de Serro (página 617);

    1.3. Diagnóstico da Área de Estudo Local (página 780).

2. Aspectos culturais e históricos:

2.1. Área de Estudo Meio Socioeconômico (item 11.2, página 161 e seguintes);

2.2. Diagnóstico do Meio Socioeconômico (item 12.3.1, páginas 608 e seguintes);

2.3. Avaliação de Impacto Ambiental (item 13, páginas 814 e 839).

Essas abordagens permitiram a coleta de dados abrangentes sobre aspectos como renda, ocupação, saúde, acesso a serviços básicos, e percepção dos moradores sobre o empreendimento. A pesquisa incluiu 50 questões organizadas em cinco eixos temáticos: Sociodemográfico, Composição e características do domicílio, Atividades existentes na propriedade, Percepção quanto ao local, e Percepção em relação ao empreendimento, proporcionando uma visão detalhada das comunidades inseridas na AEL. Vide anexo IX.

As informações sobre os usos de água da área de estudo regional são apresentadas no diagnóstico do meio socioeconômico, a partir dos dados obtidos no Censo de 2022. São apresentadas as formas de abastecimento da população na página 628. Quanto as áreas de estudo local, a caracterização dos territórios dispõe sobre as principais formas de abastecimento das comunidades, bem como os desafios elencados (páginas 694 a 781).

Foi informado que o abastecimento de água para consumo humano em Condado é realizado pela nascente Boqueirão.

Conforme informado na página 763 do EIA, os estudantes até 5ª série da comunidade de Condado frequentam a Escola Municipal Zeca Nunes, que fica na própria comunidade em frente ao Bar do Gonçalo, devendo se deslocar até o Serro nos anos seguintes. As escolas de referência citadas pelos entrevistados foram a Escola Estadual Joaquim Salles e a Escola Estadual Ministro Edmundo Lins. A comunidade é atendida por transporte escolar que sai pela manhã e retorna à tarde. Existe atendimento com clínico geral na comunidade uma vez ao mês e é realizado na Escola Municipal Zeca Nunes, devendo os moradores se deslocarem até o Serro para realizar exames e consultas de outras especialidades médicas.

No quadro exposto na página 767 do EIA contém informações acerca da fonte de renda familiar das comunidades de Condado, Floriano e Mumbaça.

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 469

Não foi verificada a existência de escolas nas comunidades de Mumbaça e Floriano. Portanto, a população estudantil ali residente deve se deslocar ao Município de Serro. Do mesmo modo, não há registro de postos de saúde nas referidas comunidades, razão pela qual os moradores necessitam utilizar dos serviços de saúde do Município de Serro.

De modo geral, a expectativa de que a atividade de mineração traga investimentos em infraestrutura e serviços públicos foi identificada na pesquisa de percepção com as comunidades. Entrevistados citaram a necessidade de investimento em infraestrutura para ampliar os serviços públicos atualmente ofertados, principalmente os de saúde.

Depreende-se, portanto, que foram usados dados primários obtidos a partir das pesquisas de campo, bem como de dados secundários, extraídos das fontes oficiais, tais como o IBGE.

4. Áreas de Estudo e Áreas de Influência

4.1. Das Lacunas e inconsistências na delimitação das Áreas de Estudo

É apresentado na Nota técnica elaborada pela Gesta em sua página 33, questionamentos a respeito dos critérios utilizados para delimitação da área de estudo do meio socioeconômico, no tópico "Definição das Áreas de e Estudo" das páginas 609-613 do EIA. "Para a distinção das áreas de estudo do empreendimento em relação ao meio socioeconômico e cultural, foram consideradas as possíveis interações entre o empreendimento e aquele meio e vice-versa. Essas áreas foram então estabelecidas neste diagnóstico a partir da disponibilização de informações existentes sobre a área onde está localizado o empreendimento, posteriormente, nos resultados e conclusões dos estudos diagnósticos temáticos e do prognóstico ambientais integrados e, em especial, daqueles advindos da identificação, caracterização e avaliação dos possíveis impactos que poderão ser gerados pelo empreendimento em pauta. É, portanto, o resultado dessa dinâmica de definição das

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 470

áreas de influência que ora se apresenta, observando-se, ainda, que para tal foram também consideradas as determinações do Termo de Referência (TR) geral da SUPRAM para orientação do desenvolvimento do EIA.

De acordo com o TR, em relação ao meio socioeconômico a investigação levou em conta os conceitos abaixo:

Área de Estudo Regional (AER) - compreende obrigatoriamente o município em cujo território se insere a Área de Estudo Local, podendo incorporar outros municípios que porventura recebam impactos diretos ou indiretos da propriedade.

Área de Estudo Local (AEL)-: compreende, além da própria área diretamente afetada com relação aos meios físico e biótico, as áreas das localidades urbanas - vilas, povoados, etc. - próximas da área de inserção do empreendimento.

Levou-se em conta a AEL determinada pelo meio físico (relacionada a impactos potenciais de dispersão de particulados atmosféricos, ruído, poluição da água e alteração da paisagem), bem como as comunidades que poderiam ser afetadas por estes impactos

potenciais ou por interferências em acessos compartilhados próximos ao empreendimento. Nesse sentido, foram consideradas a Comunidade de Córrego do Meireles, a Comunidade Quilombola de Queimadas, a Comunidade de Floriano, a Comunidade de Condado e a Comunidade de Mumbaça, todas no município de Serro."

Quanto à diferenciação das Áreas de Estudo Local e Área de Estudo Regional, o mapa da AEL é apresentado na página 696 do EIA. Além disso, o estudo traz as informações de forma detalhada nos seguintes tópicos: Definição das áreas de estudo – páginas 609 a 613 e Definição das Áreas de Influência – páginas 848 a 864 do EIA.

O Raio do buffer criado para delimitação da AEL é de 6, 125 quilômetros, com uma área total de 124,84 quilômetros quadrados.

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 471

O buffer considera a área de abrangência das entrevistas localizadas nas comunidades Córrego dos Meireles, Comunidade Quilombola de Queimadas, Floriano, Condado e Mumbaça, as quais foram delimitadas a partir da pré-análise de possíveis impactos decorrentes das etapas do empreendimento.

Têm-se o questionamento a respeito da não inclusão do município de Santo Antônio de Itambé na ERA. Nesse sentindo, vale ressaltar que a Área de Estudo Regional compreende obrigatoriamente o município em cujo território se insere a Área de Estudo Local, podendo incorporar outros municípios que porventura recebam impactos diretos ou indiretos da propriedade.

No tópico "Avalição de Impacto Ambiental" nas páginas 782-847, não foram registrados impactos diretos ou indiretos em outros municípios vizinhos.

4.2. Da insuficiência do diagnóstico da Área de Estudo Local

É questionada na nota técnica elaborada pela Gesta a razão pela qual as comunidades de Floriano, Mumbaça e Condado são tratadas de forma conjunto e a ausência do número total de moradores ou núcleos familiares que compõe tais comunidades, páginas 38 e 39). Nesse contexto, os resultados do trabalho de campo nas comunidades Floriano, Mumbaça e Condado foram organizados de maneira consolidada tendo em vista a proximidade dessas localidades.

A ausência do número total de pessoas da comunidade não compromete a validade do estudo, pois a amostra foi selecionada de forma aleatória, garantindo a representatividade das localidades analisadas. A abordagem qualitativa adotada permite identificar padrões e tendências significativas, o que assegura a relevância e a validade do diagnóstico.

Ainda é afirmado através da Nota técnica elaborada pela Gesta, que as informações apresentadas sobre as comunidades inseridas na AEL são insuficientes para permitir uma compreensão da vulnerabilidade e resiliência desses grupos aos impactos do empreendimento. No entanto, o EIA adotou uma metodologia que combinou técnicas, quantitativas e qualitativas, utilizando um roteiro de entrevista semiestruturado e

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 472

observação participante. Essas abordagens permitiram a coleta de dados abrangentes sobre aspectos como renda, ocupação, saúde, acesso a serviços básicos, e percepção dos moradores sobre o empreendimento. A pesquisa incluiu 50 questões organizadas em cinco eixos temáticos: sociodemográfico, composição e características do domicílio, atividades existentes na propriedade, percepção em relação ao empreendimento, proporcionando uma visão detalhada das comunidades inseridas na AEL.

Quanto ao uso de águas nas localidades, as informações da área de estudo regional são apresentadas no diagnóstico do meio socioeconômico, a partir dos dados obtidos no Censo de 2022. São apresentadas as formas de abastecimento da população, página 628. Quanto às áreas de estudo local, a caracterização dos territórios dispõe sobre as principais formas de abastecimento das comunidades, bem como os desafios elencados, páginas 694 a 781.

Quanto ao meio socioeconômico, é apresentado o uso e ocupação do solo, usos da água e aspectos socioeconômicos. As relações de dependência entre a sociedade local e os recursos ambientais são expressas principalmente a partir da identificação e percepção da comunidade dos desafios, principalmente relacionados a infraestrutura (uso de água, saneamento básico, entre outros). Além disso, a percepção do território e da atividade do empreendimento permite identificar a utilização futura desses recursos.

No que diz respeito a ausência de um antropólogo, os estudos socioambientais foram realizados por equipe multidisciplinar, incluindo profissional da área de ciências humanas e sociais.

Ainda é dito na nota técnica elaborada pela Gesta, que o estudo desconsidera as redes de sociabilidade que articulam as famílias e as comunidades da região. Como apontado, o diagnóstico socioeconômico consiste na captação de dados primários e secundários relativos à dinâmica social, envolvendo os laços de relacionamentos entre os integrantes da área de estudo. A principal função de um diagnóstico é identificar os pontos de conflitos e as potencialidades na área em estudo. Essas

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 473

informações serviram de base para a formulação de ações correspondentes e adequadas a cada local e situação (página. 614 do EIA). As entrevistas realizadas no referido diagnóstico também versam sobre os laços comunitários e familiares.

É afirmado pela nota técnica elaborada pela Gesta, que a forma de condução dos levantamentos socioeconômicos conduz a uma falsa imagem de escassez a ser suprida pela chegada do empreendimento minerário à região. Entretanto, a expectativa de que a mineração traga investimentos em infraestrutura e serviços públicos foi identificada na pesquisa de percepção com as comunidades. Entrevistados citaram a necessidade de investimento em infraestrutura para ampliar os serviços públicos atualmente ofertados, principalmente os de saúde.

Além disso, quanto ao conhecimento do projeto pelos entrevistados, houve apresentação do projeto em audiência pública realizada pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente (CODEMA) em 14/02/2022.

4.3. Sobre os critérios utilizados para a definição das Áreas de Influência

Conforme o item 14. Áreas de Influência na página 848 do EIA, para a definição foi considerado o inciso III do artigo 5º, da Resolução CONAMA nº 01/86, que estabelece a definição dos limites da área geográfica. Com base nos estudos realizados (Diagnostico Ambiental e Avaliação de Impactos), e de acordo com a significância e abrangência destes impactos, as áreas de influência foram delimitadas. Ainda, vale ressaltar que os dados primários foram obtidos através dos estudos ambientais desenvolvidos na ADA e AID.

No que se refere à avaliação dos impactos cumulativos e sinérgicos, o Item 13.2.3 Análise dos Impactos cumulativos e Sinérgicos localizados, a página 826 do EIA apresenta a metodologia utilizada para a definição destes impactos. Não são citadas as empresas localizadas na região, mas é citado a vocação minerária que há no local, e os impactos cumulativos e sinérgicos levaram em consideração todas as possíveis integrações entre eles. No mesmo sentido, no Relatório de Impacto no Tráfego – RIT

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 474

(Anexo VIII do EIA) são levantados a sinergia e os possíveis impactos quanto à utilização das estradas pelo empreendimento Herculano e Céu Aberto.

Acerca da apresentação de justificativas para a delimitação da área diretamente afetada (ADA) e das áreas de influência do meio socioeconômico, a ADA é a área onde ocorrerão as intervenções necessárias para a implantação do empreendimento. Em se tratando de uma mineração, o corpo minerário está localizado em um local geologicamente propício a ter essa característica, não havendo a possibilidade de alteração deste local. A AID do meio socioeconômico foi caracterizada como a área mais próxima ao empreendimento onde os impactos diretos do empreendimento incidirão. Portanto, foram consideradas as propriedades inseridas na Fazenda Céu Aberto, as fazendas localizadas ao entorno do empreendimento, na localidade conhecida como Córrego dos Meireles e as vias de acesso ao empreendimento.

Embora seja aspecto fundamental no processo de avaliação de impacto ambiental, não há na legislação em vigor definições claras quanto aos critérios de delimitação das áreas de influência, uma vez que tais definições decorrem da avaliação dos efeitos/impactos de um determinado empreendimento.

É questionado na Nota Técnica elaborada pela Gesta o motivo pelo qual não foram consideradas as relações diretas das comunidades da região com o Córrego Siqueira e outros cursos d'água. É importante ressaltar que o empreendimento não afetará o uso e a qualidade da água dos córregos Siqueira e Teixeira, uma vez que o método de funcionamento da mineração não utiliza água em seu processo produtivo, sendo a Unidade de Tratamento a seco.

A Nota técnica elaborada pela Gesta levanta a afirmação de que a ADA proposta pelo EIA exclui áreas que integram claramente a zona afetada pela instalação e operação do empreendimento. De acordo com o que dispõe a Resolução CONAMA nº 01/1986 a ADA é a área onde efetivamente haverá ocupação pelo empreendimento. Essa é a área útil do empreendimento, onde os projetos executivos são desenvolvidos para a adequada e sustentável operação do empreendimento.

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 475

No que tange à escala dos mapas apresentados, o EIA apresenta diversos mapas e outras representações cartográficas em diferentes escalas e abrangência territorial, de forma a contextualizar amplamente as informações necessárias ao processo de licenciamento ambiental.

As atividades do projeto não se associam a aspectos ambientais que influenciam negativa ou positivamente relações hidrossociais, considerando o supracitado quanto a utilização de recursos hídricos pelo empreendimento. A delimitação das áreas de influência se dá pela espacialização dos impactos.

A Área Diretamente Afetada do empreendimento, compreende toda a área que será intervinda diretamente para implantação de todas as estruturas necessárias à operação do empreendimento, o que não deve se confundir a Área de Influência Direta do empreendimento que abrange a área do entorno do empreendimento que sofrerá influência direta dos impactos provenientes da implantação e operação do empreendimento.

É afirmado pela Nota Técnica elaborada pela Gesta que a definição da AID do meio socioeconômico é feita a partir de um viés estritamente territorial/patrimonialista.

Como já demonstrado exaustivamente, a AID do meio socioeconômico se baseou nos estudos realizados (Diagnóstico Ambiental e Avaliação de Impactos), e de acordo com a significância e abrangência destes impactos as áreas de influência foram delimitadas.

Conforme detalhado no EIA, página 609, "a ênfase do diagnóstico do meio socioeconômico será dada nos locais que envolvem comunidades locais, vilarejos e distritos, envolvendo desde pequenas concentrações populacionais até as sedes dos municípios que recebem os impostos provenientes do empreendimento." Assim, o estudo não se ateve apenas às propriedades, mas à leitura do territorial de maneira geral.

Ainda é questionado sobre a ausência de dados a respeito da comunidade localizada na AID, no entanto tais dados são apresentados junto ao Diagnóstico da Área de

Estudo Local. No que se refere à delimitação da AID socioeconômico, como exposto na página 848 do EIA, a "Área de Influência Direta (AID) corresponde: "à área passível de ser afetada pelos impactos significativos (impactos de média magnitude, alta magnitude ou críticos) positivos ou negativos, diretos e decorrentes da implantação e operação do empreendimento, além daquela que compreende às interseções ond e o tráfego gerado pelo empreendimento será intensificado. A sua delimitação levou em consideração a incidência de impactos diretos, ou seja, de ordem primária, sobre os componentes ambientais."

A AID do meio socioeconômico é formada por 8 propriedades rurais localizadas na comunidade Córrego do Meireles. Essa é a comunidade mais próxima ao empreendimento e cabe ressaltar que algumas dessas propriedades já são do Onix Céu Aberto Mineração. As demais comunidades estão mais afastadas da ADA e inseridas na AII do empreendimento.

As redes de produção, trocas e sociabilidade que se estendem para além dos limites das propriedades são completamente desconsideradas, assim como as territorialidades específicas dessas comunidades (Gesta, 2024, página 54). No Diagnóstico Ambiental do Meio Socioeconômico, que envolve os Diagnósticos da Área de Estudo Regional e da Área de Estudo Local, "as territorialidades específicas" são abordadas de múltiplas formas (páginas 608 a 781), com detalhamento e caracterização da área de estudo regional e local.

Com relação a utilização das microbacias do Córrego Siqueira e do Córrego Teixeira na delimitação das Áreas de Influência, a delimitação da AID para o meio socioeconômico reside no fato de que essas propriedades podem receber diretamente os potenciais impactos decorrentes da implantação e operação do empreendimento. Essa delimitação está inserida na microbacia dos córregos e não foi desconsiderada a interação entre os meios físico, biótico e o socioeconômico. A delimitação da AID ajuda a identificar os impactos ambientais e socioeconômicos causados por um empreendimento, assim como proporciona uma melhor gestão e proteção dos recursos hídricos nas áreas que demandam maior atenção, fornecendo

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 477

informações fundamentais para a promoção de ações de gestão, facilitando também o monitoramento das medidas de mitigação e controle contínuo dos impactos, resultando na eficácia dessas medidas.

As microbacias do Córrego Siqueira e do Córrego Teixeira são consideradas na Área de Influência Direta dos Meios Físicos e Bióticos. Já a Área de Influência Indireta do Meio Socioeconômico compreendeu todo o território do Município do Serro, página 864.

Para os impactos sobre cursos d'água, têm-se no Diagnóstico Ambiental do Meio Físico, uma seção específica para análise da Qualidade das Águas Superficiais, páginas 261 a 269. Na Avaliação de Impacto Ambiental, há a identificação de "Alteração quantitativa e qualitativa das águas superficiais", página 797. Entre os Programas Ambientais propostos, consta o "Programa de Monitoramento de efluentes líquidos e qualidade das águas superficiais e subterrâneas", página 866. Já no Prognóstico Ambiental Com Instalação do Empreendimento, página 870, há a prognóstico de "Assoreamento e alteração na qualidade das águas superficiais"

Os potenciais impactos sobre os cursos d'água foram analisados com profundidade a partir das áreas diretamente afetadas, conforme detalhado no EIA. Para a mitigação do impacto sobre as águas superficiais devido à supressão de vegetação e à movimentação de terras que ocorrerá para a implantação do empreendimento, a Onix Céu Aberto irá executar o Programa de Tratamento, Gestão e Controle dos Efluentes líquidos e das Águas Superficiais e a Manutenção do Sistema de Drenagem Pluvial junto com o Programa Monitoramento de Efluentes Líquidos e Qualidade das Águas Superficiais e subterrâneas que promoverá o adequado controle e mitigação desse impactos.

Cabe ressaltar que o empreendimento não fará utilização de recurso hídrico durante processo produtivo, haja vista que a unidade de tratamento de minério a ser instalada será a seco. Sendo assim, a utilização de recurso hídrico no empreendimento durante a fase de instalação e operação, destinada ao consumo humano, higienização das áreas de apoio, higienização de máquinas e veículos e aspersão das vias de acesso

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 478

será exclusivamente por meio de caminhão pipa e galões de água mineral adquiridos no município de Serro.

Segundo o relatório da Gesta, ao delimitar a AID do meio socioeconômico, o EIA não considera as múltiplas formas de uso e ocupação do solo das comunidades, ignorando, também, as redes de sociabilidade existentes entre as localidades e para com os recursos ambientais. Pode-se considerar então, um subdimensionamento dos impactos gerados pelo empreendimento (Gesta, 2024). No Diagnóstico Ambiental do Meio Socioeconômico, que envolve os Diagnósticos da Área de Estudo Regional e da Área de Estudo Local, buscou-se capturar "as múltiplas formas de uso e ocupação do solo das comunidades", páginas 608 a 781, com detalhamento e caracterização da área de estudo regional e local.

Considerando os potenciais impactos a serem gerados pela atividade do empreendimento, os impactos diretos do meio socioeconômico se limitam à área já apresentada, analisada em função da diversidade de tipologias de uso e ocupação do solo na porção analisada.

O tema comunidades quilombolas é tratado em diversos tópicos do EIA, como: 3. Regularização Ambiental, páginas 37 a 39; em análise de interferência do empreendimento ao fator Terra Quilombola, página 52; na Área de Estudo Local, página 612; na descrição das Comunidades Quilombolas do Município do Serro, páginas 664 a 673; na pesquisa institucional, com entrevista realizada com a liderança da Associação Quilombola de Queimadas, página 674, e outros produtores rurais com propriedade na Comunidade Quilombola de Queimadas, páginas 702 a 716; nos resultados do Diagnóstico da Área de Estudo Local relacionados à Comunidade Quilombola de Queimadas, páginas 722 a 758, localizada a 4,4 Km de distância do projeto minerário; e na identificação das demais comunidades quilombolas da região que estão em Área de Influência Indireta do empreendimento, página 818.

Como consta do EIA, página 849, a "Área de Influência Indireta (AII): "corresponde à área geográfica passível de ser, predominantemente, afetada pelos impactos significativos positivos ou negativos, indiretos e decorrentes da implantação e

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 479

operação do empreendimento. Ou seja, é a área onde incidirão os impactos secundários, resultantes da instalação e operação do empreendimento". Assim, "para a AII do meio socio, considerou o território do município do Serro pois é onde o empreendimento está inserido e os impactos secundários de sua atividade irão incidir, sendo na sede do município ou em suas comunidades e povoados", página 862.

Repita-se, pelo fato de o empreendimento estar integralmente inserido no território do município do Serro, os impactos secundários de suas atividades serão restritos a essa territorialidade, como por exemplo o uso da estrada municipal, arrecadação de impostos, uso de equipamentos públicos, etc.

As relações intermunicipais são abordadas em alguns pontos do EIA, como: no Zoneamento municipal: "A cooperação entre os municípios é fundamental para enfrentar desafios que transcendem as fronteiras municipais e garantir uma abordagem integrada e coordenada para o desenvolvimento sustentável, página 90; na Caracterização do Empreendimento, página 103; na análise dos Recursos Hídricos Superficiais, página 257; na Caracterização da Avifauna, página 464: "Como forma de complementar os trabalhos de levantamento de avifauna, foram efetuadas pesquisas bibliográficas em bases de dados científicos (Museu de História Natural da PUC Minas), licenciamento ambiental e dados catalogados no WikiAves para o município de Serro/MG e municípios limítrofes."; no Diagnóstico do Meio Socioeconômico, página 609: "A ênfase do diagnóstico do meio socioeconômico será dada nos locais que envolvem comunidades locais, vilarejos e distritos, envolvendo desde pequenas concentrações populacionais até as sedes dos municípios que recebem os impostos provenientes do empreendimento."; na definição da Área de Estudo Regional, página 610: "compreende obrigatoriamente o município em cujo território se insere a Área de Estudo Local, podendo incorporar outros municípios que porventura recebam impactos diretos ou indiretos da propriedade."; na descrição do impacto positivo em Geração de Empregos e Renda, página 811, "A aquisição de materiais e equipamentos necessários à implantação do empreendimento, quando possível, serão realizadas nos municípios da AER, beneficiando o comércio e economia

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 480

local e, desta forma, aumentando a geração de emprego local e a renda dos trabalhadores de outros setores".

"A circunscrição dos territórios atravessados pelo Projeto em áreas de influência arbitrariamente delimitadas estabelece rupturas no que tange às territorialidades locais, e subdimensiona os efeitos sobre os modos de vida das populações afetadas" (Gesta, 2024). Os critérios adotados para a definição das áreas de influência estão expostos em seção específica do EIA (páginas 848 a 864) e mencionados ao longo deste documento. Já os efeitos sobre os modos de vida das populações afetadas foram tratados como um impacto próprio denominado Interferência em modos de vida, página 816.

Sobre o tema: "Assim, o presente impacto é negativo, indireto e de momento de ocorrência imediata. A sua duração é permanente e reversibilidade é classificada como irreversível, uma vez que, mesmo com os finais das etapas do empreendimento, o contexto social deverá ser modificado e não retornará à condição original quando cessada a incidência do fator causador do impacto. Vale destacar que o presente impacto também é cumulativo, uma vez que na AEL há presença de outros empreendimentos minerários. A magnitude é classificada como média por ser restrita, a priori, a população do entorno imediato do empreendimento. Já, a severidade é classificada como grande, uma vez que a mudança nos modos de vida pode inviabilizar a reprodução socioeconômica das famílias residentes. Desta forma, o presente impacto é avaliado como significativo", página 817. Como forma de mitigação, o estudo previu na página 818, "Além dos programas presentes nos meio físico e biótico, sugere-se a adoção do Programa de Comunicação Social (PCS), Programa de Educação Ambiental (PEA) e Programa de Monitoramento Socioeconômico".

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 481

5. Comunidades quilombolas

5.1. Sobre a inadequação do conceito de quilombo utilizado no Estudo de Impacto Ambiental

A abordagem das comunidades quilombolas no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do Projeto Céu Aberto foi baseada em uma definição tradicional de quilombo, associando-o ao refúgio de escravos fugidos. O objetivo inicial era contextualizar o conceito dentro do patrimônio cultural do município do Serro, utilizando o portal da prefeitura como fonte local e alinhando o estudo à visão institucional da comunidade.

No entanto, apesar das ressignificações contemporâneas do conceito de quilombo nas ciências sociais e na legislação vigente, como indicado pelo Decreto 4.887/2003, a escolha dessa definição utilizada no Estudo, teve o propósito de facilitar a compreensão inicial para o público geral, com base no conhecimento histórico comum da região.

5.2. Apontamentos sobre o não reconhecimento dos núcleos que compõem o território do Quilombo de Queimadas.

A não citação dos nomes das 15 localidades do território de Queimadas não interfere nos resultados dos estudos. No entanto, no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do Projeto Céu Aberto, as comunidades de Floriano e Mumbaça foram tratadas como comunidades tradicionais, levando em conta suas características socioambientais.

Conforme mencionado na Nota Técnica, o Estudo de Impacto Ambiental na seção 12.3.3 trata do Diagnóstico da Área de Estudo Local. Neste contexto vale destacar que a Área de Estudo Local (AEL), que foi mencionada na seção 12.3.3, é classificada como a região real ou potencialmente sujeita aos impactos primários, secundários e sinérgicos do empreendimento Mineração Céu Aberto.

Ou seja, abrange o território que pode ser impactado a partir de alterações ocorridas na ADA no que tange a dinâmica social, recursos hídricos, sistemas econômicos e à cultura local, como aspectos relacionados ao trabalho, saúde, educação, cultura e estruturas sociais.

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 482

A partir da aplicação dos critérios utilizados para definição da AEL, foi considerada como AEL as residências inseridas na Fazenda Céu Aberto, além das residências que estão localizadas no entorno do empreendimento, das estradas principais, das estradas vicinais de acesso ao empreendimento e as populações que vivem nas margens delas.

Neste contexto, conforme apresentado do Estudo de Impacto Ambiental, as comunidades circunvizinhas que compõe o estudo da AEL do empreendimento são: Córrego dos Meireles, Condado, Queimadas, Mumbaça e Floriano. Sendo assim, a não citação das outras comunidades não se fez necessário, uma vez que elas estão localizadas fora da AEL, não interferindo nos resultados dos estudos.

Ainda, a nota técnica descreve que: "Das cinco comunidades circunvizinhas ao empreendimento e que compuseram a AEL, duas foram descritas de forma individual (Córrego de Meireles e Queimadas), enquanto as outras três (Floriano, Mumbaça e Condado) foram caracterizadas conjuntamente, demonstrando tratamento marginal conferido a elas. Ainda, a descrição dessas três comunidades de forma conjunta foi feita de forma superficial e pouco atenta às suas singularidades." Pois bem, o resultado do trabalho de campo nas comunidades Floriano, Mumbaça e Condado foram organizados de maneira consolidada tendo em vista, tão somente, a proximidade dessas localidades.

Quanto a atuação da Associação Condado e Floriano Unidos com Esperança nos debates sobre sua identidade étnica, a associação foi mencionada pelos entrevistados como uma iniciativa em estruturação das comunidades para atender às demandas de "falta de saneamento e escassez de água potável nos períodos de seca, além da dificuldade de acesso aos serviços de saúde e má condição das estradas de acesso a localidade" (página 776 do EIA).

Por fim, quanto ao questionamento a respeito da exclusão das comunidades Floriano, Mumbaça e o núcleo de Queimados da ADA do empreendimento, apesar de estarem a 4km de distância do empreendimento, conforme exposto no EIA, a "Área Diretamente Afetada (ADA): corresponde às áreas a serem efetivamente ocupadas pelo

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 483

empreendimento, bem como pelas infraestruturas de apoio às atividades, ou seja, área submetida diretamente às intervenções de implantação e operação da atividade sobre os componentes ambientais locais" (página 848 do EIA).

5.3. A exclusão das localidades quilombolas de Queimadas, Floriano, Mumbaça e Condado da Área de Influência Direto do empreendimento.

A área de influência direta consiste na área que tende a ser influenciado diretamente pela operação do empreendimento, seja pelas emissões atmosféricas, modificação do cotidiano, contaminação dos recursos hídricos etc. Dessa forma, foram delimitadas as comunidades que estão localizadas a jusante do empreendimento e que receberão influência direta quanto a operação do empreendimento. As referidas comunidades se encontram localizadas a montante do empreendimento.

No que tange aos fatores de vedação e restrição ambiental a Deliberação Normativa 217/2017 em seu art. 6º pode ser observado:

> *§5º – Para fins de planejamento do empreendimento ou atividade, bem como verificação de incidência de critérios locacionais e fatores de restrição ou vedação, o empreendedor poderá acessar o sistema informatizado da Infraestrutura de Dados Espaciais do Sis ema – IDE-Sisema, na qual se encontram disponíveis os dados georreferenciados relativos aos critérios e fatores constantes das Tabelas 4 e 5 do Anexo Único desta Deliberação Normativa.*

Sendo assim, a Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IDE-Sisema), em consonância com a Resolução Conjunta Semad/Feam/IEF/Igam nº 3.147/2022, tem como objetivo promover a adequada organização dos processos de geração, armazenamento, acesso, compartilhamento, disseminação e uso dos dados geoespaciais oriundos das atividades, programas e projetos ambientais e de recursos hídricos desenvolvidos pelo Sisema e/ou órgãos, entidades e instituições externas.

Não obstante, conforme Decreto Federal no 4.887/2003, é do INCRA a competência para titular os territórios quilombolas, assim como regulamentar os procedimentos

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 484

administrativos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos.

Este trabalho é realizado por um Grupo Técnico interdisciplinar do INCRA, que resulta no Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID (que contém planta e memorial descritivo do perímetro do território, mapeamento e indicação das áreas e ocupações lindeiras de todo o entorno, dentre outros detalhes).

Para fins de consulta aos povos tradicionais aos quais se refere a Convenção OIT 169, aplica-se o disposto na Portaria Interministerial no 60/2015 e na Deliberação Normativa COPAM no 217/2017. No âmbito do Estado de Minas Gerais, aplica-se ainda a Lei Estadual 21.147/2018.

Conforme previsto em todas estas normas, é indispensável que a comunidade quilombola tenha território identificado e demarcado, com RTDI aprovado, e titulado pelo INCRA. A Portaria Interministerial no 60/2015 dispoõe que para intervenção em território/terra quilombola, deverá ser considerada:

> *XIII - Terra quilombola: Área ocupada por remanescentes das comunidades dos quilombos, que tenha sido reconhecida por RTID devidamente publicado.*

No mesmo sentido, a Deliberação Normativa Copam no 217/2017, que traz os critérios e diretrizes do licenciamento ambiental estadual, reprisa, no tocante a terra quilombola, o disposto na Portaria Interministerial no 60/2015 (acima transcrita).

No mesmo sentido, não há o que se falar também em presunção de impactos devido à proximidade do empreendimento à comunidade, conforme previsto na Portaria Interministerial no 60/2015, justamente pela ausência do RTID.

Mais recentemente, o Decreto 11.786/2023 instituiu a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola – PNGTAQ e o seu Comitê Gestor. O objetivo da referida norma, que entrou em vigor na própria data de sua publicação, é proteger os interesses das comunidades.

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 485

O referido Decreto também destacou a essencialidade da demarcação das terras das comunidades quilombolas para sua aplicabilidade, destacando ser indispensável o RTID, conforme se nota abaixo:

> *"Art. 36. No que tange aos direitos reais sobre territórios, aplica-se a PNGTAQ às áreas ocupadas por comunidades quilombolas que tenham Relatório Técnico de Identificação e Delimitação publicado em Diário Oficial dos Estados ou da União, resguardados eventuais direitos de terceiros."*

Portanto, considerando que a comunidade de Queimadas não tem a área de seu território identificada, reconhecida, delimitada, demarcada, desinstruída, titulada e registrada (art. 5º, IN/INCRA nº 57/2009), não faz jus às benesses da Portaria Interministerial no 60/2015.

5.4. Ausência de descrição e análise das territorialidades locais

A análise das territorialidades das comunidades tradicionais, como os quilombolas, envolve aspectos históricos, culturais e sociais que vão além da simples descrição socioeconômica.

Conforme descrito no EIA, o instrumento criado para apoiar a realização das entrevistas do Diagnóstico Ambiental do Meio Socioeconômico, que envolve os Diagnósticos da Área de Estudo Regional e da Área de Estudo Local, buscou-se compreender "foi pensado também para evidenciar as formas de organização, os vínculos de dependência e os laços sociais". No tópico da percepção dos entrevistados quanto ao local (página 608 a 781), muitos entrevistados abordaram esses temas, que também foram alvos de atenção na observação participante.

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do projeto "Céu Aberto", foi elaborado conforme as diretrizes do Termo de Referência da SUPRAM, que estabeleceu os principais pontos de análise socioeconômica.

No que se refere a análise das territorialidades, vale algumas considerações sendo elas:

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 486

A Instrução Normativa nº 57/2009 Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

> *Art. 8º. O estudo e a definição da terra reivindicada serão precedidos de reuniões com a comunidade e Grupo Técnico interdisciplinar, nomeado pela Superintendência Regional do INCRA, para apresentação dos procedimentos que serão adotados.*
>
> *Art. 9º A identificação dos limites das terras das comunidades remanescentes de quilombos a que se refere o art. 4º, a ser feita a partir de indicações da própria comunidade, bem como a partir de estudos técnicos e científicos, inclusive relatórios antropológicos, consistirá na caracterização espacial, econômica, ambiental e sócio-cultural da terra ocupada pela comunidade, mediante Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID, com elaboração a cargo da Superintendência Regional do INCRA, que o remeterá, após concluído, ao Comitê de Decisão Regional, para decisão e encaminhamentos subseqüentes.*

Neste contexto é importante salientar que conforme apurado, o processo de regularização foi encerrado por desinteresse da própria comunidade. Vejamos o que diz o Ofício/INCRA/SR-06/MG/GAB/nº 563/2016:

> "Considerando que a maioria dos integrantes da comunidade de Queimadas, presentes na reunião realizada na data de 01/11/2014, manifestou não ter interesse pela regularização fundiária do respectivo território, o INCRA-MG não executará nessa comunidade os procedimentos de que tratam os art. 8º e seguintes da Instrução Normativa INCRA nº 57, de 20 de outubro de 2009, que teriam como etapa inicial a elaboração de Relatório Antropológico e das demais peças do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID. (doc. 16, p.56/57, e doc. 16, p. 1 e 3)."

Neste contexto vale salientar que os estudos específicos, voltados para os aspectos de territorialidades são realizações no âmbito do processo de regularização fundiárias de território quilombola.

6. Patrimônio Cultural Material e Imaterial

6.1. Patrimônio Cultural Material

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA), em suas páginas 655 a 663, dedica atenção especial ao reconhecimento do Patrimônio Natural e Cultural do município de Serro, abrangendo também o Patrimônio Imaterial e o Patrimônio Arqueológico da região.

No ano de 2022, foram realizados estudos e levantamentos abrangentes sobre os patrimônios culturais do município de Serro, com o objetivo de analisar os possíveis impactos decorrentes da implantação e operação do Projeto Onix Céu Aberto Mineração S/A. A metodologia adotada para a avaliação dos impactos do empreendimento incluiu não apenas o Núcleo Histórico do Distrito-Sede, mas também os conjuntos urbanos e bens arquitetônicos de distritos que possuem interesse de preservação.

Adicionalmente, foram considerados os sítios das comunidades quilombolas, e as visitas realizadas permitiram avaliar se a área destinada à futura mineração Onix Céu Aberto seria visível a partir desses locais, bem como se estaria inserida na malha viária utilizada pelos veículos envolvidos nas atividades minerárias. Além disso, foram examinados os impactos ambientais urbanos sobre os bens edificados dentro da malha urbana, o traçado urbano de interesse de preservação, a paisagem circundante, e todas as atividades relacionadas à melhoria da qualidade de vida das pessoas que residem nessas áreas.

O próprio EIA menciona, nas páginas 101 e 102 que, *"foi apresentado ao IPHAN no âmbito do processo de licenciamento nº 01514.000554/2021-12, o Relatório de Avaliação de Impacto no Patrimônio Imaterial (RAIPI), Relatório de Avaliação de Impacto no Patrimônio Edificado (RAIPE), Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio*

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 488

Arqueológico (RAIPA) e Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico (PGPA)"; sendo importante destacar sobre eles:

Avaliação de Impacto no Patrimônio Arqueológico (PAIPA/RAIPA), submetida ao IPHAN, já aprovada. Após a aprovação, foi solicitada a autorização para o Plano de Gestão do Patrimônio Arqueológico (PGPA);

Avaliação de Impacto no Patrimônio Edificado (RAIPE), submetida ao IPHAN, atualmente em fase de análise pelo órgão competente;

Avaliação De Impacto No Patrimônio Imaterial (RAIPI), submetida ao IPHAN, ainda em processo de análise pelo órgão competente;

Estudo de Impacto Cultural (EPIC/RIPC), submetido ao IEPHA, que se encontra igualmente em processo de análise pelas autoridades responsáveis.

Esses estudos refletem o comprometimento com a preservação e proteção dos patrimônios culturais e arqueológicos da região, garantindo que o desenvolvimento do empreendimento seja conduzido de forma responsável e sustentável.

Além disso, os efeitos sobre os modos de vida das populações afetadas foram tratados como um impacto próprio denominado Interferência em modos de vida, nas páginas 816 e 817 do EIA. Sobre o tema: *"Assim, o presente impacto é negativo, indireto e de momento de ocorrência imediata. A sua duração é permanente e reversibilidade é classificada como irreversível, uma vez que, mesmo com os finais das etapas do empreendimento, o contexto social deverá ser modificado e não retornará à condição original quando cessada a incidência do fator causador do impacto. Vale destacar que o presente impacto também é cumulativo, uma vez que na AEL há presença de outros empreendimentos minerários. A magnitude é classificada como média por ser restrita, a priori, a população do entorno imediato do empreendimento. Já, a severidade é classificada como grande, uma vez que a mudança nos modos de vida pode inviabilizar a reprodução socioeconômica das famílias residentes. Desta forma, o presente impacto é avaliado como significativo"*.

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 489

Como forma de mitigação, o estudo previu na página 818 que, "Além dos programas presentes nos meio físico e biótico, sugere-se a adoção do Programa de Comunicação Social (PCS), Programa de Educação Ambiental (PEA) e Programa de Monitoramento Socioeconômico".

6.2. Patrimônio Cultural Imaterial

Não obstante, conforme narrado no tópico anterior, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), em suas páginas 655 a 663, dedica atenção especial ao reconhecimento do Patrimônio Natural e Cultural do município de Serro, abrangendo também o Patrimônio Imaterial e o Patrimônio Arqueológico da região. Inclusive, o patrimônio Imaterial consta registrado, especificamente, nas páginas 660 a 662 do EIA.

Em 2022, foi realizada uma análise minuciosa dos impactos sobre os bens culturais de natureza imaterial no município de Serro, considerando aqueles já reconhecidos e os que ainda estão em processo de reconhecimento, em virtude da implantação do projeto Onix Céu Aberto Mineração S/A. Com base nesses estudos, foi produzido um relatório técnico para submissão aos órgãos responsáveis, com o objetivo de obter as permissões necessárias.

Deve-se enfatizar que esse trabalho ocorreu durante o período da pandemia de COVID-19, exigindo medidas rigorosas de segurança e distanciamento social, especialmente nas atividades de campo. Diante das circunstâncias, parte das entrevistas foi conduzida de forma remota, utilizando meios digitais ou telefônicos, para garantir a proteção dos entrevistados, muitos dos quais pertenciam a grupos de risco. Ainda assim, a equipe conseguiu realizar todas as etapas do estudo de forma eficiente e com o devido compromisso com a qualidade exigida.

O EIA apresentado menciona na página 101 que, *"foi apresentado ao IPHAN no âmbito do processo de licenciamento nº 01514.000554/2021-12, o Relatório de Avaliação de Impacto no Patrimônio Imaterial (RAIPI)" (...),* sendo importante destacar que este se encontra, atualmente, em processo de análise pelo órgão competente.

Na formulação do EIA, alguns proprietários rurais que produzem queijo artesanal foram entrevistados no que diz respeito ao Sr. José Adilson, consta no item 9.3 do EIA as informações referentes a sua antiga propriedade que atualmente pertence a Ônix Céu Aberto Mineração, ainda assim, no campo de impactos do EIA, na página 814, foi descrito o impacto "Geração de expectativas", que, entre outras expectativas, relaciona-se com o risco de impacto ao modo de fazer o queijo do Serro: *"Por outro lado, as expectativas negativas encontram-se potencialmente relacionadas à poluição ambiental, à degradação da qualidade de vida, às interferências nos recursos hídricos e na apropriação social da água e às mudanças no cotidiano coletivo. No rol dos problemas que se inscrevem nas expectativas negativas ainda se incluem a piora no trânsito de veículos, as interferências em vias de acesso e o aumento dos níveis de ruído. Por fim, apontam-se expectativas relacionadas às possíveis interferências na reprodução sociocultural de patrimônios tradicionais do município do Serro, como, por exemplo, o Sistema Agrícola Tradicional das Comunidades Apanhadoras de Flores Sempre-Vivas e o modo de fazer o queijo artesanal da região do Serro, ambos registrado pelo IEPHA"*.

Na mesma linha, o impacto descrito como "Impacto à Paisagem", na página 819 do EIA, também guarda relação com o modo de fazer queijo artesanal e com o ecoturismo.

7. Avaliação dos Impactos

7.1. Acerca das contradições, imprecisões e fragilidades na avaliação dos impactos identificados pelo EIA

A instalação e operação do empreendimento, possivelmente provocará perturbações as pessoas residentes próximas do empreendimento, uma vez que haverá emissões de ruído e particulados, os quais serão oriundos do desmonte de rocha por escavadeira, deslocamento material, beneficiamento e escoamento do mineral.

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 491

Em relação ao aspecto “Emissão de Particulados” as atividades geradoras “obras civis de infraestrutura”, “abertura de acessos” e “obras de drenagem” foram consideradas inexistentes para este impacto. Os geradores avaliados como potencialmente médio impactantes foram a atividade de beneficiamento, o desmonte da rocha, a remoção de estéril, deslocamento produtos e o escoamento do mineral.

Quanto à “Emissão de Ruídos” os geradores potencialmente impactantes foram o desmonte e a remoção de estéril, sendo considerados de média importância. O desmonte do material consolidado (maciços rochosos e terrosos muito compactados) e a remoção de estéril serão feitos mecanicamente, com o uso de escavadeiras, gerando níveis de ruídos mais elevados.

Portanto, o referido impacto pode ser mitigado através de medidas preventivas, usuais em mineração, como, por exemplo, adoção de ações voltadas ao controle de poeira (umectação das vias), bem como, realizar o monitoramento de ruídos e da qualidade do ar, conforme os programas descritos no Plano de Controle Ambiental.

Respondendo ao questionamento presente na página 75, item 7.1, da Nota Técnica sobre o EIA/RIMA do Projeto Céu Aberto – Onix Mineração S/A, emitida pela Gesta UFMG, que se refere as preocupações quanto a qualidade do ar, no Plano de Controle Ambiental do empreendimento, no tópico referente ao Programa de Controle e Monitoramento das Emissões Atmosféricas e Qualidade do ar são citados como metas:

- Estabelecer sistema de controle de trânsito de veículos, visando minimizar as emissões pela movimentação de veículos pesados;
- Realizar a umectação das vias na área de implantação do Projeto Céu Aberto;
- Manter uma rotina de manutenção preventiva e verificação das condições dos equipamentos e veículos movidos a combustíveis fósseis;
- Manter a qualidade do ar dentro dos parâmetros legais. (PCA, p.80, 2024)

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 492

Para demonstrar a efetividade das medidas citadas haverá o monitoramento da qualidade do ar durante a implantação e operação do empreendimento, o que permite avaliar se as medidas adotadas estão sendo eficientes. Ademais, em razão do questionamento quanto a direção dos ventos, cabe ressaltar que na página 177 do EIA de 2024 se encontra a Figura 59 que se refere a direção dos ventos na área do empreendimento.

No que se refere ao tráfego de veículos nas estradas próximas, esclarece-se que há um Relatório de Impacto no Tráfego, disponível para consulta no anexo VIII do EIA de 2024, o qual conclui que:

> Considerando todas as análises e respectivas conclusões explanadas ao longo do presente relatório, entende-se que a operação da Céu Aberto irá gerar um impacto pouco significativo à circulação no sistema disposto em seu entorno, bem como a operação da Herculano, desde que implementadas as melhorias previstas para o sistema viário a ser utilizado, de modo que estas devem ser plenamente efetuadas previamente ao início das operações Considerando todas as análises e respectivas conclusões explanadas ao longo do presente relatório, entende-se que a operação da Céu Aberto irá gerar um impacto pouco significativo à circulação no sistema disposto em seu entorno, bem como a operação da Herculano, desde que implementadas as melhorias previstas para o sistema viário a ser utilizado, de modo que estas devem ser plenamente efetuadas previamente ao início das operações. (LANIX ENGENHARIA CONSULTIVA LTDA, p.51, 2024)

Destaca-se que o relatório mencionado é extenso, devido a isso recomenda-se a leitura do documento na integra a fim de sanar todas as dúvidas referentes a relação do empreendimento com o sistema viário da região. Sendo que sobre esse tema, salienta-se ainda que a forma como a utilização do sistema viário impactou a decisão sobre a definição das áreas de influência está presente no capítulo V, do Relatório de Impacto no Tráfego já citado, que explica:

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 493

> Dados os conceitos descritos e com base na avaliação das características do arranjo viário foi definida a área de influência do PGV. Para a AII considerou-se uma área de 20 m dos trechos das vias secundárias de maior relevância do sistema viário que interceptam a roteirização dos caminhões do empreendimento. No caso da AID, considerou-se uma área de 30 m a partir do eixo das vias participantes da roteirização do empreendimento, enquanto para a AIC foi delimitado um raio de 100 m a partir das interseções principais das rotas de escoamento. (LANIX ENGENHARIA CONSULTIVA LTDA, p.14, 2024).

Sobre os questionamentos envolvendo ruídos, no Plano de Controle Ambiental do empreendimento, no tópico referente ao Programa de Monitoramento dos Níveis de Ruídos são citados que as metas:

> Consistem em atender aos parâmetros permitidos quanto a emissão de ruídos, bem como no uso adequado de máquinas e equipamentos. Para que os limites não sejam extrapolados, é proposto:
>
> • Reduzir as atividades geradoras de ruídos e evitar à perturbação ao sossego da população;
>
> • Realizar o enclausuramento das máquinas quando possível;
>
> • Utilizar equipamentos com sistema de contenção de ruídos integrados;
>
> • Garantir a manutenção preventiva dos veículos, máquinas e equipamentos;
>
> • Realizar o monitoramento nos pontos estabelecidos para verificar o atendimento à legislação vigente;
>
> • Assegurar a saúde dos trabalhadores e a manutenção da qualidade de vida da população nas áreas de exposição às fontes de ruídos, tornando obrigatório a utilização de Equipamentos de Proteção Individual - EPIs. (INSTITUTO GESTÃO VERDE, P.48, 2024)

A fim de acompanhar a eficiência dessas medidas, o mesmo programa citado no PCA descreve que:

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 494

> Para controlar a eficácia de tais medidas será conduzido, durante as obras, o monitoramento periódico de ruído no entorno da área, com vistas a orientar, se necessário, a revisão ou intensificação das medidas de controle adotadas. Foram escolhidos pontos fora da área de operação, de acordo com a norma NBR 10.151, da ABNT, a qual é incorporada na Resolução CONAMA nº 01/90. (INSTITUTO GESTÃO VERDE, P.50, 2024).

Sobre a determinação das áreas incluídas na AID, salienta-se que fazem parte da AID do meio socioeconômico as propriedades inseridas na Fazenda Céu Aberto, além das que se localizam no entorno do empreendimento, na localidade conhecida como Córrego Meireles. Enquanto a AEL está inserida na AII, onde incidem os impactos secundários provenientes do empreendimento.

Os impactos diretos para estas localidades foram avaliados, e para eles foram apresentadas medidas de mitigação, a fim de minimizar ou neutralizar seus efeitos. Sendo que através dos monitoramentos, constantes e periódicos, almeja-se assegurar a qualidade ambiental nestas localidades.

Lembrando que para os impactos levantados nos estudos foram propostas medidas mitigadoras descritas através do Plano de Controle Ambiental, dessa forma os impactos citados pretendem ser mitigado através de medidas preventivas, usuais em mineração, como, por exemplo, adoção de ações voltadas ao controle de poeira (umectação das vias), bem como, realizar o monitoramento de ruídos e da qualidade do ar.

Sobre o questionamento referente a gestão e monitoramento das reclamações da população, que se encontra na página 78 da Nota Técnica emitida pela Gesta UFMG, no Plano de Controle Ambiental (PCA), tem referente ao Programa de Comunicação Social é descrito que

> [a]s manifestações recebidas serão devidamente registradas, avaliadas, encaminhadas aos setores responsáveis e será dado o efetivo retorno ao manifestante dentro do prazo máximo de 10 dias corridos, a partir da data de abertura do registro da manifestação. (PCA, P.145, 2024)

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 495

7.2. Sobre a omissão de impactos no EIA

7.2.1. Afluxo populacional e sobrecarga da infraestrutura, dos equipamentos e serviços públicos

Sobre o afluxo populacional, como levantado pela própria Nota Técnica emitida pela Gesta UFMG na página 79, o contingente a ser contratado pode ser considerado insignificante frente a população total do município. Dessa forma isso não geraria sobrecarga das infraestruturas públicas, visto que o empreendimento visa contratar em sua maioria habitantes da região, conforme descrito no Plano de Controle Ambiental Programa de Priorização e Capacitação de Mão de Obra Local.

Além disso, durante todo o período de operação do empreendimento a população economicamente ativa do Serro poderá se beneficiar com as vagas de emprego a serem geradas, sejam elas diretas ou indiretas. Mesmo que o contingente de pessoas que irão trabalhar na Céu Aberto Mineração seja considerado baixo para um empreendimento minerário. Portanto, foi considerado um impacto positivo a implantação do empreendimento que, devido ao aumento da arrecadação pública, irá permitir melhorias na infraestrutura básica do município.

7.2.2. Habitação

Uma vez não sendo esperado um afluxo populacional de grandes proporções, não é estimado grande impacto sobre o aspecto habitacional. Lembrando que, conforme previsto nos estudos apresentados a mão de obra a ser contratada será, prioritariamente local. E se houver a necessidade de realizar algum monitoramento populacional devido a implantação do empreendimento, a Onix não negara esforços para realização dele.

7.2.3. Polarização econômica

Como destacado pela Nota Técnica emitida pela Gesta UFMG na página 79, o contingente a ser contrato pode ser considerado insignificante frente a população total do município, dessa forma não é esperado que se crie tensões quanto à demanda de mão de obra para manutenção das atividades agrícolas. Apesar disso,

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 496

o EIA aborda sobre o tema em um campo específico para detalhamento da Mão de Obra a ser empregada no empreendimento, páginas 142 a 149. Orienta-se, assim, a consulta das páginas 681, 687, 692, 735, 750, 776, pois pode-se encontrar considerações diversas acerca dessa temática.

Porém destaca-se que na Área de Estudo do Meio Socioeconômico, o EIA tratou da polarização econômica:

> "Quanto ao meio socioeconômico, os atributos que influenciam a polarização econômica, bem como as migrações, assumem importantes processos que necessitam de diagnósticos regionais. Nesse sentido, os âmbitos que caracterizam o meio socioeconômico, englobando também as questões culturais, são associadas às vias de acesso que o empreendimento usará (de forma local, a Estrada Floriano), oferta de serviços e mão de obra, entre outros aspectos, que influenciarão o estudo do Projeto Céu Aberto." (p. 161).

No Diagnóstico da Área de Estudo Local, página 694, o tema é abordado da seguinte maneira:

> "Esta sinergia gerada a partir das diversas atividades do empreendimento com a dinâmica do meio ambiente local, em tese, produziram efeitos diversos nas comunidades circunvizinhas, seja pela circulação de mais capital econômico na região, ou demandas por mão de obra local, demandas por serviços e bens de consumo, geração de emprego e renda, bem como mais arrecadação tributária para o município. Esta interação também produz impactos indesejados gerados com a implantação e operação do empreendimento, como a circulação de veículos pesados, a possível redução da disponibilidade hídrica, ruídos, poeira, alteração da paisagem natural e a não contratação de mão de obra das comunidades locais, contexto muito abordado por todas as lideranças."

O tema também é tratado na parte de impactos, tanto como impacto negativo quanto positivo, havendo a prospecção de programas como Programa de Priorização

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 497

e Capacitação da Mão de Obra Local e do Programa de Monitoramento Socioeconômico.

7.2.4. Saúde

Sobre a carência atual identificada na área da saúde, ressalta-se que cabe ao município gerir adequadamente os recursos que recebe para benefício da população, o que inclui os investimentos na área. Pode-se verificar que essa carência mencionada é anterior a instalação do empreendimento, e desta forma não está relacionada a ele, além disso como já descrito, não se espera um afluxo populacional que agrave isso. Destaca-se que com a instalação do empreendimento os valores relacionados a Compensação Financeira pela Exploração Mineral – CFEM, que o município irá receber, poderá contribuir para a gestão pública investir nas localidades próximas.

O EIA, em uma seção específica que se destina a análise dos indicadores de saúde do Serro, páginas 636 a 642, analisa a Expectativa de vida e mortalidade, a Infraestrutura e profissionais de saúde, o Programa de Saúde da Família, a Proporção de internações hospitalares por condições sensíveis à atenção primária, as Internações por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado, e a Mobilidade hospitalar. Há de se considerar ainda que, após os levantamentos pertinentes, para os possíveis impactos negativos são propostas medidas, ações de controle, correção e minimização, através dos programas descritos no Plano de Controle Ambiental ao processo de licenciamento ambiental.

7.2.5 Educação

Como já mencionado o empreendimento elaborou um Relatório de Impacto no Tráfego, que possui detalhes sobre as rotas a serem utilizadas, o volume do tráfego de veículos, e que devido a sua extensão recomenda-se a leitura do documento na integra a fim de sanar todas as dúvidas referentes a relação do empreendimento com o sistema viário da região. Cabe salientar ainda que os estudantes não correm risco

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 498

de contato com pessoas externas as comunidades, uma vez que o ônibus as pega no local pré-determinado e as deixa na escola.

Ainda assim, o EIA traz um campo específico de análise sobre a educação no Serro, página 630, que analisa a Educação Básica, Crianças e jovens na Escola (demonstrando o fluxo escolar por faixa etária), o Fluxo no sistema escolar (apresentando a taxa de distorção idade-série nos anos finais do ensino fundamental e médio), o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), Expectativa de anos de estudo e a escolaridade da população adulta. Em relação ao transporte escolar, o Diagnóstico da Área Local, páginas 694 a 781, apontou as escolas em que os estudantes das comunidades frequentam, bem como a forma, ou seja, o transporte escolar, que estes estudantes usam para se deslocar até às escolas.

7.3. Recursos Hídricos

Respondendo ao questionamento presente no parágrafo inicial da página 85, item 7.3, da Nota Técnica sobre o EIA/RIMA do Projeto Céu Aberto – Onix Mineração S/A, emitida pela Gesta UFMG, que se refere a certidão de uso insignificante, o empreendimento não fará o uso da Certidão nº 270115/2021 tanto que, após o vencimento da referida, não houve a emissão de nova certidão. Toda a água a ser utilizada pelo empreendimento será proveniente de caminhões-pipa, pertencentes a empresa terceirizada, sendo que toda a logística de captação e deslocamento ficarão a cargo desta empresa.

Esclarecemos que Além de prospectados programas específicos, detalhados no PCA, para mitigar os impactos sobre os corpos de água, a caracterização dos recursos hídricos da região, bem como os impactos que o empreendimento pode gerar, foram tratados em variados pontos do EIA, com destaque para:

- Análise de Aspectos Ambientais em relação ao Uso de Recursos Hídricos (p. 150 a 151);
- Meio Físico do Diagnóstico Ambiental (p. 252 a 278);
- Diagnóstico da Área de Estudo Regional (p. 678);
- Área de Estudo Local (p. 719, 756, 769 e 776);

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 499

- Avaliação de Impacto (p. 792, 814, 816 e 833);
- AID do meio físico (p. 852).

Sobre as dúvidas acerca da mitigação de impactos sobre as águas superficiais, sobre a qual é questionado nas mesmas nota e página descritas acima, o Projeto Executivo de Drenagem Pluvial (Anexo VI do EIA de 2024) apresenta as bacias de retenção/acumulação que visam a contenção do carreamento de sedimentos, mitigando assim impactos relacionados ao assoreamento, turbidez e sólidos nas águas superficiais, bem como outros parâmetros que possam sofrer influência desse tipo de sedimento.

Destaca-se que quanto aos efluentes sanitários, o empreendimento fará uso de biodigestores, sem lançamento de efluentes em curso de água, e salienta-se que também haverá a instalação de CSAO no empreendimento. Estas medidas visam evitar a contaminação por efluentes sanitários ou oleosos tanto os recursos hídricos superficiais, quanto os subterrâneos.

Além dessas medidas mitigadoras haverá o monitoramento da qualidade da água dos Córrego Siqueira e Córrego Teixeira durante a implantação e operação do empreendimento, o que permite avaliar se as medidas adotadas estão sendo eficientes. Vale salientar que não ocorrerá intervenção direta e nem lançamento de efluentes nos cursos d'água pelo Projeto Céu Aberto Mineração, a execução deste programa ocorrerá de forma preventiva para a sua conservação.

Sobre as dúvidas acerca da disponibilidade das águas superficiais, sobre a qual é questionado na mesma nota e página descritas acima, o empreendimento não fará intervenção que altere significativamente a vazão ou volume dos cursos de água superficial. Reconhece-se que a abertura da cava provocará a alteração do uso e ocupação do solo no seu *footprint* de implantação, e tal alteração modificará os coeficientes de *runoff*, uma vez que haverá a remoção da cobertura vegetal e dos solos superficiais (estéril).

Essas alterações possuem potencial de modificar a dinâmica do escoamento superficial, mas não de retirar água do sistema hidrológico da região, portanto,

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 500

embora a modificação da geomorfologia, provocada pela abertura da cava, possa modificar a dinâmica de escoamento de água pluvial, essa por si só não afeta a disponibilidade hídrica local. Porém, pensando em mitigar ao máximo os efeitos adversos dessa alteração, o projeto de drenagem trás as medidas para evitar o carreamento de sedimentos (evitando assoreamento com as bacias de retenção/acumulação) e para reduzir a velocidade de escoamento da água (dissipadores de energia).

Respondendo ao questionamento presente no parágrafo inicial da página 86, item 7.3, da Nota Técnica sobre o EIA/RIMA do Projeto Céu Aberto – Onix Mineração S/A, emitida pela Gesta UFMG, que se refere a preocupação quanto a água subterrânea, foi elaborada a Atualização do Modelo Hidrogeológico Conceitual e Verificação da Interferência da Cava com o Nível D'água Subterrâneo, que foi disponibilizado no Anexo VII do EIA de 2024.

Nas conclusões desse estudo sobre as águas subterrâneas, em sua página 41 foi descrito que:

> "Após a realização dos levantamentos de campo para o inventário dos pontos d'água, na área de entorno do projeto foram verificados 4 (PS-01, 02 e 03) pontos de surgências associadas aos xistos e quartzitos do Grupo Serra de Serpentina, três deles em cotas superiores a +970 e uma surgência (PS-04) na cota +857, indicando que as respetivas zonas de recarga podem situar-se em cotas superiores à +1000 m. Suas características físico-químicas mostraram águas oxidadas, possivelmente de infiltração rápida e circulação rasa, fortemente influenciadas pela sazonalidade.
>
> O relatório do Estudo de Impacto Ambiental do Projeto Céu Aberto (NATIVA, 2022), apresentou ainda, um parecer do geólogo responsável pelos trabalhos de pesquisa realizados na área indicando que durante os trabalhos de pesquisa, mais especificamente sondagens, não foi verificada a interceptação do nível d'água subterrâneo na área da cava, em profundidades correspondentes à da cava projetada." (GEOENGIS ENGENHARIA E PROJETOS, 2024)

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 501

7.3.1. Efeitos sinérgicos e cumulativos nos recursos hídricos

Em relação aos efeitos sinérgicos na bacia hidrográfica, na qual se insere o empreendimento, verifica-se que todas as medidas mitigadoras para os possíveis impactos pretendem ser tomadas pela Onix – Projeto Céu Aberto, dessa forma reduzindo significativamente qualquer impacto que poderia vir a ser gerado sobre os recursos hídricos. Como já mencionado, o projeto de drenagem foi pensado para evitar o carreamento de sedimentos através do escoamento superficial, e o estudo hidrogeológico não prevê que se atinja o lençol freático.

Destaca-se que a dinâmica hídrica é abordada no EIA nas seguintes páginas:

- Diagnóstico Ambiental (p. 163);
- Aspectos da dinâmica hídrica subterrânea local (páginas 270 a 275);
- Diagnóstico da Área de Estudo Regional (páginas 641, 676, 678 e 687);
- Área de Estudo Local (páginas 695, 750, 768, 779 e 780);
- Alteração quantitativa e qualitativa das águas superficiais (página 797);
- Impactos Cumulativos e Sinérgicos da alteração qualitativa e quantitativa das águas superficiais (página 833);
- Prognóstico Sem Implantação do Empreendimento (página 869).

Quanto a disponibilidade hídrica da bacia, cabe salientar que o Instituto Mineiro de Gestão das águas – IGAM, conforme art. 4º do Decreto nº 47.866, de 19/02/2020 é quem

> [...] tem como competência desenvolver e implementar a política estadual de recursos hídricos, com atribuições de:
>
> [...]
>
> II – controlar e monitorar os recursos hídricos e regular seu uso;
>
> [...]
>
> X – atuar de forma articulada com os órgãos e entidades outorgantes da União e dos estados limítrofes a Minas Gerais para a gestão de bacias hidrográficas compartilhadas

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 502

Dessa forma, por meio dos processos de outorga dos direitos de uso de recursos hídricos, que é um dos instrumentos previstos na Política Estadual de Recursos Hídricos, o IGAM faz a gestão dos recursos hídricos estaduais, podendo indeferir pedidos que não se adequam aos limites estabelecidos, ou que não possuam critérios técnicos adequados.

8. CONCLUSÃO

Diante do exposto, no presente documento, vê-se que foi demonstrado que o Estudo de Impacto Ambiental possui coerência e credibilidade, elaborado por profissionais habilitados e competentes.

O Estudo de Impacto Ambiental foi elaborado conforme termo de referência para EIA, disponibilizado junto ao site da SEMAD, seguindo todas as disposições e recomendações estabelecidas pelo mesmo, sem que houvesse prejuízo das informações prestadas, ainda assim, os estudos socioeconômicos seguiram o previsto da Resolução Conama 01/1986 no que diz respeito a avaliação dos impactos e aos aspectos socioambientais da região de entorno do empreendimento.

Cabe por fim concluir, que os estudos apresentados no âmbito do processo de licenciamento ambiental da empresa Ônix Mineração Céu Aberto S/A são adequados e compatíveis para análise da viabilidade ambiental de instalação do empreendimento no município de Serro/MG.

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 503

Resposta Questionamento Instituto Guaicuy

Esclarecimentos aos questionamentos do Instituto Guaicuy

Projeto Ônix

Céu Aberto Mineração

Introdução

O presente documento, visa a apresentação de esclarecimentos quanto aos questionamentos apresentados dia 21 de agosto de 2024, pelo Instituto Guaicuy referentes ao Processo de Licenciamento Ambiental SLA nº: 2198/2022 do empreendimento Ônix Céu Aberto Mineração S/A.

Anteriormente aos questionamentos têm-se o tópico intitulado IV – Das ilegalidades, onde é afirmado que o EIA/RIMA viola a consulta à população efetivamente atingida e ainda que, a audiência feriu drasticamente o princípio do direito ambiental à participação.

Em primeiro lugar, cumpre esclarecer que a Consulta é prévia em relação à APROVAÇÃO do Licenciamento Ambiental, e não em relação à realização da audiência pública, que é somente uma das fases do Processo Administrativo de Licenciamento Ambiental.

Foi suscitada nulidade da Audiência Pública em função dos problemas técnicos havidos na transmissão ao vivo pelo Youtube. Contudo, insta salientar que a transmissão ao vivo do ato não é obrigatória, sendo imperativa sua gravação, que ocorreu atendendo a todas as formalidades. Além disso, diante dos problemas técnicos ocorridos, a transmissão ao vivo foi dispensada pelo órgão ambiental do estado, conforme suas prerrogativas legais. Por fim, cumpre registrar que houve ampla participação popular de forma presencial, inclusive do próprio Instituto Guaicuy e das comunidades tradicionais e quilombolas locais.

QUESTIONAMENTOS

1. **Há certidão municipal do município do Serro em que se levou em consideração o novo EIA/RIMA? O município de Santo Antônio do Itambé, localizado de modo bastante próximo ao empreendimento, faz parte de alguma área de impacto do empreendimento? Existe alguma certidão de conformidade ambiental do empreendimento do município de Santo Antônio do Itambé?**

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 507

Considerando que a atualização do estudo elaborado entre os anos de 2021 e 2022, consistiu apenas na adequação dos estudos elaborados referentes principalmente ao meio socioeconômico, a fauna, a flora, espeleologia e hidrogeologia, não houve mudança significativa no projeto ora apresentado à Prefeitura para emissão da certidão municipal, a alteração realizada quanto a delimitação da ADA, pode-se ser considerada positiva, sendo que houve a diminuição da mesma, consequentemente um menor impacto.

A Área Diretamente Afetada e a Área de Influência Direta se encontram inseridas inteiramente nos limites do munícipio de Serro, o que justifica a não solicitação de certidão de conformidade ambiental junto ao município de Santo Antônio do Itambé.

2. **Considerando-se que há vários empreendimentos na mesma área, seria plausível várias cavas e estruturas diferenciadas, serem licenciadas com Licenciamento Ambiental Concomitante?**

Quanto a avaliação da viabilidade ambiental de instalação do empreendimento no local pretendido, entende-se que a mesma cabe ao órgão ambiental competente analisar e posteriormente autorizar a instalação e operação dos empreendimentos que se encontram em fase de requerimento de Licença Ambiental. Dentro do contexto é valido mencionar que na área alvo do licenciamento em questão, há apenas o Projeto Céu Aberto, de titularidade da ONIX CEU ABERTO MINERAÇÃO a empresa segue rigorosamente o que determina a legislação, em especial a DN 2017/2017 que normatiza o licenciamento ambiental.

3. **Como é possível saber o verdadeiro impacto nos recursos hídricos se não sabemos como são utilizados no território? O termo de referência exige a apresentação das informações acerca dos usos da água na região do empreendimento, por que esses dados não estão no EIA?**

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 508

O estudo de Impacto Ambiental do empreendimento Céu Aberto apresenta em seu tópico 12.3.3. Diagnóstico da Área de Estudo Local pag. 694 a 781, as fontes de recursos hídricos local e o uso que é feito pelas comunidades do entorno do empreendimento, resumidamente, as comunidades fazem a utilização de recursos hídricos para consumo humano e também na agricultura familiar. Ainda em um quadro apresentado, existem informação acerca da área total de ocupação de campo alagado e área pantanosa (183,93/ 0,2%), Rio, Lago e Oceano (45,54/ 0,0%) incluindo um mapa de ilustração do Uso e ocupação do Solo do município.

No EIA, página 628 ainda é descrito: Entre 2010 e 2022 a proporção da população residente em domicílios particulares permanentes com abastecimento de água por rede geral passou de 64,65% para 66,16%. Em 2022, 4.839 (quatro mil oitocentos e trinta e nove) domicílios (particulares permanentes) eram abastecidos pela rede geral de água (COPASA) e 2.057 (dois mil e cinquenta e sete) domicílios eram abastecidos por meio de poço ou nascente na propriedade. Já 60 (sessenta) domicílios eram abastecidos de outras maneiras que incluem poço fora da propriedade, água coletada em rios, lagos, igarapés, armazenada por meio de cisterna ou água da chuva, entre outras formas, de acordo com os dados do IBGE (Censo, 2022).

Considerando que o empreendimento não fará utilização de recurso hídrico durante processo produtivo, a unidade de tratamento de minério a ser instalada, será a seco, sendo assim, a utilização de recurso hídrico no empreendimento durante a fase de instalação e operação, destinada ao consumo humano, higienização das áreas de apoio, higienização de máquinas e veículos e aspersão das vias de acesso será exclusivamente por meio de caminhão pipa.

10.2.1. Balanço Hídrico: O consumo diário de água estimado para no empreendimento é 86,4 m³/dia, distribuído conforme quadro na pág. 151 onde: Consumo humano (fins sanitários, refeitório, alojamentos, vestiário etc.) 5,5 (m³ /dia), Higienização das áreas de apoio 0,4 (m³ /dia), Higienização de máquinas e veículos 3,0 (m³ /dia), Aspersão de vias 76,9 (m³ /dia), totalizando um consumo diário de 86,4 (m³ /dia), sendo o abastecimento realizado via caminhão pipa.

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 509

Vale destacar que o empreendimento não fará uso de água para seu processo produtivo (beneficiamento do mineral). Sendo assim, toda a água utilizada no Projeto Céu aberto terá como finalidade consumo humano (sanitários, refeitório, alojamento, vestiário, etc.), higienização de máquinas e veículos e aspersão das vias de acesso. Para a dessedentação dos colaboradores o empreendedor utilizará água mineral, que será adquirida no município de Serro.

4. Como foi gerado o mapa de declividade, qual foi a equidistância utilizada para as curvas de nível?

O mapa de declividade inserido no Estudo de Impacto Ambiental na pag. 167, teve como base os dados da Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IDE-Sisema), demonstrando a declividade local, o que cumpre a proposta do tema em questão.

Ainda assim, as informações quanto a equidistância das curvas de nível podem ser observadas no anexo VII do EIA junto ao estudo hidrogeológico em seu mapa potenciométrico.

5. Onde estão referenciadas as bases originais? Os mapas não apresentam a base cartográfica utilizada.

As informações sobre a geologia regional e sobre as condições do substrato rochoso local foram obtidas dos diversos mapeamentos já realizados e complementados com dados de campo. Foram utilizados para o reconhecimento das unidades litoestratigráficas os dados geológicos gerados durante a fase de sondagem da pesquisa mineral, realizada na poligonal do processo mineral ANM 831.471/2016. Para a caracterização geomorfológica das áreas de influência do empreendimento foram utilizados como subsídio, na identificação das unidades geomorfológicas, o Mapeamento geomorfológico do Espinhaço Meridional (AUGUSTIN et al., 2011) e a carta topográfica de Serro (IBGE, 1978), na escala de 1:100.000. Foram elaborados mapas,

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 510

hipsométrico e de declividade, que contribuíram para o planejamento e execução das atividades de campo.

A compreensão da composição pedológica nas áreas de estudo foi fundamentada pelo Mapeamento de Solos de Minas Gerais (UFV et al., 2010).

O diagnóstico climatológico regional da área de inserção do empreendimento foi constituído por meio da compilação de dados obtidos em Nimer (1989), Vianello e Maia (1986) e Nunes et al. (2009), cujo enfoque abrange os mecanismos de circulação atmosférica atuantes no estado de Minas Gerais e no Brasil. Na caracterização climatológica local foram utilizadas variáveis da Estação Meteorológica de Diamantina (Fuso 23K X: 643796 Y: 7983833), situada a cerca de 44 km a NW do empreendimento. Os dados dessa estação foram compilados do Banco de dados meteorológicos para ensino e pesquisa (BDMEP) que integra a plataforma do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET).

A caracterização dos recursos hídricos das áreas de estudo do empreendimento foi elaborada utilizando como base dados secundários, disponibilizados por estudos hidrológicos que tiveram como objeto de estudo as bacias do Rio Doce e de seu afluente rio Santo Antônio, além do relatório de qualidade das águas em Minas Gerais (IGAM, 2018) e base IDE-Sisema. Esses dados foram analisados e acrescidos por informações levantadas em campanha de campo.

As bases utilizadas nos estudos e na produção dos mapas foram indicadas nos textos.

6. Por que não foi gerado um mapa comparando as duas linhas? equipotenciais e topográficas (curvas de nível)? Ademais, foi estabelecido somente dois pontos para monitoramento da linha piezométrica, porque não foram plotados pontos adicionais, abrangendo outros pontos estratégicos da cava?

No Anexo VII do EIA, onde está apresentado o estudo hidrogeológico, é apresentado o referido mapa com as equipotenciais e as cotas de referência da cava projetada. Optou-se por apresentar as equipotenciais em comparação com as cotas de

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 511

referência da cava em razão desta ser o objeto da investigação para avaliar se haveria a possibilidade de interceptação com o nível d'água subterrâneo possibilidade esta que, notadamente, foi descartada e demostrada através das seções hidrogeológicas apresentadas no EIA, na página 275.

Com relação aos pontos de monitoramento na área da cava, foram construídos 3 instrumentos de monitoramento na área da cava, quais sejam: PZ-01, PZ-02 e PZ-03 e, os referidos instrumentos estão posicionados na região mais baixa da cava, região onde a equipe técnica avaliou ser a mais importante para fins de monitoramento hidrogeológico devido as características da cava, a qual será realizada pelo método de lavra de encosta, com o aprofundamento em cava apenas na região monitorada pelos instrumentos e cabe ressaltar que ficou demostrado no estudo que não haverá a interceptação do nível d'água subterrâneo.

7. **Considerando que estamos vivendo em condições de mudanças climáticas, com o aumento da temperatura global se tem o aumento do aporte hídrico nos sistemas ambientais, isso pode ocasionar em uma subida da linha do lençol freático, afetando, inclusive, a dinâmica de nascentes e a percolação da água em subsuperfície. O EIA não menciona esse fator, o que o empreendedor fará caso isso ocorra? Existem medidas de controle para eventos de recorrência extrema? Medidas de monitoramento? Prevenção?**

Conforme apresentado no PCA, o empreendimento fará, de forma continuada, o monitoramento dos recursos hídricos, assegurando que qualquer alteração seja percebida, para que as medidas de controle sejam ajustadas se necessário.

Importante ressaltar que, a dinâmica de circulação das águas no meio ambiente é governada pelo ciclo hidrológico o qual contempla os períodos chamados de cheia ou chuvoso e de estiagem ou seca. Os referidos períodos, compreendidos no que chamamos de ano hidrológico, são responsáveis pelas variações nos volumes de

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 512

água disponíveis no ambiente. No período chuvoso, onde temos os maiores volumes de chuvas, os níveis de água subterrânea tendem a se apresentar mais elevados.

A Céu Aberto possui, na área da cava, três instrumentos de monitoramento do nível d'água, conforme apresentado no EIA (páginas 274 e 275), os quais fazem parte da rede de monitoramento dos níveis d'água subterrâneos com o objetivo de registrar eventuais variações nos níveis d'água na área da cava permitindo aos gestores a adoção antecipada de medidas cabíveis relacionadas com as águas subterrâneas.

8. Na parte de recursos hídricos (p. 269 - 277) não há informações robustas a respeito de nascentes e áreas de surgência de água. Onde estão os dados de levantamento e cadastro de nascentes? Assim como seu diagnóstico?

Os estudos hidrogeológicos realizados para o EIA/RIMA do projeto Céu Aberto contemplaram o levantamento de nascentes bem como sua caracterização físico-química expedita, com equipamentos de campo. O referido estudo se encontra na Atualização do Modelo Hidrogeológico Conceitual e Verificação da Interferência da Cava com o Nível D'água Subterrâneo, que foi disponibilizado no Anexo VII do EIA de 2024, e em seu item "6.2 Inventário de pontos d'água" há a descrição dos pontos inventariados.

9. Os pontos de monitoramento de ruído e poluição sonora se encontram essencialmente no interior da ADA, conforme apresentado no mapa (p.214). Por que não foram alocados pontos de monitoramento de ruído nas vias de acesso a ADA do empreendimento?

Os pontos de monitoramento foram propostos com base em levantamentos realizados na área pela equipe técnica responsável pela elaboração dos estudos, quanto a direção dos ventos e os possíveis impactos que podem ser gerados em relação a geração de ruído e poluição sonora, a de se enfatizar que, a rede de pontos

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 513

apresentados é uma proposta de monitoramento a ser analisada pelo órgão ambiental competente.

Vale destacar que quanto mais próximo da fonte geradora de ruído, maior tende a ser o nível de pressão sonora, sendo este um dos fatores avaliados na alocação dos pontos sugeridos, desta forma, tende-se a garantir que o impacto seja controlado ainda na área diretamente afetada pelo empreendimento, não impactando significativamente os residentes da área de influência direta e os grupos faunísticos que abrigam os fragmentos de vegetação existentes no local.

10. Por que não foram alocados pontos adicionais próximo da ADA? Os dois pontos são capazes de medir com precisão o impacto na qualidade do ar decorrente de um empreendimento desse porte?

Conforme Dn 217/2017 o empreendimento e suas atividades foram classificados como classe 2, ou seja de pequeno porte e conforme respondido no item anterior a rede de monitoramento proposta para o empreendimento foi alocada com base nos levantamentos realizados previamente.

11. Onde está localizado o mapa representando a cavidade que foi encontrada?

O mapa de localização da cavidade FCA-011 está sendo demonstrado no capítulo '9.1 Cavidades' do Relatório de Prospecção sobre o Patrimônio Espeleológico – Onix Céu Aberto Mineração S/A, elaborado pela GeoHorizonte Serviços de Espeleologia.

12. Onde está o diagnóstico dessa cavidade e as informações a respeito de seu grau de relevância?

O diagnóstico da cavidade, relatório de área de influência real, avaliação de impactos do patrimônio espeleológico local e medidas mitigadoras propostas se encontram nos autos do processo de licenciamento ambiental. Considerando o enquadramento do empreendimento em área de alto potencial de ocorrência de cavidades de acordo

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 514

com o IDE-Sisema, deve-se ser realizado relatório que possui campo específico para ser protocolado junto ao Sistema de Licenciamento Ambiental -SLA.

Em relação ao grau de relevância dessa cavidade, não foi definido, visto que, seguindo as orientações da Instrução de Serviço Sisema 08/2017, a cavidade não está localizada na Área Diretamente Afetada (ADA) do empreendimento e, como não está sujeita a potencial impacto negativo irreversível, não há necessidade de estudos para definição do seu grau de relevância.

13. Onde estão os estudos espeleológicos?

Para processos eletrônicos, que é o caso do Processo da Onix Céu Aberto, a Resolução Semad nº 2890/2019 instituiu o Sistema de Licenciamento Ambiental (SLA) para requerimento, processamento e emissão de licenças ambientais junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad a partir de 05/11/2019 e também disponibiliza consulta pública de processos de todos os status, após recepcionamento pelo órgão ambiental, com conteúdo documento e geoespacialização do local de desenvolvimento das atividades do empreendimento. Sendo assim o EIA traz um resumo do que foi levantado e os estudos na íntegra foram disponibilizados em campo específico no Sistema de Licenciamento Ambiental – SLA.

14. Sabe-se que a região do Serro é visada por outras grandes mineradoras e que outros processos de licenciamento estão em andamento. Na área da ADA em questão, a montante, existe um processo ocorrendo para licenciamento de outra cava de mineração, sendo assim, por que não foi realizado um estudo de impactos cumulativos? Por que outros empreendimentos adjacentes não foram sequer citados no estudo?

O tópico 13.2.3 do Estudo de Impacto Ambiental da Ônix Céu Aberto Mineração pag. 826, apresenta a análise dos impactos cumulativos e sinérgicos, nele são avaliados os impactos que poderão ser gerados pelo empreendimento de forma cumulativa e

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 515

sinérgica com as demais fontes de impacto presentes na área de entorno do empreendimento. Neste contexto é valido destacar que o empreendimento apresentou o Relatório de Impacto no Tráfego (RIT), que contempla o impacto acumulativo, no âmbito do processo de licenciamento ambiental.

15. Qual é a justificativa para a omissão das espécies Dyckia inflexifolia e Stachytarpheta meninii Ph Cardoso no inventário florestal do EIA?

Não houve omissão de nenhuma espécie nativa no inventário florestal, todas as espécies presentes dentro das unidades amostrais foram identificadas e apresentadas no estudo.

16. A metodologia utilizada no levantamento primário foi adequada para identificar todas as espécies raras e endêmicas na área de impacto? Houve alguma limitação técnica que impediu a detecção dessas espécies?

Sim, foi adequada. Não houve limitação técnica para detecção dessas duas espécies citadas, segundo com o Reflora (2024), *Dyckia inflexifolia* apresenta ocorrência em Campo Rupestre e a espécie *Stachytarpheta meninii* apresenta ocorrência em Campo Rupestre e Cerrado. Apesar de haver uma reserva mineral na área a ser explorada em que existem em alguns pontos afloramentos dessa rocha, a fitofisionomia local é a de Floresta Estacional Semidecidual, pertencente a Mata Atlântica. Dessa forma, apesar de aparecer a Fazenda Céu Aberto como um dos locais de coleta da espécie *Dyckia inflexifolia* no site Specieslink (2024), a fitofisionomia em estudo não é a de ocorrência de nenhuma dessas espécies.

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 516

17. Sem a inclusão das espécies Dyckia inflexifolia e Stachytarpheta meninii Ph Cardoso no EIA, como o projeto pretende abordar os planos de mitigação e conservação para proteger essas espécies ameaçadas?

Não há previsão, pela ausência de ocorrência das espécies na área objeto de licenciamento.

18. Houve consulta a especialistas em flora endêmica da região durante a elaboração do EIA? Se sim, por que essas espécies não foram identificadas? Se não, por que essa etapa foi omitida?

Novamente não há omissão, essas espécies não foram identificadas na Área Diretamente Afetada por não estarem presentes nas unidades amostrais utilizadas no levantamento da vegetação. O estudo de flora foi elaborado por profissional especializado, com formação comprovada conforme observado em ART.

19. Qual será o impacto direto da construção do empreendimento sobre as populações conhecidas de Dyckia inflexifolia e Stachytarpheta meninii Ph Cardoso?

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 517

Não há impacto direto sobre as populações das espécies *Dyckia inflexifolia* e *Stachytarpheta meninii*.

20. Quais medidas serão tomadas para revisar e atualizar o EIA, incluindo as espécies Dyckia inflexifolia e Stachytarpheta meninii Ph Cardoso?

Em relação a área diretamente afetada não há necessidade de atualização, tendo em vista que essas espécies não foram observadas.

21. Quais são as implicações legais para a empresa responsável pela não inclusão dessas espécies raras e endêmicas no EIA, considerando as leis e resoluções ambientais em vigor?

Não há qualquer implicação legal, visto que as espécies não foram incluídas no estudo justamente por não terem sido identificadas na área amostrada.

22. Existem planos de recuperação ambiental específicos para a área onde essas espécies são encontradas? Como esses planos serão ajustados para incluir as espécies omitidas?

Não. Novamente, não houve omissão.

23. Quais compensações ambientais estão sendo planejadas para lidar com a possível extinção local de Dyckia inflexifolia e Stachytarpheta meninii Ph Cardoso devido ao empreendimento?

Não há previsão de extinção local das espécies *Dyckia inflexifolia* e *Stachytarpheta meninii* Ph Cardoso devido ao empreendimento.

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 518

24. Porque na avaliação de impactos não tem uma avaliação específica para os invertebrados, visto que área é classificada como prioritária para a conservação de invertebrados?

A avaliação de impactos ambientais considerou este grupo da fauna, incluindo todos os seus componentes, bem como as respectivas medidas de controle e monitoramento ambiental específicas e necessárias.

25. Existem programas de monitoramento e conservação para as espécies da entomofauna nas áreas que serão impactadas?

Sim. A Descrição se encontra no Plano de Controle Ambiental na Página 110.

26. A vegetação mesmo estando em Bioma mata Atlântica, sendo classificada como estágio médio de regeneração, e tendo espécies ameaçadas de extinção, ocorrerá supressão nesta área?

Para a solicitação de intervenção ambiental na área, foram apresentados todos os estudos pertinentes ao pedido, assim como, as medidas de compensação cabíveis as intervenções, nesse sentido o pedido passará por análise técnica e jurídica prévia para emissão de sua autorização.

Vale destacar que a atividade minerária é classificada como de utilidade pública, estando previsto na lei 11428/2006 as modalidades em que são autorizadas as intervenções em Mata Atlântica.

27. Quais referências acadêmicas e científicas comprovam que o método utilizado pela empresa é suficiente para analisar os impactos biológicos do empreendimento?

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 519

As referências acadêmicas e científicas utilizadas pela empresa foram as seguintes obras e estudos consagrados na literatura, que validam a eficácia e a adequação do uso de armadilhas fotográficas:

O renomado cientista americano Dr. Allan O'Connell e seus colaboradores, por meio do livro *Camera Traps in Animal Ecology: Methods and Analyses*, oferecem uma referência amplamente reconhecida que fornece uma visão abrangente sobre os métodos e análises relacionados ao uso de armadilhas fotográficas na ecologia animal, consolidando a técnica como uma ferramenta confiável para a avaliação de impactos biológicos.

Além do livro clássico *Técnicas de Estudos Aplicadas aos Mamíferos Silvestres Brasileiros*, de Dr. Nélio Roberto dos Reis e seus colaboradores, pois oferece uma base sólida para o método aplicado.

Constultas suplementares:

Trolliet, F., Vermeulen, C., Huynen, M. C., & Hambuckers, A. (2014). *Use of camera traps for wildlife studies: a review*. Biotechnologie, Agronomie, Société et Environnement, 18(3).

Molloy, Shaun. (2018). *A Practical Guide to Using Camera Traps for Wildlife Monitoring in Natural Resource Management Projects*. DOI: 10.13140/RG.2.2.28025.57449.

Salienta-se que a amostragem de médios e grandes mamíferos foi realizada durante 30 dias efetivos, totalizando 3.600 horas de esforço amostral com o uso de armadilhas fotográficas (pág. 497 do EIA). O método considera o número de horas em que as armadilhas fotográficas estiveram ativas, e não apenas o número de equipamentos utilizados. A efetividade da amostragem de médios e grandes mamíferos é avaliada por meio da combinação de todos os métodos empregados, como armadilhas fotográficas, busca ativa por vestígios e entrevistas.

Após essa abordagem, observou-se que a curva acumulativa de espécies indica que 89% (n=14) dos médios e grandes mamíferos foram amostrados nas áreas do empreendimento em relação à fauna estimada para a área (n=16,11). Os 11% restantes referem-se *as espécies de mamíferos que possuem áreas de vida maiores que o*

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 520

tamanho da Área de Desenvolvimento Ambiental (ADA) e que podem ocorrer em fragmentos de mata no entorno. Essas espécies podem ser difíceis de registrar devido à sua natureza rara, baixa densidade ou comportamento predominantemente noturno (Fonte: EIA, pág. 515)

28. Por que a bioacústica não foi utilizada para a identificação de outras famílias de morcegos, considerando que as famílias insetívoras são subamostradas pelo método de rede de neblina, o que pode comprometer a representatividade e a precisão do levantamento das espécies presentes na área de estudo?

O estudo foi conduzido utilizando os métodos de coleta e captura, tanto com rede de neblina como de puçá. Os métodos de bioacústica são complementares e não capturam famílias específicas que outros métodos também não tenham possibilidade de amostragem nos métodos utilizados. Atualmente os métodos de bioacústica tem sido empregado de forma complementar na fase de monitoramento, evitando estresse desnecessário do processo de coleta e captura.

29. Quais os critérios utilizados para a definição das comunidades citadas? Quais as especificidades de cada uma?

Os critérios utilizados para definição das comunidades abordadas no Diagnóstico do Meio Socioeconômico, especialmente do Diagnóstico da Área de Estudo Local, estão expostos na página 612 do EIA: "A AEL do meio socioeconômico foi delimitada a partir da pré-análise de possíveis impactos decorrentes das etapas do empreendimento. Levou-se em conta a AEL determinada pelo meio físico (relacionada a impactos potenciais de dispersão de particulados atmosféricos, ruído, poluição da água e alteração da paisagem), bem como as comunidades que poderiam ser afetadas por estes impactos potenciais ou por interferências em acessos compartilhados próximos ao empreendimento. Nesse sentido, foram consideradas a Comunidade de Córrego do Meireles, a Comunidade Quilombola de Queimadas, a Comunidade de Floriano, a

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 521

Comunidade de Condado e a Comunidade de Mumbaça, todas no município de Serro."

Já as especificidades de cada comunidade foram detalhadas ao longo do próprio diagnóstico, entre as páginas 615 a 781.

30. Qual o motivo da não elaboração de um mapa focado na AEL que apresentasse um maior nível de detalhamento? O que permitiria a observação do território que essa área de estudo compreende e a sua espacialização, essenciais para a compreensão dos possíveis impactos do empreendimento?

A Área de Estudo Local (AEL) é apresentada na página 613 do EIA. A Figura 295 especifica os pontos em que as entrevistas foram realizadas, a Via Vicinal Pública, a Estrada de Floriano, a MG-10, a BR-259, a Hidrografia, a Área de Estudo Regional (AER), a Área Diretamente Atingida (ADA), a Área de Estudo Local (AEL) e o Limite Municipal. Afora isso, ao longo do Diagnóstico do Meio Socioeconômico, entre as páginas 615 a 781, foram explorados os pontos socioeconômicos e culturais essenciais das áreas que estão sob influência do empreendimento. Conforme exposto no EIA: "O estudo foi elaborado utilizando-se como norteador o Termo de Referência para elaboração do Estudo de Impacto Ambiental - EIA, disponibilizado pela Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SUPRAM." (p. 609)

31. No município de Serro/MG, são certificadas 06 comunidades quilombolas: Comunidade Quilombola do Ausente, Comunidade Quilombola Vila Nova, Comunidade Quilombola Fazenda Santa Cruz, Comunidade Quilombola Capivari e a Comunidade Quilombola de Queimadas, que é uma das comunidades inseridas na AEL. A caracterização dessas comunidades foi feita a partir de entrevistas com seus moradores e de visitas. Como e quando foram feitas essas entrevistas e a dinâmica das visitas feitas pelos pesquisadores? Onde se encontram, por exemplo, registros fotográficos de campo para ilustração e confirmação das informações levantadas?

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 522

Na p. 664 do EIA é descrito que: A identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras cabe ao Ministério do Desenvolvimento e Reforma Agrária (INCRA).

A forma de pesquisa utilizada fora citada na página 673 do EIA (Pesquisa Institucional), sendo que, "para coleta de dados foi utilizado um roteiro de entrevista aberto". (página. 674). As entrevistas realizadas foram feitas pessoalmente e se encontram listadas e descritas no EIA, nas páginas 664 a 673. Algumas pessoas entrevistas foram Joel Aniceto santos, Adilson Augusto Higino, Silvano dos Santos Assunção, Rafael de Jesus Marques, Ataíde.

O registro fotográfico de campo é apresentado junto ao tópico 12.3.3. Diagnóstico da Área de Estudo Local entre as páginas 699 a 776.

Ainda nesse contexto, a geolocalização das entrevistas, registros fotográficos de campo e demais informações sobre as entrevistas são apresentadas no Diagnóstico Socioambiental Participativo, nas seções 1.5.2 Localização das Entrevistas e 1.5.3 Resultados.

32. Por que não foi apresentado um mapa que representasse não só as comunidades quilombolas, mas todas as comunidades potencialmente afetadas, as distâncias de uma em relação às outras e em relação à área destinada ao empreendimento?

A Figura 323, presente na página 689, georreferencia todas as entrevistas realizadas pelo Diagnóstico da Área de Estudo Local. Na figura, as entrevistas são identificadas por localidades e instituições. Assim, a partir da imagem é possível compreender a localização de cada uma dessas comunidades face ao empreendimento e ao entorno.

Além disso, o Estudo de Impacto Ambiental, a página 696 apresenta o Mapa da Área de Estudo Local, seguido pelo Mapa de Geolocalização das entrevistas na página 698 e o Mapa de Localização das comunidades na página 722 que abrange as comunidades, de uma maneira mais ampla.

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 523

RELATÓRIO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (RIMA)

33. O documento afirma que a mão de obra empregada seria de 98 trabalhadores (p. 28). Haverá cargos e funções para as comunidades diretamente afetadas, uma vez que há, segundo o relatório, baixa escolaridade?

O EIA prevê em várias partes do documento ações voltadas para o aprimoramento da mão de obra local visando à priorização de sua contratação, como em: "Além disso, ao fomentar o avanço tecnológico e o aprimoramento da mão de obra local, o empreendimento contribui diretamente para os objetivos de fortalecimento do conhecimento e valorização da cadeia produtiva mineral, conforme delineado pelo plano federal." (p.89).

E ainda em: "Positivamente, merecem destaque os impactos de fomento à formação da mão de obra profissional local, a arrecadação tributária municipal e a necessidade de se pensar em formas de se investir em atividades econômicas de longo prazo." (p. 681).

É previsto ainda, no Estudo a prospecção do "Programa de Capacitação e Priorização da Mão de Obra Local" (p. 810, 811, 824 e 867).

Não obstante, é citado no tópico 6. do Programa de Comunicação Social, p. 142 do Plano de Controle Ambiental, em seus objetivos, o seguinte: "Divulgar informações sobre o processo de contratação de fornecedores e de trabalhadores, desde o processo de seleção, recrutamento e inscrição em cursos de qualificação, reforçando o compromisso da empresa em oportunizar e qualificar a contratação de mão de obra local."

34. Os Córregos Siqueira e Teixeira serão diretamente afetados (p.32) - Ressalta-se que o mesmo córrego que será impactado pela Mineradora Herculano. Considerando-se a crise hídrica já detectada nos estudos, juntamente com o fato dos

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 524

problemas provenientes de rebaixamento do lençol freático, não seria necessário avaliar mais profundamente a situação?

Conforme estudo hidrogeológico apresentado no anexo VII do Estudo de Impacto Ambiental, o empreendimento não fará interferência nos afloramentos de água subterrânea, dessa forma, não será necessário o rebaixamento do lençol freático. Ainda assim, considerando que o empreendimento utilizará água proveniente de caminhão pipa terceirizado para umectação de vias, não haverá previsão de impacto de alteração quantitativa dos recursos hídricos.

Destaca-se que o empreendimento não afetará o uso e a qualidade da água dos córregos Siqueira e Teixeira, uma vez que o método (tratamento/ beneficiamento à seco) de funcionamento da mineração não utiliza água em seu processo produtivo.

35. Na página 37 são citadas as vias de utilização do empreendimento, a Via vicinal pública e a Estrada de Floriano. Qual a diferença, a de Floriano não é pública? A mesma via irá servir às duas mineradoras? Qual o fluxo previsto e como ele pode interferir no modo de vida local?

A Estrada de Floriano é uma via pública, as vias citadas nos estudos como via pública, referem-se a vias municipais sem nome definido. No Relatório de Impacto no Tráfego (RIT), é apresentado todo o levantamento a respeito da utilização das vias de acesso e as possíveis interferências quanto ao fluxo vindo dos empreendimentos Céu Aberto e Herculano.

Além disso, o EIA, na página 852, quando da descrição da AID Meio Físico, aponta que ambas estradas serão utilizadas pelo empreendimento podendo gerar impactos diretos como pode ser compreendido da leitura do documento: "Ainda, para a AID considerou-se também a via de acesso ao empreendimento, a qual se encontra com a Estrada de Floriano, trecho este que será utilizado para passagem de caminhões recebendo, portanto, o incremento ao tráfego e gerando potenciais impactos diretos".

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 525

Quanto ao fluxo previsto, na Consolidação dos Impactos Cumulativos e Sinérgicos (p. 843), há a análise do impacto ambiental "Incremento do tráfego de veículos de Vias Públicas", decorrente do aumento no número de veículos e máquinas em circulação.

36. Para definição da AID, levou-se em consideração os locais onde o empreendimento poderá ser visto, uma vez que haverá impacto visual provocado pela alteração da paisagem (p.38). Que medidas serão tomadas para resolver o problema de alteração da paisagem?

Considerando a declividade do local e a presença de cortina arbórea natural, não haverá impacto visual significativo para longas distâncias. O entorno da Área Diretamente Afetada pelo empreendimento permanecerá com cobertura vegetal, o que será utilizado como cortina arbórea.

Ainda assim, em relação à alteração da paisagem, foram identificados, nos Impactos sobre o Meio Físico, a possibilidade de "Intensificação dos impactos à paisagem" (p.793), tendo sido previsto a execução do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADA) e do Projeto Técnico de Reconstituição da Flora (PTRF), apresentados no Plano de Controle Ambiental do empreendimento, enquanto medidas mitigadoras (p.794).

Nos Impactos sobre o Meio Socioeconômico, foi identificado no EIA (p.818) a possibilidade do impacto de modificação da Paisagem. Para mitigação desse impacto a recuperação do solo através de medidas edáficas e de revegetação foram propostas no Plano de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas – PRADA e no Projeto Técnico de Reconstituição da Flora - PTRF, apresentado no Plano de Controle Ambiental do empreendimento.

37. No que se refere à espeleologia, pode-se constatar o alto grau de potencialidade para a ocorrência de cavidades na ADA e AID (p.48). Foi feita prospecção?

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 526

Considerando a localização do empreendimento em área de alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades de acordo com consulta ao IDE-Sisema, o empreendimento realizou caminhamento espeleológico em toda extensão da ADA e em sua área de entorno de 250 metros conforme prevê termo de referência disponibilizado pela SEMAD, totalizando uma área total de prospecção de 115,85ha. Tais estudos foram apresentados junto aos autos do processo de licenciamento ambiental, conforme informa a pág. 250 do Estudo de Impacto Ambiental.

38. De acordo com a Resolução 491 do CONAMA, de 19 de novembro de 2018, o limite estabelecido para concentração máxima diária permitida de Partículas Totais em Suspensão, para um dia no ano, é de 240 µg/m3. Os pontos amostrais estão abaixo do estabelecido na referida norma, indicando que o local apresenta padrões de qualidade do ar dentro dos níveis aceitáveis (p.52). Quais os valores encontrados? Há um plano de monitoramento? Muito importante para se avaliar posteriormente ao empreendimento - Atualmente Congonhas sofre com 4,5 toneladas de poeira proveniente da atividade.

Os valores encontrados nos monitoramentos já realizados se encontram nas páginas 184 e 185 do EIA de 2024. Sobre monitoramento, o PCA elaborado e juntado ao EIA/RIMA de 2024 possui o Programa de Controle e Monitoramento das Emissões Atmosféricas e Qualidade do ar, que descreve sobre o monitoramento.

No campo de Programas de Mitigação, Monitoramento, Compensação e Recuperação do EIA (p. 865) foi previsto o Programa de Controle e Monitoramento das Emissões Atmosféricas e Qualidade do ar (p.866), devidamente detalhado no Plano de Controle Ambiental - PCA (p. 78 a 87)

Ainda, de acordo com o estudo de Qualidade do Ar realizado no EIA (p. 177 a 190): "Visando obter a caracterização da qualidade do ar na região do empreendimento, foram locados dois (2) pontos de monitoramento de material particulado no ar. Nesses pontos foram monitorados durante vinte e quatro horas os parâmetros das

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 527

partículas totais em suspensão (PTS)." (p.180). No ponto 01, a concentração PTS foi de 41,62 µg/m3 e no ponto 02, a concentração PTS foi de 62,41 µg/m3.

39. A implantação e operação do empreendimento elevará o nível de ruídos na região de inserção do Projeto. A ocorrência deste impacto tem sua origem na utilização frequente de máquinas pesadas, como escavadeiras, pás carregadeiras e caminhões na frente de lavra e vias de circulação. Portanto, o empreendedor deverá realizar manutenção periódica dos equipamentos fixos e móveis, verificando o funcionamento dos silenciadores dos motores. Essa ação garantirá, assim, que as máquinas e caminhões estejam dentro dos padrões estabelecidos por lei específica. O somatório das atividades poderá ultrapassar as normas vigentes?

O Plano de Controle Ambiental do empreendimento, no tópico referente ao Programa de Monitoramento dos Níveis de Ruídos são citados que as metas: consistem em atender aos parâmetros permitidos quanto a emissão de ruídos, bem como no uso adequado de máquinas e equipamentos. Para que os limites não sejam extrapolados, é proposto:

• Reduzir as atividades geradoras de ruídos e evitar à perturbação ao sossego da população;

• Realizar o enclausuramento das máquinas quando possível;

• Utilizar equipamentos com sistema de contenção de ruídos integrados;

• Garantir a manutenção preventiva dos veículos, máquinas e equipamentos;

• Realizar o monitoramento nos pontos estabelecidos para verificar o atendimento à legislação vigente;

• Assegurar a saúde dos trabalhadores e a manutenção da qualidade de vida da população nas áreas de exposição às fontes de ruídos, tornando obrigatório a utilização de Equipamentos de Proteção Individual - EPIs. (INSTITUTO GESTÃO VERDE, P.48, 2024).

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 528

Além disso, a temática de ruídos foi tratada no EIA em diversos pontos.

Primeiramente, na análise dos Aspectos Ambientais, há um campo específico de Emissão de Ruídos (p.157).

Já no Diagnóstico Ambiental, há a análise de Ruído Ambiental (p.192), sendo que as Características das Fontes Geradoras de Ruído Atuais na Área identificadas da seguinte maneira: "As fontes geradoras de ruído, em estudo, caracterizam-se pelo ruído normal de zona rural, caracterizada pelos sons de animais silvestres (pássaros), animais domésticos (gado bovino e cachorro), rota de avião e ventania. No período da medição não havia nenhum tipo de atividade na área do empreendimento." (p.213).

Na Avaliação de Impacto, foi constatada a possibilidade de impacto de Alteração dos níveis de ruído (p.796), sendo que "Como medida preventiva, será realizado o controle das fontes de emissão. Ainda assim, será mantida a vegetação do entorno da área de cava e UTM, podendo ser utilizada como cortina verde natural contribuindo para o isolamento acústico. O Programa de Monitoramento de Ruídos será realizado a fim de monitorar as fontes receptoras, para que haja controle das fontes geradoras, fornecendo proteção ao ambiente (espécies faunísticas) e aos colaboradores." (p.796).

40. Os dados demonstram que o IDH praticamente dobrou em 20 anos. Passou de 0,362 em 1990 para 0,656 em 2010 (p.114). Por que a série não usou os dados de 2020, ou mais recente?

O estudo contou com os dados do Censo 2022, como pode ser compreendido da leitura do documento em diversos pontos, como nas páginas: 619 a 639.

Cada etapa ou estudo deve observar uma metodologia que atenda qualitativamente os estudos. No caso, a utilização dos dados do IDH se deu conforme a necessidade do estudo específico, para que a interpretação se desse de maneira qualitativa de acordo com o nicho em estudo.

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 529

41. Segundo os dados, 6,7 % das residências estão sem banheiro sanitário e apresentam fossas rudimentares, um dos maiores problemas (p. 123). O que é proposto para melhorar a situação da comunidade local?

A melhoria da atual situação do saneamento básico das comunidades levantadas é competência do município em seu Planejamento de Saneamento Básico, no entanto, o empreendimento irá contribuir de forma positiva com a geração de impostos ao município que poderão ser destinados para tal fim.

Ainda assim, questões relacionadas ao Saneamento Básico foram apontadas em diversos pontos do EIA, em especial, no Meio Socioeconômico (p. 608 a 781). Alguns programas foram prospectados visando à melhoria da situação das comunidades locais, como Programa de Conservação da Biodiversidade, Programa de Educação Ambiental, Programa de Priorização e Capacitação da Mão de Obra Local e Programa de Monitoramento Socioeconômico (p. 867). Todos esses programas foram devidamente detalhados no Plano de Controle Ambiental – PCA.

42. Dentre os patrimônios tombados desde 2024 encontram-se os Núcleos de mineração do Córrego Siqueira (p. 132). Como será afetado o sítio arqueológico?

O Eia, na página 662, descreve que, *"O Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) é responsável pela gestão do patrimônio arqueológico e sua proteção é garantida pelo artigo 216 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e pela Lei nº. 3.924. de 26 de julho 1961, sendo considerados patrimônio cultural brasileiro e Bens da União".*

O Estudo de Impacto Ambiental também menciona, nas páginas 101 e 102 que, *"foi apresentado ao IPHAN no âmbito do processo de licenciamento nº 01514.000554/2021-12, (...) o Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico (RAIPA)",* que já se encontra aprovado. Após a aprovação, foi solicitada a autorização para o Plano de Gestão do Patrimônio Arqueológico (PGPA).

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 530

No tópico 10.1 do Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico (RAIPA), páginas 88 a 95, é tratada a caracterização e avaliação do grau de conservação do patrimônio arqueológico do Canal/Núcleo de Mineração Córrego Siqueira.

43. Dentre as comunidades entrevistadas entre as páginas 137 a 156. Qual a metodologia usada no estudo? Apenas a Comunidade Quilombola de Queimadas não foi consultada?

A comunidade Quilombola foi consultada. Para realização do estudo, foram entrevistadas 13 pessoas da Comunidade Quilombola de Queimadas (p. 724 do EIA).

O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), menciona, na página 141, entrevista feita ao Sr. Ronaldo: *"Os aspectos mais elogiados pelos entrevistados foram, respectivamente, a tranquilidade da vida no local, seguida pela presença de nascentes e cursos d'água, áreas florestais e vegetação exuberante, além da fertilidade do solo para cultivo, favorecida pela localização, em uma baixada. As menções à oportunidade de emprego foram feitas por Ronaldo, que possui uma propriedade na Comunidade Quilombola de Queimadas há 30 anos (...)".*

Ainda, na página 144 do RIMA consta que: *"Como a comunidade se encontra em processo de construção do Plano de Consulta, ainda não possuindo limites territoriais formalizados pelo INCRA, a presente pesquisa exploratória foi realizada junto a alguns moradores, focando na caracterização socioeconômica da comunidade. Para a realização deste estudo foram entrevistadas treze pessoas, sendo seis mulheres e sete homens, com faixa etária entre 34 e 81 anos. Desse universo, cinco se autodeclaram pretas e duas se autodeclaram pardas".*

Foi identificada no estudo feito na comunidade, nas páginas 141 a 150 do RIMA, a agricultura; escolaridade dos entrevistados; saúde; transporte público; atividades produtivas; trabalho e renda; transporte público; abastecimento de água;

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 531

esgotamento sanitário; lixo; estradas; energia elétrica; convivência entre os moradores; etc.

No EIA, os estudos e entrevistas relacionados à comunidade quilombola de Queimadas estão detalhadamente apresentados nas páginas 722 a 758.

44. Questões ambientais como o sossego, os cursos d'água e abastecimento de água foram citados por todos nas entrevistas. O estudo também indica que a geração de emprego para o perfil de baixa escolaridade é restrita. Quais os planos de ação propostos para as comunidades? A Crise hídrica é um problema já existente e citado em praticamente todas as comunidades. Como lidar com a situação perante o cenário de emergência climática?

Em relação aos efeitos sinérgicos na bacia hidrográfica e quanto a perturbação ao sossego, verifica-se que todas as medidas mitigadoras para os possíveis impactos pretendem ser tomadas pela Onix – Projeto Céu Aberto, dessa forma reduzindo significativamente qualquer impacto que poderia vir a ser gerado sobre os recursos hídricos e sobre o sossego da população no entorno.

Como já mencionado, o projeto de drenagem foi pensado para evitar o carreamento de sedimentos através do escoamento superficial, e o estudo hidrogeológico não prevê que se atinja o lençol freático. Assim, cabe destacar que o empreendimento não fará interferência nos afloramentos de água subterrânea, dessa forma, não será necessário o rebaixamento do lençol freático.

Considerando que o empreendimento utilizará água proveniente de caminhão pipa terceirizado, não haverá previsão de impacto de alteração quantitativa dos recursos hídricos.

Porém, quanto a disponibilidade hídrica da bacia, saliente-se que o Instituto Mineiro de Gestão das águas – IGAM, conforme Art. 4º do Decreto nº 47.866, de 19/02/2020 é quem:

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 532

[...] tem como competência desenvolver e implementar a política estadual de recursos hídricos, com atribuições de:

[...]

II – controlar e monitorar os recursos hídricos e regular seu uso;

[...]

X – atuar de forma articulada com os órgãos e entidades outorgantes da União e dos estados limítrofes a Minas Gerais para a gestão de bacias hidrográficas compartilhadas

Dessa forma, por meio dos processos de outorga dos direitos de uso de recursos hídricos, que é um dos instrumentos previstos na Política Estadual de Recursos Hídricos, o IGAM faz a gestão dos recursos hídricos estaduais, podendo indeferir pedidos que não se adequam aos limites estabelecidos, ou que não possuam critérios técnicos adequados.

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 533

Conclusão

Diante do exposto no presente relatório, têm-se que se faz cumprido os pedidos listados nos itens (i, ii, iii), do tópico VI- Conclusões e Pedidos do documento emitido pelo Instituto Guaicuy.

Quanto ao item (iv), onde pede-se a anulação da audiência pública com fundamento de que houve a violação ao direito à livre consulta e ao não cumprimento de obrigações assumidas pelos organizadores do evento na participação online. Em primeiro lugar, cumpre esclarecer que a Consulta é prévia em relação à APROVAÇÃO do Licenciamento Ambiental, e não em relação à realização da audiência pública, que é somente uma das fases do Processo Administrativo de Licenciamento Ambiental.

Foi suscitada nulidade da Audiência Pública em função dos problemas técnicos havidos na transmissão ao vivo pelo Youtube. Contudo, insta salientar que a transmissão ao vivo do ato não é obrigatória, sendo imperativa sua gravação, que ocorreu atendendo a todas as formalidades. Além disso, diante dos problemas técnicos ocorridos, a transmissão ao vivo foi dispensada pelo órgão ambiental do estado, conforme suas prerrogativas legais. Por fim, cumpre registrar que houve ampla participação popular de forma presencial, inclusive do próprio Instituto Guaicuy e das comunidades tradicionais e quilombolas locais.

Ainda assim é exigido no (vi), a apresentação de alternativas locacionais para o empreendimento, nesse sentido cabe ressaltar que tais alternativas se encontram apresentadas junto ao tópico 5. Estudo de Alternativas do Estudo de Impacto Ambiental, onde é demonstrado nas páginas 57 a 60 as 3 alternativas locacionais adequadas e viáveis, conforme determina o Termo de Referência da SEMAD.

Assim, conclui-se que os estudos apresentados junto ao processo de Licenciamento Ambiental possuem confiabilidade, atendendo aos termos de referências pertinentes e as legislações vigentes.

Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA (96499030) SEI 1370.01.0053379/2022-66 / pg. 534

ANEXO XXXI - APRESENTAÇÃO DOS SLIDES

EQUIPE TÉCNICA

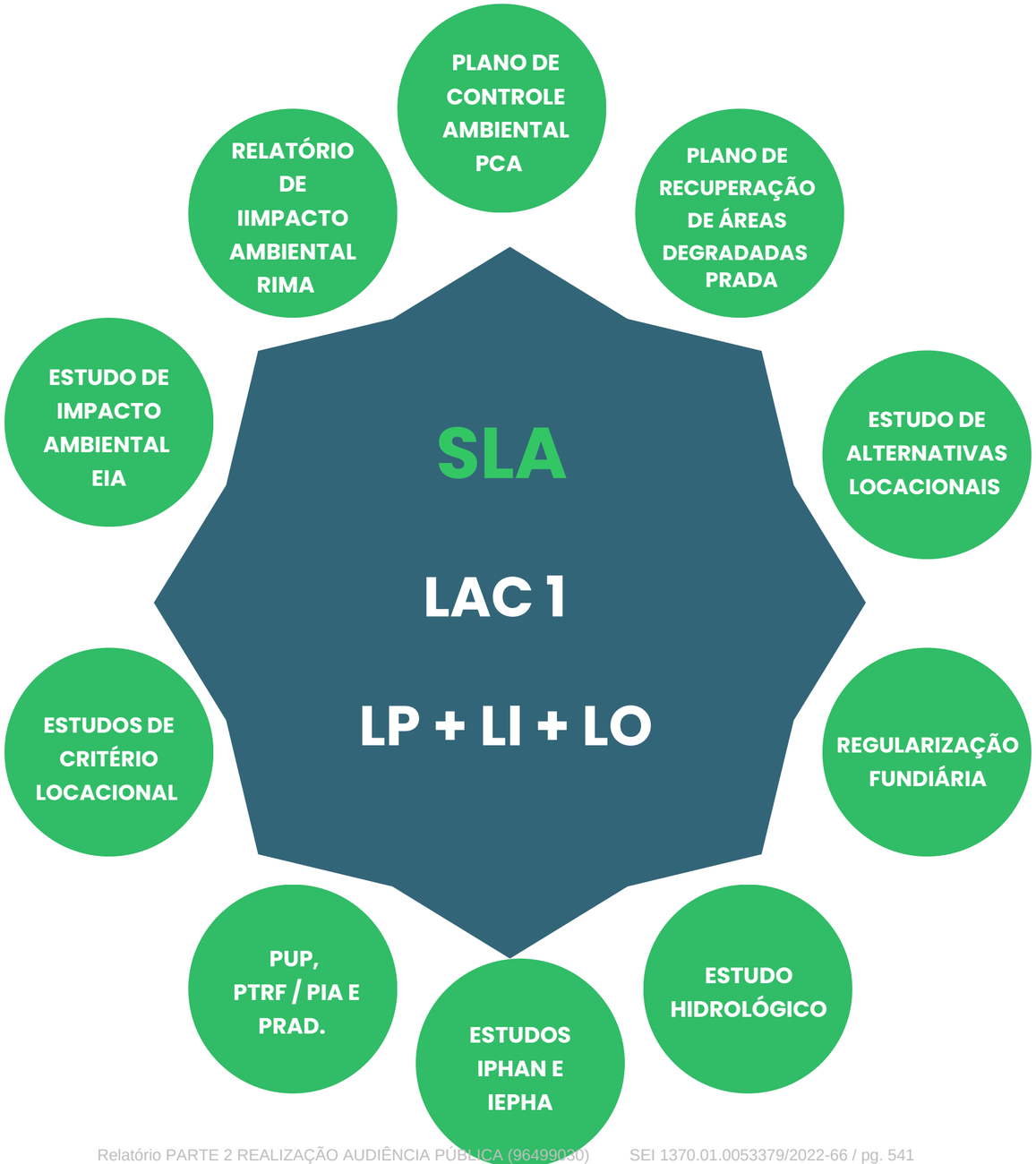
Estudos Ambientais e Audiência Pública

- CIÊNCIAS BIOLOGICAS
- ARQUEOLOGIA
- ENGENHARIA AMBIENTAL
- ENGENHARIA CIVIL E GEOTÉCNICA
- ENGENHARIA DE AQUICULTURA
- ENGENHARIA FLORESTAL
- ENGENHARIA DE MINAS
- GEOLOGIA
- JURÍDICO
- ENGENHARIA DE AGRIMENSURA
- GEOGRAFIA
- CIÊNCIA SOCIAL
- CIÊNCIAS CONTÁBEIS
- HISTORIADOR
- ADMINISTRAÇÃO

GeoHorizonte

GEOENGIS

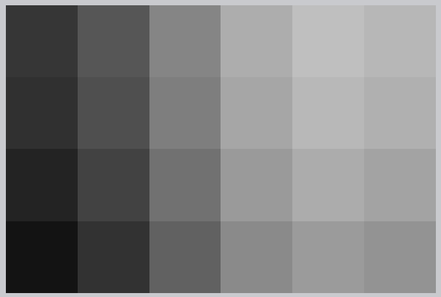
LAVRA CÉU ABERTO – UTM À SECO



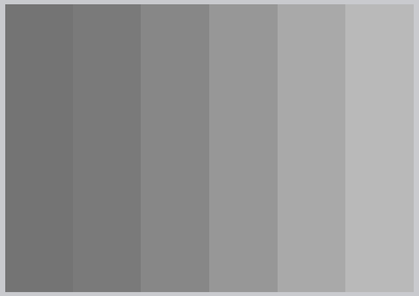
A IMPORTÂNCIA DA MINERAÇÃO

- **Agricultura**

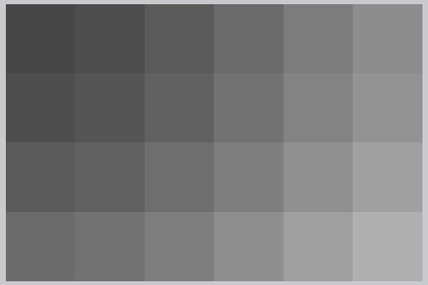
- **Construção civil**



- **Transporte**



- **Telecomunicações**



- **Saúde**

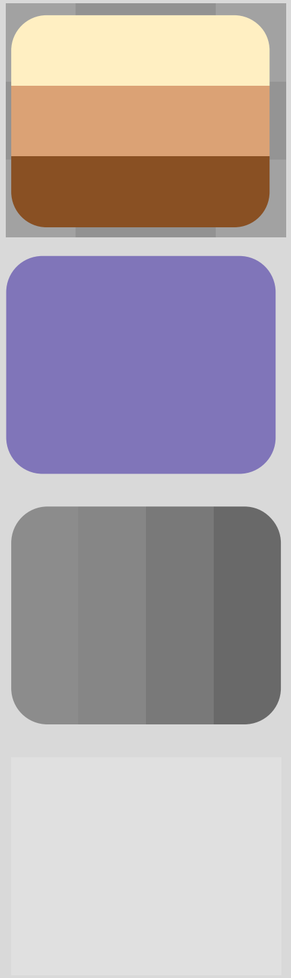
- **Cosméticos**

PRODUÇÃO
PROJETADA

300.000 T/ANO

Estruturas	Aréa ocupada (ha)
Cava	3,7600
Pilha de estéril	1,7858
Estrutura de Apoio UTM, ADM, Etc..	2,364
Acesso interno	0,8513
Acesso Externo	0,8621
Total	**9,6200**

DESTAQUES DO PROJETO



Baixa escala de produção.
Empreendimento de pequeno porte, produção de 300.000 toneladas/ ano.

Processo a seco.
Não será utilizada água no processo de beneficiamento.

Não haverá geração de rejeito/ Barragem de rejeito.
Apenas uma pequena pilha para disposição de estéril.

Desmonte mecânico do minério.
Sem a utilização de explosivos.

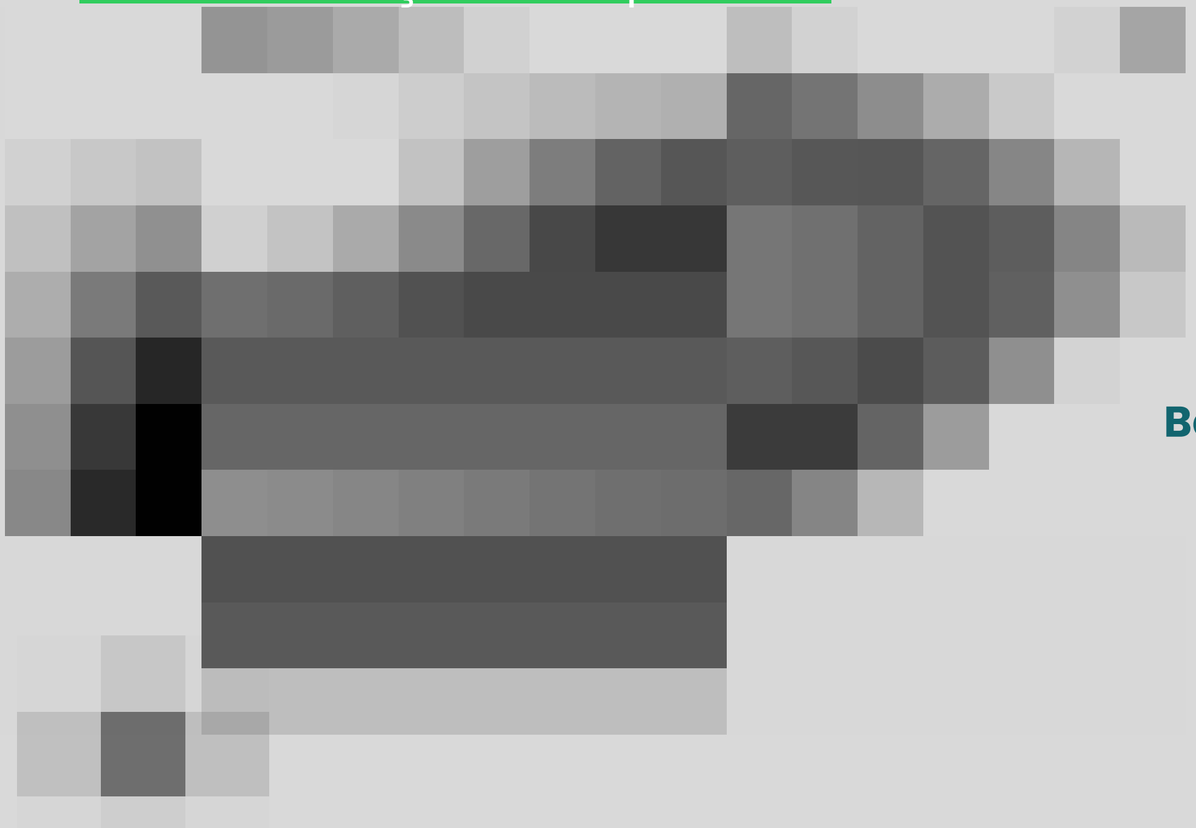
IMPLANTAÇÃO DO **PROJETO**

1. Demarcação dos limites da ADA
2. Afugentamento de fauna
3. Instalação do viveiro de mudas
4. Abertura das vias de acesso ao empreendimento nas áreas de pasto
5. Supressão de vegetação na área de mata
6. Instalação da frente de Lavra/Cava
7. Instalação da UTM e estruturas de apoio
8. Instalação da estrutura de controle ambiental

PROCESSO PRODUTIVO

Desmonte mecânico do minério

sem a utilização de explosivos



Decapeamento e remoção do estéril

↓

Desmonte mecânico e escavação

↓

Carregamento, transporte, estocagem

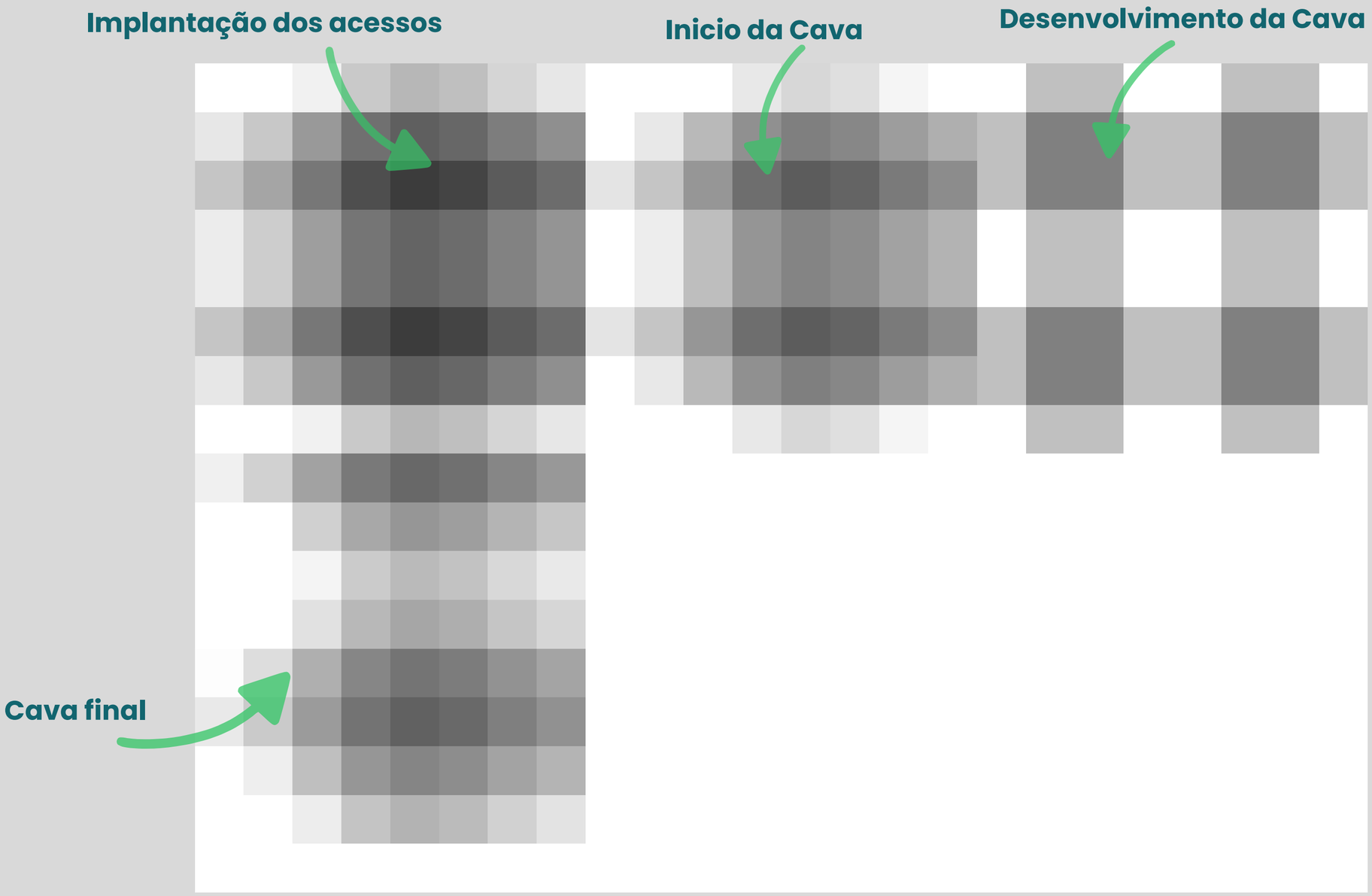
↓

Beneficiamento a seco – britagem e classificação

↓

Expedição – produto final (caminhões/transporte rodoviário)

SEQUÊNCIA
DE LAVRA



MÉTODO DE **DISPOSIÇÃO** PILHA DE ESTÉRIL

MÃO DE OBRA

Lavra	23
Unidades de beneficiamento	11
Equipe gerencial, administrativa e de saúde, meio ambiente e segurança do trabalho.	31
Manutenção industrial	08
Manutenção de equipamentos móveis	10
Expedição	15
Total	98

Regime de operação:
Operação: diurna em dias úteis Expedição: 24h.

DEMANDA DE ENERGIA

Estruturas de apoio (Escritórios, refeitório, vestiários, oficinas, balança e portaria).	Concessionária local
Operação	Geradores a óleo diesel

USO DE ÁGUA

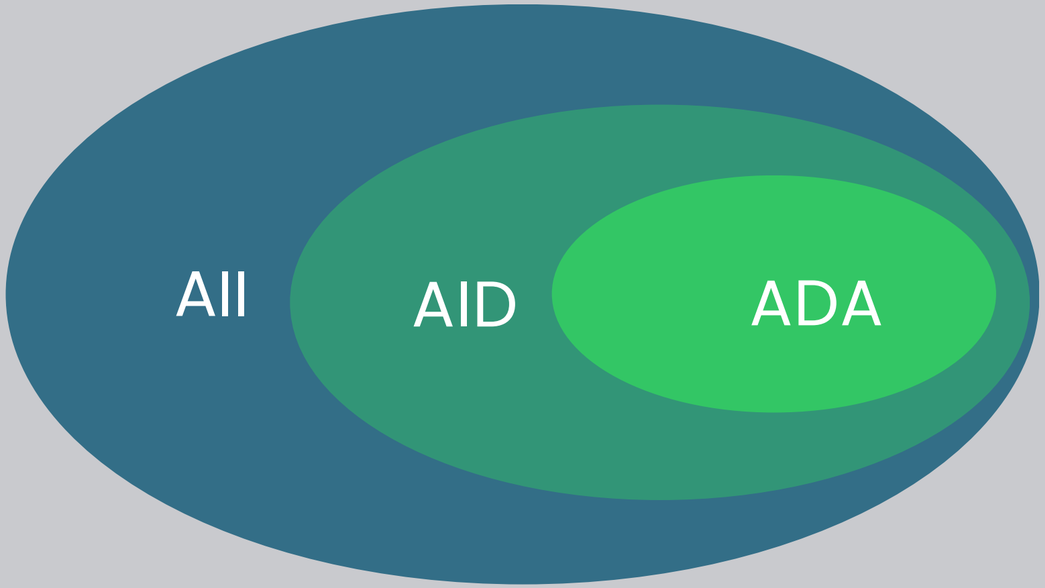
Galão de água mineral

Caminhão Pipa

Finalidade:
Consumo Humano
Aspersão das vias (controle de material particulado).
Limpeza geral Lavagem de veículos e equipamentos.

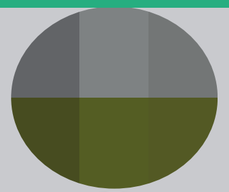
Área de Influência

ÁREAS SUJEITAS A IMPACTOS DIRETOS OU INDIRETOS DO EMPREENDIMENTO

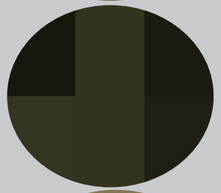


DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

MEIO BIÓTICO

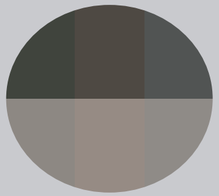


Flora

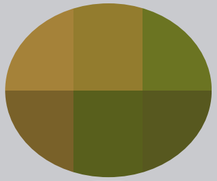


Herpetofauna
(répteis e anfíbios)

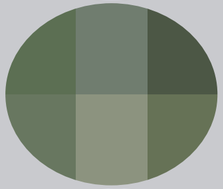
Avifauna (aves)



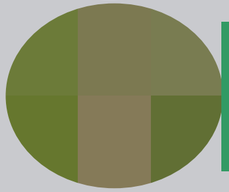
Mastofauna (mamíferos)



Quiropterofauna
(mamíferos voadores, morcegos)



Ictiofauna (peixes)

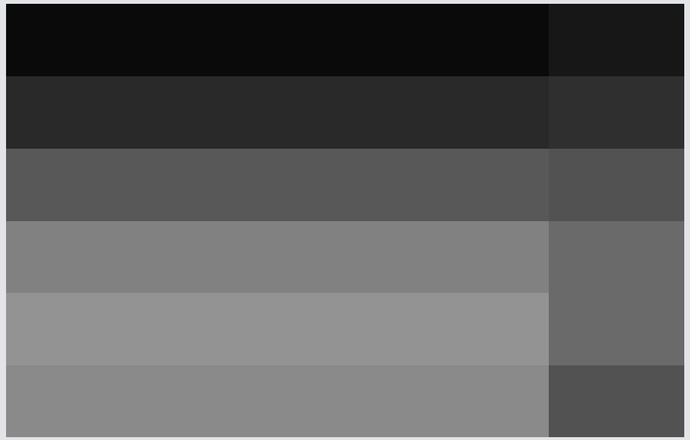


Entomofauna
(invertebrados, insetos)

AVIFAUNA
Rolinha-roxa

ENTOMOFAUNA
Borboleta Comum

HERPETOFAUNA
Perereca-de-banheiro



QUIROPTEROFAUNA
Morcego-fruteiro

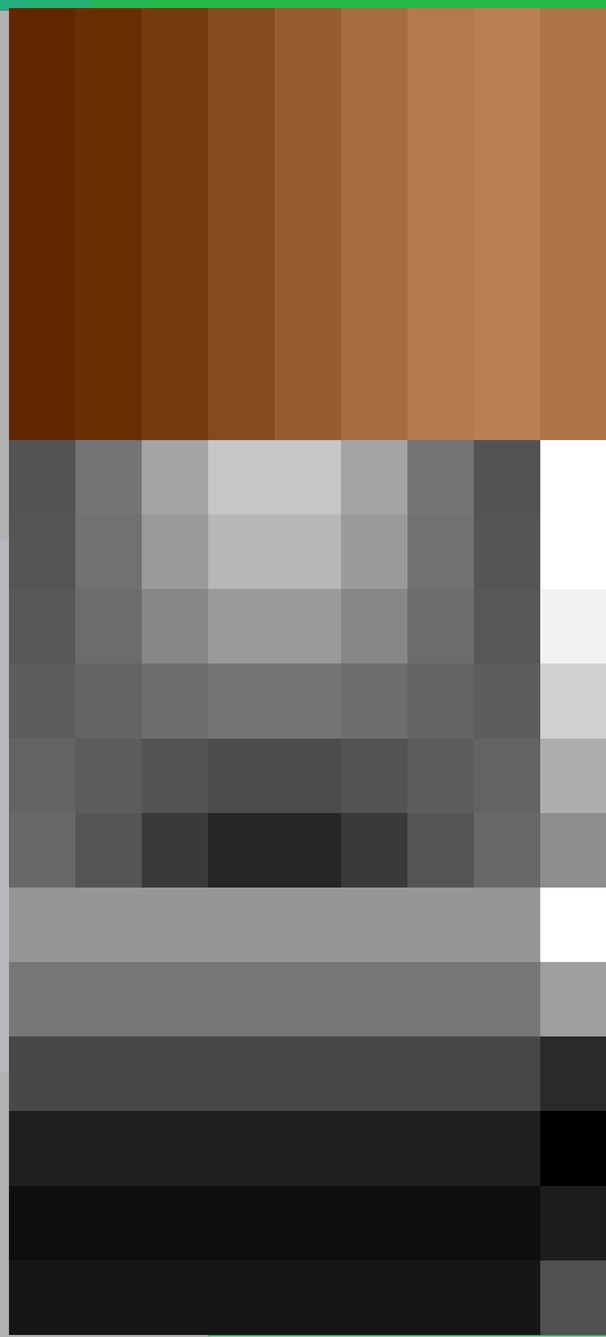
ICTIOFAUNA
Tilápia do Nilo

MASTOFAUNA
Rato-rabudo

AVIFAUNA:
Espécie ameaçada de extinção e/ou endêmicas:
O maracanã-verdadeiro.

MASTOFAUNA:
Espécie ameaçada: Vulnerável
Gato-da-mata.

DIAGNÓSTICO AMBIENTAL
MEIO SOCIOECONÔMICO



DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

MEIO SOCIOECONÔMICO

Resultados das Entrevistas

Comunidade Córrego dos Meireles.

PONTOS POSITIVOS	QTDE	PONTOS NEGATIVOS	QTDE
GERAÇÃO DE EMPREGOS	7	POLUIÇÃO DA ÁGUA	4
MELHORIA DAS ESTRADAS DE ACESSO À COMUNIDADE	2	POLUIÇÃO DO AR	6
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	1	POLUIÇÃO SONORA	6
MELHORIA DAS CASAS POR CAUSA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	2	ìMPACTO DO MEIO AMBIENTE	2
INDENIZAÇÃO	2	VIOLÊNCIA POR CAUSA DO AUMENTO DO TRÂNSITO DE PESSOAS DE FORA	2
TRANSPORTE PÚBLICO	1	TER QUE SAIR DO LUGAR ONDE GOSTA DE MORAR	1
IMPLANTAÇÃO DE COMÉRCIO LOCAL NA COMUNIDADE	2	NÃO OFERTAR EMPREGO PARA OS MORADORES DA COMUNIDADE	1
ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE	2	NÃO RSPEITAR O DIREITO DOS MORADORES	1
PROGRAMA DE RELACIONAMENTO COM A COMUNIDADE	1	NÃO ESCUTAR OS MORADORES	1
OPORTUNIDADES PARA MULHERES GERAREM RENDA PRÓXIMO DE SUAS CASAS	1	PA COMUNIDADE NÃO SER DEVIDAMENTE INDENIZADA PELOS IMPACTOS SOFRIDOS E SEREM OBRIGADOS A VENDER SUAS PROPRIEDADES DESVALORIZADAS	2
NENHUM	1		

DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

MEIO SOCIOECONÔMICO

Resultados das Entrevistas

Comunidade Tradicional de Queimadas.

PONTOS POSITIVOS	QTDE
GERAÇÃO DE EMPREGOS	3
MELHORIA DAS ESTRADAS DE ACESSO À COMUNIDADE	7
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	-
MELHORIA DO ACESSO AO SERVIÇO DE SAÚDE	2
MELHORIA NO TRANSPORTE PÚBLICO	2
ESPAÇOS PÚBLICOS DE ESPORTE E LAZER	1
IMPLANTAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS	3
INVESTIMENTO NA AGRICULTURA FAMILIAR	2
CURSOS PROFISSIONALIZANTES	1
NÃO SABE OU ACHA QUE NENHUM	1

PONTOS NEGATIVOS	QTDE
POLUIÇÃO DA ÁGUA	4
POLUIÇÃO DO AR	3
POLUIÇÃO SONORA	5
IMPACTO DO MEIO AMBIENTE	2
AUMENTO DO TRÂNSITO DE VEÍCULOS PESADOS E DE PESSOAS DE FORA	4
IMPACTO NA TRANQUILIDADE E AUMENTO DA VIOLÊNCIA	3
PIORA DAS ESTRADAS DE TERRA COM O AUMENTO DE TRÂNSITO DE VEICULOS PESADOS	1
OFERTA DE EMPREGOS TEMPORÁRIOS PARA NÃO RESIDENTES DA COMUNIDADE	3
DETONAÇÕES PODEM ABALAR ESTRUTURAS DAS RESIDÊCIAS	3
SOBRECARGA DOS EQUIPAMENTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO	1
NÃO QUALIFICAR A POPULAÇAO LOCAL PARA OCUPAREM AS VAGAS DE EMPREGO DISPONIVEISÇÃO NSITO DE PESSOAS DE FORA	1
RECOLOCAÇÃO DE PESSOAS	1
NÃO INVESTIR EM MELHORIAS PARA A POPULAÇÃO DO MUNICIPIO	1
NÃO EXISTIRÃO PROBLEMAS PARA A COMUNIDADE	1

DIAGNÓSTICO AMBIENTAL **MEIO SOCIOECONÔMICO**

Resultados das Entrevistas

Comunidades de Floriano, Condado e Mumbaça.

PONTOS POSITIVOS	QTDE
NENHUM	1
GERAÇÃO DE EMPREGOS	1
MELHORIA NO SERVIÇO DA SAÚDE	2
VALORIZAÇÃO DO SERRO	1

PONTOS POSITIVOS	QTDE
NENHUM	1
POLUIÇÃO DA ÁGUA	2
POLUIÇÃO DO AR	4
POLUIÇÃO SONORO	2
AUMENTO DO TRÂNSITO NAS ESTRADAS	1
VINDA DE PESSOAS DESCONHECIDAS E DE OUTROS LUGARES	2
AUMENTO DA VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE	1

IMPACTOS NAS FASES DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO

IMPACTOS NAS FASES DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO

Intensificação do processo de modificação da paisagem.

Magnitude: Média,
Abrangência: Local,
Duração: Permanente.

Impactos Negativos:

Supressão de vegetação,
- **Decapeamento do solo,**
- **Movimentação de terra.**

MEDIDAS MITIGADORAS/COMPENSATÓRIAS

Execução do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD

Revegetação de Taludes

Fonte:https://www.maxservicosambientais.com.br/revegetacao-taludes. Acesso em 25/07/2024.

IMPACTOS NAS FASES DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO

Processos erosivos e exposição do solo.

- **Magnitude: Pequena;**
- **Abrangência: Pontual;**
- **Duração: Permanente.**

Impactos Negativos:

Remoção e movimentação do solo e obras de implantação.

MEDIDAS MITIGADORAS/COMPENSATÓRIAS
Implantação de dispositivos de drenagem.

Execução dos Programas do Plano de Controle Ambiental – PCA:

Programa de Controle de Processos Erosivos e Sedimentos Manutenção do Sistema de Drenagem Pluvial.

Dispositivo de Drenagem

Fonte:https://www.maxservicosambientais.com.br/revegetacao-taludes. Acesso em 25/07/2024.

IMPACTOS NAS FASES DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO

Alterações dos níveis de ruídos.

- **Magnitude: Média;**
- **Abrangência: Local;**
- **Duração: Temporário.**

Impactos Negativos:

Supressão de vegetação/limpeza
Construção das estruturas de apoio, implantação e operação do empreendimento.

MEDIDAS MITIGADORAS/COMPENSATÓRIAS:

Realizar inspeções periódicas nos motores e equipamentos utilizados no processo de implantação e operação.

Execução dos Programas do Plano de Controle Ambiental – PCA:

Programa de controle e monitoramento dos níveis de ruídos.

Monitoramento de Ruído

Fonte:Arquivo Próprio.

IMPACTOS NAS FASES DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO

Degradação da estrutura do solo.

Magnitude: Localizada;
Abrangência: Pontual;
Duração: Permanente.

Impactos Negativos:

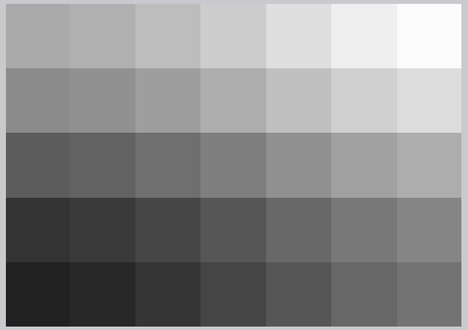
Supressão de vegetação/ limpeza
Construção das estruturas de apoio,
Implantação e operação do empreendimento.

MEDIDAS MITIGADORAS/COMPENSATÓRIAS:

Execução do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD.

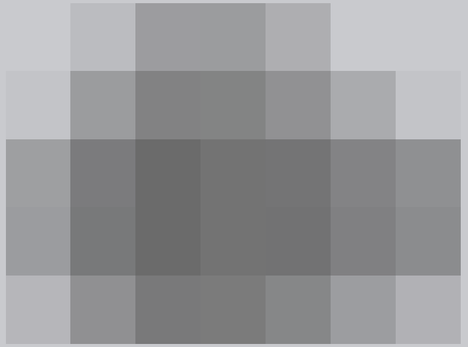
Execução dos Programas do Plano de Controle Ambiental – PCA:

Programa de Gestão de Resíduos Sólidos.



Revegetação de Taludes

Fonte:https:https://www.maxservicosambientais.com.br/revegetacao-taludes#group1-5 - Acesso em 05/08/2024.



Gerenciamento de Resíduos

Fonte:https://bioresiduosambiental.com.br/evitando-penalizacoes-no-gerenciamento-de-residuos-da-sua-empresa/. Acesso em 25/07/2024.

IMPACTOS NAS FASES DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO

Alteração da qualidade das águas subterrâneas e superficiais.

Magnitude: Média;

Abrangência: Local;

Duração: Permanente.

Impactos Negativos:

- **Descar.te incorreto dos efluentes e resíduos gerados pelo empreendimento. Supressão de vegetação/limpeza, remoção e movimentação do solo, obras de implantação e de apoio e operação, assoreamento de redes de drenagem de cursos d'água à jusante.**

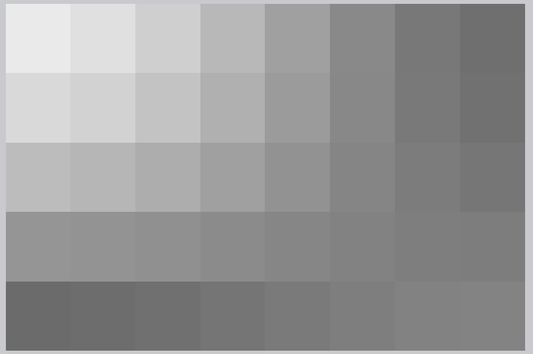
MEDIDAS MITIGADORAS/COMPENSATÓRIAS:

Execução dos Programas do Plano de Controle Ambiental – PCA:
Programa de Gestão de Resíduos Sólidos.

Programa de Monitoramento de Efluentes. Líquidos e Qualidade das Águas. Superficiais e subterrâneas.

Gerenciamento de Resíduos

Fonte: https:canva pro.com/ . Acesso em 05/08/2024.



Monitoramento das Águas

Fonte:https://www.maxservicosambientais.com.br/revegetacao-taludes. Acesso em 25/07/2024.

IMPACTOS NAS FASES DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO

Alteração da qualidade do ar.

Magnitude: Média;

Abrangência: Local;

Duração: Permanente.

Impactos Negativos:

Movimentação de caminhões e máquinas, supressão de vegetação, terraplanagem.

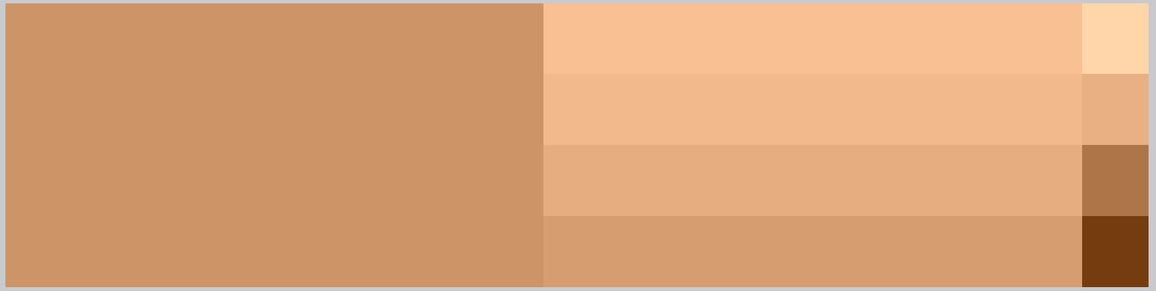
MEDIDAS MITIGADORAS/COMPENSATÓRIAS:

Aspersão de água com caminhão pipa.

Execução dos Programas do Plano de Controle Ambiental – PCA:

Programa de Manutenção de Veículos e Equipamentos.

Programa de Monitoramento de Qualidade do Ar.



Aspersão de Vias

Fonte: https://www.aecweb.com.br/revista/materias/caminhao-pipa-tem-configuracoes-apropriadas-para-diferentes-aplicacoes/17419. Acesso em 26/07/2024.

IMPACTOS NAS FASES DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO

Diminuição da biodiversidade.

Magnitude: Média;

Abrangência: Local;

Duração: Permanente.

Impactos Negativos:

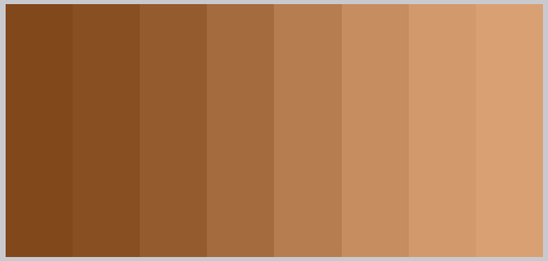
Movimentação de caminhões e máquinas, supressão de vegetação, terraplanagem.

MEDIDAS MITIGADORAS/COMPENSATÓRIAS:

Executar o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas.
Execução dos Programas do Plano de Controle Ambiental – PCA:
Programa de Conservação da Biodiversidade Execução dos Projetos de Recomposição de Áreas Degradas e Alteradas - PRADA.

Plantio

Fonte: https://fabiobarros.com/plantio-mudas-que-faz-diferenca/. Acesso em 25/07/2024.



Revegetação de Taludes

Fonte:https://www.maxservicosambientais.com.br/revegetacao-taludes. Acesso em 05/08/2024.

IMPACTOS NAS FASES DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO

Perturbação e afugentamento da fauna local.

Magnitude: Média;
Abrangência: Local;
Duração: Temporário.

Impactos Negativos:

Movimentação de caminhões e máquinas, supressão de vegetação, terraplanagem.

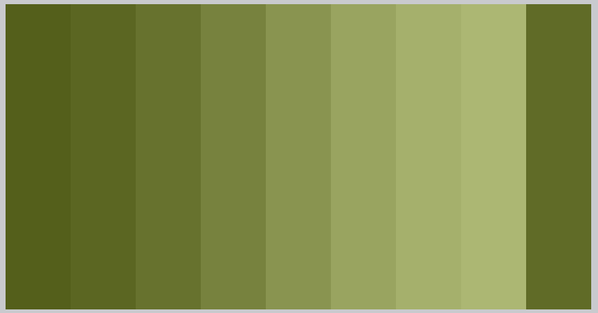
MEDIDAS MITIGADORAS/COMPENSATÓRIAS:

Execução dos Programas do Plano de Controle Ambiental – PCA:

Programa de Resgate e Afugentamento da Fauna.

Após a licença realizar:

Programa de Monitoramento da Fauna.



Monitoramento de Fauna

Fonte:https://www.maxservicosambientais.com.br/revegetacao-taludes. Acesso em 25/07/2024.

Resgate de Fauna

Fonte: https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/terra-da-gente/noticia/2019/02/23/resgate-de-fauna-e-servico-obrigatorio-pouco-valorizado-por-empreendedores-e-universidades.ghtml. Acesso em 25/07/2024.

IMPACTOS NAS FASES DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO

Acidentes com animais peçonhentos.

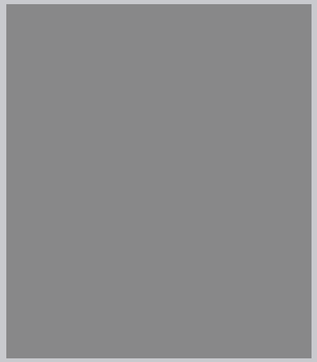
Magnitude: Localizada;
Abrangência: Pontual;
Duração: Temporário.

Impactos Negativos:

Redução ou eliminação dos ambientes naturais.

MEDIDAS MITIGADORAS/COMPENSATÓRIAS:

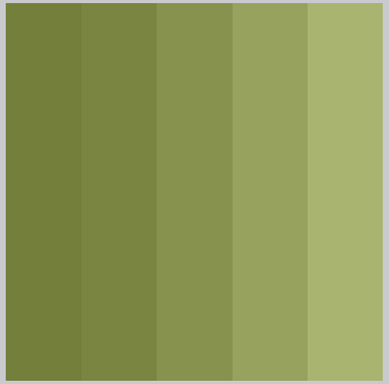
Executar Ações do Programa de Educação Ambiental.



Caminho das Águas

Meio ambiente como direito: normas, conceitos e aplicações

Fonte: Freepik. Acesso em 26/07/2024.



Monitoramento Ativo do PCA

Fonte: https://rochacerqueira.com.br/plano-controle-ambiental/. Acesso em 26/07/2024.

IMPACTOS NAS FASES DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO

Geração de incômodo à população do entorno.

Magnitude: Média;
Abrangência: Pontual;
Duração: Temporário.

Impactos Negativo:

Implantação e operação do empreendimento.

MEDIDAS MITIGADORAS/COMPENSATÓRIAS:

Execução dos Programas do Plano de Controle Ambiental – PCA:
Programa de Comunicação Social;
Programa de Educação Ambiental;
Programa de Monitoramento Socioeconômico;
Programa de Segurança do Tráfego e Medidas Socioeducativas.

Comunicação Social, Educação Ambiental e Monitoramento Socioeconômico

Fonte: https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/concurso-comunicacao-social/. Acesso 05/08/2024.

IMPACTOS NAS FASES DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO

Geração de Expectativas.

Magnitude: Média;
Abrangência: Local;
Duração: Temporário.

Impactos Negativo:

Implantação e operação do empreendimento.

MEDIDAS MITIGADORAS/COMPENSATÓRIAS:
Execução dos Programas do Plano de:

Controle Ambiental – PCA;
Programa de Comunicação Social.

Comunicação Social

IMPACTOS NAS FASES DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO

Interferência em Modos de Vida.

Magnitude: Média;
Abrangência: Pontual;
Duração: Permanente.

Impactos Negativo:

Implantação e operação do empreendimento.

MEDIDAS MITIGADORAS/COMPENSATÓRIAS:

Execução dos Programas do Plano de Controle Ambiental – PCA:
Programa de Comunicação Social;
Programa de Educação Ambiental;
Programa de Monitoramento Socioeconômico.

Comunicação Social, Educação Ambiental e Monitoramento Socioeconômico

Fonte: https://www.https://maiscursosgratis.com.br/categoria-comunicacao-social-1 Acesso 05/08/2024.

IMPACTOS NAS FASES DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO

Alteração da Paisagem.

Magnitude: Grande;
Abrangência: Regional;
Duração: Permanente.

Impactos Negativo:

Implantação e operação do empreendimento.

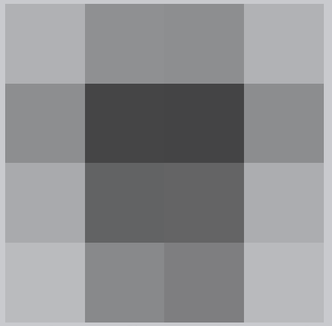
MEDIDAS MITIGADORAS/COMPENSATÓRIAS:

Execução dos Programas do Plano de Controle Ambiental – PCA: Programa de Educação Ambiental.

Execução do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas;
Execução dos Projetos de Recomposição de Áreas Degradas e Alteradas - PRADA.

Revegetação de Taludes

Fonte:https://www.maxservicosambientais.com.br/revegetacao-taludes. Acesso em 25/07/2024.



Educação Ambiental

Fonte: Freepik. Acesso em 25/07/2024.

Plantio

Fonte: https://canvapro.com/. Acesso em 05/08/2024.

IMPACTOS NAS FASES DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO

Incremento da arrecadação pública.

Magnitude: Média;
Abrangência: Regional;
Duração: Temporário.

Impactos Positivos:

Implantação e operação do empreendimento.

MEDIDAS MITIGADORAS/COMPENSATÓRIAS:

Execução dos Programas do Plano de Controle Ambiental – PCA;
Programa de Priorização e Capacitação da Mão de obra Local;
Programa de Monitoramento Socioeconômico.

Priorização e Capacitação de Mão de Obra Local

Fonte: https://lubrimatic.com.br/a-importancia-da-mao-de-obra-qualificada-nos-servicos-de-demolicao-escavacao-e-elevacao/. Acesso em 25/07/2024.

IMPACTOS NAS FASES DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO

Geração de Empregos e Renda.

Magnitude: Média;
Abrangência: Local;
Duração: Temporário.

Impactos Positivos:

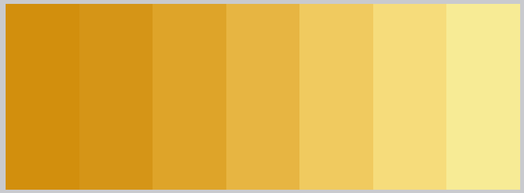
Implantação e operação do empreendimento.

MEDIDAS MITIGADORAS/COMPENSATÓRIAS:

Execução dos Programas do Plano Controle Ambiental – PCA:

Programa de Priorização e Capacitação da Mão de Obra Local;

Programa de Monitoramento Socioeconômico.



Priorização e Capacitação de Mão de Obra Local

Fonte: https://.canvapro.com
Acesso em 05/08/2024.

COMPENSAÇÕES AMBIENTAIS

Intervenção

MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Para Intervenção em APP:
Foi elaborado o Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas - PRADA.

Mesma propriedade
com cerca de 0,6125 ha,
na Chácara tejucal,
municipio de Serro/ MG.

MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

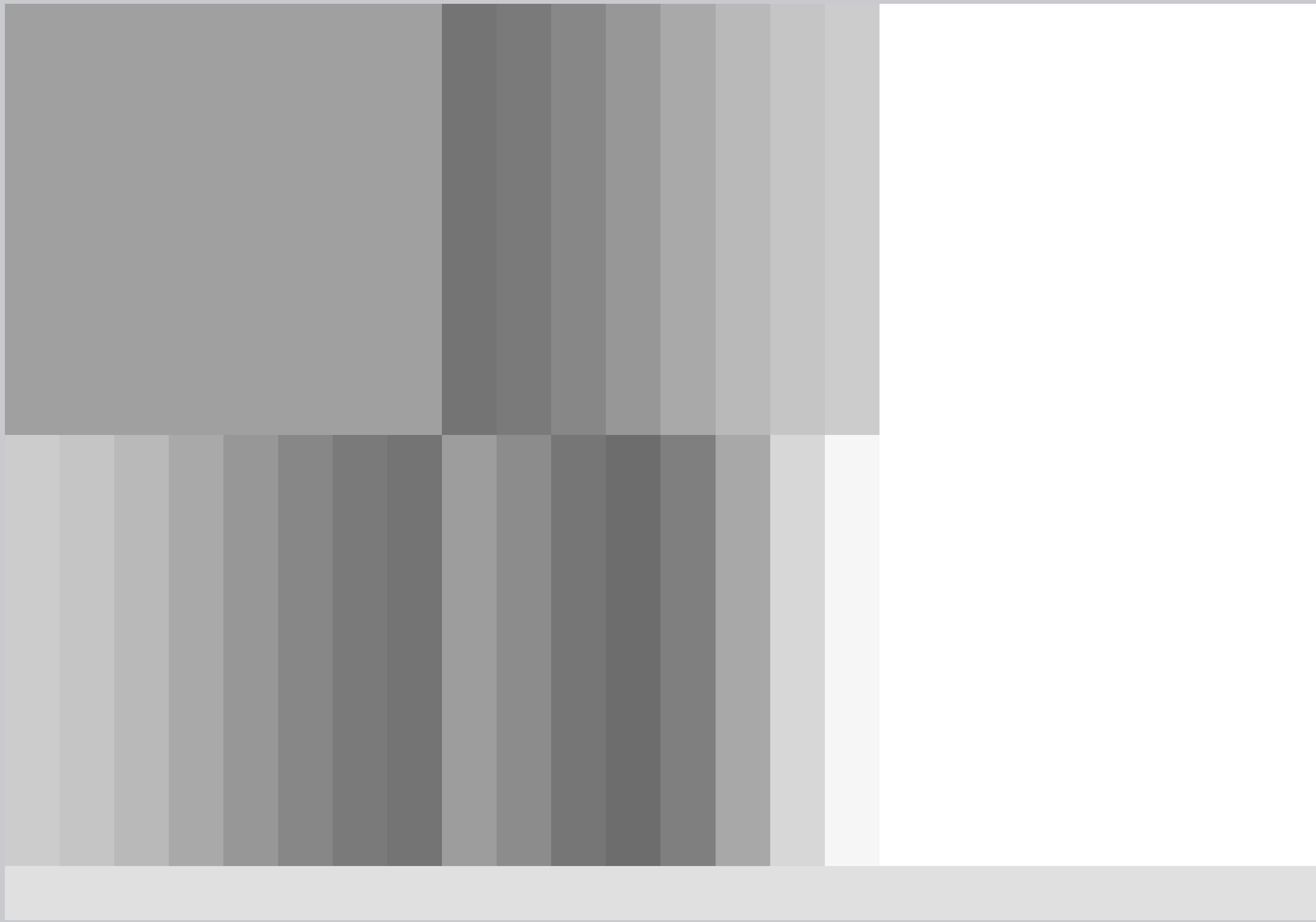
FORMAÇÃO DE CORREDOR ECOLÓGICO

Espécies ameaçadas de extinção:

Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas – PRADA.

Chácara do Tejucal, município de Serro – MG .

Área 2,9828 ha.



MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Para corte de espécies imunes:

3 indivíduos da espécie *Handroanthus ochraceus*, protegido pela **Lei nº 20.308 de 27 de julho de 2012**.

Recolhimento de 100 UFEMGs por árvore suprimida:

Totalizando **300 UFEMGs** a serem recolhidos.

Viabilidade Técnica

01 Vantagens de uma mineração com métodos modernos e baseada em estudos de impacto ambiental.

02 Desenvolvimento de projeto Minerário regularizado com EIA em uma região com início de exploração de bens minerais, criando um marco regulatório com métodos modernos e ampla participação de todos os atores envolvidos (comunidade, comércio local, Órgão Ambiental e prefeitura representado pelo CODEMA.

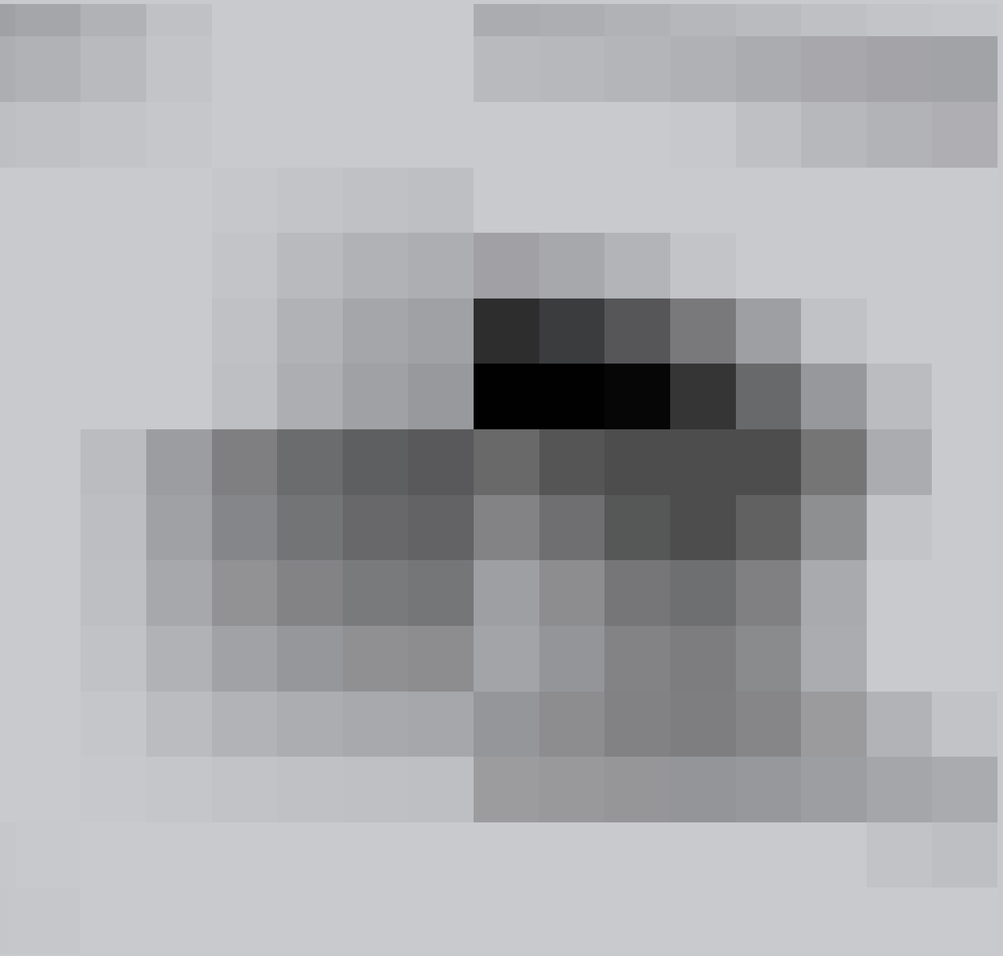
03 Expansão de novas oportunidades de trabalho em uma região tradicionalmente agropecuária leiteira ampliando a cadeia econômica local.

04 Oportunidades de parcerias público - privadas com ações sociais.

05 Atividades de trabalho em CLT, normas de segurança de trabalho (EPI), treinamentos.

06 Monitoramentos ambientais (para assegurar a viabilidade ambiental).

VIDEO DO EMPREENDIMENTO



OBRIGADO PELA ATENÇÃO

ANEXO XXXII - REGISTRO FOTOGRÁFICO

ANEXO XXXIII – TRANSCRIÇÃO

AUDIÊNCIA PÚBLICA
ÔNIX CÉU ABERTO MINERAÇÃO
PROJETO CÉU ABERTO
Serro/MG
14/08/2024

Ludmila Alves Brito (Presidente da Audiência): Boa noite a todos. Sejam muito bem-vindos. Vamos dar início à audiência pública para discutir o empreendimento Ônix Céu Aberto Mineração. Novamente, sejam todos muito bem-vindos. Antes de iniciar formalmente, gostaria de convidar o senhor Noelton que vai dizer umas palavras de boas-vindas para gente. Por gentileza.

Noelton Freitas (Proprietário da Ônix Céu Aberto Mineração): Boa noite a todos. Meu nome é Noelton Freitas. Sou proprietário da Ônix mineração, sócio da Ônix Mineração Céu Aberto, no Projeto Céu Aberto aqui no Serro. Eu queria começar contando um pouco da nossa história para vocês conhecerem um pouco do que é a Ônix. A Ônix é uma empresa voltada...

Ludmila Alves Brito (Presidente da Audiência): Seu Noelton, é só as boas-vindas nesse momento. Depois a gente passa para sua parte.

Noelton Freitas (Proprietário da Ônix Mineração): Ah, desculpa, desculpa. Obrigado.

Ludmila Alves Brito (Presidente da Audiência): Sem problemas. Obrigada, gente. Obrigada, Seu Noelton. Dando sequência, eu gostaria de convidar o Senhor Júnior Barroso que é bombeiro civil. Ele vai dar importantes dicas de segurança para a gente para que tudo ocorra bem. Peço que os senhores prestem atenção devidamente. Obrigada, Senhor Júnior.

Júnior Barroso (Bombeiro Civil): Uma boa noite a todos. Meu nome é Júnior Barroso. Sou bombeiro civil credenciado no Corpo de Bombeiro Militar. Estou aqui hoje para apresentar as medidas de segurança dessa edificação.

Em caso de pânico ou sinistro, eu peço a todos que mantenham a calma e se dirijam até a saída de emergência que dá acesso ao campo futebol ao qual é o nosso ponto de encontro. Aí à direita de vocês, bem aqui atrás, o sanitário masculino, paralelo ao feminino, ok?

Lá fora também temos, na entrada principal, temos a ambulância com profissionais capacitados, caso seja necessário, está bom? E se precisarem de nós, a gente está aí à disposição de vocês. Desde agora, eu agradeço a todos e que tenham uma boa reunião. Obrigado.

Ludmila Alves Brito (Presidente da Audiência): Obrigada, Senhor Júnior. Agora eu convido a todos para que, em devida posição de respeito, possamos ter a execução do Hino Nacional Brasileiro.

[HINO NACIONAL]

Ludmila Alves Brito (Presidente da Audiência): Dando continuidade, eu não me apresentei. Sou Ludmila Alves Brito. Estou aqui representando o diretor de gestão Regional da FEAM, junto com a chefe Regional daqui da unidade Jequitinhonha, a Carla, e com o Mateus, que é servidor da gerência de controle processual.

Nós estamos aqui hoje para poder realizar essa audiência pública que veio discutir o processo da Ônix Mineração. Alguns detalhes do processo para vocês, ele é o processo administrativo 2198/2022. É um processo classe três, modalidade de licenciamento ambiental concomitante LAC 1. Ou seja, a gente tem as três fases de licença sendo avaliadas simultaneamente - a licença prévia, a licença de instalação e a licença de operação de lavra a céu aberto de minério de ferro, unidade de tratamento de minerais UTM com tratamento a seco, pilha de rejeito estéril de minério de ferro e estrada para transporte de minério estéril externa aos limites de empreendimentos minerários.

Essa audiência, ela acontece conforme a previsão legal da deliberação normativa 225 de 2018, que rege como essas audiências vão acontecer e eu vou explicar um pouquinho para vocês agora como é que vai se dar essa noite. Nossa oportunidade que a gente tem, nesse momento a equipe técnica da FEAM está aqui presente, que vai analisar o processo. Então é a oportunidade que a gente tem para colher as percepções e as dúvidas de vocês, não só para que vocês tenham suas dúvidas respondidas durante a audiência, mas também para que a equipe técnica possa compreender quais são os anseios da comunidade, as contribuições que ela tem para trazer para o processo. Então é um momento muito importante, muito caro, no licenciamento ambiental. Então fica aqui o convite da participação, obviamente, sempre respeitosa, a gente vai falar um pouquinho disso e vamos entender mais ou menos como é que vai se dar essa audiência pública. Então o que que é a audiência pública? É uma reunião destinada a trazer para a comunidade as informações sobre a obra que se pretende, o empreendimento que se pretende instalar e principalmente, sobre os impactos desse empreendimento e as medidas propostas para evitar os impactos, mitigar ou compensar os impactos, dependendo da sua dimensão. A gente está aqui não só porque ela é uma exigência legal, mas porque a gente teve algumas entidades que requereram a realização da audiência pública - eu vou falar sobre elas em instantes. E quem pode solicitar para as próximas audiências? O prefeito do município, 50 ou mais cidadãos podem solicitar, em conjunto, a audiência pública. Entidade civil sem fins lucrativos, o ministério público e o próprio empreendedor. Normalmente são esses quem podem solicitar a audiência. A gente pode ter mais de um solicitante por audiência, como é o caso dessa audiência que está acontecendo hoje e aí a gente marca a data com uma certa antecedência para que a gente possa ter todos vocês aqui presentes, que vocês saibam da realização e possam ser convidados durante esse período.

Mais algum uns detalhezinhos que vocês já sabem. Nós estamos aqui no ginásio hoje para a realização dessa audiência. Foram esses os requerentes da audiência: o Instituto Guaicuy, Associação Coletivo Margarida Alves de Assessoria Popular, a Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais e o próprio empreendedor, ok?

Como é que vai funcionar? a gente divide a audiência pública em três partes. Essa primeira parte é essa apresentação inicial que a gente está fazendo aqui, onde nós vamos explicar as regras da audiência, como é que ela vai funcionar. A gente passa para a segunda parte, para apresentação do empreendedor e da equipe de consultoria do empreendimento e dos impactos ambientais. Seguida da apresentação. de uma fala de 10 minutos de cada um dos outros requerentes da audiência pública. Embora o empreendedor seja também requerente da audiência pública, a gente optou por deixar que ele fale no seu período de 45 minutos, ampliando assim o prazo para os outros três requerentes se manifestarem nesse início. A gente dá um breve intervalo e aí a gente passa para a fase de discussão da audiência pública. Como é que acontece essa discussão, que é a terceira parte? Essa que é mais importante da gente colocar. A gente vai abrir, em instantes, as inscrições para a fala da audiência pública. A gente vai abrir as inscrições para todos que desejarem falar e vai ser concedida a fala para os 36 primeiros que se inscreverem. Dentre esses 36 primeiros, a gente pode ter até oito pessoas ligadas diretamente ao empreendedor. A gente tem nossos companheiros ali da Unidade Regional aqui da FEAM que vão auxiliar o pessoal que está organizando a audiência pública na coleta dessas informações. A gente faz o chamamento dessas manifestações por ordem de chegada, por ordem de inscrição, e todos aqueles que entenderem que é necessário, que quiserem falar, tem essa oportunidade, nesse período da terceira parte. Como é que funciona? Cada pessoa tem 3 minutos para falar e apenas 3 minutos. Gostaria de dizer que, nesse momento, para essa audiência correr bem, até pelo número de pessoas que estão aqui, que bom que a gente tem esse número expressivo de pessoas, a gente precisa respeitar o tempo de 3 minutos, está certo? Então a mesa não vai conceder tempo excedente para nenhum questionamento oral durante esses 36, ok? A gente faz em blocos de três perguntas. Então a gente vai ter 9 minutos de pergunta e o empreendedor tem 6 minutos - ou empresa de consultoria né - para responder aos questionamentos que lhes forem feitos. A gente não tem direito à réplica ou a tréplica na audiência pública. Cada manifestante pode se manifestar uma única vez dentre os 36 e não é permitido, sob nenhuma hipótese, a transferência do seu direito de fala para outra pessoa. Então eu não tenho como guardar lugar na fila da fala para ninguém, ok? Cada

pessoa que queira falar, ela tem que se inscrever pessoalmente. Então não tem, mesmo que a audiência já esteja tarde, que a pessoa tem que ir embora, a pessoa que se inscreveu e não estiver aqui na hora que for chamada, vai ser substituída pelo inscrito seguinte. Tudo certo? Todos compreenderam? Então só para fechar, 3 minutos por pessoa, você não pode usar duas vezes o período da fala e não pode transferir sua fala para outra pessoa, está joia? As pessoas que quiserem deixar seus questionamentos por escrito, é o mesmo pessoal que estava coletando porque essa inscrição, ela tem um período de 60 minutos. Ou seja, a gente tem uma hora de coleta de inscrição para fala, depois dessa 1 hora - a partir do momento que eu avisar aqui - a partir desse momento de 1 hora, a inscrição é encerrada e as meninas vão estar ali para receber quaisquer documentos que vocês queiram protocolar junto ao órgão ambiental. Que queiram apresentar. Que seja uma pergunta que vocês tenham ou que estão tímidos de fazer de forma oral, ou que vocês entendem que precisa de mais tempo para o empreendedor responder... essas perguntas vão ser todas coletadas, serão repassadas para o empreendedor junto com a sua empresa de consultoria, que vai respondê-las a você à posteriore. Além disso, é garantido aos senhores pela Deliberação Normativa 225, 5 dias após a audiência pública, para que sejam protocolados quaisquer informações, análises, documentos, para que sejam analisados pela equipe de licenciamento ambiental da FEAM e considerados no parecer único, ok? Então após a audiência, vocês têm 5 dias úteis para poder protocolar questões relativas à audiência, principalmente, contribuições que auxiliarão a equipe da FEAM na tomada da decisão, está joia?

Deixa eu ver o que mais... Essa audiência, ela está sendo transmitida via YouTube. Boa noite para todos que nos seguem online também simultaneamente. A gente não tem participação prevista das pessoas que estão online hoje, mas essa audiência ficará gravada e exposta no YouTube durante todo o tempo de análise do processo para quem quiser voltar, ouvir novamente e compreender melhor aquilo que está sendo dito, a audiência vai ficar disponível para todo mundo.

Deixa eu ver o que mais... Falei tudo sem passar os slides, gente, desculpa.

A segunda parte, como eu disse então, é a exposição do Empreendedor, onde ele tem a oportunidade de falar um pouquinho do próprio empreendimento, do seu histórico e, principalmente, dos seus impactos e medidas. Segue a manifestação dos requisitantes, um pequeno intervalo e a gente passa para os questionamentos. Se tiver qualquer dúvida sobre a organização da audiência, durante a apresentação do Empreendedor, a mesa vai estar sentada ali na frente, podem nos procurar. E a partir desse momento, são 7:36, a gente abre as inscrições para a fala, ali junto com aquele pontinho rosa que está ali no cantinho do ginásio, para que a gente possa começar as inscrições de vocês. Então novamente, sejam muito bem-vindos. Aproveitem essa oportunidade. Quero reiterar a importância desse espaço democrático, ou seja, de respeito à opinião de todos. Todo mundo tem direito a se manifestar da forma que entender, desde que respeitosa. Sem falar de outras pessoas diretamente, sem agredir ninguém, não há necessidade. A gente está no momento de discutir o empreendimento. Para que ela seja proveitosa, é importante que a gente respeite a fala de cada um, está certo? Tanto durante a fala, quanto depois. Tanto aqueles que tem coisas a dizer a favor do projeto, ou aqueles que tem coisas a dizer contra o projeto, ou dúvidas que tenham. Não existe dúvida pequena. Esse é o momento da gente tirar todas as dúvidas, ok? E só para reiterar, essa audiência pública, ela é consultiva. Ela não é deliberativa. Então nenhuma decisão está sendo tomada aqui e o fato dela estar sendo realizada, não significa que o empreendimento está aprovado ou desaprovado. Ela é uma etapa importante dessa tomada de decisão que só vai ser concluída depois da audiência pública. É isso, boa noite a todos. Mais para frente um pouquinho, até porque eu já falei demais, vocês não querem mais ouvir minha voz, vamos direto o que interessa. A gente passa o e-mail para o envio dos questionamentos. E eu saúdo também as diversas autoridades que estão aqui conosco. Mas sem mais delongas, fique à vontade, empreendedor, consultor, para apresentação de vocês.

Noelton Freitas (Proprietário da Ônix Mineração): Boa noite a todos. Meu nome é Noelton Freitas, como havia dito. Sou proprietário da Ônix Mineração e sócio da Ônix Céu Aberto. Eu queria comentar com vocês o que é a Ônix, em primeiro lugar. A Ônix é uma empresa que, ela hoje está locada em nove cidades diferentes, sendo que quatro delas,

estão em operação. São operações de pequeno porte. Nas operações de minério de ferro, são minerações de pequeno impacto que não usam explosivos, né? E para 300.000 tonelada/ano, então é uma mineração de pequeno porte. Hoje, nós estamos há quase 10 anos, ano que vem, no mês de agosto, a gente está fazendo 10 anos na cidade de Catas Altas, onde a gente já está fazendo esse projeto lá há mais tempo. A gente trabalha em muita boa sintonia com a comunidade. Inclusive eu tenho lá empreendimentos também na área de turismo, que é pousada. Nosso empreendimento é sempre muito voltado para utilizar a mão de obra local. Vocês vão ver que hoje exemplos de pessoa que trabalham lá comigo durante todo esse tempo e que era próximo, era vizinho lá nosso. Então uma outra cidade que a gente pode comentar aqui é Cocais. Também, todas as duas cidades, gente, é tão antiga quanto aqui. É mais de 300 anos de existência. Em Cocais, nós temos apenas um funcionário que não é de lá. Todo o restante mora lá próximo e alguns, tão próximo, que não precisa de transporte, por exemplo. Então o nosso objetivo é gerar renda, gerar emprego e trazer o progresso sim, mas um progresso sustentável, de forma educada, respeitosa e compartilhar com vocês **[Corte no áudio]**

Charles Castro (Geoline Engenharia): [...] É muito pequeno. Tanto é que a licença é concomitante. Eu tenho a licença prévia, a licença de instalação e a licença de operação juntas no mesmo processo. Por que que isso é importante? Porque é um processo tão simples, tão rápido, que a análise, ela é conjunta. O que que eu vou implantar, como implantar e como operar essa mina tida como classe 2. E para isso tem uma equipe técnica gigantesca que leva a SEMAD, a FEAM ao estado e, juntamente ao município, todos os impactos que podem vir deste empreendimento. Quando a gente fala de todos os impactos, impacto vem na cabeça da gente sempre algo negativo. Não. Impacto, ele pode ser negativo e positivo. Isso a gente vai explicar, mas o estudo, ele é justamente o que vai embasar toda a análise técnica do órgão ambiental. Para isso a gente envolve várias áreas. Esse tipo de estudo, para uma área minerária, envolve desde a Ciência Biológica até administração, passando pela Arqueologia, Geologia, Jurídico, Engenharia de Agrimensura, Geografia, Ciência Social, Engenharia Florestal Biologia, Engenharia Civil Geotécnica... Então são várias áreas que, em conjunto, consolida um estudo chamado EIA/RIMA. E do

EIA/RIMA, a gente tem as derivações. São os programas de Controle Ambiental, são topo RAIPA PAIPA, que vai mais voltada para a estrutura arqueológica-histórica da própria área que a gente está alterando. Então para isso, esses estudos, eles são em sentido de mandá-la porque um está conectado ao outro. Então desde o estudo de impacto ambiental, vai analisar todos os impactos dessa região. E para isso a gente constrói um outro estudo chamado RIMA, que ele vai trazer à população, de forma mais didática, todos aqueles estudos técnicos levantados. E aí a gente vai ter diárias de recuperação dessas áreas degradadas, planos de compensações, parte de arqueologia, cavidades... então o estudo, ele é completo e sempre sinergético. O que é sinergético? Um impacto pode adentrar em outra área, então a gente precisa de fazer esse estudo virar um círculo virtuoso de análise. Só que a gente tem que entender... **[Corte no áudio]**

Mateus (servidor da gerência de controle processual): [...] devidamente justificado. Isso vai ser inclusive solicitado que o pessoal ali de suporte técnico faça um relatório indicando o problema técnico foi identificado. Indicando os motivos pelos quais não está sendo possível realizar essa transmissão ao vivo, para que seja feito esse embasamento e essa justificativa, certo? E aí, como a Ludmila disse, em respeito a todos que estão aqui presentes, fizeram suas inscrições para se manifestar nesta audiência pública, nós vamos seguir, fazer o procedimento aqui e a reunião vai ficar gravada para todo mundo poder rever. Para quem estiver de casa aí e estava acompanhando a gente, poder ver após o momento que for subido né o vídeo lá na plataforma. Então é basicamente isso. Então é um procedimento que há previsão legal para ele ser feito e a reunião pode acontecer normalmente, tudo bem?

Ludmila Alves Brito (Presidente da Audiência): Muito obrigada. Só vou aproveitar esse finalzinho para pedir que a gente guarde um pouco mais de silêncio para apresentação, para que todos possam ouvir devidamente aquilo que está sendo trazido e é importante para discussão. Obrigada.

Charles Castro (Geoline Engenharia): Retomando aí então. A gente estava falando justamente da importância da mineração na vida de todos nós. A mineração, ela está inerente, ela está ligada à vida de todos, ambientalistas, não ambientalistas, eu acho todo mundo é ambientalista. Todo mundo está em um ambiente. Nesse lugar que nos resguarda, a gente vê minério. Na agricultura, construção civil, transporte, telecomunicações, na saúde, na parte de cosméticos, assim, limpeza diária, tudo tem mineração. Até a água pura que a gente bebe é uma água mineral. Então a mineração, ela é importantíssima. Então por isso que a gente vai falar um pouquinho do processo da Céu Aberto.

Para gente ter uma ideia de localização. Muita gente fica preocupada com onde está essa mina, onde que vai ficar? Ela está, mais ou menos, em linha reta, 4,5 km aqui. Entre 4 e 3,5. O projeto está do outro lado na região ali da zona rural do Serro, onde é a fazenda Céu Aberto. Para gente entender melhor, esse direito minerário, ele comporta uma área que não tem como sair dessa região. É justamente onde está o minério. Muita gente pergunta: mas por que essa mineração está logo aqui no Serro? Por que que ela não foi para outro município? Gente, o minério está é aqui. O minério está no Serro. O Serro tem uma história ligada à mineração desde a sua origem e agora essa história está voltando ao ensejo dos cidadãos do Serro. O Serro está voltando à sua riqueza natural. Então toda a parte minerária tem que ficar ligada onde está o minério de ferro, que é justamente naquela região. Para gente entender um pouquinho, a gente está falando de área. Área menor que 10 hectares. Para gente ter na cabeça, é uma área total menor do que 10 campos de futebol. Para mineração, isso não é nada. Muito pequeno. Por isso que ela é o menor tamanho possível, 300 toneladas/ano. A geste está falando de uma mineração minúscula. O que a gente tem que destacar nesse projeto? Primeiro, o porte é um porte para mineração de minério de ferro, baixíssimo. O processo é totalmente a seco, gente. Muita gente imagina: “ah, mas vai secar as nossas águas. Vai utilizar muita água nessa mineração.” Não utiliza água nenhuma. Todo o processo é tirar o minério, britar e peneirar. Ponto final. Não existe consumo de água diretamente ligada à atividade. Não haverá barragem de rejeito. Porque quando a gente pensa em mineração, a gente pensa, nossa, mas houveram desastres recentes. Aquelas pilhas de lama... A gente não está falando disso aqui. A gente

está falando em área que a gente vai estocar uma pilha de solo estéril. O que é o solo estéril? Aquele solo mesmo, vermelho, aquele solo vermelho que a gente tem ali na nossa região rural aqui do Serro. Porque aquilo não é minério, então a gente tem que estocar porque no futuro, quando precisar recompor esse minério, está estocado do lado e ele é voltado para recompor a paisagem. E o desmonte vai ser totalmente mecânico. Muita gente está preocupada: “ah, mas vai vir pedra, vai voar pedra quando explodir, vai atrapalhar o barulho aqui no Centro Histórico.” Primeiro, a distância está enorme do Centro Histórico e não vai haver explosivos. Isso para apaziguar todos aqui que são moradores. Não vai haver explosivos. Então ela é muito simples. É a metodologia mais simples que existe para extrair minério hoje no Brasil. Para isso a gente tem uma fase de implantação e operação e a gente tem que transcorrer ao longo desse processo. Primeiro a gente tem que delimitar a área diretamente afetada. Onde vai ser? A cava, gente, ou seja, onde que eu vou retirar o minério, onde que eu vou colocar aquele material que não é utilizado na mineração que estéril, onde vai ser? Todo o meu britador e a parte de peneira. E como que eu vou escoar essa produção? Ou seja, coloco, carrego, passo na balança e levo o minério embora. Para isso a gente tem que implantar esse empreendimento. Então é todo um impacto que é verificado. Se eu tenho fauna e flora. Flora, a gente percebeu pre-implantação desse projeto maior, é justamente onde não tem uma região rica de vegetação. Toda essa parte de estruturas ficaram nessa área que já era pasto. Pasto de braquiária, ou seja, uma espécie que nem nativa é. Então toda a estrutura foi pensada para ficar em um espaço que não tinha vegetação nativa, apenas árvores isoladas. E ainda assim, tem todo um programa de afugentamento de fauna, se ali houver, quando na época da implantação. E toda essa supressão de vegetação foi verificada em um processo de inventário florestal para gente analisar todas as árvores para sua devida compensação. Com a instalação completa da estrutura pensada de forma sustentável. Para isso a gente tem que entender como que é feito esse processo produtivo, vem primeiro o decapeamento e remoção estéril. Então o minério está aqui embaixo. Só que aqui eu tenho um solo que não é de mercado, é um solo inerte. Esse solo é tirado, é decapiado, ele vai ser acomodado em uma pilha e aí a gente vai desmontar o minério. Esse desmonte é mecânico, via escavação, depois ele tem um carregamento que vem praticamente por esteiras de gravidade. Então é o pulmão. Eu

encho, ele vai ser britado e de acordo com o tamanho, vai ser peneirado, tendo as pilhas e aí sim, esse material final é depositado nos caminhões e são levados aos pontos de venda. Para isso, essa implantação da lavra tem uma sequência lógica. Muita gente imagina **[Corte no áudio]**

Charles Castro (Geoline Engenharia): Mas quando a gente estava falando aqui na sequência da lavra, quando a gente pensa em lavra, muita gente pensa naquele buraco que vai fazer no chão. Nem isso tem aqui na Ônix porque a gente está falando em uma lavra de encosta. Ou seja, ele está numa vertente de encosta. Então a primeira questão que é feita é a implantação dos acessos. Como que o caminhão e o próprio maquinário para fazer o desmonte chega até aquela área e aí se inicia a cava. E a gente pode perceber no perfil que vai ser uma cava em perfil. E o que que é importante dizer? Esse perfil projetado não afetará lençol freático, ou seja, água subterrânea. Então não será aquela cava que vai chegar até o lençol freático. Então mais uma informação importantíssima para aqueles que estão preocupados com a água aqui do Serro. Não afeta.

Aqui é uma projeção da pilha de estéril. Vamos supor que aqui a gente tem um terreno que tem essa declividade. Aquele material que eu não vou utilizar, que eu tenho que estocar, que eu vou tirar para depois recompor aquela área, ele tem que ficar ali numa pilha que é seca, não tem lama e ela é acomodada, aproveitando a própria região. Então é uma região com ondulação muito simples que a gente vai acomodando e fazendo o que? Bermas. Pilhas com todo um sistema de drenagem e revegetação justamente para não ter risco nenhum. E como é pequeno, gente, isso não vai afetarem nenhuma região aqui do Serro.

Charles, mas e aí? Vocês estão vindo e essa mina é pequena, mas vai gerar emprego aqui para região? Muitos. A gente está com uma projeção de empregos diretos, uma média de 98 a 100 empregos diretos. Só que a mineração, quando ela vem, para cada um emprego direto, ela traz mais 5. Então a gente está falando em uma média aí de 100
mais 500, uma média de 600 empregos que vai gerar o ciclo. Por que isso acontece? Porque às vezes, eu tenho que fazer a manutenção do caminhão e tem que vir alguém, eu

tenho que trocar o pneu, eu tenho que fazer parte da manutenção do maquinário de esteira, tem que gerar a cadeia da alimentação para os funcionários, então tudo isso aí vai fazer com que uma economia, apesar de uma mina pequena, gere um ciclo virtuoso para o Serro. Só que aí a gente tem que analisar quais são as influências deste empreendimento para com o próprio no município. Então os estudos ambientais, obrigatoriamente, ele é dividido em três partes. Primeiro, a área diretamente afetada. É onde está ali o meu entendimento. A área de influência direta, aquela área que tem influência total ali em torno do meu empreendimento e a área de influência indireta. Isso a gente vai explicar cada um para vocês. Então quando a gente está falando da área, como eu havia alertado, ela é tão pequena, menor que 10 campos. Não são 10 estádios não, gente, é só aquela parte interna do campo mesmo. É muito pequeno isso para uma mineração. Quando a gente está pensando nela, aquele desenho primeiro é onde está o minério, onde vai ser extraído. E o segundo, aqui embaixo nessa parte de pasto ali, é onde vão conter todas as estruturas: pilha, britador, peneiramento, alojamento. E o restante é só acesso. É muito pequeno. Só que para isso, a gente tem que fazer essa análise, primeiro, para o meio físico e meio biótico. O que é orientado para área de influência direta? As microbacias que compõem o empreendimento. Então ali a gente está falando da microbacia do Siqueira e do Córrego Teixeira. Todas elas delimitadas. É toda uma delimitação que é essa área de influência direta.

No meio socioeconômico, a gente tem a área que influência direta. Quem que vai impactar diretamente aquela mina? Justamente ali no entorno da fazenda. A gente tem ali alguns moradores - no entorno são poucos, mas existem e a gente não pode se furtar disso. Por isso que a gente faz a pesquisa, vai atrás, pergunta, leva o questionário, vê o que a gente pode mitigar desse impacto, principalmente com esses moradores do entorno.

Para o meio físico e meio biótico, a gente já muda para uma outra camada, que é área de influência indireta. Aí sim a gente tem a bacia geral dos córregos Siqueira e Teixeira. Então a gente sai da microbacia e vai para bacia completa. Então a gente tem que fazer essa análise mais completa ainda.

Para gente ter uma ideia do meio socioeconômico, apesar dessa mineração não ser nada ali no Serro, ela é muito pequenininha, ela pode gerar um impacto social no município como um todo, porque todo município pode vir a trabalhar com a mineração. Para isso, esse diagnóstico é feito nessas três áreas. Meio biótico, fauna e flora, plantas e os animais. Meio socioeconômico, todos nós estamos aqui e que, de alguma forma ou de outra, tem essa ligação com as atividades econômicas do Município. E esse diagnóstico ambiental do meio físico leva em conta os recursos hídricos, ou seja, a água; Leva em conta todo o ruído, que toda atividade mínima seja pode gerar um ruído. Leva a questão dos solos, da geologia, a qualidade do ar... por isso é feita uma coleta de dados chamada background, ou seja, antes da mineração, pós a mineração e na sua ocorrência, como vai ficar. Porque isso a gente tem que analisar e ao mesmo tempo, a gente tem que fazer aquelas rotas de mitigação, ou seja, para diminuir esse impacto. Isso é constante, é uma obrigação e é um compromisso que a Céu Aberto faz para a comunidade, de fazer o automonitoramento constante. É uma obrigação que normalmente vem dos estudos ambientais, vem das imposições dos estudos, mas já é da natureza dos empreendedores que aqui estão. E uma das coisas que a gente tem que destacar muito, a Céu Aberto está
numa vertente completamente contrária à vertente que hoje abastece a água do Serro. Fiquem tranquilos. **[Corte no áudio]**

O que que a gente tem que entender? Tem que levar os estudos à uma dinâmica tão grande, que a gente tem que estudar toda a minha área diretamente afetada para ver se ali tem alguma cavidade. E se tem, tem que estudar se esse empreendimento vai ter um impacto. E aqui deixa claro que a cavidade encontrada foi relatada, devidamente relatada, e ela não tem impacto nenhum porque ela está em outra vertente. **[Corte no áudio]**

E ainda assim, na fauna é subdividido em vários grupos. Para gente entender, tem uma análise específica para herpetofauna. Herpetofauna, répteis e anfíbios, sapo, tudo que vai encontrar ali. Répteis e anfíbios são estudados. Ave e fauna, tem um grupo que vai analisar só os impactos sobre as aves e a fauna. Mastofauna, todos os impactos sobre os

mamíferos. Quiropterofauna, todos os impactos em relação aos morcegos, são os mamíferos voadores. Ictiofauna, os peixes e entomofauna, os insetos invertebrados. Para isso, vamos começar pela análise da flora. É feito um inventário completo nas áreas de afetação, com a descrição de todas as espécies. Foram encontradas na região, 39 espécies e dessas espécies apenas duas são espécies ameaçadas e para elas, foi feito todo um trabalho de compensação desses indivíduos florestais. É verificado ainda o impacto da mineração sobre as unidades de conservação. A gente sabe que o entorno do Serro e Diamantina é composto de um mosaico de grandes unidades de conservação importantíssimas e o nosso empreendimento não tem impacto nenhum sobre elas. Nenhum. Está super distante.

Se a gente delimitar os núcleos, começando pela fauna, a gente tem aqui várias espécies na ave/fauna, foi encontrado uma espécie endêmica, que a gente tem aqui, o Maracanã verdadeiro. E esse Maracanã verdadeiro, a gente tem todo um cuidado, principalmente na implantação, de fazer afugentamento se ali for encontrado. É claro que a gente estuda toda uma região em uma área muito maior. E uma outra característica que foi encontrada no estudo de fauna, principalmente para mamífero, foi o gato da mata. Esse gato também é encontrado aqui no Serro. Ele é classificado como uma espécie vulnerável e ainda assim, a gente tem um detalhamento, um cuidado muito grande. Para cada animal que provavelmente possa ser encontrado, inclusive ali machucado, a empresa já fez inclusive convênio com clínica veterinária para fazer todo o resgate, todo o cuidado básico e se necessário, encaminhamento até o IBAMA.

Mas o mais importante é como isso afeta a população. Como essa mineração pode afetar a população, seja o impacto positivo e talvez até no negativo. E para isso é feito um diagnóstico socioambiental de uma área muito maior. Aí a gente teve várias comunidades que foram ouvidas. A gente escutou cada uma delas e a gente entendeu que, mesmo não estando afetado diretamente, quando a gente fala afetado diretamente, nem caminhão tem passando na porta, mas ainda assim, eu posso precisar de mão de obra dessas comunidades. E é isso que a gente quer conversar para que a comunidade entenda qual é

o projeto e como ela pode se aproveitar projeto. Para vocês terem uma ideia, os questionários, a gente divide em pontos positivos e negativos. Pontos positivos: geração de emprego, melhoria, isso são as pessoas que falam quando você faz esse questionário, você pergunta a pessoa o que você entende como impacto positivo da mineração e o que que você entende como impacto negativo. Positivo, geração de empregos, melhoria das estradas de acesso à comunidade, desenvolvimento econômico, melhoria das casas por causa do desenvolvimento econômico, a indenização, transporte público implantação de comércio local na comunidade, acesso a serviço de saúde, programa relacionados com a comunidade, oportunidades para as mulheres gerarem renda próximo à suas casas ou tem gente que não tem nenhum impacto positivo. E nos negativos: poluição da água. Quando fala em mineração, é muito ligado à poluição da água. Vocês lembram que de início, a gente não vai fazer aqui uma extração a úmido, ou seja, utilizando água, poluindo, fazendo massa, fazendo naquele barro? Não tem isso. Poluição do ar. Todo o ar daquele entorno é feito um processo de controle de aspersão. Isso a gente vai explicar nos impactos. Poluição sonora. É muito ali só no local. Então essas comunidades não vão sofrer esses impactos. Impacta a meio ambiente. Isso infelizmente acontece. Toda a atividade humana. Eu vou implantar um supermercado, eu tenho que fazer uma terraplenagem. Eu vou implantar uma escola, eu tenho que fazer esse impacto ao meio ambiente. Chama impacto à biota. Eu vou fazer um Centro de Saúde, eu tenho um impacto. Ter que sair do lugar onde gosta de morar: Não. Essa mineração está bem concentrada, ela não vai tirar ninguém das comunidades que estão ali no entorno. Não respeitar os direitos dos moradores: Não é cultura da empresa, pelo contrário. Então a gente sempre traz os moradores conosco. E não escutar os moradores. A audiência pública aqui é uma das provas que todos serão escutados.

Então todos esses diagnósticos são encontrados, são vários, várias comunidades. E aí a gente, só para comunicar, comunidade Floriano, comunidade Mumbaça, Condado... E aí a gente tem todo um diagnóstico também dos patrimônios que o Serro tem. E a gente não tem como falar qual é o patrimônio do Serro. Muita gente pensa no patrimônio imaterial das festas. Não, tem o patrimônio do próprio queijo do Serro, a forma de se fazer, temos o

congado, temos o próprio patrimônio edificado. Então no Serro são vários e o nosso empreendimento não impacta nenhum deles de forma direta.
Para isso é feito todo um estudo e ainda assim, o nível de precisão desses estudos foi tão grande que até aquele valo seco, aquele valo de divisa que normalmente, quem está aqui no Serro conhece, antigamente ao invés de usar cerca, fazer aquele no chão, tirava as pedras e colocava para um lado e outro para além de fazer a drenagem, ter a divisa. Até isso foi colocado e demonstrado ao IFAM, olha, tem esse valo, que apesar de não ter um contexto histórico com mais de 50 anos, ainda assim a gente quer relatar. E todas as comunidades seccionais foram identificadas. Muita gente questiona, “ah, mas foi feito a consulta prévia?” Não neste caso específico, por quê? Porque tem todo um histórico da legislação que não fez uma exigência para que houvesse, mas ainda assim o grupo foi lá nas comunidades Ausente, Baú, Capivari, Queimada, Santa Cruz e Vila Nova, e implementou os questionários para justamente entender. Por que que isso é importante? A gente quer escutar todos. Mas de pronto, a gente forma para todos vocês: não tem o impacto. Não serão impactadas por essa mineração. Então os bens materiais foram todos registrados no raio que a gente tem todos os bens já registrados aqui no Serro.

E a gente tem agora que mais importa, quais são esses impactos na prática, Charles, você explicou um pouquinho a mineração, falou um pouquinho do que que vai ter. Na prática, quais são os impactos que você sabe que vai acontecer e o que que vocês estão programando para mitigar e compensar o impacto. Primeiro, a gente tem intensificação do processo de modificação de paisagem. Gente, mineração, como qualquer outra atividade de implantação de uma estrutura física, ela vai modificar a paisagem. Eu lembro de vir no Serro, não tinha nem o anel. O anel rodoviário. E hoje a gente vê o anel, que é necessário, todo mundo utiliza, impacta a paisagem? Impacta. Mas todo mundo não utiliza deste anel rodoviário? Então é um impacto que ele é de magnitude média, a abrangência é só local. Então, negativo, supressão de vegetação, decapeamento do solo e movimentação de terra. E o que que é feito? O programa de recuperação de área degradada. Então se eu vou tirar o solo, automaticamente eu tenho que recompor aquele solo que fica para que ele não fique exposto. Então eu tenho que revegetar e fazer o sistema de drenagem porque na hora que

chover, aquilo ali não seja carreado para os córregos. Ainda assim, na fase de implantação eu tenho posso ter algum processo erosivo e dispuração, por isso eu coloco dissipador de velocidade, ou seja, chove, eu estou fazendo as bancadas, se eu deixar exposto, vai vir com força, velocidade, vai causar erosão, aquela grota. Então é todo um sistema de escada para fazer o que? Justamente esse controle. Então esse impacto negativo ele é feito. O impacto referente a ruído. É obrigação da empresa fazer o controle de ruído e todos os caminhões, os maquinários, tem uma manutenção constante. Querendo ou não, um caminhão que está fazendo um ruído muito grande, está ali com escapamento aberto, ele ainda pode, além de gerar uma poluição maior, ele ainda pode causar o próprio dano ao caminhão. Então também a empresa tem que olhar isso. Então a mitigação é justamente em todas as especificações, em inspeções periódicas, execução de programas de Controle Ambiental e programa de monitoramento de ruído - um programa específico só para ruído.

Ainda na parte de solo, a gente chama de meio físico, a gente pode ter degradação da estrutura do solo, também todos esses impactos são pontuais, locais, e a gente ainda sim, tem as ações de mitigação e ainda compensação. Para quem não sabe, na atividade minerária por si, para cada 1 hectare que eu vou automaticamente suprimir ou impactar, eu tenho que doar mais um 1 hectare em unidade de conservação de proteção integral. E todo o programa de resíduo sólido, ou seja, aqui hoje a gente está gerando resíduo sólido: a gente recebeu embalagem, a gente recebeu alimento... o ideal é que esses alimentos, esses resíduos, o alimento não aproveitado sejam destinados ao resíduo orgânico, o papel para ser reciclado. Então todo esse programa já vem na raiz da empresa com atividades que serão mitigadas através de programas de educação ambiental com os próprios funcionários. Eles já começam ali, no chão de fábrica, na implantação, a entender como vão dispor dos seus resíduos.

Há uma outra coisa que a gente pode ter ali, é uma alteração na qualidade das águas subterrâneas e superficiais. Lembra que no início eu falei que a gente já coletou as águas para gente entender a qualidade delas antes e depois da mina? Só que no decorrer do processo, são feitos vários programas para que essa água continue com a mesma

qualidade. Para isso, bacias de contenção, dissipadores de velocidade, revegetação, para que justamente não carreie nada ao solo. Ou seja, a água permaneça no status que ela já está.

Qualidade do ar. Para que o ar seja mantido da mesma forma com que ele está, se eu tenho um caminhão, ele vai fazer o quê? Ele vai poder gerar particulados. Para isso vem um caminhão pipa e faz aspersão para que esse particulado não fique no ar. A gente ainda pode ter nesse caso, diminuição de biodiversidade? Inicialmente a gente demonstrou que a área que está sendo utilizada é uma área que já não possuía cobertura vegetal densa. Ainda assim, nas nascentes do entorno, a Ônix já colocou todo o seu projeto de recuperação para essas nascentes do entorno na mesma fazenda para que a mitigação e a compensação fiquem no próprio local.

Perturbação e afugentamento em fauna local. O primeiro trabalho que a gente faz de afugentamento de fauna é justamente na implantação. O que é feito? A equipe de biologia vai à frente de todo e qualquer maquinário para entender se a gente precisa de algumas espécies afugentar e outras espécies resgatar e levar a uma outra região para que não seja impactada na implantação. E a operação é a mesma coisa, tem todo um programa de controle. Acidentes com animais peçonhentos. Também foi identificado esse possível impacto. A gente sabe que aqui no Serro a gente tem alguns animais peçonhentos, principalmente cobras. Então todos os nossos colaboradores são instruídos a andar com perneira e se identificar algum animal peçonhento, não mata, afugenta, vai vem para cá, deixa ele livre, ele está no habitat dele. Então a gente faz todo um trabalho de conscientização para que não mate o animal e ao mesmo um tempo, não seja picado.

Ainda assim, a gente tem na fase de implantação e na fase de operação algumas expectativas. A primeira delas: vou gerar muita expectativa, vai gerar muito emprego, vai vir muita gente, vai ter compensação social...? Sim. Todas essas compensações existem. Então as medidas mitigadoras são programas justamente com a comunidade, para gente

fazer treinamento mão de obra para que essa comunidade entenda quais são as expectativas da mineração no futuro.

Interferência no modo de vida. A ideia é que essa mineração, pelo tamanho, não faça uma interferência direta no modo de vida de ninguém aqui. Primeiro, ela está muito nucleada. O que é uma mineração nucleada? O impacto dela é muito local, é só ali na fazenda. Então ela não identifica alteração nos modos de vida que ninguém aqui do Serro. Pelo contrário, tem famílias que estão perdendo os filhos para Belo Horizonte, para Conceição do Mato Dentro ou para os Estados Unidos. Com a possibilidade da mineração aqui no Serro, esse filho que às vezes iria buscar o emprego fora, fica. Então pelo contrário, a gente tende com que essas atividades no próprio município mantenham a expectativa de vida em comunidade que já existe aqui no Serro.

Alteração da paisagem. Toda essa alteração é feita de recomposição de áreas de compensação ou áreas de mitigação. Mitigação através do ‘prade’. Então aquilo ali que eu decapiei, eu vou e recomponho. E aquilo que eu não posso recompor, que é justamente onde que eu extraí, eu compenso. E no caso dessa vegetação, 2 para um 1 hectares para cada um. Então eu já falei, 1 para 1 para atividade minerária, se eu extraio 1 hectare, eu compenso 1 e ainda assim, se tiver uma vegetação de mata semidescida, eu compenso duas vezes além daquele um que eu já havia compensado.

Incremento de arrecadação pública. A gente sabe, gente, quando a mineração vem, ela paga vários impostos direto e de forma indireta com toda a geração de serviços que o município pode receber. Então essa medida de impacto positivo existe. Geração de emprego e renda, a gente já falou de início que estão previstos, em média, 98 a 100 empregos diretos, sem contar os indiretos. Então todas essas ações de impactos positivos e negativos são pensadas no estudo de impacto ambiental e principalmente, no plano de Controle Ambiental que é aprovado pelo órgão licenciador. E as compensações ambientais, você falou muito delas. Então ali a gente identificou todas as espécies e os macios que serão suprimidos e para cada um deles, a gente está fazendo todo no processo de

compensação. Ali é um APP que a gente estimou o seu raio de 50 m, que estava com pouca vegetação e vai ser totalmente replantada no seu raio de afetação. A gente ainda vai fazer a formação de corredores ecológicos entre reservas legais e áreas de preservação permanente na própria região. Ou seja, o impacto, a compensação, vai ficar ali na própria fazenda. Para as espécies imunes e ameaçadas, o estado tem uma taxa que você é obrigado a pagar. Você paga e o estado faz um replantio através dos viveiros florestais que ele já tem. E ainda assim, foi adquirido uma parte grande para fazer justamente essa compensação de supressão além - ali você lembra que eu tinha demonstrado o entorno da APP? Então a gente ainda vai revegetar mais do que o obrigatório para fazer essa compensação no próprio local.

E por isso tudo a gente imagina que toda essa atividade tem uma viabilidade técnica ambiental muito grande porque ela é sustentável. Ela para em pé. É uma mineração com método moderno, sem explosivo. Ela tem a expansão de novas oportunidades de geração de emprego e renda. Ela tem atividades que todos os trabalhadores terão CLT, são contratados. É da própria vivência da empresa fazer toda essa contratação o mais certo possível, com desenvolvimento integrado. E aqui no finalzinho, a gente quer fazer um vídeo para que vocês pensem um pouquinho qual é a filosofia que Ônix Céu Aberto tem aqui para o Serro. A gente agradece a todos pela atenção.

[VIDEO INSTITUCIONAL]

Ludmila Alves Brito (Presidente da Audiência): Agradecemos ao empreendedor e sua consultoria pela apresentação realizada. Passamos agora a fase da manifestação dos requerentes. Para tanto, por própria solicitação dos requerentes, vamos chamar primeiramente a senhora Juliana, representando a Associação Coletivo Margarida Alves de Assessoria Popular. Na sequência o representante do Instituto Guaicuy fará sua apresentação e logo depois, o representante da Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais. Senhora Juliana, bem-vinda. A senhora tem 10 minutos. Caso queira fazer a sua apresentação, fica à vontade.

Juliana (Associação Coletivo Margarida Alves de Assessoria Popular): E onde tem mineração, tem mulheres em luta para defender o território e defender a população das mentiras que foram contadas aqui. Que pena que em menos de dois meses, vai fazer aniversário de dois meses, a gente estava aqui há dois meses atrás passando por esse momento né? E estamos passando por esse momento de novo porque ao mesmo tempo que a audiência pública deveria ser um espaço para fazer um debate sério, uma escuta das comunidades, a gente sabe que para empresa, é mais um passo dado para conseguir as licenças que ela precisa. Por isso ela buscou todas as formas possíveis para reverter decisões da Justiça que buscavam defender os direitos das comunidades tradicionais que são ameaçados por esse projeto para conseguir fazer essa audiência pública hoje. Então para nós, apesar de ser necessário o debate com a população mais amplo e mais sério possível, acontecer essa audiência pública hoje, na verdade, é uma grave violação de direitos. E para Ônix, infelizmente, fazer a audiência pública, significa que daqui a pouco, ela pode ter as três licenças que ela precisa de uma vez. Porque ela vem com esse discurso de projeto pequeno, pequenininho, que não vai causar impacto. Mas gente, em Minas Gerais existe uma prática, um modo de operar das mineradoras que é de fatiar os seus projetos, apresentar etapa um, pequenininha, e depois vem etapa dois, etapa três e etapa quatro. Não foi assim lá em Conceição do Mato Dentro? Daqui uns dias vai ter um monte de camisetinha espalhado pela cidade 'Etapa dois da Ônix, eu apoio', como foi em Conceição. Chegou com projeto pequeno e hoje tem um monstro lá. E é isso que está acontecendo na mesma região onde a Ônix está querendo se instalar, lá há mineradoras vizinhas, pleiteando minerar do lado, gente. Não é nem um quilômetro de distância. É o caso da Herculano Mineração. Então vem com esse discurso, como se fosse um projeto pequenininho, mas o que está colocado por aquela região que é sim muito próximo ao Rio do Peixe, é a abertura, na verdade, de um grande empreendimento minerário que vem com essa cara de pequenininha sustentável, mas que futuramente vai surpreender, pode surpreender todo mundo se o povo não se alertar e não fazer luta para defender o seu território, os seus direitos. Inclusive, eu fiquei com uma dúvida porque no EIA/RIMA está colocado que o empreendimento é classificado como classe dois e não como classe três. E

aqui estava escrito classe três e para nós isso é um absurdo também. Uma classificação tão baixa com empreendimento localizado numa área inclusive vizinha à uma floresta municipal, uma unidade de conservação, a floresta da Mãe d'Água. A pessoa, o técnico estava aqui falando 'ah, a área lá não tem mata, não tem árvore, é só pasto, e ele vem e me mostra uma imagem da cava cheia de árvore, cheia de vegetação que vai precisar ser suprimida sim. Então na verdade, essa classificação é uma classificação que a gente acha que o estado deveria rever porque a gente está falando de área de vegetação de mata nativa sim. A gente está falando de comunidades tradicionais do entorno e a gente está falando também de uma área que tem várias cavernas e uma importância espeleológica. Inclusive esse é um dos pontos que foi, que está sendo trazido em um relatório que foi feita uma análise técnica que o Gesta da UFMG fez do empreendimento e para nós está muito claro que essa classificação deve ser revista pelo estado. Quando a gente fala, eu trouxe alguns mapas aqui para gente poder observar o que está acontecendo no Serro, porque essa sanha pela mineração no Serro, na verdade, com todas essas estratégias, tem uma explicação. Hoje a gente tem uma Prefeitura, a maioria da câmara e um conselho de Meio Ambiente completamente compromissado com a transformação do Serro no verdadeiro queijo cheio de buracos. É nisso que querem transformar o Serro. E aí a gente viu uma série de estratégias sendo adotadas para gente chegar aqui na audiência pública, esse grupo que não aceita um plano diretor que limite a mineração do município, não respeita a legislação Municipal vigente o plano diretor vigente, financia a divisão de comunidades que estão sendo ameaçadas, faz papel de laranja para fazer obra em estrada que vai ser utilizada para escoamento de minério da Ônix, da Herculano, para as empresas não precisarem passar com essa obra por licenciamento ambiental estadual. E eu queria deixar inclusive uma: essa obra que foi feita, o asfalto utilizando o nome da comunidade do Floriano, vai ser utilizado pela Ônix também? Qual é o envolvimento da Ônix nessa obra que foi feita utilizando a prefeitura do Serro como laranja? E aí, diante dessa ausência de regras e dessa boiada que estão querendo no Serro, a gente fica se perguntando se em quase todo lugar do Serro pode se minerar. Aí eu trouxe alguns mapas aqui. Aí tem um mapa trazendo algumas comunidades. No canto lá em cima, em azul ali no meio, tem o Rio do Peixe. Não está muito bom para ver, mas vou tentando facilitar aqui para vocês

entenderem. O risco azul no meio ali é o nosso Rio do Peixe. Em laranja tem algumas comunidades que fazem parte ali da região de Queimadas, comunidades que se auto identificam como quilombolas ali na região do Córrego da Gameleira, Córrego do Criminoso, onde fica a Associação Quilombola de queimada, São José das Maravilhas... Pode passar, por favor. Do lado de lá tem as outras Comunidades Quilombolas nos distritos do Serro. Pode passar, por favor. Aqui está mostrando, gente, vocês estão vendo unos quadradinhos vermelhos lá em cima, riscadinho lá em cima, aqui embaixo tem um, tem um ali perto do Córrego da Gameleira... cada quadradinho desse, a gente chama isso de poligonal. São processos minerários, ou seja, empresas requereram o direito, abriram um processo para fazer pesquisa no subsolo nessas regiões. Isso aí, esses processos foram abertos de 1935 a 1999 e olha o que que aconteceu, pode passar. O Serro quase inteiro tem processo minerário. Tem empresas ou pessoas físicas querendo subsolo. Você sabia, Durval, que amanhã você pode ser surpreendido ou o companheiro de Capivari ou outros que estão aqui, você pode ser surpreendido com uma empresa ou alguém que registrou o subsolo de onde você mora? Isso está acontecendo hoje ali em Queimadas, no Córrego dos Meireles, perto do Córrego da Gameleira, mas isso, gente, pode acontecer no Serro inteiro. Olha no que querem transformar o Serro. Se a gente não criar formas de limitar a mineração, a gente vai querer mineração em todos os lugares do Serro? É isso que nós vamos querer? Nós não estamos dizendo que a mineração não é necessária, mas nós estamos dizendo que nós queremos limitar onde e para onde ela deve ir, porque do ponto de vista das empresas, aqui tem um monte de substância... é ouro, é manganês, é ferro, que é importante para gente sim, mas tem que ter mineração em todos os lugares? Porque o que querem transformar o Serro é num lugar cheio de buraco. Isso tudo é processo minerário. Vai para frente aí, por favor. Aqui eu estou dando um zoom ali. Em amarelo, em vermelho, em rosa e em azul são áreas que estão próximas à área que a Ônix está querendo, está requerendo hoje, que tem, por exemplo, processos minerários em nome da Vale, da Anglo. Então é isso que a gente diz quando se querem transformar essa região que está exatamente no entorno do Rio do Peixe, em uma grande fronteira para mineração. Em um grande empreendimento para exploração de minério de ferro. Não é a Ônix pequenininha, sozinha, não, gente. É coisa grande que está vindo por aí e eles estão

enganando a população serrana dizendo que não vai ter impacto nenhum. E é em cima do Rio do Peixe sim. Pode passar para frente. Aí eu dei um zoom mostrando as áreas. Olha ali o nosso querido Rio do Peixe, as áreas que Herculano está requerendo da Ônix. Tem áreas que a Herculano está em fase de pesquisa, que ela nem está apresentou para licenciamento ambiental aqui ainda. Tem áreas que a Vale está em nome dela o processo minerário... pode passar. E aqui eu quero desmentir algumas informações que estão no EIA/RIMA em relação às comunidades. Porque vem com um discurso bonitinho que não vai ter explosão, que não vai ter impacto nenhum, que está não sei quantos quilômetros do Serro. Na verdade, gente, primeiro a Ônix nem cita uma comunidade que é uma a segunda mais próxima, que é a comunidade do Córrego da Gameleira que está a 3 quilômetros da área da cava e tem gente aqui da comunidade para, inclusive, se manifestar e dizer que existe sim essa comunidade e que as pessoas estão lá e que podem sofrer com seus impactos. A comunidade de Córrego dos Meireles tem casa, tem um risquinho ADA. Como que essas famílias não vão ser impactadas com caminhão transportando, carregando minério para lá e para cá todos os dias? Uma família que está a 700 metros da estrada que vai ser utilizada para escolar minério. Como que essa família não vai sofrer impacto nenhum? Como é que vocês têm coragem de falar isso aqui. Uma família que são várias pessoas. Uma família importa e são várias famílias. Então a gente tem ali ó 3 quilômetros do Córrego da Gameleira. A comunidade

Queimada é composta, naquela região, por 16 localidades. A empresa fala que Queimadas está a mais de 4 quilômetros da comunidade, mas não se fala medindo de onde, de qual localidade que está sendo feita essa medida. Tem gente ali no São José das Maravilhas, por exemplo, que está a 800 metros também do asfalto onde se pretende escoar. A Dona Ana que está aqui, o quintal da casa dela está a menos de 1 quilômetro de onde também se pretende passar caminhão, não só da Ônix, mas também da Herculano. O que que vai ser dessa família e não está sendo considerada essa área como área de influência direta do projeto.

Ludmila Alves Brito (Presidente da Audiência): Senhora juliana, seu tempo acabou. Agradeço sua participação. Gostaria de chamar o representante do Instituto Guaicuy para

fazer sua apresentação. Antes do nosso colega do Instituto Guaicuy fazer sua apresentação, eu esqueci de informar, a assessoria jurídica me informou que às 8:36 foram encerradas as inscrições para fala na nossa terceira parte, ok? Boa noite, fica à vontade, o senhor tem 10 minutos. Volta o tempo dele, por favor. Prontinho, pode ficar à vontade, só se apresentar, por gentileza.

Geraldo Neto (Instituto Guaicuy): Claro. Boa noite, pessoal. Tudo bem? Sou Geraldo Neto. Integro o Coletivo de Direitos Humanos do Man e sou professor da Universidade do Estado de Minas Gerais. Nós estamos aqui novamente, como a Juliana colocou, depois de dois meses, em uma outra audiência pública relacionada a um processo de licenciamento ambiental. E é importante a gente entender alguns aspectos disso. Que não é uma eleição, não é uma votação sobre empreendimento favorável ou não, nós estamos aqui porque o licenciamento ambiental exige. É uma exigência quando há um dano aparente ao meio ambiente. Então existe um dano relacionado aos empreendimentos da Ônix. Primeira questão é que não é um empreendimento pequeno. Por exemplo, é apresentado que a paisagem do município, a paisagem de todo município do Serro seria diretamente afetada. Isso o próprio licenciamento ambiental. Então toda a paisagem do município seria afetada com impacto visual. Isso não sou eu que disse, é a própria empresa do EIA/RIMA. Então não é pequeno como aparenta ser. Há um impacto ao meio ambiente, há um impacto que está diretamente relacionado com a saúde e ele precisa ser analisado e discutido pela sociedade. Para pensar, analisar e debater, principalmente porque são três licenças juntas num processo de fracionamento. Não porque é pequeno, mas é porque passa por um processo de desmobilização e de fragmentação da legislação ambiental. Não é porque é pequeno. É porque existe um processo relacionado para diminuir essa incidência. Então a gente precisa analisar que a mineração, de maneira geral, todo mundo sabe que ela não é sustentável. Isso não é aqui e aqui não vai ser diferente. Mineração é uma atividade que gera impacto ao meio ambiente de forma séria. E são muitos os problemas. É em relação ao barulho, é em relação ao transporte de caminhões que impactam diretamente a vida, é um processo que ignora comunidades tradicionais, o que existe por aí de comunidade que tem que sair forçadamente, não é pouco, não são poucos. É um processo que existe a todo

momento. Violência, especulação de preço de aluguel aumentando e, em contrapartida, terra diminuindo o preço por que quem quer viver do lado de uma mineradora? Então são esses processos que envolvem uma mineradora. E a mineradora chega apresentando o Serro como um processo de um lugar, como se fosse um lugar deserto. E a gente tem que valorizar esse espaço é um patrimônio histórico rico. É turismo ecológico, é uma convivência familiar e da vida em sociedade como um processo muito importante. Então a gente tem que apresentar essas possibilidades e essas potencialidades. Inclusive econômicas. Mineração não é a única opção. E aqui, se atentando à algumas questões do EIA/RIMA, algumas questões merecem ser apresentadas. O pessoal mudou de nome porque barragem ficou muito feio né? Porque teve Mariana, teve Brumadinho e aí muda o nome para pilha de estéril. Mas ninguém explica, ninguém garante a segurança dessa pilha de estéril. Se chover, se não vai descer para os lugares. Ninguém garante. O EIA/RIMA garante, não fala como que é a segurança disso não. Então que barragem é essa? Que pilha de estéril é essa? Então a gente tem esse amontoado, tanto é que já aconteceu em diversos lugares o vazamento dessas pilhas de estéril. Um outro aspecto que é importante a gente pensar é relacionado ao transporte. Que o EIA/RIMA ignora. A gente precisa entender que eles vão usar caminhão para tudo. A água, é caminhão pipa, trabalhadores, escoamento de minério.... Qual é o impacto disso dentro do município do Serro? Como que isso se relaciona? Se precisar se deslocar para uma consulta médica, o tempo vai aumentar. Qual o prejuízo paras comunidades? Qual o prejuízo para as estradas? Nós estamos em região de serra, não tem como aumentar a estrada. A estrada vai ser essa. Então a gente precisa pensar nesse aspecto. Sobre os empregos, eu acho que é um dos aspectos principais que a gente precisa analisar. O EIA/RIMA traz 98 empregos diretos. 98 empregos. A conta feita indiretamente eu não achei no EIA/RIMA. Que multiplica por cinco. Isso eu não sei essa explicação. Se a gente contabilizar isso aqui como população do Serro. Eu não acredito que tenha, mas se tiver 500 pessoas, sabe quantas pessoas comparando a população do Serro que estariam empregadas pela mineradora, considerando também que só contratariam pessoas do Serro? Duas pessoas a cada 1000 habitantes do Serro. Quatro trabalhariam né? Eu acho que é um número muito pequeno e um número muito reduzido para uma atividade que degrada tanto o meio ambiente e existe

tanto planejamento para isso. Um exemplo corresponde à própria segurança do trabalho que é previsto uma pessoa. Então é um número muito baixo a ser analisado e pela quantidade de dinheiro que essa empresa vai ganhar. Então assim, o que fica para o município e o que que ficam para os trabalhadores é uma quantidade muito pequena. Um outro elemento corresponde à falta de querer escutar as comunidades rurais e aí eu peço desculpa para reafirmar, porque falou-se aqui que eles são poucos, mas existem. Não são poucos não. Faltou foi procurar. E existem com o seu modo de vida, com a sua tradicionalidade, com a sua forma de viver. Eu acho que foi uma fala muito infeliz e que demonstra muito bem o posicionamento da empresa para com essas comunidades. Rejeita a o direito construído internacionalmente que é a consulta prévia. Não tem. Sabe quantas pessoas que eles ouviram para trazer esses dados relacionados aos problemas aos impactos positivos e negativos? 32 pessoas. A gente não sabe o procedimento de quem foi, qual foi o processo de escolha, como que isso se desenvolveu, mas a gente sabe de uma coisa, que isso não é consulta à comunidade, é um desprezo. Não ter uma pessoa da antropologia para respeitar e valorizar as festas, é vergonhoso. É desconsiderar essas pessoas que existem nesse espaço, que não é lugar de atraso, é lugar de vida, de produção. Como apresentado aqui pela companheira Juliana, a gente percebe também que não é um empreendimento. A Ônix está do lado da Herculano. Nós não podemos deixar que o Serro seja considerado uma cidade minerada. Completamente minerada. Porque mineração gera minério-dependência. Todas as atividades passam a girar em torno desse processo. E isso tem vida útil. Isso tem prazo e tem vida útil. A riqueza a gente não sabe para onde que vai, mas o que sobra dessa riqueza, a gente sabe. E isso, como foi dito, o Serro está voltando à sua riqueza natural. E isso no Brasil, a gente sabe muito bem, no processo histórico o que sobrou das cidades mineradas, que foi destruição. Que levou o dinheiro para fora desse país para outros processos e deixa as cidades arrastadas. Então a gente precisa pensar. Eu acho que 98 empregos não valem isso. Acho que existem outras formas de trabalho, de produção, que a gente precisa pensar. Se tivesse todo mundo aqui discutindo fortalecimento da Agricultura Familiar, de outras indústrias estaríamos num processo mais favorável. A gente tem aqui uma situação aqui que o Gesta, entidade da UFMG, vai apresentar protocolar o documento e é uma situação que eu acho vergonhosa.

Que é o momento da gente aprender sobre o processo. Mas nesse documento existem 6 páginas que relatam plágios, cópias integrais de textos disponíveis na internet, disponíveis num estudo que envolve **[inaudível]** analisar o processo. Então a gente, assim, como que a analisa um EIA/RIMA que tem vários processos que estão
com cópia integral de Wikipédia né? Principalmente no processo do patrimônio. Então acho que a gente tem que pensar nisso. O EIA/RIMA reconhece incômodos, eles falam aqui que existe incômodo, que tem barulho, que tem questão, mas ele fala que um incômodo. Será que esse que passar caminhão em lugar que a gente escuta passarinho cantando ao amanhecer é somente um incômodo? Eu trato isso de dano. Eu acho que isso é um dano que a empresa visa causar em diversas comunidades rurais. E é isso, obrigado.

Ludmila Alves Brito (Presidente da Audiência): Obrigada mais uma vez. Em nome da Federação das Comunidades Quilombolas do Estado Minas Gerais, convido o Mateus. Senhor Mateus, o senhor tem 10 minutos.

Matheus (Federação das Comunidades Quilombolas do Estado Minas Gerais): Boa noite a todos e todas. Meu nome é Mateus, eu sou advogado da Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais e falo aqui em nome dos direitos que estão sendo sistematicamente violados da comunidade quilombola de Queimadas. Violados não só pela Ônix, mas por todas as mineradoras que pretendem implantar empreendimentos minerários sem diálogo com as Comunidades Quilombolas. A Federação das Comunidades Quilombolas ajuizou duas ações civis públicas – uma contra a Ônix, outra contra a Herculano, para garantir o direito a consulta livre prévia informada e de boa fé da comunidade quilombola de Queimadas. Direito esse que está previsto na convenção 69 da OIT. E aqui nós estamos diante de uma série de farsas que eu quero deixar claro. A primeira farsa é falar que isso aqui é um espaço democrático, não é. Quando vocês estão lá na FEAM, as lideranças quilombolas estão sendo ameaçadas de morte pela Ku Klux Klan do Serro, formada por mineradoras, políticos, fazendeiros, servidores públicos... É uma farsa. Enquanto nós estamos nas nossas casas, as lideranças quilombolas de Queimadas estão sendo ameaçadas de morte com a conivência da Procuradoria da República de Sete

Lagoas e da Primeira Instância da Justiça Federal que acha natural lideranças quilombolas serem ameaçadas de morte. A segunda farsa é o estudo ambiental apresentado pela mineradora que fragmenta... Veja, um estudo ambiental, ele tem que apresentar todos os impactos que poderão ser ocasionados ao meio biótico, ao meio sociocultural, considerando todos os projetos que existem na região. Essa apresentação aqui é uma farsa. Pega um projeto pequenininho para mitigar ou para apresentar para população impactos quase invisíveis e desconsidera que existe uma série de outros projetos cujo conjunto promoverá a destruição do território da comunidade quilombola de Queimadas. Na parte das comunidades quilombolas do EIA/RIMA, se eu estivesse avaliando, era reprovação com zero. Porque usa um conceito que a antropologia de há muito já afastou e não reconhece. Aliás, a Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais encaminhou um ofício para ABA, a Associação Brasileira de Antropologia e que nós vamos encaminhar, obviamente, para FEAM, que é a mais antiga Associação científica do país, apresentando o EIA/RIMA tanto da Herculano, quanto da Ônix, e a análise da ABA foi a seguinte. Eu peço licença para ler rapidamente. “Causa-nos especial preocupação a notícia de que os estudos socioeconômicos referentes à comunidade remanescente de quilombo de Queimadas possam ter sido realizados por equipe não qualificada para o contexto. Ademais, que tais estudos estejam sendo lastreados em um conceito essencialista de comunidade quilombola, baseado em costumes característicos das comunidades quilombolas definidos arbitrariamente pelo pesquisador. Abordagens essencialistas e culturalistas dos grupos étnicos que pressupunham. A existência de critérios externos às relações sociais que podem servir de elementos objetivos para a classificação de grupos e identidades, há muito foram superados na antropologia. Tais abordagens foram questionadas desde autores clássicos.” E aí ela vai apresentar a fundamentação. Ou seja, o conceito de comunidade quilombola apresentado no EIA/RIMA não é reconhecido na comunidade científica dos antropólogos e o que é pior, a empresa se baseou num relatório técnico preliminar do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. O Ministério Público do Estado de Minas Gerais fez um relatório técnico para identificar preliminarmente o território de Queimadas e as localidades que compõe esse território. Esse estudo está referenciado no EIA/RIMA. Nesse relatório, o Ministério Público indica 15

localidades que formam o quilombo de Queimados. Curiosamente, apesar de usar o relatório técnico do Ministério Público, a empresa apaga as três localidades que estão mais próximas do empreendimento, não reconhecendo elas como comunidades quilombolas: Floriano, Córrego do Gameleira e Mumbaça. O que vocês apresentaram no EIA/RIMA é negado pelo relatório técnico do Ministério Público que vocês fazem referência. E aqui o objetivo é muito claro, aqui o objetivo não é diálogo. Eles não querem dialogar com as comunidades quilombolas. Se quisessem, e aqui eu queria colocar uma questão para a FEAM, no licenciamento ambiental da Herculano, que está do lado, foi determinada a realização do estudo do componente quilombola do plano básico ambiental quilombola e da consulta a ser conduzida pelo Incra. Como que eu posso ter dois licenciamentos ambientais na mesma área onde um, eu reconheço o impacto das comunidades quilombolas e exijo o estudo do componente quilombola e a consulta - caso do Herculano. E o outro, eu não exijo o estudo componente quilombola e não notifica por ofício o Incra para conduzir o processo de consulta. Isso é absolutamente arbitrário. E mais, existe uma fé, inclusive do estado, porque o Tribunal Regional Federal da sexta região, ao julgar o agravo de instrumento da Federação, reconheceu a obrigatoriedade de se realizar o estudo do componente quilombola e a consulta, caso ficasse comprovado, como o próprio estudo mostra, que a comunidade quilombola de Queimados está a menos de 8 quilômetros da área diretamente afetada. Teve uma sentença de primeira instância que julgou improcedente os pedidos, a Federação recorreu, a apelação está de novo no Tribunal Regional Federal e nesse meio tempo, eles querem obter a licença ambiental para desrespeitar a decisão do TRF. E mais, desrespeitar tese vinculante do Supremo Tribunal Federal que, na ADI 7008, reconheceu que as comunidades quilombolas tem direito a consulta independentemente de ter RTID aprovado pelo Inca, que é a tese sustentada pela mineradora e rejeitada pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 7008, onde se estabelece uma tese vinculante. Não é vinculante só para o poder judiciário não. É vinculante para administração pública. Vocês vão violar a tese vinculante do Supremo Tribunal Federal? Vocês vão violar a decisão do Tribunal Regional Federal da sexta região que explicitamente disse que a consulta deve ser feita independentemente da existência de RTID aprovado pelo Incra? Essa é uma escolha que vocês vão ter que fazer. Se vocês têm compromisso com o direito das comunidades

quilombolas ou se vocês vão ser subservientes a violação de direitos sistemática que está acontecendo na comunidade quilombola de Queimadas. Então essa é uma questão que eu gostaria de colocar para FEAM. Por que para um licenciamento o procedimento é um e para outro na mesma região, do lado, vizinho, o procedimento é outro? E aqui isso aqui não é diálogo. Diálogo é se fazer a consulta. Diálogo é apresentar, e aí já que o meu tempo está acabando né, é apresentar os impactos que o empreendimento pode ocasionar à comunidade. O EIA/RIMA é uma afronta a resolução 1 CONAMA de 86. Eles fizeram uma pesquisa de opinião na comunidade sobre qual o impacto que a comunidade acha que vai sofrer. Isso não é EIA/RIMA. O EIA/RIMA tem que apresentar os impactos reais. Não é chegar num quilombola e falar, 'Olha, você acha que vai afetar a água?' Como que ele vai ter esse conhecimento? Isso não é o EIA/RIMA. Tinha que ser interferido de plano. Isso é uma violação da resolução CONAMA 1 de 86, que no final, nós vamos ter o tempo das manifestações finais, eu faço questão de ler o artigo 5º da resolução CONAMA número 1 de 1986. Muito obrigado e eu já aproveito para entregar a análise do Gesta.

Ludmila Alves Brito (Presidente da Audiência): O mesmo local que hoje estava recebendo as inscrições, vai receber os possíveis protocolos como esse do Dr. Mateus e quaisquer outros que sejam necessários. Passando então da fase da manifestação dos requerentes, a gente vai iniciar a fase dos questionamentos. Eu peço a colaboração dos senhores para que a gente possa seguir para fase dos questionamentos de vocês para que todos possam ter o direito de serem ouvidos tanto quanto os senhores. Então nós vamos fazer da seguinte forma: nós vamos chamar em blocos de três. A ordem da inscrição que foi recebida ali, a gente faz as três perguntas, cada um tem 3 minutos e a gente passa para a resposta dos empreendedores. Nós vamos ter 12 blocos de perguntas previstos, ok? Não temos excedentes. Então no caso de alguém não mais ter interesse de se manifestar, a gente imediatamente chama o subsequente. Então vou solicitar aos senhores que, se sentirem confortáveis, quando eu chamar o nome do senhor, os senhores venham aqui para a frente, só para gente ver que todos daquele bloco estão aqui, que eu acho dessa forma mais producente para todos nós, tudo bem? Então vamos lá. Iniciando com o Senhor Valdir Andrade, senhora Amanda Pereira e Senhor Joenir Santos. Senhor Valdir, pode ficar

à vontade, o púlpito é seu. O senhor tem 3 minutos para fazer as suas observações. Se identifique, por gentileza e obrigada pela participação.

Valdir Andrade: Boa noite a todos. Eu sou Valdir Cunha. Sou fundador da escola técnica Ymbalo e estou muito feliz de estar aqui essa noite para falar, obviamente, de educação que é aquilo que, eu acredito, que transforma uma sociedade, que transforma o nosso meio e que, obviamente, realiza sonhos. Então nós estamos aqui hoje, eu estou aqui hoje para falar de educação. Quero deixar muito claro que eu já tive alguns contatos com os diretores da Ônix Céu Aberto e deixei muito claro que, obviamente, todo o nosso acreditar no projeto, ele é vinculado ao compromisso da realização daquilo que eles vêm sendo apresentado. Quero falar um pouco de mim porque eu acho acredito que é importante essa transformação que aconteceu na minha vida através da educação. Eu me identifico, obviamente, com a maioria das pessoas que residem aqui no Serro. Eu me identifico por diversas maneiras, até por minha história de vida, por minha cor e pela minha crença em acreditar em dias melhores. Então nós temos hoje aqui no Serro, média aí de quase 600 alunos, já tivemos formados quase 600 alunos em diversos cursos técnicos. Dessa quantidade de alunos que nós temos, nós temos a felicidade de dizer para vocês que 40% deles, no mínimo, estão no mercado de trabalho. Pessoas que saíram da zona rural, pessoas que saíram do quilombo, pessoas que deixaram de sair do
Serro para estudar e buscar o seu lugar que é o lugar que eles vão transformar a vida deles. Então estas pessoas estão de fato com a vida transformada. Eu acredito e gostaria de perguntar, obviamente, apesar do compromisso já firmado, apesar das diversas portas que a Ônix já nos abriu para receber os nossos alunos do curso técnico de mineração, no curso técnico de mecânica, no curso técnico de segurança do trabalho, eu queria deixar claro qual que é o de fato o real compromisso com a Ônix de nos capacitar ainda mais, nos ajudar a criar uma estrutura ainda mais forte para a capacitação desses jovens que aqui eu represento. Que simplesmente não são estudantes. Eu não os trato como estudantes, mas como pessoas que, como eu, acreditam na educação e na transformação das suas vidas. Muito obrigado a todos.

Ludmila Alves Brito (Presidente da Audiência): Amanda Pereira. Obrigada pela participação, a senhora tem 3 minutos.

Amanda Pereira: Boa noite a todos. Muito prazer, meu nome é Amanda Pereira. Sou nascida e moradora da cidade Serro. Sou empreendedora no ramo da beleza e diretora de capacitação na Câmara das Mulheres Empreendedora do Serro, um projeto fundado recentemente por 12 mulheres, que tem um olhar especial às mulheres situação de vulnerabilidade social, principalmente as que sofrem de violência doméstica. A estatística de violência doméstica no nosso município é altíssima e muito alarmante, ainda mais pelo fato de que boa parte das mulheres não chegam a denunciar por medo de retaliação, medo de perder seus lares ou até mesmo criar os seus próprios filhos. E portanto, estamos em busca de recursos e parcerias a fim de inserir essas mulheres no mercado de trabalho, prezando pela sua independência e proteção. Como a Ônix poderia contribuir para esse projeto? Consegue abraçar um número significativo de mulheres? Quais capacidades poderiam ser disponibilizadas? Quais projetos poderiam ser realizados para resgatar a autoestima dessas mulheres? A empresa tem esse olhar atento para essas questões. Já temos um projeto criado, pensando em promover ações sociais e especificamente para essa causa de proteção à mulher. Agradeço e contribua positivamente nessa causa.

Ludmila Alves Brito (Presidente da Audiência): Obrigada pela participação. Senhor Joenir, obrigada pela participação. O senhor tem 3 minutos.

Joenir Santos: Boa noite a todos. Me chamo Joenir Santos da Paixão. Trabalho na Ônix Mineração há 11 anos e queria contar um pouco para vocês da minha trajetória na mineração. Eu iniciei há 9 anos na Ônix Mineração de auxiliar de linha de produção. Essa empresa me capacitou a ser o profissional que eu sou hoje. Hoje estou atuando como supervisor de produção, hoje na área, teve um grande processo nessa trajetória de capitação nas escolas e me ajudando na formação, entendeu? Curso, com cursos... então eu vejo que é uma empresa séria. Está aqui no Serro para somar com vocês. É uma empresa familiar que está aqui para ajudar. E meus irmãos também, lá perto de casa que

ela se instalou a 1800 quilômetros mais ou menos, posso falar para vocês, e não gerou impacto nenhum para gente. Pelo contrário, me capacitou, meu irmão também, pai, e está me ajudando de hoje. Então o que eu tenho para falar vocês: a Ônix ajuda sim as famílias e está aqui para ajudar vocês e capacitar quem estiver junto com a gente, beleza? Deixar um agradecimento à Ônix Mineração.

Ludmila Alves Brito (Presidente da Audiência): Obrigada. Gostaria de chamar o representante da Ônix para poder fazer a resposta. Gente, por gentileza, vamos respeitar a manifestação de todos que estão aqui para que todos possam ter o direito à fala quando for o seu momento, ok? Foram trazidos dois pontos para serem discutidos: a questão da capacitação dos jovens e projetos sociais de apoio à violência doméstica contra a mulher. 6 minutos.

Charles Castro (Geoline Engenharia): Mais uma vez, boa noite a todos. São dois questionamentos muito importantes. Primeira, formação de mão de obra local é um compromisso da Ônix já firmado. A gente fez o primeiro termo de compromisso com a escola e já assinamos o segundo termo. Qual que é a ideia? É justamente capacitar para que o aluno não vá para Conceição do Mato Dentro, não vá para Belo Horizonte e região metropolitana, mas fique aqui no Serro. É muito melhor ele levar a renda do salário para casa para estar ali do lado dos seus pais. Então a gente pede para comunidade, todos da comunidade, todas as comunidades, a Ônix aqui, gente, ela não é excludente. Ela aqui nesse ponto é parceria. Todo mundo que está... verdade, gente é respeito. Verdade. Respeitem a verdade. Isso foi assinado. Está aqui o diretor da Escola. Mais uma vez, continuando com a verdade, respeitando a opinião diversa.

Em relação às mulheres, é intuito da Ônix conhecer o projeto social hoje existente e a gente tentar fazer essa simbiose. A gente gostaria de externar mesmo, esse conhecimento de todo esse trabalho de acolhimento com essas mulheres que vem sofrendo e é interessante uma frase colocada aqui, lugar de mulher é onde ela quiser, inclusive na Ônix Mineração, que está de portas abertas para todas as mulheres. Obrigado.

Ludmila Alves Brito (Presidente da Audiência): Obrigada, Charles. Vou fazer a chamada do próximo bloco. Senhor Valderes Silva, senhora Fernanda Santas, senhora Ana Maria Rosa da Cruz. Senhora Ana Maria Rosa da Cruz? Bem-vindo Senhor Valderes, obrigada pela participação, o senhor tem 3 minutos.

Valderes Silva: Olá, boa noite a todos e todas e todes. Dizer que fico feliz de estar aqui representando toda a luta que a gente vem construindo aí enquanto povo preto, povo quilombola. Mas também falar da qualidade de jovem que está dentro desse processo de luta né. Então assim, desejar uma boa noite aqui à mesa também e falar que assim, primeiramente, esse processo, gente, acho que essa coisa de falar eu sou contra, eu sou a favor, isso às vezes fica muito raso né? Eu gosto de dizer para as pessoas, que elas precisam ter argumentos também para consolidar o que elas acham que é ou não. Por exemplo, no estudo aqui, o técnico só fala dos impactos que não vão ter. O motivo da audiência é apresentação de estudos de impacto ambiental. Ou seja, ele não apresentou nenhum impacto aqui hoje. Ele colocou a Ônix Mineração como uma empresa que não causa nenhum impacto. Aquilo ali não deveria estar ali então. Ele veio aqui apresentar a Mineradora somente, com suas vantagens. Vantagem que estão diretamente sendo direcionadas somente para as mineradoras. Me fala aqui quem ouviu ele falando dos mestres e mestras de saberes tradicionais que estão em todas as comunidades quilombolas ou rurais da região. Me fala se ele trouxe alguma coisa aqui para fortalecer o vínculo cultural realmente necessário que a gente está precisando do jovem do campo. Você precisa sair do campo para ir para Belo Horizonte trabalhar, você precisa de sair do campo para ir para os Estados Unidos trabalhar, você precisa sair do campo ir para Conceição trabalhar, mas essas pessoas voltam para o seu campo né? Essas pessoas voltam. Eu tenho vários primos em Belo Horizonte, tem primo, tem irmão nos Estados Unidos, tem parente em Conceição do Mato Dentro, essas pessoas voltam para a casa. Elas querem voltar e ter sua casa ali, quer ter seu quintal digno de produção ainda. Não um buraco, uma cratera. Sendo vizinho de uma cratera ali. E é um absurdo eles falar que não

vai impactar água, que não vai gastar água. Eu acho que se isso desmerece todo o trabalho que a pessoa faz na sua vida acadêmica. Toda a dedicação.

Ludmila Alves Brito (Presidente da Audiência): Obrigada, senhor Valderes. Senhora Fernanda Santos.

Fernanda Santos: Oi, olá pessoal, boa noite. Meu nome é Fernanda e é um prazer estar com vocês aqui hoje e ver tantos camaradas juntos. E cumprimentar a mesa também. Gente, eu vou tentar ser breve que meus minutos são poucos, mas a primeira coisa que eu queria dizer assim é que eu ainda fico encabulada como um estudo, que várias pessoas aqui vieram né? Que um estudo de impacto ambiental, como várias pessoas aqui vieram falar antes de mim, com tantas irregularidades ainda tenha sido aprovado. Isso me deixa de boca aberta. Porque um trabalho tão mal-feito, com seis páginas de plágio ter passado pelo um órgão estadual e federal, me deixa de boca aberta. Eu fico impressionada. E sobre essas coisas todas, essas irregularidades que vem dentro do EIA/RIMA da mineradora Herculano, uma das lacunas que eu prestei atenção é que há uma confusão dentro do EIA/RIMA deles entre áreas de estudo e área de impacto direto, diretamente afetada. Tem uma resolução da própria SEMAD que fala lá, olha, no EIA/RIMA, você precisa definir a sua área de estudo completamente. Você precisa dizer, olha, eu estou estudando essa área porque nessa área vai acontecer isso, essa área vai acontecer aquilo e eles confundem isso durante o EIA/RIMA deles, sistematicamente. Eles não conseguem diferenciar o que é área diretamente atingida de uma área de estudo. E por isso que eles não conseguem apresentar os impactos, porque eles não conseguem definir qual a área que eles estão vão estudar. Eles não conseguem diferenciar isso. Isso é um absurdo. Como que um EIA/RIMA não consegue diferenciar o que está sendo proposto para estudo? Isso é um absurdo. Uma outra coisa que eu percebi também que tem lá no EIA/RIMA, é que eles falam assim, ‘ah, entrevistamos lá 35 pessoas. Aí, como eles não definem bem a área de estudo deles, eles pegam lá a Mumbaça e Floriano, e junta tudo como se fosse uma comunidade só. Isso também é um absurdo porque não é uma comunidade só, são três comunidades diferentes. Outro erro que também decorre dessa falta de entender qual é a área de estudo. E eles

falam assim, que dessas três comunidades que são as mais próximas do empreendimento, eles entraram em contato com cinco pessoas. Cinco pessoas nas três comunidades mais próximas e dos 35 apenas entrevistas que eles fizeram. Isso para apresentar um estudo socioeconômico. Isso é um absurdo. Isso não é um estudo feito com dignidade, com clareza, com responsabilidade. Uma outra coisa que eu fico um tanto quanto preocupada, como meu companheiro disse também, é sobre as pilhas de estéril. Ele fala da pilha de estéril que mudou o nome da barragem lá porque causa medo, aí colocou pilha de estéril e aí a gente não tem estudos sobre pilha de estéril. Ninguém fala se essas pilhas de estéril vão afetar as comunidades e comoção você **[...]**

Ludmila Alves Brito (Presidente da Audiência): Obrigada, senhora Fernanda. Eu anotei tudo, pode deixar. Bem-vinda, senhora Ana Maria. A senhora tem 3 minutos. Obrigada.

Ana Maria Rosa da Cruz: Boa noite, gente. O moço falou aqui que não afeta a água. Atrapalha a água sim. Porque se tem um córrego passando e a pessoa roçar em cima dele, desmatar em cima dele, aquele córrego vai secar sim que eu sei que vai secar. É muito fácil falar para quem mora dentro da cidade. Para quem mora dentro da cidade, não vai fazer falta, mas para quem mora na roça, precisa da água para molhar as coisas, para lavar uma roupa, para quem não tem tanque. Seca a água sim. Vai secar **[inaudível]** com as pessoas que moram na roça, se diz que não **[inaudível].** Ele falou que a mineradora não atrapalha para ninguém, mas eles não falam no constrangimento. No constrangimento que a mineradora vai trazer para os vizinhos que moram lá perto. Os vizinhos que moram lá perto. As pessoas que moram lá perto que vai sofrer com as pessoas esquisitas que vai trabalhar perto das pessoas, vai ter que ficar ali perto e a poeira lá. Tem idoso lá, tem criança lá, tem gente doente na cadeira de rodas e vai sofrer uma poeirada. Hoje mesmo chegou um cara lá em casa que lá vai olhar o terreno. Vizinho nosso lá que lá vai comparar o terreno. Se ele comparar esse terreno, nós vamos encher de poeira lá em casa. Nós somos idosos, tem doente, tem criança e nós vamos sofrer com a poeira lá. Será que ele foi em casa perguntar se se ele vender esse terreno vai atrapalhar para nós alguma coisa. Ninguém perguntou para nós nada dessa vida não. É só chegar lá e vender o terreno, mas quem vai sofrer com

a poeira é nós **[inaudível].** Quem mora dentro da cidade, pode falar à vontade. Mas quem mora na zona rural é que sabe. A Prefeitura devia apoiar o povo que mora na zona rural, que foi o povo da zona rural é que votou nele para a prefeitura. Não foi o povo da cidade, não foi mineradora que pôs o prefeito na prefeitura não. Quem colocou o prefeito lá foi o povo da roça e agora ele apoia a mineradora por conta do dinheiro aqui ó. Mas o povo da roça está isolado lá. Na hora de votar ele vai pedir o povo da roça. Não é mineradora que vota no prefeito não. Como é que vocês falam que com a mineradora não trabalha? O povo de Conceição está lá sofrendo por causa da mineradora. Trabalha sim. Eu sempre trabalhei muito. Na hora de votar, é o povo que vai votar nele. A gente que está lá na roça, nós precisamos da água. Nós precisamos de saúde. Nós precisamos de viver. Ah, a mineradora vai trazer carro. Se não fosse a mineradora, não tem carro, não tem celular, pode não ter.

Ludmila Alves Brito (Presidente da Audiência): Obrigada, senhora. Para a gente poder dar continuidade, Charles, nós temos muitas perguntas. Temos sobre os impactos que não foram apresentados, sobre os mestres e mestras do saberes tradicionais, a vida cultural do jovem do campo, o impacto sobre a água apareceu duas vezes, a qualidade do estudo, a diferença entre área de estudo e área de impacto, a mistura das comunidades que foi apresentada no estudo, que são três comunidades diferentes, a estabilidade das pilhas de estéril, a redução de água especificamente para área rural, o constrangimento pelos vizinhos com o convívio com a equipe da mineração e impacto sobre as pessoas com necessidades especiais, principalmente idosos doentes e crianças. Boa sorte, 6 minutos.

Charles Castro (Geoline Engenharia): Então vamos lá, gente. Com muito respeito aos três que fizeram as perguntas, fizeram, inclusive, desabafo. Em relação aos impactos, foram descritos todos os impactos. Foram falados impactos em ruído e como seria a mitigação desse ruído. Foi falado do impacto sobre a biota, ou seja, a remoção da camada de vegetação e como seria feito o processo de compensação. Foi falado sobre o impacto da poeira e como seria trabalhado a mitigação do impacto da poeira. Eu peço que os senhores, porque às vezes é comum a gente já vir com a pergunta pronta de casa, e às vezes, não prestar atenção no que é apresentado. Às vezes a pergunta pronta e não

prestar atenção gera essa desinformação. Contudo, estamos aqui prontos para responder todos os senhores. Então em relação aos mestres dos saberes e ao vínculo do jovem do campo, o estudo, ele tem como uma ADA, sua área diretamente afetada e a sua área de influência, toda a comunidade que, em tese pode ser impactada, mas nada restringe porque esses estudos não foram aprovados. Foi falado aqui, 'ah, como que o órgão ambiental aprovou esse estudo? Não aprovou, gente. Esse estudo está sob análise. Isso pode ser complementado. Inclusive a questão das famílias tradicionais, foi seguido um roteiro que ele é aprovado pelo IFAN e pelo IEFA. E mais uma vez, gente, a gente tem que ter comunicação das comunidades tradicionais com os órgãos tutelados, que tutelam essas comunidades. Tanto Fundação Palmares, IFAN e IEFA. Explique para eles também, olha, nos próximos estudos ou até eles complementem, tem ali os mestres dos saberes ambientais, tem ali o jovem com vínculo do campo. No caso específico da mineração, ela é pequena. Então ela não tem uma afetação a esses trabalhadores de forma direta. A esses ensinamentos de forma direta. Então a gente pede que vocês se atentem a essa mineração específica porque foi muito falado, 'Ah, porque o Serro tem várias áreas de mineração solicitadas.' Gente, o objeto dessa audiência é a Ônix. Não são as outras. A gente só pode falar sobre a gente. Só tem autorização falar sobre os estudos que foram feitos para a Ônix, para esse projeto. O estudo é sinergético a esse projeto. Em relação à pilha e barragem, a gente tem que parar. Isso aqui, mais uma vez, respeito muito professor universitário em geral. Sou ex-professor universitário também. Eu queria, assim, para gente não levar uma desinformação. Barragem, gente, normalmente ele é um rejeito que ele tem uma camada líquida e eu preciso de barrar. Eu preciso de fazer um dick de contenção deste barro. Eu vou barrar esse material que pode ser liquefeito. A pilha é um material estéril. O que é o material estéril? Um solo. Se eu fizer uma capina em casa, para ficar bem prático, se eu fizer uma capina em casa e pegar aquele primeiro solo, é isso que vai ser empilhado. Ele é compactado, esse material que não é levado a mineração, mas é esse primeiro solo. Então vocês têm que entender o estudo. Mais uma vez eu peço respeito, como nós respeitamos todos vocês. A Ônix não é contra nenhuma comunidade tradicional. A gente está junto aqui no Serro, calma, calma.

Então continuando, em relação às pilhas, a única pilha que tem no projeto, tem um estudo de estabilidade. Ele está tanto no EIA, quanto no programa de compensa no programa de Controle Ambiental. Em relação à afetação da água, muito foi dito, infelizmente, talvez as pessoas, mais uma vez, não prestaram atenção. O lençol freático, onde que vem a nascente, onde que vem a recarga, não vai ser afetado. Foi feito um estudo de nível de água. Foi feita uma sondagem para saber onde está o lençol e a Ônix que teve o cuidado de não ampliar sua cava para essa área onde tem o lençol. Então não vai ser uma feita uma afetação direto sobre a água daquela microrregião e, nas demais regiões, estudos técnicos garantem. Os estudos hidrogeológicos garantem. Estudos que estão lá no estudo.

Em relação às comunidades, houve uma interpretação de forma errônea em relação às áreas de estudo. A gente tem que entender que o estudo ambiental se difere em três macroáreas: área diretamente afetada, a área indiretamente afetada e a própria área do empreendimento e ainda assim, há uma subdivisão dessas áreas. Eu queria te explicar por que às vezes a socioeconomia pode ampliar a área de influência indireta. É feito um estudo de impacto para o meio físico por uma área de impacto no meio físico. Este impacto é diferente da área estudada para socioeconomia, para fauna, para flora, paras cavidades, então existem áreas divergentes porque são inerentes ao estudo. Então a gente tem que entender um pouquinho mais o que que é o EIA, porque são várias áreas para cada uma das áreas. E complementando em relação às comunidades, foram estudadas as comunidades. No estudo de socioeconomia não se escutam todos, infelizmente, é impossível. É igualzinho uma manifestação de vontade de voto. É uma pesquisa quali-quantitativa. É feito nas comunidades com pessoas específicas.

Ludmila Alves Brito (Presidente da Audiência): Obrigada, Charles. Antes da gente dar sequência para o próximo bloco, gostaria de ressaltar aqui a presença de vários representantes da prefeitura do Serro. Agradecer a presença dos secretários Rodrigo, Grazielle, Moisés, ao Marcinho, presidente da Câmara Municipal do Serro, não sei se ainda está conosco, mas esteve conosco aqui também. A Evanice, procuradora geral do município. Robson, assessor jurídico da Prefeitura e tantos outros representantes da

prefeitura do Serro que estiveram conosco e a gente não teve oportunidade antes de agradecê-los pela presença. Então muito obrigada. Dando sequência aqui vamos chamar a senhora Vanessa Brandão, Senhor Durval Marques e Senhor Enil Andrade do Carmo. Senhora Vanessa, eu peço que aguarde só um instante. Os três estão aqui? Senhor Durval? É o senhor? Senhor Durval está conosco? Beleza. Senhora Vanessa, muito obrigada, seja bem-vinda, três minutos.

Vanessa Brandão: Boa noite, boa noite à mesa, boa noite meu povo. Todo mundo bem? A mentirada rola solta. O povo está achando que tem bobo aqui. Tem bobo não. Nós estudamos e nós entendemos muito bem o EIA/RIMA. Vamos a alguns pontos. Primeira coisa, área diretamente impactada. Impressionante, os nossos técnicos, eles consideram a ADA como se fosse construir uma casa, um barracão. A ADA, aquele espaço do barracão é diretamente impactada. Então a mineradora é como se fosse uma residência. A ADA tem que ser delimitada de acordo com a bacia hidrográfica. Eles colocam isso, essa questão da resolução, mas não aplicam. E da mesma forma, relação dos impactos cumulativos e sinérgicos dos empreendimentos minerários, eles citam a Herculano, citam outros empreendimentos minerários, mas não analisam. Então nos impactos, vocês têm que demonstrar quais vão ser esses impactos cumulativos cinéticos dos empreendimentos que estão em processos de licenciamentos previsíveis também. Não é apenas uma descrição, citar. Citei e está tudo bem e pronto e acabado. Outra questão, os impactos, eles descrevem os impactos. Há uma descrição, não há uma análise. Não se analisa os impactos. Outra questão, nós estamos com empreendimento no topo do morro. A bacia do Rio do Peixe vai ser impactada sim, por quê? Porque o empreendimento está no topo do morro e nós temos uma vertente. Isso aqui é uma vertente, a água escorre para os dois lados. Então haverá impacto na bacia do Rio do Peixe e eles não incorporam a bacia do Rio do Peixe. E a bacia do Rio do Peixe hoje tem abastecimento de água do município do Serro e vai afetar o córrego da Prata e outras comunidades além do rio Siqueira e Teixeira que desaguam no Córrego da Prata. Além do mais, em Queimadas, como já foi colocado aqui, as comunidades de Mumbaça e Floriano não são e reconhecidas como comunidades quilombolas e ainda falam que a comunidade quilombola de Queimadas localiza-se na

bacia hidrográfica do Rio Jequitinhonha. Para quê? Para enganar os técnicos. Porque se o empreendimento se localiza na bacia do Rio Doce, se eu falo que ela está na Jequitinhonha, como que eu vou analisá-la? E aqui subestimam a inteligência das pessoas, falam que elas não estão entendendo. Vocês querem o quê? Apresentaram o estudo mentiroso, fraudulento, para quê? Para que a gente gaste tempo, para gente se desgaste analisando o estudo que não condiz com a realidade dos impactos para sociedade.

Ludmila Alves Brito (Presidente da Audiência): Obrigada, senhora Vanessa. Senhor Durval? Bem-vindo, senhor Durval, o senhor tem 3 minutos.

Durval Marques: Boa noite a todos. O que eu tenho a dizer aqui é o seguinte, o pessoal está usando com o nome minha comunidade, Córrego da Gameleira, não é quilombola. Tem o pessoal, meu avós, minha avó, meu avô, que utilizava para ir no Serro trazer alimento para casa e usando isso aí para amedrontar o povo. Igual aquele asfalto que foi feito lá com o pessoal da Herculano fez lá para favorecer a comunidade, mas na verdade não é para isso. É para estar utilizando o minério lá do britador, que chama o lugar no campestre. Aí por isso, eu acho uma falta de vergonha estar fazendo isso aí igual ele está falando que está ameaçando o pessoal de Queimada lá e também tenho irmão também que tem problema, que não pode nem enxergar poeira, que não respira. Igual minha avó lá que já está de idade, já também não pode nem enxergar poeira. Aí tem muita gente da comunidade que devia estar aqui na frente ajudando a falar e está muita gente contra. Eu acho isso uma falta de vergonha.

Ludmila Alves Brito (Presidente da Audiência): Obrigada, senhor Durval. Senhor Enil, por gentileza. O senhor tem 3 minutos.

Enil Andrade: Boa noite a todos. Sou Enil Andrade, empreendedor da cidade do Serro. Represento os comerciantes no geral e não venho para falar que a mineração é boa ou ruim. É necessário. E o que fala que tem que fazer isso ou aquilo... Quem tem que regulamentar não somos nós. Ministério Público está para fiscalizar, para regulamentar. O

que nós temos que fazer é, se vem um empreendedor para implantar na cidade, temos que abraçar ele, porque tudo que nós fazemos, dependemos do empreendedor. Seja qual for. Um fazendeiro é empreendedor, um pai é empreendedor, uma esposa é empreendedora. Para se sustentar, uma sociedade dependemos das três bases. Então como que vamos andar de carro, se não tiver mineração? Precisamos dela. Mas quem vai regulamentar, não sou eu. Então já tem os órgãos para isso. Então o que eu quero saber é o seguinte, como que nós vamos tirar o proveito dessa situação? O que vocês têm para oferecer para cidade? Para a saúde, para educação, para os nossos filhos, para os nossos velhos que estão aqui. Isso é que eu quero saber que tem para nós. Além disso, o que tem para oferecer para os empreendedores da cidade? Como transporte, por exemplo, tem um jovem com 25 anos, ele é motorista de caminhão, mas ele não quer ser motorista, ele quer ser é dono do caminhão. O que que você tem para de oferecer de linha de crédito? Isso que é uma coisa importante. Porque explorar vai. Está questionando? Concordo que está questionando. Explorar vai. Esquece. É só o barulho. Agora vamos falar o seguinte, o que nós podemos tirar disso? O que nós temos para tirar de melhor para a sociedade? Porque explorar vai. Então que que vocês têm para trazer de bom para nós? Eu sou empreendedor. Eu tenho um comércio. Eu sou empresário, eu quero ter dois, três, quatro. Agora o que que vocês têm para trazer? Porque não é 8 anos... 8, 10, 12... eu quero que ela fique 100 anos, mas eu quero ser grande junto com ela. Eu vou te abraçar e vou crescer junto? Para que que eu vou ficar chorando se vai acontecer? Então isso é que eu quero saber, o que que tem de bom para nós cidadãos do Serro. O que tem para cidade crescer, porque a cidade do Serro foi feita em cima do ouro e do diamante. Quem não sabe disso? O Serro foi implantando no ouro e no Diamante. Serro, Diamantina... Agora, o que tem de melhor para nossa cidade? O que vocês têm para oferecer? Porque explorar vai. Muito obrigado. Fica aqui minha fala.

Ludmila Alves Brito (Presidente da Audiência): Obrigada, senhor Enil. Convidamos agora o empreendedor. Dentre as perguntas que a gente conseguiu, Charles, por gentileza, a diferença da área diretamente afetada e da área de impacto direto os impactos cumulativos sinérgicos, a localização das comunidades, como que ela foi citada no estudo,

a questão da obra das estradas, dos impactos particulados e as respostas ao senhor Enil. O que a empresa tem a oferecer nas áreas de saúde, educação, para idosos, transporte e etc., que ele trouxe para a gente.

Charles Castro (Geoline Engenharia): Só para gente, mais uma vez, a gente entender área diretamente afetada, ela é área efetivamente onde vai ser implantada o empreendimento. O empreendimento fez a análise daquela área onde seria implantada a mineração e além dela, é feita a análise, ou seja, os estudos das áreas indiretamente afetadas e diretamente afetadas de acordo com cada um dos meios biótico, meio físico e socioeconômico. Cada uma delas é diferente e demonstra uma bacia diferente. Os impactos cumulativos do empreendimento são orientados dentro dessas três esferas, mas do empreendimento. A gente não tem capacidade, o órgão ambiental faz a análise daquele empreendimento em si, ou seja, daquele específico que foi apresentado. Se há um impacto sinergético que a gente tem que avaliar é o impacto do transporte. Para isso a gente orienta toda a equipe técnica para que ela faça essa análise do escoamento. E para todo o escoamento foi utilizada uma estrada que já existi, ela é uma estrada municipal, encaixando em estradas estaduais que são feitas exatamente para fazer o escoamento de produção ou a locomoção das pessoas.

Em relação ao EIA/RIMA. O EIA/RIMA é o estudo que descreve. Para isso é feito a descrição dos impactos. E essa análise, essa mitigação é feita justamente nos programas de Controle Ambiental, no PCA, nos programas de mitigação, nos programas de compensação para a flora. E além dos outros impactos inerentes ao patrimônio arqueológico e ao patrimônio material e imaterial, é feito toda uma análise e um programa de recuperação feito junto ao IF e ao IFAN. Então são instrumentos que de uma forma sinergética, se complementam. Em relação à questão do impacto sobre a bacia do Ribeirão do Peixe, não há. A gente demonstrou que a cava é de uma vertente apenas e é numa microbacia. Foram relatados, os estudos descreveram que são áreas de bacias diferentes, da bacia do Jequitinhonha e da bacia do Rio Doce. O estudo relatou que é verdade, há um

divisor de bacias. Uma comunidade está numa bacia diferente do empreendimento. Não há mentira nisso, pelo contrário, a gente só relatou o que é.

Em relação às ameaças, foi falado aqui também ninguém, gente, ninguém da Ônix, gente, a Ônix está aqui para somar. Não está aqui para prejudicar, ameaçar ninguém. Pelo contrário, os proprietários da Ônix fizeram questão de andar aqui no Serro, de visitar todos que quiserem convencer os donos estão aqui. Estão dando a cara. Quem tiver alguma dificuldade ou quiser ter diálogo, estão aqui: Gabriel e Noel. Está aqui na frente, sentado, dando a cara para somar ao Serro. Então falando em somar ao Serro, tanto nas iniciativas com treinamento dos alunos, quanto na recepção da mão de obra local, desse treinamento, é isso que a Ônix quer deixar. Quer deixar legado.

E em relação à saúde, todos os impostos que a mineração paga, a mineração não pode aplicar, quem aplica é o município, o estado e a união. As três esferas recebem os impostos da atividade minerária. Então quando há um incremento de receita, automaticamente uma boa gestão vai incrementar saúde, vai incrementar renda, vai incrementar educação. Então esse é o legado que a gente quer deixar para todos vocês.

Ludmila Alves Brito (Presidente da Audiência): Obrigada, Charles. Agora mais um bloco. Senhor Geraldo José da Silva, senhora Maria das Dores Romeiro, acho que é isso e Senhor Ronaldo Timóteo. Senhor Geraldo José da Silva não está conosco? Senhora Maria das Dores, acho que já está ali. Senhor Ronaldo Timóteo? Beleza, eu vou chamar mais uma pessoa então em substituição ao senhor Geraldo. Senhor... desculpa, gente, estou apanhando para ler a letra. Ednei das Dores de Paula, é isso? Ednei? Mário Aparecido Araújo? Ednei das Dores de Paula tem o número 13. Ela está conosco? Então pede para apresentar aqui. Então vou começar com a senhora Maria das Dores Romeiro, por gentileza. Senhora Maria das Dores Romeiro.

Maria das Dores Romeiro: Boa noite a todos, gente. Meu nome é Maria das Dores Romeiro. Eu vim aqui para cumprimentar toda a população porque eles passam lá pegando

uma lista na nossa Associação. E não foram os tons do pessoal **[inaudível]** e aqui, outra coisa, eles vão lá com mentira. Esses povos são mentirosos. Esses povos chegam lá, é comparando as comunidades. Mas eu eles não compram não. Todos, gente. É um peso para a nossa comunidade. Não olha por nós não. Eles olham para os nossos tetos. Não deixa esse pessoal da firma comprar vocês não. Que eles são mentirosos. E vocês ficam bestas, bobo na nossa comunidade. A nossa comunidade era unida. A comunidade lá, gente, quem vai lucrar com o dinheiro lá é os fazendeiros e vocês estão nessa besteira de vocês. Vai na onda boba deles, depois que dá um impacto, aí vocês ficam, os fazendeiros vão embora e quem vai comer poeira é quem está lá. Olha, gente, não deixa o pessoal comprar vocês. É jogo, camisa de futebol, tudo. Não deixa não, gente, pelo amor de Deus. Isso é uma vergonha. E eu estou falando aqui porque eu tenho um menino que trabalha na firma, mas não por mim. Não é por mim não, porque se fosse, ele estava trabalhando junto com os dois que estão lá em Belo Horizonte. A firma vai lá só com mentira. Diz que não vai voltar água, que vai fazer isso, fazer aquilo... não. Mentira. É irresponsável que eles são demais. Eles deviam é tomar vergonha na cara. Nossa comunidade devia estar aqui na frente para falar por nós. Nós temos que olhar não é para nós não, nós temos que olhar para os nossos netos porque nós que já estamos velhos não vamos arcar com isso não. Mas eu peço a vocês, gente, seja uma comunidade unida porque quem vai dar dinheiro, que vai levar o lucro do dinheiro da nossa comunidade é eles. Pelo amor de deus, eu falo com vocês. Isso é uma vergonha para nossa comunidade. Olha os nomes que está rolando na associação e trazendo para cá. E nós vamos descobrir essas pessoas que estão trazendo para cá. Eu estou falando e repito de novo porque nós não precisamos de mineração no nosso lugar não. Tem muito serviço sem ser mineradora. Nós fomos criados roçando, batendo pasto, campando... tudo.

Ludmila Alves Brito (Presidente da Audiência): Obrigada, senhora Maria das Dores por sua manifestação. Senhor Ronaldo Timóteo. Pode vir, senhor Ronaldo. Obrigada pela participação. O senhor tem 3 minutos.

Ronaldo Timóteo: Boa noite a todos, boa noite a todas. Meu nome é Ronaldo. Sou nascido e criado lá nas Queimadas. Eu estou aqui para dar depoimento aqui pedir o Noelton, o Gabriel, que me deu uma oportunidade de serviço, para mim e minha esposa, então nós, graças a Deus, estamos trabalhando lá e preciso de mais serviço para meus filhos, tenho certeza de que vão dar uma oportunidade para eles, porque estão lá em Belo Horizonte doidos para vir para cá, mas não estão aqui porque não tem serviço. Então eles estão criticando a firma, falando que seca água, aqui nunca teve mineração. Então eles estão achando que deve ser a mineração de Conceição que está secando água daqui né? Porque aqui nunca teve mineração e não tem água. Nós estamos tomando é lama. Estamos andando igual tatu dentro do buraco, ninguém faz uma estrada para nós, não faz nada. É só vir de longe, está na Associação nossa lá, só falando, falando, não traz uma bala. Não sabe trazer uma bala para dos meninos. Só quer atrapalhar os trens da gente. Então mineração, eu aceito sim para dar força para nós, para os nossos meninos, porque nós precisamos de comida. Quem não precisa de serviço, está querendo é roubar. Quem não quer serviço, quer roubar. Então boa noite e obrigado.

Ludmila Alves Brito (Presidente da Audiência): Obrigada, senhor Ronaldo. Agora sim, senhora Ednei. A senhora tem 3 minutos.

Ednei das Dores de Paula: Boa noite para todos. Eu sou Ednei, sou do Córrego de Queimadas e meu marido já falou, não é diferente. Precisamos desse trabalho. Eu já trabalho, meus filhos precisam de emprego. Então é muito importante a mineração está chegando sim. Para mim, a mineração não trabalha. Eu sou de Queimadas e não acho que atrapalha nada. É muito importante. Obrigada, gente. Boa noite.

Ludmila Alves Brito (Presidente da Audiência): Obrigada, senhora Ednei. Charles, nesse momento a gente teve três manifestações, não teve nenhum questionamento direto, então vou dar continuidade às perguntas, ok? Senhor Mário Aparecido Araújo está aqui conosco? Senhor Élvio Cristian? Também está conosco. Senhor Reinaldo Ribeiro, é isso? Desculpa.

Vamos lá. Senhor Mário Aparecido, pode ficar à vontade. Seja bem-vindo, o senhor tem 3 minutos. Obrigada pela participação.

Mário Aparecido Araújo: Boa noite. Meu nome é Mário. Eu tenho cinco filhos, sou morador das Queimadas. Eu gostaria de falar com vocês, quem é contra, se vocês aí têm caviar para comer e ele fala que deu abóbora. Ai não tem jeito de mexer. Mas eu gostaria de falar que os policiais do Serro, De Alvorada de Minas e de Conceição, estão nadando na braçada porque todos os maconheiros dessa cidade, incluído do Serro, estão trabalhando, graças a Deus. Então eu tenho cinco filhos, todos trabalhando. Aí o dia amanhece, só eu e a velha. Até a conta de luz e água está vindo barata porque a casa fica fechada. Depois que essas três empresas chegaram aqui, virou uma maravilha. Não tem vagabundo mais na rua e olha que eles ainda não estão explorando, e quando estiver é só Jesus que segura. Vem, Céu Aberto, vem fazer a festa na nossa cidade. Fica com Deus e Deus abençoa. Obrigado.

Ludmila Alves Brito (Presidente da Audiência): Obrigada, senhor Mário. Novamente, que a gente tenha a capacidade de ouvir opiniões distintas da nossa e respeitá-las, respeitando as pessoas que estão falando. Não é nem opinião. Vamos pensar na pessoa que esteve aqui, que falou, que deu a sua opinião, como a gente está tentando respeitar todos vocês, ok? Senhor Élvio, bem-vindo, muito obrigada. O senhor tem 3 minutos.

Élvio Cristian: Boa noite. Muito obrigado pela oportunidade. Eu falo em nome da Casa de Caridade Santa Teresa, o nosso hospital, que além de atender a população Serrana, atende a maioria das cidades vizinhas como Alvorada de Minas, Conceição do Mato Dentro, Tijucal, entre outras. Hoje nós temos uma complexidade em cirurgias e o norte de Minas praticamente quase todo é operado aqui dependendo da especialidade. Então vou ler uma carta feita pelo nosso Presidente José Maria Figueiredo. “A Casa de Caridade Santa Teresa, entidade filantrópica, mantém suas atividades com recursos públicos vindos da União do estado e municípios e também de doações e parcerias com o setor privado. E todos nós sabemos que a nossa região, a nossa cidade, é carente em fontes de recursos financeiros. A saúde precisa de investimentos. Precisa ser custeada. E empreendimentos

que proporcionam maior arrecadação Municipal e, consequentemente, permitirão maiores investimentos na saúde, serão bem-vindos. Em especial, a médica hospitalar, ou seja, o PA, aquele pronto-atendimento porque é como a gente diz, “ninguém procura Hospital sadio, é sempre na hora do aperto.” Seguindo. Com a aplicação correta dos recursos, a população serrana poderá se beneficiar de uma estrutura hospitalar mais robusta, que consiga suprir as demandas que hoje necessariamente precisam ser encaminhadas para outras unidades de maior complexidade. Enfim, somos a favor do bem comum, do que traz benefícios à uma camada maior e mais necessitada da população. E se o grupo Ônix Céu Aberto contribuirá para o bem-estar social de nossos munícipes, então tem o apoio da Casa de Caridade Santa Teresa. Assinado, diretor José Maria Figueiredo. Muito obrigado.

Ludmila Alves Brito (Presidente da Audiência): Muito obrigado. Senhor Reinaldo, seja bem-vindo. O senhor tem 3 minutos.

Reinaldo Ribeiro: Boa noite, pessoal. Quem está falando é o Reinaldo Ribeiro, mais conhecido como Renato, organizador da Cachoeira do Tempo Perdido. Isso quer dizer, é parte do turismo né? Normalmente eu iria chegar aqui e iria contribuir com vocês aí. Não sou contra nenhum dos dois lados, mas assim, estou defendendo o meu. Aqui, a mineração poderia prejudicar o meio ambiente. Pode prejudicar o Renato lá que mexe com turismo, ele tem que sair contra. Mas a gente não tem que pensar... às vezes o Renato tem que pensar só nele não. Porque o turismo da região não vai oferecer só o Renato lá da região o emprego. Tem várias famílias dependendo do emprego. Então precisa, muita gente precisa de emprego. Então a gente tem que, às vezes, nem ser contra ou nem a favor, mas saber chegar num bom senso para que todo mundo seja recompensado na região, que traga emprego na comunidade de cada um de vocês, para que vocês, mais para frente, não fiquem nessa situação aí que acabou o emprego. Você está lá na roça, não tem como trabalhar. Hoje ninguém quer trabalhar mais. Você está lá para roçar... alguém falou aí, vai roçar para o fazendeiro hoje, ninguém quer. Ninguém quer porque paga pouco. Hoje que tem uma mineradora aí, o salário vai ser um pouquinho a mais, mas vai te melhorar. Então o que vocês poderiam fazer é se organizar com a lei para que seja, essa parte que ela falou

aí, que não pode ser passada pela comunidade, mas que seja diretamente para comunidade, onde a lei não permite, mas que tem que ser passada para comunidade para fazer uma infraestrutura que a comunidade precisa, você entendeu? Lá nas Queimadas, seja o dinheiro para lá, às vezes vai para prefeitura e não é retornado para as Queimadas, ou para o Capivari ou para Milo Verde, São Gonçalo... isso aí não é retornável. Tinha que ter a lei para que isso voltasse para a comunidade. Não ficaria naquele negócio de ficar só consertando estrada, onde muitas vezes, a gente mesmo pode fazer esse trabalho. Obrigado e bom resto de noite para vocês.

Ludmila Alves Brito (Presidente da Audiência): Muito obrigado, senhor Reinaldo. São três manifestações também seguidas. Antes da gente passar para o próximo bloco, gostaria de informar para vocês que a última vez que a gente conferiu lá atrás a lista de presença, a gente teve 270 presentes aproximadamente, que a lista sai um pouquinho de ordem, aqui na Audiência hoje. É um número bem expressivo. Agradecer de novo a participação de vocês. Dando sequência, senhor Esnar Pimenta? Carolina de Moura? Ótimo. Senhor Júlio César? Ótimo. Senhor Esnar, pode chegar aqui. Obrigada pela sua participação, o senhor tem 3 minutos.

Esnar Pimenta: Boa noite. Cumprimento todos os presentes. Agradeço a participação porque é um assunto de grande interesse do Serro. Eu sou produtor rural, meu nome Esnar Pimenta, conheço bem a realidade no nosso município. Já prestei serviço ao município e conheço de canto a canto. Sei das dificuldades de cada um. E essa região onde estão as reservas minerais é a região mais pobre do nosso município. Conheço de perto a situação deles, dos Quilombolas da região. Difícil acesso e uma pobreza muito grande. Precisamos olhar por eles sim, mas eu digo a vocês que a mineração começou na criação do Serro. Os primeiros que aqui chegaram vieram em busca de ouro e diamante, por muito tempo. Em seguida, tivemos aqui a produção de carvão para sustentar mineradoras de Sete Lagoas e outras. Sempre sobrevivendo da mineração. Em seguida, temos aqui a mineração vizinha aqui de Conceição, que está sustentando a região. Se tirar mineração de Conceição hoje, fale a região. Então precisamos ver que nós não vivemos de patrimônio. Temos um

patrimônio maravilhoso no Serro, mas isso custa caro para nós. Nós precisamos entender que não vivemos de patrimônio e muito menos de história. Nós vivemos de renda, precisamos de renda para sustentar esse patrimônio nosso. E a reserva que nós temos é o minério. Parece que guardou exatamente para agora. Estão precisando dele. Sejam bem-vindos. Precisamos da mineradora para continuar sustentando o Serro. Dependemos de vocês. A hora é agora. Muito obrigado a vocês por investirem em nossa cidade. Precisamos de vocês. É isso, um abraço a todos.

Ludmila Alves Brito (Presidente da Audiência): Obrigada, senhor Esnar pela sua participação. Senhora Carolina de Moura, a senhora pode ficar à vontade. 3 minutos. Obrigada pela sua participação.

Carolina de Moura: Oi, boa noite a todos e a todos. Eu peço licença às comunidades para estar aqui usando a fala, também aos movimentos que estão há anos aí travando lutas nesse território. Eu venho de Brumadinho, eu moro lá, e é uma falácia acreditar que mineração traz progresso, renda, emprego e desenvolvimento. E eu também queria dizer para o estado que é um absurdo que até hoje a gente tenha que viver esse show de horrores que é essa audiência pública. Eu até tremo porque a última audiência pública que eu fui, foi do licenciamento Ambiental de Córrego do Feijão. Lá, eu fico ouvindo os empreendedores falarem é a mesma conversa, a mesma mentira. Tinha lixeira colorida de reciclagem na porta da mina de Córrego do Feijão. Na audiência pública que aconteceu em 2018, eu vi trabalhadores assim como vocês aqui, defendendo o seu trabalho, falando de renda, de emprego e eles foram picados vivos. Das 272 pessoas que morreram, 250 eram trabalhadores. É um absurdo que a situação continue dessa maneira. Eu queria convidar todas as pessoas que têm alguma dúvida sobre o quanto a mineração é brutal, é um horror em todos os sentidos, venha ao Instituto Milho Verde, no sábado, que a gente vai exibir um documentário, dialogar sobre isso, para gente dialogar sobre as dúvidas, porque eles vêm com uma conversinha que engana mesmo. A gente cai nessa conversa, mas não dá mais. Já foram duas tragédias de grande magnitude, já não sei quantas milhares de pessoas que sofrem com a lama diária, com a poeira diária, que massacra as nossas comunidades e

impede qualquer desenvolvimento econômico, qualquer progresso baseado no bem viver, é impossível permitir que isso aconteça nessa região. Nós estamos aqui porque nós viemos aprender sobre plantas medicinais do serrado. Aprender a cuidar do bem viver, das formas de autonomia, de economia livre, viva, que é sem essas mentiras e essa falácia. Que ridículo! Os caras vêm fatiando projetinho um do lado do outro e o estado permite. O estado é conivente e permite esse absurdo. Isso não pode acontecer. Vocês são cúmplices e responsáveis por isso também. E para terminar, eu exijo que o senhor se retrate porque o que você fez foi um machismo arcaico, da mais baixa categoria, que é pegar a nossa luta e dizer que a nossa luta entra no seu negócio sujo. Eu solicito que você se retrate e, caso não se retrate, vai dar só mais uma amostra do seu caráter.

Ludmila Alves Brito (Presidente da Audiência): Obrigada, senhora Carolina. Senhor Júlio César. Bem-vindo, senhor Júlio César, o senhor tem 3 minutos.

Júlio César: Boa noite a todos. Meu nome é Júlio, sou professor no Clube Eficaz de Capoeira, onde desenvolvo um trabalho há 10 anos aqui na cidade do Serro. Eu venho aqui por meio, agradecer principalmente a Ônix pelo apoio que vem me dando aí com a capoeira, que é um projeto social que eu carrego na cacunda há vários anos. Eles chegaram e abraçaram o projeto e vem me dando essa força aí. E eu tenho uma pergunta para eles, se eles vão continuando a ajudar o social? Porque é muito importante. Hoje eu vejo muitos aí ó, a criança cai nas drogas, aí eles quer resgatar as crianças, mas ninguém faz nada para prevenir a criança de ir para droga. Depois que está lá, fica fácil. Então o projeto social é muito importante para isso. É isso aí, muito obrigado e valeu.

Ludmila Alves Brito (Presidente da Audiência): Obrigada, senhor Julio. Charles, agora acho que a gente tem uma questão. 6 minutos, fique à vontade.

Charles Castro (Geoline Engenharia): Respondendo ao questionamento, a empresa já faz um trabalho na contratação de pessoas locais para manter um projeto, ainda que está nascendo, e a ideia é continuar com esse trabalho de recrutamento de mão de obra local. O

convênio com a escola profissionalizante já tem o segundo termo de compromisso e, logo após a instalação, se a licença foi efetivada, é exatamente isso que a gente vai fazer. Esse trabalho social, principalmente com treinamento e geração de emprego e renda.

Ludmila Alves Brito (Presidente da Audiência): Obrigada. Próximo bloco vai ter o senhor Bruno Quintino. Senhor Bruno Quintino está conosco? Senhora Grazielle dos Reis Santos? Ótimo. Senhor Vani Conceição? Só peço para vocês levantarem e dar um tchauzinho porque tem um monte de luz aqui na nossa cara e às vezes, eu não vou ver vocês. Senhor Bruno, obrigada. Você tem 3 minutos, fica à vontade.

Bruno Quintino Silva: Boa noite a todos. Meu nome é Bruno Quintino Silva, morador da comunidade de Queimadas. Eu queria ressaltar aqui a fala do camarada ali e a fala da moça aqui também. Você falou que as mulheres têm direito, precisam participar desse emprego na mineradora. A comunidade de Queimadas tem 50 mulheres, tem mais, o dobro. Lá vai ter emprego para todas elas? Vai lá, conversa com elas lá também. Se lá elas vão ter plano de saúde, tudo. Porque o que vai sobrar para eles lá, para eles não, para todo mundo né? É destruição. Você fala que não vai ter impacto lá, mas já está tendo com essa falta de vergonha de vocês. Eu teria vergonha de vir aqui e falar que não vai ter impacto para as comunidades. Eu teria vergonha. Beleza, é isso que eu tenho para falar. Obrigada.

Ludmila Alves Brito (Presidente da Audiência): Obrigada, Bruno. Senhor Grazielle, obrigada pela participação. A senhora tem 3 minutos.

Grazielle dos Reis Santos: Boa noite. Meu nome é Graziele, estou secretária de cultura turismo e patrimônio aqui da cidade de Serro e é inegável o potencial turístico que nós temos na cidade. É inegável o patrimônio que nós temos cultural, artístico. É inegável a quantidade de fazedores de cultura, temos muitos presentes aqui hoje. E é inegável também que a política pública por si só, ela não faz turismo. A gente precisa das políticas né? Das políticas privadas, para gente conseguir fazer de acordo, um turismo, e explorar o turismo da forma que vocês solicitam. É engraçado que as mesmas pessoas que hoje me

vaiam, são as que propõem os projetos e as que reclamam quando a política pública não alcança o que necessitam. É engraçado que as mesmas pessoas que me vaiam, são as pessoas que procuram as políticas públicas do município, incansavelmente, todos os dias e acham ruim quando nós não conseguimos alcançar as políticas que vocês propõem. Então sim, nós precisamos dos empreendimentos privados no município. Nós contamos com vocês para promoverem o município e a preservação do patrimônio cultural, a preservação do patrimônio artístico e para propor os fomentos que todo mundo tanto precisa e que todo mundo tanto sonha. Então realmente, a gente vota a favor do município, a favor do empreendimento, para trazer para o município esse desenvolvimento turístico que todo mundo sonha. O potencial existe, mas a gente não consegue com fundos de participação do município hoje. A gente não consegue potencializar isso da forma que deveria ser, está joia? Muito obrigada. Boa noite.

Ludmila Alves Brito (Presidente da Audiência): Obrigada, senhora. Senhor Vânio Conceição. Bem-vindo, o senhor tem 3 minutos.

Vânio Conceição: Boa noite a todos, às autoridades aí, a Polícia Militar que está presente aqui. Gente, eu falo em meu nome, e um nome como cidadão serrano e em nome do deputado Alencar da Ciras Júnior. Eu faço das minha palavras, as palavras do Esnar, seja muito bem-vinda mineradora. Nós precisamos e precisamos muito. A população do Serro precisa muito da ação de vocês aqui. Então sejam muito bem-vindos vocês.

Ludmila Alves Brito (Presidente da Audiência): Obrigada, senhor Vânio. Gostaria de aproveitar o gancho que o senhor Vânio trouxe e agradecer a presença aqui da Polícia Militar que está fazendo toda segurança desse evento aqui para gente. E junto com a Polícia Militar, temos também a equipe de trânsito da prefeitura, que ajudou a organizar a chegada até aqui e a secretaria de saúde que forneceu a ambulância. Obrigada a vocês. Charles, acho que temos uma questão só né? Eu até esqueci de você, você viu? Desculpa. 6 minutos, fica à vontade.

Charles Castro (Geoline Engenharia): Eu queria só fazer uma complementação à resposta anterior do Júlio. Júlio, a empresa já apoiou alguns trabalhos sociais principalmente ligados ao esporte e cultura, como a capoeira, e a tendência é, uma vez instalada, a gente vai ter mais força para apoiar mais projetos. Então a tendência é ter mais projetos apoiados pela empresa. Em relação à geração de emprego e renda para as comunidades locais, principalmente em virtude das mulheres. Como foi bem colocado, aqui a empresa está aberta para todos do Serro. Mulheres, homens, todos aqueles que se identificarem com a atividade. Hoje já existem mulheres de Queimadas, famílias trabalhando. Independente do empreendimento ser instalado ou não, já geramos emprego e renda. Estamos abertos a todos aqui. A empresa, gente, esse conflito, essa coisa, está sendo criada não por nós. A gente quer diálogo. Quer tanto que quem é da comunidade e quer se unir, está conosco. Mãos abertas, coração aberto, menos ódio. Tem emprego e renda para todo mundo.

Ludmila Alves Brito (Presidente da Audiência): Próximo bloco, senhor Rafael Luiz. Senhor Rafael Luiz está conosco? Senhor Alcebíades Augusto? Ótimo. Senhor Moisés Antônio? Chamando novamente o Senhor Rafael Luiz, número 23. Senhor Rafael Luiz não está conosco, então passo à frente. Senhor Rodrigo Orlande. Está conosco? Então primeiro o senhor Alcebíades. Fique à vontade. O senhor tem 3 minutos, seja bem-vindo.

Alcebíades Augusto: Boa noite à mesa. Boa noite a todos. Cumprimento a polícia militar que está fazendo a segurança do evento porque está tendo um certo conflito, que precisava ter né, gente, porque a gente vive em comunidade, a gente tem que ser educado para ouvir os dois lados. E eu acho assim, quando um lado está falando, o outro tem que respeitar. Eu sugiro que vocês escutem, até para vocês tirarem as conclusões. Então meu nome é Alcebíades Augusto Nunes. Meu avô foi prefeito aqui na década de 60. Meu pai foi prefeito na década de 70. Meu tio, José Monteiro, foi prefeito na década de 80 e 90. Então são estão falando de uma família que já teve por sete vezes na prefeitura do Serro. O Serro é uma região muito pobre, gente, a mineração é necessária para região. Desde que seja da forma correta, é necessária. A gente viu a pessoa do hospital falando aqui, a gente precisa

de renda. E outra coisa que eu queria dizer para vocês, ser contra é normal. Vocês podem ser contra ou ser a favor, o que importa é que vai ser feito o processo todo legal. Se for certo e for possível passar, está aqui o órgão competente para dar licenciamento, entendeu? Agora se vocês são contra, vocês deveriam buscar a história do Serro e a pobreza, a dificuldade que é o Serro passou a vida toda. Eu estou falando porque são 40, 50 anos da minha família ajudando a desenvolver o Serro. O Esnar colocou bem, ele conhece a região aqui, é região de muita dificuldade. E eu moro na cidade Barão de Cocais onde a empresa Ônix está instalada, em Santa Bárbara de Cocais, é uma empresa honrada. Está aqui um empresário sério para lutar, trazer investimento para vocês. Vocês deviam bater palmas para esse empresário que está aqui batendo na cara para vocês, para trazer riqueza e renda para região que nós estamos precisando. O Serro precisa muito desses empresários virem para cá. Por mais que vocês tenham direito de se contrapor, a opinião de vocês, a gente é obrigado a respeitar. Mas vamos para realidade. O Serro depois da mineração melhorou muito. Então vocês têm que bater palma para a mineração. Essa é a minha opinião. Se vocês não concordam, é problema de vocês. Boa noite e obrigado.

Ludmila Alves Brito (Presidente da Audiência): Obrigada. Senhor Moisés Antônio. Obrigada pela participação. O senhor tem 3 minutos.

Moisés Antônio: Obrigado. Eu sou Moisés e estou à frente da Secretaria de Agricultura e Pecuária do município. Eu sou de Curvelo e moro no Serro há 25 anos. Sou produtor rural e o que eu de gostaria de deixar claro aqui é que, hoje, se a gente fizer uma visita na história do Serro, uma percorrida no momento histórico, o Serro foi uma comarca que era composta desde Valadares à Montes Claros fazia parte do Serro. O que a gente percebe é que os municípios se destacam e o Serro continua no lugar que está. O desenvolvimento é pequeno por quê? Hoje no município, nós temos nada mais de 1600 km de sinais, com arrecadação pequena. Por isso que hoje, o município do Serro precisa de uma geração maior de renda. Para apoiar os projetos que estão aí desenvolvidos. Vou citar um deles, foi um programa implantado na administração agora que chama-se Vale-feira. Nesse Vale-

feira, a prefeitura põe 400.000 reais ano. Esse programa mudou a realidade do agricultor familiar do município, na maioria deles. De comunidades remanescentes de quilombolas. Além deles, outros programas. A grande maioria, atendido por comunidades quilombolas. Então nós somos favoráveis ao empreendimento Céu Aberto porque é o que vai garantir o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida da população serrana como todo. Não só na área rural, mas na saúde, na educação, transporte, segurança, esporte, saúde... Por isso que a gente é favorável hoje. Obrigado.

Ludmila Alves Brito (Presidente da Audiência): Obrigada, secretário. Senhor Rodrigo Orlande. Fique à vontade. O senhor tem 3 minutos.

Rodrigo Orlande Sales: Boa noite a todos. Meu nome é Rodrigo Orlande Sales. Estou como secretário Municipal de Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável e, interinamente, como chefe de gabinete da Prefeitura do Serro. Conheço o projeto da Ônix desde quando o projeto chegou na cidade, através do Codema, onde eu era Conselheiro. E por conhecer bem o projeto, entendo a seriedade dos administradores da empresa e principalmente, a tranquilidade que nos é gerada com o porte do empreendimento, principalmente, por ele ser um projeto de mineração a seco. O Município do Serro é um município muito pobre, que vive hoje, exclusivamente, do Fundo de Participação Municipal e a chegada de empreendimentos minerários, como da Ônix, nos garantem além de outras coisas, geração de emprego e renda, e para que o município possa tirar da gaveta projetos importantíssimos que hoje não são executados por falta de recurso. É por esse motivo que a gente também é favorável à chegada desse tipo de empreendimento no nosso município. É claro que impactos negativos são apresentados com empreendimentos desse porte, quando chegam em municípios pequenos e pobres como o nosso. E é exatamente por isso que a gente se cerca de algumas ações e projetos que possam mitigar esses impactos. As nossas secretarias estão sendo preparadas para receber e para minimizar tais impactos negativos que vão aparecer de uma forma ou de outra. Dentre essas preocupações, o município de Serro irá protocolar aqui hoje, uma relação de condicionantes que deverão ser discutidas com a empresa e juntamente com os órgãos licenciadores. Sabemos que a

fiscalização de tais empreendimentos ficam a cargo do órgão que licencia. O município não ficará omisso com relação a essas fiscalizações. Estará também à frente de movimentos fiscalizadores para que tudo seja feito dentro das legislações vigentes. É isso que eu queria dizer.

Ludmila Alves Brito (Presidente da Audiência): Obrigada, secretário. Partimos para o próximo bloco então. Senhor Jair Dias Júnior, está conosco? Senhora Amanda Couto de Medeiros? Também. Senhora Maria Luísa Lelis. Estamos todos aqui. Então Senhor Jair, pode ficar à vontade, 3 minutos. Obrigada pela participação.

Senhor Jair Dias Júnior: Boa noite a todos. Meu nome é Jair. Hoje eu estou primeiro secretário da Associação Comunitária Quilombola de Queimadas. Se antemão, eu quero apresentar uma turma que diz defender a comunidade quilombola, mas todas as vezes que um quilombola que tem opinião contrária a eles vem falar, eles começam a vaiar. Ou seja, não estão aqui para defender a comunidade quilombola, e sim, para ditar aquilo que eles acham que é melhor para a comunidade. Outra coisa muito importante, eu vi uma faixa ali instalada dizendo sobre as águas da comunidade Queimadas estar em risco. Quem colocou essa faixa não conhece a comunidade Queimadas porque nós temos vídeos viralizados aí mostrando a situação hídrica da nossa comunidade. Caixa d'água cheia de barro. Caixa d'água cheia de barro. Então não conhecem, não conhecem a comunidade de Queimadas. A comunidade de Queimadas, ela depende de investimento. A comunidade de Queimadas, ela precisa de investimento, de instrutura, em saneamento básico, e nós acreditamos. Nós da comunidade, vemos no empreendimento, uma luz no fim do túnel para que possa haver investimentos na nossa comunidade. É importante ressaltar também que precisa se estreitar um diálogo entre o empreendedor e a comunidade. A comunidade precisa ter voz, a comunidade precisa ser ouvida. É importante que seja feito também estudos do componente quilombola, o plano básico ambiental quilombola, para identificar os possíveis impactos e formas de mitigação. Então eu estou aqui representando a nossa comunidade. Nossa comunidade está de portas abertas para ter diálogo e ter parceria com essa empresa em busca de um desenvolvimento sustentável para a nossa comunidade,

que tanto precisa. Nossa comunidade, ela precisa de investimento, ela precisa de emprego, e chega de quilombola ter que ir embora porque não tem oportunidade dentro da sua própria cidade, dentro da cidade que ama. Queimadas está dizendo, Ônix Céu Aberto sim. Sejam bem-vindos como nossos vizinhos.

Ludmila Alves Brito (Presidente da Audiência): Muito obrigada. Senhora Amanda, fique à vontade. A senhora tem 3 minutos. Obrigada pela participação.

Amanda Couto de Medeiros: Boa noite a todas e a todos. Meu nome é Amanda, faço parte da assessoria da deputada estadual Bela Gonçalves e em nome dela, cumprimento a cada um, sobretudo, os moradores aqui do Serro e as comunidades tradicionais rurais que estão resistindo firmemente contra esse ataque. Quero iniciar essa fala fazendo a seguinte pergunta referente à exposição do representante do empreendimento, Senhor Charles. Ele aborda em sua fala que o empreendimento não impactará e não haverá supressão de mata originária, não haverá impacto nas bacias e nos cursos d'água, uma vez que o uso do recurso hídrico vai ser simplesmente através de caminhão pipa para eliminar o resíduo de poeira das vias e das estradas. E eu queria, se me permitam, ler a página 171 do relatório de impacto ambiental do próprio empreendedor, onde consta aqui o prognóstico ambiental com a instalação do empreendimento: "Para a instalação do Projeto Céu Aberto haverá necessidade de realizar a supressão de vegetação nativa de floresta estacional dentre outras perturbações oriundas da atividade de extração mineral, dentre essas ganham destaque a alteração da paisagem, degradação visual, alteração nas propriedades do solo, assoreamento e alteração na qualidade das águas superficiais, perda da diversidade de flora e fauna, afugentamento da fauna." Eu queria saber então onde está a inverdade. Se na exposição oral do representante ou se no relatório do impacto ambiental que eles entregaram aqui, uma vez que a informação está totalmente controversa e antagônica. Em segundo lugar, eu pediria o seguinte esclarecimento em relação à questão econômica. Faltou ao empreendedor nos colocar aqui, trazendo as propriedades, as vantagens econômicas do empreendimento. Qual o valor do investimento global? E, sobretudo, no tempo de exploração, em alguns momentos disse ali de 6, outros dizem de 9 anos... ou

seja, os empregos, os eventuais empregos gerados obviamente seriam temporários - importante frisar esse aspecto. Nos 6 a 9 anos de exploração ali do minério, qual seria o lucro obtido pelos acionistas que, provavelmente, não são os moradores aqui do Serro. De onde vem o corpo societário do da Ônix Mineração? De onde virá as pessoas que vão efetivamente lucrar com esse empreendimento e qual vai ser o lucro deles? Porque se a gente for analisar o lucro obtido no tempo, o valor aqui é muito pouco. E finalizar dizendo que cultura, investimento aqui na cidade e política pública de assistência de cultura é dever do estado. A mineração não paga nem o imposto que deve. É isso, gente. Contem conosco.

Ludmila Alves Brito (Presidente da Audiência): Senhora Maria Luiza, por gentileza.

Maria Luísa Lelis: Boa noite, pessoal. Boa noite a todos, especialmente para as pessoas, para os moradores, para o movimento que está presente na luta e na resistência com relação a esse projeto. Assim como Amanda, também faço parte da assessoria da deputada estadual Bela Gonçalves. A minha fala que vai ser breve mesmo porque muitas falas que me antecederam já contemplaram essas falas de insatisfação, de indagação, de dúvidas. Insatisfação com relação à proposta desse projeto que foi aqui apresentado. E um ponto assim, o empreendedor muito falou, diversas vezes, mas pouco explicou. Então, portanto, eu separei algumas perguntas aqui baseadas no RIMA, né? E principalmente na apresentação que foi exposta aqui hoje e que que eu gostaria que fossem respondidas. Por exemplo, tem aqui as páginas e também, durante a fala, trouxe de uma forma singela, delicada, que talvez algumas pessoas não tivessem tido tempo de ter feito a leitura, ter se apropriado do estudo, então aqui a gente trouxe alguns destaques. Como por exemplo, na página 142, que alega que a comunidade de Queimados está a 4,4 km de distância da proposta do empreendimento, na página 144 também tem alguns pontos aqui de destaque, na página 147, 148, 149, 170, 171 e aí, é sobre essas páginas que a gente baseou algumas perguntas, como eu disse, que a gente gostaria que fossem respondidas. Considerando que muitos moradores aqui da comunidade que, inclusive, já tiveram falas aqui anteriormente, relataram preocupação com a escassez de água nas nascentes e Córregos da região, então a gente gostaria de saber quais são os estudos que foram realizados para

avaliar o impacto do empreendimento minerário na disponibilidade de água dessas fontes. Uma outra pergunta: considerando que o RIMA aponta para a possibilidade de alteração significativa na paisagem, degradação visual, para os moradores do entorno, como que o empreendimento pretende mitigar desses impactos? Considerando que o beneficiamento a seco envolve atividades como britagem, peneiramento, nós gostaríamos de saber quais são as medidas propostas para controlar a emissão de poeira durante essas operações? Como que será garantido que a poeira gerada não afete negativamente a comunidade vizinha e o meio ambiente? E uma outra pergunta que a gente também gostaria de destacar aqui é, considerando as diversas intervenções ambientais propostas no empreendimento, como que o projeto avalia os impactos cumulativos dessas ações sobre o ecossistema local? Obrigada.

Ludmila Alves Brito (Presidente da Audiência): Obrigada. Senhor Charles, nós temos aí perguntas sobre a questão da disponibilidade hídrica, impacto nos cursos d'água, o valor de investimento global e o valor do empreendimento, impacto sobre a paisagem, medidas de mitigação de particulados na UTM e os impactos cumulativos para ecossistema local.

Charles Castro (Geoline Engenharia): Em relação ao primeiro questionamento sobre supressão de vegetação, a gente explicou que em cima ADA tem uma área que não tem alternativa locacional, onde tem a supressão de vegetação e ali será compensado em dois **[inaudível]**. Foi explicado, estava lá como impacto sinergético. E a e área destinada às estruturas que a gente tem alternativa locacional, foi escolhida pelo grupo uma área que não tinha vegetação e sim, árvores isoladas e, em sua maioria, braquiária. Foi mostrado, então ninguém mentiu. Segundo ponto, em relação a ao controle dos resíduos, principalmente, os particulados. A gente comunicou ao estudo ambiental que será feito através de camiões pipa. Então são caminhões pipas adquiridos para fazer justamente esse controle de aspersão. Por isso, tanto nas vias, quanto nos britadores, a gente vai ter aspersão de água adquirida. Em relação ao estudo hídrico das comunidades que, em tese, foram levantadas. A ADA é muito restrita a gente. Tem todo um fundo de vale e tem uma outra bacia. Então não é feito esse estudo hídrico porque a alteração de solo é bem

específica e foi feito o estudo hidrogeológico para essa bacia. Então não há afetação na outra comunidade. Então não tem afetação. Em relação à paisagem. A paisagem no entorno imediato que vai haver um decapeamento e a extração nessa vertente. Esse impacto do Serro, a gente não tem, principalmente, dessa área histórica, nenhum impacto visual. Ela, mais uma vez explicando, ela é um vale contido. Então nenhum desses impactos de ruído ou visual, as comunidades vão perceber com essa retirada porque ela está num ciclinal menor do que o entorno. Então britagem, aspersão caminhão pipa. A questão de qual o investimento. O grupo estima investir no Serro, aproximadamente, 20 milhões nessa mineração. Só que ela já assinou, de forma espontânea, isso é diretamente para o Serro, não é contrapartida, não é obrigação, mas já assinou um acordo com a Prefeitura de destinar, além do investimento direto, mais 11 milhões em que a prefeitura pode gastar onde quiser. Está dentro de um desembolso anual de acordo com a atividade. Então, além do investimento direto, vamos deixar aqui mais 11 milhões de reais, diretamente à prefeitura, ao longo da operação do empreendimento. Em relação ao lucro, lucro é muito relativo. Mercado é o seguinte, já teve mineração de minério de ferro que fechou porque deu prejuízo. A extração é cara, potencial baixo, e no mercado comparador, o preço oscila. Então a gente não consegue estimar lucro futuro. Todo empreendedor sabe. Todo aquele que investe, ele não sabe se vai colher um ou dois após o investimento em empreender em atividade de risco e os

empreendedores estão aqui assumindo o risco para trazer investimento. É claro, para ter retorno, e se não tiver, ninguém vai ter uma audiência, ‘Ah, mas por que que vocês tomaram prejuízo?’ Infelizmente, é o mercado. Então o lucro é relativo. Obrigado.

Ludmila Alves Brito (Presidente da Audiência): Obrigada, Charles. Próximo bloco Senhor Pedro Rocha Silva. Está conosco? Ótimo. Senhora Maruana? Obrigada, Maruana. Senhor Wilson Martinez. Wilson Martinez? Já que o senhor Wilson não está conosco, eu vou chamar mais dois, que a gente fecha o bloco de perguntas porque seriam os dois últimos. Senhora Carine Rosa? Senhora Helena Flávio Marinho. Então vamos chamar nessa ordem, ok? Senhor Pedro, fique à vontade. Obrigada pela participação, o senhor tem 3 minutos.

Pedro Rocha Silva: Boa noite a todos e todas aqui presentes. Gostaria de cumprimentar especialmente o movimento pela soberania popular na mineração aqui presente, movimento do qual eu sou militante. O coletivo de direitos humanos também e gostaria de cumprimentar também, mandar um salve para comunidade quilombola de Queimadas que está aqui resistindo até essa hora da noite, enfrentando esse projeto. Projeto que, na verdade, se traduz como um projeto inimigo do povo. Aqui, eu gostaria de me apresentar, sou jurista popular, sou especialista em direitos humanos, em questão agrária ambiental e territorial. Gostaria de colocar aqui alguns pontos. Venho desenvolvendo uma pesquisa de campo há um ano na cidade de Conceição do Mato Dentro, acompanhando reuniões entre as comunidades atingidas e a mineradora Anglo América, eu queria destacar aqui alguns pontos relativos ao modos operandi, a forma como as mineradoras passam o mel na boca do povo para tentar enganar com seus discursos falaciosos. O primeiro deles é se utilizar de uma linguagem específica, com termos muito excessivos, técnicos, e subdividindo em áreas. Isso dificulta o entendimento e análise dos problemas. O segundo é o tratamento individual dos danos com a finalidade de fragilizar laços sociais e demandas coletivas. Isso acontece bastante nas comunidades de Conceição do Mato Dentro e eu estou prognosticando aqui os futuros, mas não serão danos potencialmente causados. Em terceiro, as respostas superficiais ou evasivas nas reuniões. Protelando para um presente contínuo das ações de reparação. É nas reuniões com a comunidade, falar aquilo, se esquivam, são muito evasivos nas respostas, argumentando, inclusive, que não é da alçada de determinados funcionários decidir sobre aquelas questões, que isso tem que passar para eventual diretoria e aprovação interna da empresa. Quatro, tentativas de retaliações e constrangimentos junto aos atores atingidos e mais participativos nas reuniões, além da disseminação de boatos e intrigas que provocam confrontos entre moradores da própria localidade. É aquilo, né? Você faz a cooptação para um conspirador dentro da comunidade começar a ter posicionamentos favoráveis ao empreendimento. Cinco, deslegitimação constante dos danos e perdas. Ou seja, todos os danos coletivos morais.

Ludmila Alves Brito (Presidente da Audiência): Obrigada, senhor Pedro. Maruana, pode vir. Seja bem-vinda, obrigada pela participação. 3 minutos.

Maruana: Obrigada. Boa noite, gente. Obrigada a todos. Eu gostaria de começar a falar com vocês que a mineração é uma coisa muito mais séria que a gente imagina. Hoje, a maior parte do minério de ferro e das riquezas, de todo o ouro e de todos os títulos minerais que as mineradoras tiram da nossa terra, da terra dos mineiros, dos brasileiros, vai para as guerras, vai para matar crianças, mulheres e pessoas inocentes na guerra. Então a gente sabe que a mineração é importante para fazer o raio-x, a gente sabe que a mineração é importante para fazer, para cuidar de vários tipos de tratamento no sistema de saúde, então, assim, a gente não é contra a mineração. A gente é contra a mineração não reutilizar todo o ferro e toda a matéria que eles já exploraram da natureza. Reutilizar, reciclar o ferro. A gente sabe que as grandes empresas que compram essa grande quantidade de minério, elas usam, fazem satélites e desovam carcaças de satélites, de embarcações gigantes, nos pontos mais fundos dos oceanos hoje. E aquilo causa a acidez oceânica, aquilo causa o aquecimento global, e causa morte de milhares de animais. Isso tudo tem a ver com a mineração. A maior parte da mineração vai para construir armas em países como Rússia, Alemanha, Japão. E a outra maior a outra parte da mineração vai para construir parques de diversões, cinemas e tudo para fora daqui. Em países fora daqui, onde pessoas estão morrendo e matando por causa de desertos. Porque a maior parte do planeta Terra hoje, está virando deserto. O ser humano está acabando com os recursos naturais. Nós estamos acabando. Nós estamos autodestruindo. Nós estamos nos destruindo. Destruir a natureza é um tiro no pé. É a gente destruir a si mesmo e a gente pode estar caminhando para uma sexta extinção em massa. A gente pode estar caminhando para a destruição do planeta terra e isso é gravíssimo. Se a gente não lutar para a melhoria dos salários, eu não sei como que nós aceitamos hoje ser escravos. Até hoje o Brasil está na mão da colonização e na mão de bandidos internacionais há 500 anos já. Se a gente pegar o salário mínimo hoje, 1300 reais e dividir por 30 dias, dá 43,3 reais. Não dá nem duas marmitas. Hoje em dia então, nós trabalhamos para ter o direito a dois pratos de comida. Isso é um absurdo. Nós estamos trabalhando em um trabalho análogo escravidão. O trabalho, o que vocês ganham

com lucro, com a nossa terra, com a terra que é nossa, é um absurdo. O que vocês pagam para gente não é nada.

Ludmila Alves Brito (Presidente da Audiência): Obrigada, senhora. Senhora Carine Rosa? Obrigada pela participação. A senhora tem 3 minutos.

Carine Rosa: Boa noite a todas e todos presentes na pessoa da Secretária Municipal de Cultura Graziele, cumprimento todo o poder executivo presente, cumprimento os integrantes da mesa, representantes da Secretaria Estadual do meio ambiente, os empresários presentes e o povo que eu represento, povo quilombola. Meu nome é Carine Rosa, sou formada em música, técnica em piano, graduada em odontologia, especialista em cirurgia, bacharel em Direito e atualmente estou vereadora no município de Serro. O nosso mandato não vem representando a Câmara Municipal, mas sim, o mandato da vereadora Carine Rosa. O empreendimento ora vindo da Ônix no nosso território, ele vem de forma ilegal, primeiro porque desrespeita à lei orgânica Municipal que reconhece o serrado como sujeito de direito, e vocês vêm desmatando o serrado ao colocar este empreendimento minerário. E esse estudo de impacto ambiental, que não passa de um estudo dirigido de Ensino Fundamental. Porque é de péssima qualidade, amadora ao extremo, contrataram profissionais incompetentes e desqualificados para fazerem relatórios fajutos e mentirosos, e vocês não passarão. Seja pelo meu mandato ou após o meu mandato. Vocês responderão por estudos fraudulentos. Gostaria de dizer também que, nesse suposto empreendimento minerário, a pesquisa da UFMG onde existem duas espécies de flora em extinção, que estão ameaçadas, e onde vocês vão extrair o minério de ferro, vocês vão eliminar essas espécies. Fora disso, eu gostaria de fazer de vocês, empresários, uma analogia com ratos e bichos escrotos, que saem dos esgotos, para pregar a pior mentira. Para trazer as piores doenças morais para a população do Serro. Para violar direito do povo quilombola. Para matar o cerrado, os resquícios de mata atlântica, para poluir o ar. Então esse projeto nada mais é do que aberrações que deixam a nós, cidadãos serranos, indignados. E terra do queijo, não tem como patrimônio imaterial já

reconhecido, fazer queijo com pó de minério de ferro. E o senhor vim aqui falar que carro pipa vai abaixar, o senhor deveria ter vergonha.

Ludmila Alves Brito (Presidente da Audiência): Obrigada, senhora. Peço desculpas. Senhora Helena Flávio, por gentileza. Senhora Helena Flávio, bem-vinda. A senhora tem 3 minutos.

Helena Flávio Marinho: Obrigada. Boa noite a todos. Sou há 4 anos moradora do Serro, em São Gonçalo do Rio das Pedras. E eu venho da luta pelas serras e águas de Minas Gerais, onde a gente, para defender a vida, o bem viver e as águas, a gente fala de meio ambiente, que é todo um ecossistema interligado à fauna, flora, ao ser humano a cultura. E o nosso ativismo ambiental pelas serras e águas se dá pelo abraço às serras. Abraço a Serra do Curral, abraço a Serra da Moeda, abraço a Serra da Piedade, Abraço a Serra do Gandarela. Porque a gente tem que abraçar a vida e as nossas humanidades que se refletem em corpo, território, do plano físico e do plano espiritual. As águas vêm de uma formação, de um berço, de várias coisas. E a cada montanha, morro, serra que são eliminados, vocês estão destruindo o berço das águas. É uma mentira que vocês usam o tempo todo o termo sustentabilidade. Vocês podem trazer o empreendimento, vai favorecer muita gente, mas falar mentira é como a Carine falou, isso é dívida moral, ética, é desumano. E eu, nos meus anos de 20 anos de ativismo ambiental, fui atingida indiretamente e diretamente o tempo todo. Eu ajudei a carregar, em audiências públicas, as primeiras cruzes sobre Mariana. Depois de Brumadinho. Eu fiquei desesperada porque como que a gente carregar para uma audiência pública 272 cruzes. Então quando a gente fala em desenvolvimento que interrompe vida, porque mineração afeta água sim, porque a água vem de território de terra, de planta, de animal, de tudo junto. Então, como que vocês vão aprovar e falar que esse empreendimento, de Ônix, Herculano, Anglo, que estão destruindo Minas Gerais porque a ganância é muita. O lucro é para poucos e não existe cidade minerária rica. E a doença é imensa nas pessoas. E vocês vem aqui com alegria, bem-vindo empreendimento, vai salvar o Serro. Que isso, gente? Ignorar a vida, ignorar o

bem viver, isso é humanidade. E aí essa coisa, então, duas coisas que me chocam muito né.

Ludmila Alves Brito (Presidente da Audiência): Obrigada, senhora Helena. Seu tempo acabou. Anotei três coisas, não sei se vocês gostariam de trazer, que é a questão da possibilidade da reciclagem, das espécies ameaçadas que estariam sendo dizimadas com a mineração e o impacto na produção do queijo do Serro.

Charles Castro (Geoline Engenharia): Em relação às espécies ameaçadas, foi destacado, inclusive, o empreendedor vai pagar a compensação ambiental das espécies. Foi relatada, hora nenhuma se furtou. Houve uma confusão em relação aos biomas. Falou de serrado, mas na verdade, ali é florestal semidescida, então está dentro das atas da biodiversidade, inclusive dentro do IBGE, então não tem impacto sobre o serrado. Em relação à produção do queijo, a gente entende que a nossa ADA em relação ao Serro como um todo, ela é muito pequena, muito pequena em relação ao território. Então não tem impacto nessa atividade porque a gente quando está falando nessa audiência da Ônix Céu Aberto. A gente não está falando de nenhuma outra, não está falando de um grande empreendimento. Então a nossa não gera um impacto direto sobre o queijo do Serro, pelo contrário, acho que todo mundo que veio, visitou, inclusive eu mesmo, já levei, toda vez que venho, levo no mínimo uns três, quatro queijos do Serro. Então a gente está ampliando a divulgação e a venda do queijo do Serro.

Ludmila Alves Brito (Presidente da Audiência): Com esse bloco, a gente fecha o bloco de perguntas. Nós vamos passar para as considerações finais. Como é que são essas considerações finais, a gente tem 10 minutos dedicados aos três requisitantes da audiência pública e depois mais 10 minutos de fechamento para empreendedor, ok? Só queria corrigir uma informação, que quando eu estive lá atrás para conferir o número de pessoas, eu subestimei grandemente a amostragem. Nós temos 361, passaram por aqui 361 pessoas. É uma audiência bem expressiva. Os requisitantes preferem manter a mesma ordem, iniciando pela senhora Juliana? A Juliana já foi? Então 3 minutos para cada um. Pode ser 5

minutos para cada um já que a Juliana já foi. Não vou entrar nisso não. Então, por gentileza.

Geraldo Neto (Instituto Guaicuy): Então, boa noite novamente para os sobreviventes. Audiência pública é sempre muito desgastante e nós estamos nesse último um período bastante desgastado com esse processo. Eu vou falar, vou ser breve, mas eu vou falar sobre a questão da pilha de estéril e da barragem. É evidente essa diferenciação relacionada ao líquido da barragem, mas a pilha de estéril ela tem também seus riscos, que não são mencionados e não são dimensionados ou apresentados aspectos mitigadores no âmbito do EIA/RIMA. Então pode ter erosão, pode ter deslizamento de terra... Então pode ter alguns desses elementos que envolve esse processo. Não é porque é sólido que é seguro. É uma intervenção humana e, enquanto intervenção humana no meio ambiente, ela gera os seus riscos. Então acho que é um pouco importante apresentar isso. O segundo elemento é que a mineradora, ela chega agora. Quando ela quer implementar que
ela é educada, que ela é gentil, que ela vem aqui e dialoga. Convido todo mundo que conhece os desastres, os processos decorrentes da mineradora em outros lugares. Vão atrás que a mineradora muda o posicionamento rapidamente. Se as casas começam a rachar, a mineradora se recusa a indenizar, porque fala que não teve dano. Se a população fica doente, a saúde do município aguenta? São alguns questionamentos. As vias suportam o tráfego desses caminhões? Então são aspectos que a gente tem que ir pensando e isso é sempre importante falar porque agora ela precisa, depois ela não precisa. Tira a gente de casa sem dó nem piedade e quer pagar o mínimo. Tem que ter atenção. O terceiro aspecto que é uma questão que me incomoda aqui, é que a mineradora não é o estado, pessoal. A mineradora é uma instituição privada. O estado é que é responsável por políticas públicas e por demandar. Então assim, crédito para produção é uma demanda para o estado. Inclusive, a empresa fica com os lucros. O prejuízo fica com o estado porque se acontecer o problema nos tráfegos, não é a empresa que vai pagar, é o estado. Inclusive me incomoda muito algumas falas de representantes do poder público aqui transferindo responsabilidades que são do poder público para a iniciativa privada. São falas muito sérias e muito e importantes. Então acho que a gente tem que pensar um pouco isso. Nessa fala,

por exemplo, o lucro vai ser dimensionado, mas a proposta, por exemplo, todo mundo aqui conhece que no Serro, a grande preocupação é a possibilidade de geração de empregos. Agora, eles prometem só 98, agora. No discurso, vai empregar a cidade inteira, mas no documento, são 98 pessoas. Então acho que é esse.

E já para encerrar, como eu disse, é um processo desgastante, são vários estudos de impacto ambiental, vários RIMAs, se a comunidade do Serro se debruça, estuda, acompanha, porque isso interfere e impacta a vida de todo mundo, esse estudo faltou, de certa maneira, uma responsabilidade com as pessoas envolvidas, que nós estamos aqui a mais de 11 horas discutindo. Então são elementos, por exemplo, que falar que faz uma pesquisa quali-quantitativa com 32 pessoas, sem explicar nenhum processo metodológico. Então assim, trazer algumas questões teóricas, como o Mateus trouxe da perspectiva de Quilombo, ter páginas e páginas plagiadas, não ter o cuidado, o zelo de acompanhar isso. Então acho assim, que são questões muito sérias que impactam o município, que impacta a vida de muitas pessoas e que deveria ser levado um pouco mais a sério com o nosso tempo, com a nossa responsabilidade. Porque quem vem aqui e diz sim, está dizendo de modo muito aleatório, sem ter lido o EIA/RIMA. Porque até quem é favorável à mineração, se lesse esse estudo, pensaria duas vezes. E é isso, obrigado.

Ludmila Alves Brito (Presidente da Audiência): Doutor Mateus, 5 minutos para as suas considerações finais.

Matheus (Federação das Comunidades Quilombolas do Estado Minas Gerais): Bom, eu queria nessas considerações finais, deixar claro que o licenciamento ambiental já é ilegal. Eu acho curioso, a mineradora procurou o IEFA, procurou o IFAN... o único órgão que ela não procurou foi o Incra, que é justamente a autarquia Federal responsável pelos estudos do componente quilombola e pela consulta da comunidade quilombola. Que vontade é essa de dialogar? Por que que vocês não procuram o Incra? Por que que vocês não pedem o termo de referência e aceitam fazer o estudo do componente quilombola? Por que que vocês não aceitam a realização da consulta da comunidade quilombola de

Queimados? Se o empreendimento é tão bom, como vocês apresentam, qual que é o medo de apresentar informações verdadeiras? Não é pesquisa de opinião não. É pesquisa verdadeira. Qual que é o impacto que o empreendimento vai ocasionar no Valderes que produz queijo e está a 3 km do empreendimento? Por que que vocês não aceitam cumprir a lei? Por que vocês insistem em tratar as comunidades quilombolas como cidadãos de segunda classe? Vocês conversaram com o prefeito, vocês conversaram com toda a prefeitura, conversaram com os comerciantes, conversaram com os fazendeiros, mas vocês não aceitam conversar com as comunidades quilombolas, sabe por quê? Porque a história do Serro está relacionada à mineração sim, mas a história do Serro está relacionada também e continua estando relacionada à escravidão. Uma escravidão que nunca acabou. Uma escravidão que sempre tratou os quilombolas das formas mais brutais que existem. E hoje, os filhos dos senhores de escravos estão aqui, apoiando uma nova mineração. Uma mineração que não tem nenhum compromisso com as comunidades quilombolas, porque se tivesse compromisso, faria um estudo do componente quilombola. Se tivesse compromisso, faria a consulta livre, sem ameaça, sem violência, prévia, informada, passando todas as informações. Deixa eu perguntar, quantos habitantes, quantas pessoas vivem na comunidade quilombola, você sabe? Quantas pessoas? Onde que estão as casas? Quem da comunidade depende do Córrego de Sequeira? Porque não é só o Rio do Peixe não. Dos cursos d'água que existem naquele território? Por essa negligência absurda, brutal? Empregar dois ou três moradores da comunidade quilombola de Queimadas não é suficiente. A gente precisa saber quais são os verdadeiros impactos à comunidade quilombola de Queimados e isso não está no EIA/RIMA. Isso não está no estudo componente quilombola que a empresa recusa a fazer. Numa coisa que é irracional. O estado exigiu o estudo do componente quilombola para a Herculano. Está do lado, está sendo feito. Mas o estado, pelo artigo 27 da lei de licenciamento Ambiental do estado, é obrigado a oficiar o Incra quando se identifica comunidades quilombolas que serão afetadas. E por fim, o EIA/RIMA é uma grande porcaria. A gente não quer saber a percepção dos quilombolas. Não agora, na hora da consulta sim. A gente quer saber quais são os impactos reais. O Artigo 6º, inciso 2 da resolução CONAMA 1 de 86 fala o seguinte: é conteúdo obrigatório análise dos impactos ambientais do projeto e suas nativas, através

da identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes. É isso que a gente quer saber e não a impressão que as pessoas têm da mineração. E por fim, suas propriedades cumulativas e efeitos cinéticos. Essa audiência pública é de um projeto da Ônix, mas a Ônix é obrigada a apresentar acumulação dos efeitos sinérgicos de todos os outros projetos que se pretendem implantar na região.

Ludmila Alves Brito (Presidente da Audiência): Obrigada, professor Mateus. Chamo a empresa para as suas considerações finais. Só lembrando que não há necessidade de responder, só se vocês tiverem interesse, ok?

Charles Castro (Geoline Engenharia): Mais uma vez a gente agradece a todos pela atenção. Mais uma vez a gente, aqui, pondera todos os pontos colocados. Em relação às pilhas, a gente faz questão de responder porque a gente não pode deixar nenhuma falácia ficar em aberto. Pilha, tem todo o projeto, tem todo o programa de contenção de erosão, tem todo o programa de, justamente, recuperação de área degradada. Então está tudo lá. A grande dificuldade de análise é que, às vezes, as pessoas leem recortes, leem o EIA, leem o RIMA e o RIMA ainda é um resumo do EIA. É muito incrível, técnicos ou pseudo-técnicos virem aqui e falar sobre o RIMA. RIMA é um resumo. Os estudos estão no EIA e os programas de controle estão no PCA. Eu não vi ninguém aqui falando do PCA porque o PCA é, justamente, onde que a gente mitiga e compensa os impactos, e ninguém falou. Por quê? A pessoa só olha o recorte do impacto, mas não consegue analisar o todo. Isso a gente precisa dessa conclusão sinergética de analisar o todo. A gente não pode só colocar falácia, sem analisar o todo. Isso é um despreparo técnico e a gente agradece a todos aqui.

E alguns pontos jurídicos que foram colocados, em relação a teses jurídicas em relação a componentes que deveriam ter e não tem e a pseudo nulidade, a gente vai responder juridicamente. Gostaria de chamar o Dr. Renato para responder juridicamente sobre todos esses pontos, porque a questão é muito sensível e a gente não pode deixar passar.

Dr. Renato (Advogado da Ônix): Boa noite a todos. Meu nome é Renato, sou advogado da Ônix e eu vou fazer alguns esclarecimentos sobre algumas colocações que foram feitas. Inicialmente sobre decisões judiciais e também sobre essa questão do Incra. Na data de 04/03/2022 foi proferida uma sentença na justiça federal que julgou como improcedentes todos os pedidos formulados pela federação dos quilombolas contra Ônix. Essa sentença, ela cassou a decisão do TRF que foi citada como imperativo aqui. Essa decisão, senhores, ela não existe mais. Ela foi cassada por essa sentença. O próprio Desembargador que foi relator do caso, ele certificou a perda do objeto e arquivou definitivamente o caso. Então a decisão TRF que, em tese, sustentaria esse discurso todo que foi feito, ela não existe mais para ser desrespeitada. E existe uma sentença para ser cumprida. Isso sim existe. Sobre a questão de manifestação do Incra, o Incra, senhores, ele é parte desse processo. Ele se manifestou no processo e quem quiser saber a opinião do Incra sobre tudo isso aqui, basta verificar o processo e ter ciência ali de qual foi o posicionamento do Incra. Já adiantando foi contrário ao pleito da Federação e totalmente condizente com o nosso. Tanto que nós ganhamos o processo. Sobre essa questão da tese vinculante do STF, foi colocada até como tom de ameaça para os representantes do Estado, de descumprimento de uma tese que adveio da ação direta de constitucionalidade 7008 de São Paulo. Essa tese, senhores, não tem nada a ver com o presente caso. Nada. Decisões judiciais, senhores, nós lemos na íntegra, entendemos na íntegra e apresentamos com honestidade para as pessoas. Não é um jogo de caça-palavras, de pegar as palavrinhas que interessam, pequenos trechos da ementa e jogar aqui para pessoas lerem, para tentar causar uma reação. Ele trata de caso de exploração e unidade de conservação e terras ocupadas por comunidades indígenas tradicionais e quilombolas, e não de áreas privadas que são do empreendedor, localizadas a quilômetros de distância das áreas ocupadas por comunidades. Então, gente, não tem nada a ver uma coisa com a outra e é totalmente desonesto citar isso como sendo um caso aplicável. Quem quiser ter certeza, basta consultar também, está na internet para quem tivesse interesse de não cair em conversa fiada e, de fato, se basear em fatos para ter opiniões. Sobre a consulta das comunidades, a sentença federal reconheceu improcedência dos pedidos da Federação, repito, o principal dos pedidos era esse, da consulta. Os estudos ainda vão ser analisados pelo órgão Ambiental do estado no curso do

licenciamento e o estado vai se manifestar sobre os estudos. Então só não chegou o tempo ainda disso. Sobre a necessidade de RTID, isso foi colocado também como sendo uma invenção nossa. Os empreendedores inventaram que precisa do RTID, sobretudo, para presunção de impactos. Ele é necessário e essa não é só a nossa opinião. Na verdade, nós temos a portaria interministerial 60 de 2015, que demanda o RTID. Nós temos ação deliberação normativa COPAM 21727 do estado que também demanda a RTID. Temos a sentença Federal que foi produzida em março de 2024, agora, pouquíssimo tempo. E temos o decreto 11786 de 2023. Esse decreto é de agora do final do ano de 2023, assinado pelo presidente Lula, que instituiu política nacional de gestão territorial ambiental quilombola PNG TAQ que também requer o RTID para aplicação.

E por último, pessoal, sobre as alegações de crimes que foram feitas aqui, criou-se, de forma fantasiosa, o movimento batizado de ku klux klan e tenta-se, de uma forma totalmente por oportunismo, vincular a Ônix a esse movimento imaginário. Essas queixas e relações fantasiosas só fazem menção a outras pessoas físicas e jurídicas. Elas não têm nada a ver com a Ônix. Quem quiser se certificar disso também, vamos mais uma vez aos fatos e não as palavras. Vocês não precisam acreditar em mim, está tudo aí. Basta que você analise as primeiras relações que foram feitas, acusando outras pessoas físicas e jurídicas disso, para ver que não tem nada a ver com a gente.

E por último, não deixa de ser curioso, que a pessoa que vem aqui fazer discurso de acusação de crime é justamente a que responde pelo cometimento de inúmeros crimes. Boa noite.

Gabriel Bahia: Boa noite a todos. Meu nome é Gabriel Bahia, sou Diretor Presidente sócio da Céu Aberto. Prometo ser breve devido ao horário. Gostaria de agradecer a presença de todos na participação e na audição da apresentação do nosso projeto. Gostaria de reforçar o compromisso com toda a população serrana. A gente está aqui para trabalhar junto e escutar as sugestões e expectativas da comunidade. Eu reitero nosso compromisso com as normas e as melhores práticas para minimizar os impactos. Nós estamos muito

entusiasmados com o projeto, não só no potencial econômico, mas também em se um exemplo de coexistir mineração e meio ambiente e sustentabilidade. Nós estamos ansiosos para iniciar os trabalhos e construir, lado a lado com comunidade, um futuro próspero e sustentável para o Serro. Muito obrigado a todos.

Ludmila Alves Brito (Presidente da Audiência): Boa noite a todos. Partindo para o encerramento, gostaria só de uma fala final. A FEAN agradece a participação dos técnicos que nos ajudaram com áudio, som, mesmo com todos os probleminhas de percurso que tivemos. Obrigada, pessoal, pelo trabalho de vocês. E agradecer a presença do pessoal da consultoria também que esteve aqui e nos deu suporte mais uma vez. A prefeitura, a polícia militar, por ter nos apoiado aí nesse evento também. E dizer para lembrá-los que qualquer pessoa que quiser contribuir com o processo de licenciamento ambiental tem cinco dias para protocolar documentos junto ao órgão ambiental, por e-mail ou por meio do processo SEI. É muito interessante que neste momento dos cinco dias, as contribuições possam ser apresentadas, não apenas as críticas ao processo como aqui colocadas. E lembrando sempre que dentro de processo como licenciamento ambiental, o respeito às pessoas, ele tem que suplantar ao respeito à questão técnica e as discussões ideológicas. Então é muito importante que a gente leve essa lição para casa, onde atacar pessoalmente as pessoas, não traz nenhum benefício para o processo, nem um benefício para ninguém. Apenas faz que a gente tire da gente um sentimento ali incômodo e a gente cria uma situação de terminar a audiência com uma plateia vazia como a gente está, sem necessidade. Consideramos, deixa eu ler o e-mail: audienciaspublicas@meioambiente.gov.br. Por meio desse e-mail, vocês podem apresentar todos os documentos de contribuição para o processo que serão considerados pela equipe técnica. Posto isso, tendo essa audiência cumprindo todos os requisitos legais necessários, a FEAN considera essa audiência válida e agradece aos senhores que ficaram até o final dessa audiência pública. Muito obrigada.

[ENCERRADA A AUDIÊNCIA PÚBLICA]

ANEXO XXXIV - REGISTRO AUDIOVISUAL YOUTUBE

https://www.youtube.com/watch?v=lAIDEUujAKM

https://ceuabertomineracao.com.br/audiencia-publica/

ANEXO XXXV - RELATÓRIO TÉCNICO DA TRANSMISSÃO

Link do teste local:

https://www.youtube.com/live/qIFrL0TlVxA?si=Fqg8dmf4s35L8BQX

Escola-Estúdio Núcleo Musical
Praça Cristiano Otoni n° 42 – Praia – Serro/MG
E-mail: estudionucleomusical@hotmail.com
Tel: (38) 9.8801-6305 / (38) 9.9916-3696
Site:http://estudionucleomusical.wix.com/estudionucleomusical

PARECER TÉCNICO

Evento: Audiência Pública do Projeto Céu Aberto Mineração – Ônix Mineração
Processo de Licenciamento Ambiental SLA nº 2198/2022 para obtenção de Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação
Data do evento: 14/08/2024 (Quarta-feira)

Motivo: Falha na transmissão (Live) ao vivo do evento
Responsável: Anderson da Silva Santos
Empresa: Núcleo Musical
Contratante: Bem-te-vi Produções e Eventos Ltda Me

No dia 13 de agosto de 2024, a montagem dos pontos de energia e iluminação foi realizada para a transmissão ao vivo da audiência pública. No dia do evento, 14 de agosto de 2024, entre 10h e a conclusão da audiência, a equipe da Núcleo Musical forneceu suporte completo utilizando equipamentos de alta qualidade, incluindo computadores, placas de captura de áudio e vídeo, câmeras, microfones e mesa de som.

Uma transmissão de teste foi realizada na plataforma YouTube durante a tarde, confirmando o pleno funcionamento dos sistemas e equipamentos. O teste contou com a participação do gerente da empresa, que pode ser visualizado aos 8 minutos e 31 segundos da gravação, disponível no seguinte link: https://youtube.com/live/qIFrL0TlVxA?feature=share.

Durante a transmissão ao vivo da audiência, no entanto, uma instabilidade no sistema de controle das câmeras resultou na perda parcial do áudio durante alguns minutos, com continuidade apenas do vídeo. Em resposta a essa situação, a condutora da audiência optou por interromper momentaneamente a audiência, para ajustes técnicos. Apesar dos esforços para reconfigurar e reinstalar o sistema, a falha persistiu, obrigando a equipe a continuar a gravação

diretamente pela câmera, sendo a audiência pública reiniciada, completando assim três horas e cinquenta minutos de vídeo, sem qualquer perda de conteúdo.

O problema foi identificado como um bug no software de controle das câmeras, que causou a perda do sinal de áudio e, posteriormente, o travamento do vídeo. A transmissão contou com o uso de câmeras de vídeo, microfones, mesas de som/mixer, placas de captura de vídeo, switchers de vídeo, computadores, encoders, monitores de retorno, roteadores e switches de rede. A conexão de energia, fornecida por um gerador de 120 KVA, esteve estável durante todo o evento.

Vale ressaltar que a Núcleo Musical é uma empresa altamente qualificada, com vasta experiência no mercado, incluindo a responsabilidade pela transmissão de audiências públicas, como lives de eventos regionais. A empresa conta com profissionais capacitados e utiliza tecnologia de ponta para garantir a excelência em seus serviços. O ocorrido durante este evento foi uma situação excepcional e fora dos padrões habituais de qualidade.

Após o evento, no dia 15 de agosto de 2024, o vídeo gravado da audiência pública foi disponibilizado no canal do YouTube, acessível através do link: https://www.youtube.com/watch?v=lAIDEUujAKM de forma completa, sem qualquer prejuízo ou perda de conteúdo.

A Núcleo Musical se coloca à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Serro, 20 de agosto de 2024

_____

Nome: Anderson da Silva Santos

CPF: 082.023.856-28

ANEXO XXXVI – APRESENTAÇÃO - Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Empreendedor: ONIX CÉU ABERTO MINERAÇÃO

Empreendimentos: Município: Serro

***Processo Administrativo nº 2198/2022**.Classe 03. Modalidade: Licenciamento Ambiental Concomitante (LAC1) - Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação e Licença de Operação (LP+LI+LO) para as atividades de:

- Lavra a céu aberto - Minério de ferro;
- Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco;
- Pilhas de rejeito/estéril - Minério de ferro;
- Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários;

Deliberação Normativa Copam nº 225, de 25 de julho de 2018:
Dispõe sobre a convocação e a realização de audiências públicas no âmbito dos processos de licenciamento ambiental estadual

O que é? É uma reunião destinada a expor à comunidade as informações sobre obra ou atividade potencialmente poluidora.

Para quê? Para dirimir dúvidas e recolher as críticas e sugestões a respeito para subsidiar a decisão quanto ao licenciamento ambiental.

Quem participa? Qualquer pessoa ou entidade interessada no assunto objeto de discussão.

Quem solicita? I - Prefeito do município sede da atividade ou empreendimento ou prefeito de município sujeito aos potenciais impactos ambientais diretos inerentes à instalação e/ou operação da atividade ou empreendimento; II - Ministério Público; III - o próprio empreendedor; IV - entidade civil sem fins lucrativos, constituída há mais de 1 (um) ano, inscrita no Cadastro Estadual de Entidades Ambientalistas - CEEA, e que tenha por finalidade social a defesa de interesse econômico, social, cultural ou ambiental; V - grupo de 50 (cinquenta) ou mais cidadãos com indicação do respectivo representante no requerimento.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Data	Local	Endereço	Horário
14/08/2024	Ginásio Poliesportivo Oswaldo França Júnior	Rua Deputado Augusto Clementino, S/N – Machadinho. Serro - MG	19h

- **Solicitantes da Audiência Pública:**

***Processo Administrativo SLA nº 2198/2022**

- ✓ **INSTITUTO GUAICUY;**
- ✓ **ASSOCIACAO COLETIVO MARGARIDA ALVES DE ASSESSORIA POPULAR;**
- ✓ **FEDERACAO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS-NGOLO;**
- ✓ **GABRIEL THADEU BAYA ANDRADE**

ORGANIZAÇÃO E PROCEDIMENTOS DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

- **1ª parte** - consiste na abertura, realizada pelo Presidente da Mesa Diretora, que exporá as regras segundo as quais se realizará a Audiência Pública;

Informações sobre o cronograma da audiência:

- Abertura de inscrições para manifestações pelo período de 60 min (de forma presencial, com indicação do responsável pelo empreendedor para direcionar os questionamentos);
- As inscrições serão registradas com o horário em que forem realizadas;
- As manifestações serão organizadas de acordo com o horário de inscrição;
- Esclarecer que poderão se manifestar as primeiras 36 pessoas inscritas para o momento geral;
- Os interessados poderão, no prazo de até 5 dias úteis, contados da data da audiência, apresentar documentos referente às questões envolvidas contando, para fins de verificação do prazo, a data de postagem nos correios ou a data de protocolo na unidade administrativa da URA JEQ;

Formato presencial com transmissão simultânea, através do site:
https://ceuabertomineracao.com.br/audiencia-publica/

- Presidente da Mesa irá informar que os interessados poderão, no prazo de 60 minutos, fazer inscrições para manifestações orais ou por escrito, através da pessoa presente no local, indicada pelo empreendedor;
- O Presidente irá designar a pessoa que ficará responsável pelo recebimento, no ponto físico, das inscrições para manifestação durante a Audiência e registrará publicamente o horário de início do prazo, até 60 (sessenta) minutos, podendo esse prazo ser ampliado, em caráter excepcional, mediante deliberação motivada da mesa diretora;
- As inscrições serão direcionadas para a mesa com a ordem de inscrição – as inscrições de pessoas ligadas ao empreendedor (funcionários e prepostos) não devem exceder o total de 8 inscrições, salvo se, ao final do prazo, houver menos de 36 inscrições.
- O Presidente irá designar a pessoa que ficará responsável pelo recebimento, no ponto físico, das inscrições para recebimento de protocolos.

2ª parte - exposição: (até 1 hora e 15 minutos)

Ao empreendedor e à equipe técnica, indistintamente, até 45 (quarenta e cinco) minutos.

- Características gerais da atividade ou empreendimento;
- Impactos ambientais positivos e negativos;
- Justificativas técnicas escolhidas para a realização do empreendimento.

Manifestação dos solicitantes da realização da Audiência Pública, até 30 (trinta) minutos, divididos igualmente para cada solicitante. Neste processo foram deferidos o requerimento de **04** solicitantes. Assim, o tempo de 30 min será divido entre os requerentes, cada qual com tempo regimental de 7 minutos e 30 segundos.

3ª parte - **(até 3 horas)** consiste na manifestação dos **INSCRITOS EM GERAL,** em 12 (doze) blocos de perguntas e respostas.

- Cada bloco composto por 3 (três) manifestações dos participantes, de até 3 (três) minutos cada, seguidas de resposta única de até 6 (seis) minutos do empreendedor, totalizando o máximo de 180 (cento e oitenta) minutos, ou seja, 3 hs;
- Distribuição dos blocos de perguntas, considerando os espaços virtuais e presenciais segue a distribuição apresentada.

Importante:

Não será permitida a transferência de tempo entre entidades ou pessoas inscritas que porventura se abstenham de fazer uso da palavra .

Cada inscrito só terá direito a 01 (uma) manifestação, obedecida à ordem de inscrição.

4ª parte - **4 (até 20 minutos)** que consiste nas considerações finais, cabendo aos solicitantes, até 10 (dez) minutos; , o tempo será divido entre os requerentes, cada qual com tempo regimental de 2 minutos e 30 segundos. b) ao empreendedor e/ou à equipe técnica, indistintamente, até 10 (dez) minutos.

5ª parte - que consiste no encerramento, realizado pelo Presidente da Mesa Diretora.

Considerações finais:

- Todos os documentos apresentados à Mesa Diretora serão protocolizados e anexados ao processo de licenciamento ambiental em análise, devendo ser obrigatoriamente considerados na elaboração do relatório-síntese e na construção das decisões administrativas relativas ao licenciamento .
- Uma cópia da mídia eletrônica contendo a gravação da Audiência Pública deverá ser anexada ao processo de licenciamento ambiental.
- Os interessados poderão, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da Audiência Pública, apresentar documentos relativos às questões envolvidas valendo, para fins de verificação do prazo, a data de postagem nos correios ou a data de protocolo na Diretoria de Gestão Regional, responsável pela análise do processo de licenciamento no endereço eletrônico abaixo:

audienciaspublicas.jeq@meioambiente.mg.gov.br

OBRIGADO!

URA JEQUITINHONHA E DGR FEAM

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao ensejo, reiterando protestos de estima e elevada consideração, e colocamo-nos à disposição para os demais esclarecimentos necessários via contato telefônico através do telefone (31) 99657-5342, e/ou também através do endereço eletrônico do e-mail meioambiente@ceuabertomineracao.com.br.

Cordialmente,

Laiane Alvim – Analista Ambiental

ÔNIX CÉU ABERTO MINERAÇÃO S/A

Recibo Eletrônico de Protocolo - 96499034

Usuário Externo (signatário): Gabriel Thadeu Baya Andrade
Data e Horário: 04/09/2024 09:56:56
Tipo de Peticionamento: Intercorrente
Número do Processo: 1370.01.0053379/2022-66
Interessados:
Gabriel Thadeu Baya Andrade
Protocolos dos Documentos (Número SEI):

- .Ofício. Relatório Final Audiência Pública	96499023
- Relatório PARTE 1 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA	96499026
- Relatório PARTE 2 REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA	96499030

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Fundação Estadual do Meio Ambiente.